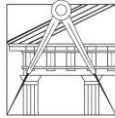




LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Arquitetura na Rota das Cachoeiras: Casas de terra na Paisagem Cultural do Distrito
de Taquaruçu – To, Brasil.

Doutoramento em Arquitetura

Especialidade Teoria e Prática de Projeto

Doutoranda: Marielle Rodrigues Pereira

Orientadores:

Doutor João Gabriel Viana de Sousa Moraes

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa – Fa-Ulisboa

Doutora Filipa Maria Salema Roseta Vaz Monteiro

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa – Fa-Ulisboa

Doutor Werther Holzer

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense - UFF

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

2020



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

iii



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Arquitetura na Rota das Cachoeiras: Casas de terra na Paisagem Cultural do Distrito de Taquaruçu – To, Brasil.

Doutoramento em Arquitetura

Especialidade Teoria e Prática de Projeto

Doutoranda: Marielle Rodrigues Pereira

Orientadores da Investigação:

Doutor João Gabriel Viana de Sousa Moraes

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa – Fa-Ulisboa

Doutora Filipa Maria Salema Roseta Vaz Monteiro

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa – Fa-Ulisboa

Doutor Werther Holzer

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – UFF

Constituição do Júri:

Presidente:

Doutor Amílcar de Gil e Pires,

Professor Auxiliar com Agregação,

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutora Maria de Fátima Nunes Ferreira,
Professora Catedrática,
Universidade de Évora;

Doutor João Gabriel Viana de Sousa Morais,
Professor Catedrático
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, orientador;

Doutor José Jorge Boueri Filho,
Professor Catedrático Convidado
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias,
Professor Associado,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutora Ana Rita Martins Ochoa de Castro,
Professora Auxiliar,
Universidade da Beira Interior.

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

2020

Dedico esta investigação à minha mãe Maria Dulce, Lino e Danilo.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria Dulce, sempre presente no momento certo. Sem ela, essa tese seria impossível de ser concretizada.

Aos professores João Sousa Morais, Filipa Roseta, Werther Holzer, Hugo Farias e Tânia Beisl, pela orientação, compartilhamento de conhecimento e confiança.

Aos colegas do colegiado de Engenharia Civil da UFT, pela generosidade, compreensão e apoio para que eu prosseguisse nesta caminhada.

Aos colegas da ULBRA, pelo auxílio precioso durante as primeiras jornadas desse estudo e que me impulsionaram até aqui.

Ao meu esposo Danilo e ao professor Werther Holzer pelas traduções do italiano e do francês.

Aos meus alunos e orientandos que tanto contribuíram com as imagens desta investigação.

Meus sinceros e reconhecidos agradecimentos.

RESUMO

PEREIRA, M.R. **Arquitetura na rota das cachoeiras: casas de terra na paisagem cultural do Distrito de Taquaruçu, Estado do Tocantins**. Lisboa, 2020, 312 p. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa, 2020.

A hipótese dessa tese é a possibilidade de atribuir valor à arquitetura vernacular, não apenas sobre a sua materialidade, mas sobretudo incorporar a sua dimensão imaterial, traduzida pelas tradições construtivas, cujos valores – material e imaterial –, são indissociáveis e que garantem a manutenção da singularidade dos lugares. Tal hipótese surgiu a partir de pesquisas realizadas em Taquaruçu, Distrito do Município de Palmas, localizado no Estado do Tocantins. Esse lugar permitiu descortinar a possibilidade de incorporar outros valores à arquitetura vernacular. A permanência de tradições construtivas vernaculares na atualidade, ancoradas pelos atributos ecológicos e humanos, dão sentido de existência à paisagem e constituem o caráter do lugar. Nesse sentido, o estudo procurou dar respostas sobre a existência de valores imateriais na arquitetura vernacular, a partir dos argumentos que embasam a evolução do conceito de paisagem, bem como a identificação de territórios que elucidam tradições construtivas e que constituem o universo de comunidades tradicionais. Para tanto, optou-se pela pesquisa qualitativa em Taquaruçu, baseada nos aspectos físicos e fenomenológicos associados ao estudo dos componentes naturais e históricos, para que se pudesse dar respostas aos elementos que constituem a territorialidade arquitetônica construtiva – material/imaterial, natural/cultural, fundamentada nos princípios ecológicos, vernaculares e humanos. Através do estudo desses três elementos da paisagem, propõe-se diretrizes que contribuem para um diagnóstico de atribuição de valor material e imaterial associados à arquitetura vernacular e aos detentores culturais da paisagem. Essa tese não pretende diminuir a alçada do valor material tradicionalmente incorporado à arquitetura, ao contrário, aponta uma terceira opção de atribuição de valor à arquitetura vernacular, onde ambos valores – material e imaterial, constituem a base fundamental da existência de determinados lugares.

Palavras-chave: Paisagem cultural; Arquitetura de terra; Taquaruçu; Tocantins.

ABSTRACT

PEREIRA, M.R. **Architecture on the waterfall route: earth houses in the cultural landscape of district Taquaruçu, State of Tocantins**. Lisbon, 2020, 312 p. Doctoral Thesis - Faculty of Architecture. University of Lisbon, 2020.

The hypothesis of this thesis is the possibility to attribute value to vernacular architecture not only on its materiality, but above all, to incorporate its immaterial dimension, translated by the constructive traditions, whose values - material and immaterial, are inseparable and that guarantee the maintenance of the singularity. Such hypothesis arose from research conducted in Taquaruçu, District of the Municipality of Palmas, located in the State of Tocantins. This place made it possible to discover the possibility of incorporating other values into vernacular architecture. The permanence of vernacular constructive traditions today, anchored by ecological and human attributes, gives a sense of existence to the landscape and constitutes the character of the place. In this sense, the study sought to provide answers about the existence of immaterial values in vernacular architecture from the arguments that base the evolution of the concept of landscape, as well as the identification of territories that elucidate constructive traditions and that constitute the universe of traditional communities. Therefore, we opted for qualitative research in Taquaruçu, based on the physical and phenomenological aspects associated with the study of natural and historical components, in order to provide answers to the elements that constitute constructive architectural territoriality - material / immaterial, natural / cultural, based on ecological, vernacular and human principles. Through the study of these three elements of the landscape, guidelines are proposed that contribute to a diagnosis of attribution of material and immaterial value associated with vernacular architecture and cultural holders of the landscape. This thesis does not intend to diminish the scope of material value traditionally incorporated into architecture, on the contrary, to point out a third option of attributing value to vernacular architecture, where both values - material and immaterial, constitute the fundamental basis of the existence of certain places.

Keywords: Cultural landscape; Earth architecture; Taquaruçu; Tocantins.

ÍNDICE GERAL

LISTA DE FIGURAS	XVII
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XXI
GLOSSÁRIO	XXIII
INTRODUÇÃO	20
1. DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	20
2. OBJETO EMPÍRICO	20
3. PROBLEMA	21
4. OBJETIVOS E HIPÓTESES	22
5. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	23
6. ÂMBITO DISCIPLINAR	24
7. METODOLOGIA, PROCEDIMENTOS E RECORTE TERRITORIAL	25
8. ESTRUTURA DA TESE	33
I: PAISAGEM, TERRITÓRIO, LUGAR E ARQUITETURA VERNACULAR COMO REFERÊNCIA CULTURAL: BASES CONCEITUAIS.....	35
I.1. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM	36
I.1.1 O SURGIMENTO: FUSÃO	37
I.1.2 PAISAGEM E REPRESENTAÇÃO	38
I.1.3 PAISAGEM E CIENTIFIZAÇÃO	44
I.1.4 PAISAGEM E INTERSECÇÃO	46
I.1.4.1 A paisagem pela ecologia	49
I.1.4.2 Paisagem pelo lugar.....	51
I.1.4.3 Paisagem pela história, passado e memória.....	53
I.1.4.4 Paisagem como intersecção	55
I.1.5 PAISAGEM CULTURAL HOJE	60
I.1.6 DESCORTINAR A PAISAGEM	65
I.2. TERRITÓRIO DA ARQUITETURA E O LUGAR	68
I.2.1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO NOS DIVERSOS CAMPOS DISCIPLINARES.....	68
I.2.2 O TERRITÓRIO NA ARQUITETURA E O LUGAR.....	69
I.2.3 INTERVENÇÃO NOS LUGARES (TERRITÓRIOS)	75
I.2.4 APREENSÃO DO CARÁTER DOS LUGARES	78

I.2.5 TERRITORIALIDADE ARQUITETÔNICA CONSTRUTIVA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS LUGARES	80
I.3. A ARQUITETURA VERNACULAR COMO REFERÊNCIA CULTURAL NA PAISAGEM	83
I.3.1 A QUESTÃO CONCEITUAL: VERNACULAR, PRIMITIVA OU POPULAR?	83
I.3.2 O INTERESSE PELO ESTUDO DA ARQUITETURA VERNACULAR	89
I.3.3 A GENEALOGIA DA ARQUITETURA VERNACULAR BRASILEIRA.....	91
I.3.3.1 Quanto à região.....	91
I.3.3.2 Quanto à tipologia	96
I.3.3.3 Quanto aos materiais e à técnica	100
I.3.3.4 Quanto às práticas culturais coletivas	100
I.3.3.5 Quanto à imagem.....	102
I.3.4 VALORES MATERIAIS E IMATERIAIS A SEREM CONSIDERADOS NA ARQUITETURA VERNACULAR – REPRESENTAÇÃO DA FUSÃO.....	106
I.4 SÍNTESE E ALGUNS ASPECTOS CONCLUSIVOS.....	109
I.4.1 PAISAGEM: RETORNO ÀS ORIGENS.....	109
I.4.2 APREENSÃO DA PAISAGEM PELA TERRITORIALIDADE ARQUITETÔNICA CONSTRUTIVA.....	110
I.4.3 ARQUITETURA VERNACULAR COMO SÍNTESE DO VALOR MATERIAL E IMATERIAL NA PAISAGEM.	112
PARTE II - APREENSÃO DO LUGAR TAQUARUÇU	114
II.1. OS ELEMENTOS ECOLÓGICOS.....	117
II.1.1 O LUGAR E A ENVOLVENTE	117
II.1.1.1 A geomorfologia e o caminho da água.....	117
II.1.1.2 Os limites verticais (As cachoeiras).....	129
II.1.1.3 Os limites horizontais (Os mirantes).....	133
II.1.1.4 Os caminhos (a rota das cachoeiras)	138
II.1.2 O SOLO E AS CORES.....	139
II.1.3 A VEGETAÇÃO.....	140
II.1.4 A AMBIENTAÇÃO CLIMÁTICA.....	146
II.2. OS ELEMENTOS HUMANOS	149
II.2.1 A GENEALOGIA DA PAISAGEM.....	149
II.2.1.1 O tempo do gado no Tocantins	149

II.2.1.2 O tempo do ouro no Tocantins	153
II.2.1.3 O tempo do gado novamente	155
II.2.1.4 O tempo do gado na região do vale Taquaruçu	162
II.2.1.5 O tempo do babaçu, da agricultura familiar e dos problemas fundiários.....	174
II.2.1.6 O tempo de Palmas em Taquaruçu.....	186
II.2.2 OS DETENTORES CULTURAIS DA PAISAGEM	193
II.3 OS ELEMENTOS VERNACULARES	206
II.3.1 A ARQUITETURA VERNACULAR NA PAISAGEM DE TAQUARUÇU	206
II.3.3.1 Quanto à região e à genealogia	206
II.3.3.2 Quanto à tipologia	210
II.3.3.3 Quanto aos materiais e à técnica	223
II.3.3.4 Quanto às práticas culturais coletivas	227
II.3.3.5 Quanto à imagem	228
II.4 SÍNTESE DOS ELEMENTOS ECOLÓGICOS, HUMANOS E VERNACULARES	233
PARTE III - O VALOR DA PAISAGEM DE TAQUARUÇU – MATERIAL E IMATERIAL.....	239
III.1. CLASSIFICAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE VALOR.....	239
III.2. MEDIDAS DE SALVAGUARDA	243
III.2.1 DELIMITAÇÃO DOS ELEMENTOS ESTRUTURANTES - ECOLÓGICOS E VERNACULARES (NA PAISAGEM).....	243
III.2.2 LEGISLAÇÃO EXISTENTE E AS AMEAÇAS AMBIENTAIS.....	246
CONSIDERAÇÕES FINAIS	253
REFERÊNCIAS.....	262
APÊNDICE.....	273
ANEXOS	290

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento conceitual da tese.....	31
Figura 2 - A Virgem do Cravo, C. 1473, Leonardo da Vinci.....	42
Figura 3 - A cruxificação, 1450 a 1516, Jereon Bosch.	43
Figura 4 - Arquitetura Nama- Fixação dos tapetes de fibra vegetal.....	61
Figura 5 - Paisagem Cultural e Botânica de Richtersveld.....	62
Figura 6 - Paisagem cultural de Sintra.	63
Figura 7 - Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta, Austrália.....	65
Figura 8 - Habitação de taipa e babaçu, região norte do Tocantins, Bico do Papagaio.....	95
Figura 9 - Habitação de adobe e buriti, região central do Tocantins, Jalapão.	95
Figura 10 - Vestígio de habitação indígena karajá, região leste do Tocantins.	98
Figura 11 - Fran Post (1612-1680) - Paisagem Pernambuco. Casa construída de terra e fibra vegetal.	99
Figura 12 - Síntese das contribuições teóricas até o contributo da tese.....	110
Figura 13 - Configuração do rio Tocantins desde a Vila de Cametá até o Porto Real e os Arraiaes do Pontal e do Carmo.	114
Figura 14 - Mapa de localização do Distrito de Taquaruçu no Estado do Tocantins.....	116
Figura 15 - Trecho da foz do ribeirão Taquaruçu no rio Tocantins, demonstrando a serra e o local onde posteriormente seria batizado de Aldeamento Graciosa. Carte manuscrite de la Navigation de la Rivière des Tocantins.	118
Figura 16 - Trecho entre o Morro do Chapéu e o Rio Sono, demonstrando a deságua do ribeirão Taquaruçu no rio Tocantins, local onde o manuscrito revela o percurso de 5 léguas de cachoeiras na versão de D'Anville em 1730.	119
Figura 17 - Carta Chorográfica Plana da Província de Goyáz produzida por Raymundo Cunha Mattos, 1834-1835.....	120
Figura 18: Serra de Lajeado e Serra do Carmo.	121
Figura 19 - Macrozoneamento do Município de Palmas com a área urbana de Taquaruçu e a APA Serra de Lajeado.....	122
Figura 20 - Carta do relevo do Município de Palmas com indicação hachurada da área urbana de Taquaruçu.....	123
Figura 21 - Vista das escarpas da serra em Taquaruçu.....	125
Figura 22 - Arte rupestre do Abrigo do Jon. Serra de Lajeado.	126
Figura 23 - Topo de serra, Taquaruçu.....	127
Figura 24 - Carta topográfica do relevo de Taquaruçu.....	127
Figura 25 - Reconstituição da paisagem natural do vale até o rio Tocantins.....	128
Figura 26 - Perfil topográfico desde o vale Taquaruçu até o lago de Palmas.	128
Figura 27 - Localização da rota das cachoeiras mais visitadas.....	130

Figura 28: Cachoeira "Escorrega macaco".....	131
Figura 29 - Cachoeira da Roncadeira ou Roncador, Taquaruçu.	132
Figura 30 - Mirante da Roncadeira, Taquaruçu.....	133
Figura 31 - Acesso à cachoeira Escorrega macaco e à Roncadeira, Taquaruçu.	134
Figura 32 - Vista do mirante da cachoeira roncadeira.	135
Figura 33 - Mirante Pedra de Pedro Paulo.....	135
Figura 34 - Vista do relevo do vale com a área urbana de Taquaruçu.	136
Figura 35 - Acesso à cachoeira Vai quem quer, Taquaruçu.....	137
Figura 36 - As cores do solo de Taquaruçu.....	140
Figura 37 - Perfil esquemático da vegetação e relevo desde a serra até o rio Tocantins.	141
Figura 38 - Paisagem do cerrado, Taquaruçu.....	142
Figura 39 - Gravura do buritizal no médio Tocantins, 1909.....	143
Figura 40 - Gravura de palmeiras do cerrado no médio Tocantins 1840-1857.....	144
Figura 41 - A presença da palmeira babaçu domina a paisagem.....	145
Figura 42 - Entrada do gado no Estado do Tocantins no século XVIII, XIX, XX.	151
Figura 43 - Carta da Província de Goyáz.	154
Figura 44 - Localização dos aldeamentos indígenas oficiais criados no Estado do Tocantins entre os séculos XVIII e XIX.	159
Figura 45 - Trecho da Carta Corográfica da Província de Goiás e dos julgados de Araxá e desemboque da Província de Minas Gerais, demonstrando a localização da Aldeia Graciosa na foz do ribeirão Taquaruçu no rio Tocantins.	160
Figura 46 - Ocupação portuguesa na calha amazônica nas margens do rio Tocantins.	162
Figura 47 - Área de influência da etnia Xerente no século XVIII e XIX.....	165
Figura 48 - Trecho da <i>Carte manuscrite de la navigation de la riviere des Tocantins</i> do século XVIII, demonstrando as aldeias indígenas nas duas margens do rio Tocantins, desde Pedro Afonso até Porto Real (Porto Nacional).....	166
Figura 49 - Localização da Vila Canela e antigo aldeamento Graciosa na década de 1980.....	167
Figura 50 - Localização das fazendas de gado no Município de Palmas até 1968.....	171
Figura 51 - Notícia de jornal sobre o projeto de regularização fundiária no Estado do Tocantins - Operação documento.	176
Figura 52 - Roteiro da expedição Roncador - Xingu.....	178
Figura 53 - Desenho urbano inicial do largo em Taquaruçu, com o percurso do ribeirão e os primeiros assentamentos.....	181
Figura 54 - Esquema do desenho urbano do largo São Benedito em Natividade, Tocantins, século XVIII.....	181
Figura 55 - Esquema do desenho urbano da Vila Canela - aldeamento Graciosa, século XX.....	182

Figura 56 - Vista aérea da Vila Canela na década de 1980.	182
Figura 57 - Desenho inicial do largo em Taquaruçu com a capela e a escola no centro do povoado.	183
Figura 58 - Primeira igreja de Taquaruçu.	184
Figura 59 - Desenho projetivo de aldeamento dos índios Cayoás na margem do rio Paranapanema.	185
Figura 60 - Desenho projetivo do aldeamento dos índios Cayapó - Aldeia Maria 1ª.	185
Figura 61 - Trecho do rio Tocantins antes da formação do lago em Palmas.	187
Figura 62 - Trecho do rio Tocantins após a formação do lago em Palmas.	188
Figura 63 - Vista aérea da atual praça do núcleo central de Taquaruçu após modificações do desenho urbano.	189
Figura 64: Praça do núcleo central de Taquaruçu antes e depois.	190
Figura 65 - Loteamentos que desconsideram os elementos essenciais da paisagem.	190
Figura 66 - Recuos diferentes.	191
Figura 67 - Ribeirão Taquaruçu ao fundo no Projeto de Palmas numa projeção para 2010.	192
Figura 68 - Expansão sul depois do Ribeirão Taquaruçu.	192
Figura 69 - Moradora de Taquaruçu com amêndoas de babaçu.	193
Figura 70 - Sr. Milton morador de Taquaruçu.	194
Figura 71 - D. Maria na colheita do babaçu.	196
Figura 72 - Casa de adobe com cestarias de babaçu.	196
Figura 73 - Edifício vernacular com cobertura de palha de babaçu.	197
Figura 74 - Casa de adobe em construção.	199
Figura 75 - Processo de produção de blocos de adobe.	200
Figura 76 - Desfile 7 setembro - as casas de adobe, as palmeiras e as moradoras.	201
Figura 77 - A serra, a casa de adobe e a palmeira.	201
Figura 78 - A serra, o ribeirão e a palmeira –Cachoeiras do “Vai quem quer”.	202
Figura 79 - O fogão à lenha, as panelas de barro e o babaçu.	203
Figura 80 - Fundos do terreno com árvores do cerrado e frutíferas.	203
Figura 81 - Acesso aos fundos dos terrenos.	204
Figura 82 - Influência das populações tradicionais em Taquaruçu.	207
Figura 83 - Genealogia das influências do tipo arquitetônico em Taquaruçu.	208
Figura 84 - Exemplares estudados na pesquisa, considerados como referência cultural.	209
Figura 85 - Esboço de implantação no terreno do tipo A.	211
Figura 86 - Esboço de implantação no terreno do tipo B.	212
Figura 87 - Palmeiras no fundo do terreno.	212
Figura 88 - Massa arbórea densa aos fundos.	213
Figura 89 - Ocupação do tipo A sem recuo frontal.	214

Figura 90 - Ocupação do Tipo B com recuo frontal e varanda.	215
Figura 91 - Recuos diferentes Tipo A.....	216
Figura 92 - Esboço das tipologias.	217
Figura 93 - Arraial de Porto Real (Porto Nacional) século XVIII.	218
Figura 94 - Arraial de Natividade, século XVIII.....	218
Figura 95 - Esboço da planta- baixa e plano marginal em Natividade.....	219
Figura 96 - Esboço do plano marginal Tipo A em Taquaruçu.....	219
Figura 97 - Composição das fachadas Tipo A.....	220
Figura 98 - Antes e depois - cores vibrantes utilizadas no casario vernacular após intervenção pelo poder público local.	221
Figura 99 - Prolongamento do telhado principal para inclusão da varanda do Tipo B.	221
Figura 100 - Novas construções sem reboco com intenção do adobe a vista	222
Figura 101 - Volumetria com as dimensões médias do Tipo A.....	222
Figura 102 - Cobertura do Tipo B com telhado inferior anexado à construção principal.....	223
Figura 103 - Árvore "cega machado"	225
Figura 104 - Primeiros assentamentos na Vila Canela.....	225
Figura 105 - Corredor Tipo A.	226
Figura 106 - Produção coletiva de bloco de adobe.	227
Figura 107 - Construção em adobe Tipo B do século XXI.....	228
Figura 108 - Elementos decorativos falsos incorporados à fachada - descaracterização no século XXI do casario do século XX.	229
Figura 109 - Novas construções comerciais - alvenaria comum imitando as casas vernaculares do século XX em adobe.	230
Figura 110 - Edificação que provoca descontinuidade da linearidade e obstrução do plano de fundo.	230
Figura 111 - Elementos industrializados anexados à fachada para proteção do sol.....	231
Figura 112 - Elementos industrializados anexados à fachada para proteção do sol.	231
Figura 113 - Novas construções desconexas com as características singulares do Distrito.....	231
Figura 114 - Síntese fisiográfica do vale Taquaruçu.....	234
Figura 115 - Caminho para o vale Taquaruçu antes da implantação de Palmas.....	235
Figura 116 - Área de interesse histórico-cultural com os referenciais arquitetônicos.....	245
Figura 117 - Mapa de Macrozoneamento do Município de Palmas.....	248
Figura 118 - Mapa do Sistema de Infraestrutura verde do Município de Palmas.....	250

LISTA DE ABREVIATURAS

AERIA	–	Áreas especiais de relevante interesse ambiental
APA	–	Área de proteção ambiental
APC	–	Áreas prioritárias para conservação
APP	–	Área de preservação permanente
AVU	–	Área verde urbana
BR-153	–	Rodovia Federal 153
CV	–	Corredor verde
ICOMOS	–	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INRC	–	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	–	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCA	–	Macrozona de Conservação Ambiental
MOCOND	–	Macrozona de ordenamento rural condicionado
MOCONT	–	Macrozona de ordenamento controlado
MOR	–	Macrozona de ordenamento rural
PD	–	Plano Diretor
RP	–	Região de planejamento
SISMIV	–	Sistema Municipal de infraestrutura verde
TO-030	–	Rodovia Estadual 030
TO-050	–	Rodovia Estadual 050
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura

GLOSSÁRIO

Babaçu: palmeira do cerrado, cujo nome científico é *Orbignya phalerata*, da família das palmáceas, localizada na região Norte do Brasil, nos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

Buriti: palmeira do cerrado, cujo nome científico é *Mauritia flexuosa L.*, da família botânica Palmae (palmáceas). Encontrada predominantemente em terrenos pantanosos da região central do Brasil.

Caatinga: um dos biomas brasileiros, constituído um clima semiárido, com chuvas escassas e irregulares. A vegetação é composta por arbustos e árvores de porte baixo. Esse tipo bioma é possível de ser encontrado nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, norte de Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Cachoeira: Queda natural de água da corrente de um rio.

Chapada: constituída de extensas superfícies plana da parte superior da serra. Geralmente possui uma vegetação rasteira e localizam-se predominantemente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Sertão: regiões afastadas dos centros urbanos, caracterizado por áreas predominantemente rurais localizadas no interior do Brasil, apresentando clima mais seco e chuvas escassas.

Serra: montanha ou montes, constituída de compactação na parte superior, caracterizada por uma planície com vegetação rasteira.

INTRODUÇÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A presente investigação é resultado das pesquisas ao longo da trajetória acadêmica na Universidade Federal do Tocantins, desenvolvida a partir do tema abordado na pesquisa de iniciação científica sobre arquitetura vernacular na paisagem do Distrito de Taquaruçu, localizado no Estado do Tocantins, Brasil. Os estudos preliminares permitiram produzir um levantamento de documentos iniciais, identificando fenômenos atuais. Neste contexto, um diagnóstico inicial sobre o papel da arquitetura de terra como referência cultural do lugar fomentou as primeiras indagações sobre o objeto de estudo para o aprofundamento de uma tese.

Após a finalização dos trabalhos, a tese debruçou-se no estudo da interrelação entre os elementos ambientais e culturais sob o viés da dimensão material e imaterial, traduzidos na arquitetura vernacular. Dessa forma, a pesquisa permitiu obter as primeiras impressões sobre a ampliação do valor da arquitetura em determinados contextos.

2. OBJETO EMPÍRICO

O Distrito de Taquaruçu é conhecido como a região serrana de Palmas, devido à riqueza de sua vegetação, da geomorfologia e pelo clima ameno. Situado a 35 km da cidade de Palmas, esse recanto ecológico abrange mais de oitenta cachoeiras e diversos balneários naturais. O lugar torna-se refúgio dos habitantes de Palmas, que procuram não somente contato direto com a natureza, como também sensações mais agradáveis de temperatura.

O isolamento desse Distrito, contribuiu para a manutenção de uma especificidade cultural local, referente à inserção de casas construídas com terra, que harmonizam a paisagem serrana e contribuem incisivamente para o caráter ecológico e a qualidade ambiental do lugar.

A produção arquitetônica vernacular do Distrito, a diferencia da capital Palmas, com uma linguagem própria e singular. Na casa vernacular, não são avaliados os estilos arquitetônicos, mas a sua essencialidade enquanto expressão dos recursos

naturais, tectônicos e da manifestação cultural, a partir de suas tradições construtivas, compondo a paisagem e caracterizando o lugar.

Neste sentido, a permanência dessas características em Taquaruçu, foram fundamentais para a origem da problemática da tese, a qual trouxe a reflexão sobre a possibilidade da arquitetura vernacular ser testemunho de uma manifestação imaterial, a partir da técnica construtiva.

3. PROBLEMA

Taquaruçu está vulnerável às intervenções arquitetônicas e urbanísticas, que descaracterizam a paisagem com impactos significativos nos elementos naturais, ou até mesmo, com projetos que tentam promover maquiagem no núcleo central, sem ater-se aos elementos importantes para a manutenção da singularidade do lugar.

Diante da resistência de práticas culturais construtivas, e do seu caráter ecológico em tempos de globalização, a perda da identidade dos lugares, ou seja, das preocupações com o patrimônio cultural e ambiental do local, fica evidente. Diante dos novos empreendimentos imobiliários e dos vislumbres turísticos atrelados estritamente às cachoeiras e aos aspectos climáticos, são desconsiderados os elementos ambientais e culturais que estruturam a paisagem, e que têm uma relação estreita com a arquitetura vernacular e com os moradores.

Obviamente, isso acarreta à perda do caráter do lugar, da qualidade ambiental, das tradições construtivas, e num futuro próximo, talvez até o desaparecimento dos elementos naturais, foco dos interesses turísticos.

Face a isso, coloca-se como questão neste estudo: Qual a importância que a arquitetura vernacular exerce na paisagem de Taquaruçu, de modo a identificar os elementos materiais e imateriais mais significativos que persistem na contemporaneidade e o determinam como “lugar”? E, nesse sentido, procurou-se verificar como esses elementos interferem na composição dessa paisagem, de forma a consubstanciar outra questão: Qual a essencialidade e o valor atribuído à Taquaruçu para direcionar as medidas de intervenção na paisagem, principalmente quando a arquitetura vernacular está relacionada à imagem e à história do lugar?

4. OBJETIVOS E HIPÓTESES

Para dar respostas às questões acima, este estudo propôs como objetivo geral, apreender por meio de uma visão associada e integrada, a inclusão e importância da arquitetura vernacular na paisagem de Taquaruçu, por meio do conceito de lugar, sob o manto da dimensão física e simbólica, com intuito de direcionar alguns caminhos para intervenção na paisagem.

Para atingir o objetivo geral da tese, foram determinados os seguintes objetivos específicos:

- Clarificar a evolução do conceito de paisagem e a incorporação da dimensão imaterial, constituindo uma das bases fundamentais para a atribuição de valor à paisagem cultural.
- Relacionar as contribuições da transformação do conceito paisagem cultural na arquitetura vernacular;
- Investigar as possibilidades de apreensão dos lugares, em sua dimensão física e simbólica a partir da arquitetura vernacular, no âmbito natural e cultural;
- Entender as circunstâncias que a arquitetura vernacular permite incorporar valores materiais e imateriais na estruturação das paisagens;
- Apreender os valores atribuídos em Taquaruçu a partir da intervenção e relação com a paisagem, e que dão sentido ao lugar, a partir do papel exercido pela arquitetura vernacular;
- Apontar parâmetros de intervenção na paisagem de Taquaruçu, a partir dos atributos materiais e imateriais da arquitetura vernacular, com intuito de fortalecer o caráter do lugar, e direcionar as medidas de salvaguarda da paisagem cultural.

A partir dessas premissas, o trabalho procurou investigar a arquitetura vernacular de Taquaruçu, como elemento passível de salvaguarda e sua relevância como viabilizador da preservação da paisagem.

Apesar de existir um patrimônio cultural e ambiental significativo em Taquaruçu, ele não pode ser entendido a partir de elementos isolados, nem com um valor único, porque a paisagem possui outras características, elementos e valores particulares que, juntos, configuram espacialmente e lhe dão significado.

Parte-se da hipótese que, se a paisagem cultural abarca a dimensão concreta e subjetiva das relações humanas com o ambiente, a arquitetura vernacular - enquanto elemento construído que altera a ordem do território -, absorve no

edificado os elementos naturais a partir da experiência humana. Neste sentido, é concretizada por meio de tradições construtivas, com a capacidade de incorporar valores naturais/culturais, materiais e imateriais.

É claro que existe um vasto leque de possibilidades de atribuir valor às paisagens, porém a tese se debruça especificamente no papel da arquitetura vernacular e das pessoas que contribuíram para um legado, que incide a favor da qualidade ambiental, da tradição e da estruturação das paisagens, sobretudo, diante das mudanças climáticas e da perda do sentido de alguns lugares na contemporaneidade.

5. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Enquanto afloram pesquisas sobre arquitetura erudita, moderna e contemporânea, bem como paisagens culturais de valor excepcional reconhecidas pela UNESCO, ou ainda sítios históricos nacionais e mundiais protegidos a nível nacional e mundial, motivados pelo valor material atribuído, sabe-se ainda muito pouco sobre a dimensão que a arquitetura vernacular abarca. A escassez de estudos acadêmicos voltados à compreensão da materialidade arquitetônica vernacular, associada à sua imaterialidade, revela o vazio que essa tese pretende investigar.

É preciso reconhecer outras dimensões da arquitetura, movidas pelas relações com os elementos naturais, pelos processos construtivos, pelas tradições culturais e com o envolvimento dos moradores, enquanto detentores culturais na construção da paisagem. Estes são pressupostos fundamentais para o entendimento da relação intrínseca da paisagem com a comunidade local, o que caracteriza o lugar.

Outra expectativa é sobre a possibilidade de gerar consistência ao debate acerca do tema que envolve a dimensão material e imaterial da arquitetura. No caso em particular, da vernacular, lançando brechas sobre a relevância da manutenção da essência dos lugares, a partir de não apenas a manutenção dos aspectos físicos, mas também a manutenção das tradições culturais que estão incorporadas à materialidade da arquitetura. Para isso, pode-se apontar os contributos dessa tese, a partir de dois níveis:

- Ao nível teórico

No nível teórico, através da gênese conceitual da paisagem, orientada pelos pressupostos fundamentais que ampararam o suporte físico e simbólico da arquitetura vernacular, onde a arquitetura tem o poder de criar lugares, e estes, demarcar territórios, tanto pelas marcas visíveis, quanto pelas invisíveis, descortinando as origens das relações humanas com a natureza, que se perderam pelo aprimoramento do conceito de paisagem cultural.

Neste contexto, o estudo contribui para adição de uma outra perspectiva de atribuição de valor à arquitetura vernacular no âmbito do patrimônio, que não se resume apenas a materialidade, mas sobretudo pela sua associação à imaterialidade, delimitando o território também pela sua dimensão subjetiva, e traçando fronteiras visíveis e invisíveis.

- Ao nível operativo da arquitetura

No nível operacional, identifica as potencialidades para o fortalecimento daquilo que singulariza o lugar e direciona caminhos para intervenções na paisagem, com base nos elementos elucidados a partir da apreensão do lugar – sob o viés do natural/cultural, material/imaterial -, a fim de permitir a preservação e reposição da peculiaridade da paisagem.

Em relação ao objeto empírico desta investigação, a tese será um ponto de partida para direcionar medidas que possam reverter o processo de degradação da paisagem de Taquaruçu. Além disso, poderá fortalecer a sua dimensão simbólica, garantindo ao edificado vernacular, o papel de transmitir a mensagem cultural, ao passo que deverá despertar uma mobilização e empoderamento da comunidade local, sobre como poderão atuar em benefício da qualidade ambiental do lugar e da manutenção das tradições.

6. ÂMBITO DISCIPLINAR

O âmbito disciplinar do estudo, compreende a área da arquitetura (teoria e prática de projeto) e do patrimônio cultural, ao incorporar pressupostos essenciais que influenciam na qualidade ambiental do edificado integrado à paisagem, bem como incidem nos aspectos culturais, fundamentais para que o lugar possa fazer sentido para as pessoas.

Como a problemática da tese consiste nos aspectos concretos e subjetivos diante da natureza do objeto, relacionados à paisagem e à arquitetura, foi preciso

conjugar as áreas de geografia, arquitetura e patrimônio cultural, visando filtrar os conceitos que fazem diálogo entre a materialidade e imaterialidade, fundamentais para a compreensão do universo que envolve o objeto de estudo, estreitamente ligado aos aspectos ecológicos, humanos e culturais.

A partir desses pressupostos, a tese recorreu-se na fenomenologia, com intuito de possibilitar a apreensão dos significados incorporados à matéria, e seu sentido de existência para caracterização do lugar. Por outro lado, a pesquisa também se debruçou sobre os aspectos físicos do território, direcionada à compreensão da materialidade, tradicionalmente estudada pela academia através da geografia, história e da própria arquitetura. O diálogo entre esses campos disciplinares, permitiu adentrar às fronteiras movediças que delimitam os conceitos de paisagem, lugar e arquitetura, desenhando o fio condutor do processo de desenvolvimento da tese, que pode dar respostas sobre a dimensão da arquitetura vernacular nesse contexto.

7. METODOLOGIA, PROCEDIMENTOS E RECORTE TERRITORIAL

A partir dos dois caminhos tangentes: material e imaterial, desenvolveu-se a estrutura metodológica da tese, com o intuito de elucidar as formas de apreensão dos elementos constituintes da paisagem e seus atributos, além de descortinar as bases fundamentais de qualquer intervenção arquitetônica na paisagem, diante da sua característica marcada pela imagem da arquitetura vernacular.

Metodologicamente, o objetivo foi apreender os elementos que constituem a paisagem – ambientais (ecológicos), culturais (humanos) e vernaculares, pelos seus aspectos concretos e subjetivos simultaneamente, ou seja, duas direções que se cruzam e entrelaçam. Para tanto, desenvolveu-se uma estrutura metodológica, dividida em três fases: enquadramento teórico-conceitual, recorte territorial e apreensão do lugar, pela perspectiva fenomenológica, histórica e morfológica.

Primeiramente, foi necessário o enquadramento teórico-científico, cujo objetivo visou clarificar os conceitos que fundamentam a investigação e definem uma base teórica para aplicação da metodologia. Da mesma forma, explanam os conceitos que suportam o campo temático da tese, envolvido por referências culturais e ambientais, a partir das relações humanas estabelecidas no território e que poderiam dar pistas sobre a fundamentação dos argumentos da tese.

Nesse sentido, como pretendeu-se estudar a dimensão física e simbólica na estruturação da paisagem, propôs-se olhar a arquitetura vernacular de Taquaruçu como uma manifestação cultural, sob a perspectiva material e imaterial, a partir de uma abordagem física e fenomenológica da paisagem. Para a sua leitura e interpretação, por meio dos seus agentes e o meio, a abordagem teve como fio condutor a dimensão material e imaterial do conceito de paisagem cultural, e com o suporte das teorias de Christian Norberg-Schulz¹ e Augustin Berque², cujas definições transitam entre materialidade e imaterialidade.

Contudo, também foi necessária uma análise dos componentes naturais e construídos, apoiada na abordagem morfológica da paisagem com aproximações teóricas sobre a ecologia de Manuela Raposo Magalhães³, e na compreensão da paisagem construída pelas pessoas a partir de suas heranças, para entender os hábitos atuais de intervenção, através do *axioma histórico*, definido por Peirce Lewis⁴.

Magalhães desenvolveu uma metodologia que procura estudar a paisagem sob a perspectiva morfológica, a partir do relacionamento dos componentes de base ecológica, edificada e cultural. Sob esse viés, pode-se definir uma abordagem global da paisagem, principalmente ao envolver essas três dimensões principais do objeto de estudo. Nos componentes de base ecológica são estudadas as preexistências ambientais do sítio e sua relação humana por meio do edificado. Neste sentido, a autora recorre ao estudo de tipologias do edificado e do não-edificado, com o intuito

¹ NORBERG-SCHULZ, Christian. A paisagem e a obra do homem. **Revista Arquitectura**, Lisboa, v. 102, mar./abr. n. Sindicato Nacional dos Arquitectos, p. 52-58, 1968.; NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existencia, espacio y arquitectura**. Barcelona, Espanha: Blume, 1975. NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenómeno do lugar (1976). In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 664.; NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli Edinburggh College of Art Library, 1984.

² BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. **Espace Géographique**, v. 13, n. 1, p. 33-34, 1984. BERQUE, Augustin. Das águas da montanha à paisagem. In: SERRÃO, Adriana Verissimo (Org.). **Filosofia e arquitetura da paisagem**: um manual. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2008.; BERQUE, Augustin. La Transition Paysagère ou sociétés à pays, à paysagee, à shanshui, à paysagement. **L'Espace Géographique**, v. 1, p. 18-20, 1989.

³ MAGALHÃES, Manuela Raposo. **Arquitetura Paisagística**: morfologia e complexidade. Lisboa: Estampa, 2001.

⁴ LEWIS, Peirce F. Axioms for reading the landscape: Some Guides to the American Scene. In: MEINIG, D. W.; JACKSON, John Brinckerhoff. **The interpretation of ordinary landscapes**: Geographical Essays. New York: Oxford University Press, 1979. p. 11-32.

de descrever uma estrutura comum através de uma formalização e sistematização da paisagem.⁵

Vittorio Gregotti também relata que a leitura de conjuntos ambientais deve ser pontuada, a partir da classificação das tipologias formais das estruturas antropogeográficas, e da implantação de uma cartografia de valores formais do território, visando obter uma definição de critérios de homogeneidade de determinados elementos concretos pertencentes à paisagem e que delimitam o território.⁶

Nesse sentido, a cartografia, desenhos, fotografias e as imagens aéreas, fornecem possibilidades de reconhecimento da estrutura formal da paisagem para o entendimento do todo, ao permitir a visualização do conjunto de pontos e fragmentos. Do mesmo modo, permite apreender o seu desenho, sua distribuição sobre o solo, “os modos e direções segundo as quais aquela se realizou; as linhas de contorno, de tangência, de conflito, as partes inteiras e residuais, o choque entre geometria e geografia”.⁷

Ao tentar desvendar o significado das paisagens contemporâneas e o que elas têm a dizer, é importante que se pense em uma investigação histórica. A leitura da paisagem envolve estudar o seu sentido cultural de existência, e que pode ser realizada por seus aspectos históricos e geográficos. Para compreender a matriz cultural de uma paisagem, e os motivos que levaram a transformação ou permanência de determinadas práticas culturais em certo território, é necessário investigar o processo histórico de ocupação e formação da paisagem pelas pessoas do passado e naquele contexto cultural.

Por esse viés histórico e morfológico, torna-se indispensável clarificar e descobrir quem foram os primeiros detentores de práticas culturais inseridas na paisagem, por meio de fontes convencionais de investigação, como as documentais, fotográficas, ilustrativas (artísticas ou não), cartográficas e orais. Objetiva-se portanto, acessar os vestígios do passado, de maneira que possa deflagrar uma matriz

⁵ MAGALHÃES, Manuela Raposo. **Arquitectura Paisagística**: morfologia e complexidade. Lisboa: Estampa, 2001.

⁶ GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

⁷ Ibid., p. 96.

cultural a partir dos fenômenos visíveis, articulado e suportado pelo conceito de *Axioma histórico e Paisagem Marca, Paisagem Matriz*⁸.

Peirce Lewis argumenta que a leitura da paisagem pode ser lida como um livro, mas não é tão simples, porque há elementos que devem ser interpretados a partir de hábitos, experiências ou valorações. Segundo o autor “às vezes é necessário recorrer a fontes de pesquisa não convencionais para identificar e interpretar os lugares”.⁹

Gregotti também afirma que, após a análise formal da paisagem por meio dos instrumentos como mapas, cartografia ou fotografias aéreas, é preciso utilizar outros instrumentos que possam apreender seus valores e seu caráter simbólico.¹⁰

Assim, para entender as relações estabelecidas entre as pessoas e o território, expressas no modo de ocupação, tipologia e construção, nos quais transitam entre a estrutura física e as referências culturais do lugar, a partir da interpretação da paisagem, é necessário se aproximar de uma abordagem fenomenológica, que tenha afinidade com as experiências vividas pelas pessoas com e sobre o lugar. Augustin Berque e Christian Norberg-Schulz norteiam esse caminho para apreensão da imaterialidade e da materialidade por meio da utilização de fontes orais, cinematográficas e literárias.

Christian Norberg-Schulz relata que a poesia e as obras literárias, podem ser utilizadas como fontes de informação para apreender o mundo-vivido, visto que a ciência, por vezes, deixa escapar o significado das coisas e dos lugares para as pessoas. O autor argumenta ainda, que a paisagem não pode ser entendida somente sob o aspecto físico, visual ou funcional. Por fim, ressalta que é necessário entender a paisagem de forma mais ampla, em virtude de envolver relações mais complexas.¹¹

Gregotti evidencia que a pintura, a fotografia, o cinema, a fotogrametria, os poemas, a literatura de romance e as reportagens são instrumentos essenciais para o estudo da paisagem, enquanto objeto de representação, que, apesar de encobrir

⁸ BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. **Espace Géographique**, v. 13, n. 1, p. 33-34, 1984.

⁹ LEWIS, Axioms for reading the landscape: Some Guides to the American Scene. In: MEINIG, D. W.; JACKSON, John Brinckerhoff. **The interpretation of ordinary landscapes: Geographical Essays**. New York: Oxford University Press, 1979.

¹⁰ GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

¹¹ NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar (1976). In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 664. p. 445.

determinados aspectos, podem revelar a relação humana com o lugar, bem como suas características estruturais.¹²

Holzer reforça esse argumento, ao afirmar que a paisagem está relacionada à integração complexa entre o sujeito e o objeto. O autor enfatiza ainda que a apreensão das paisagens presentes no inconsciente coletivo através da imagem e percepção, estão inteiramente relacionadas à concepção de novos assentamentos.¹³ Esse método pela percepção, também é ancorado pela teoria de Augustin Berque, ao afirmar que “a paisagem é uma marca porque exprime uma civilização, e a paisagem é matriz porque participa de esquemas de percepção, concepção e ação”¹⁴.

Essa materialidade da paisagem, está encorpada por valores imateriais a partir da relação das práticas culturais com o espaço, por meio de experiências individuais e coletivas. Tais práticas, podem caracterizar uma paisagem ao se tornar referências culturais do lugar, a partir da apropriação e delimitação (que pode ser imaginária) do espaço, o que resulta em territórios marcados por uma identidade.

No âmbito do patrimônio cultural, o campo disponibiliza uma série de inventários para levantamento de bens e valores, considerados patrimônio para uma sociedade ou comunidade. O conceito de “referência cultural”¹⁵ abarca tanto aspectos materiais como imateriais, ao envolver sujeitos e valores atribuídos aos lugares. Para Sant’Anna¹⁶, a base do conceito de referência cultural, traz em si, tanto o valor do patrimônio material quanto imaterial. Segundo a autora, estes dois conceitos se completam: “um não faz sentido sem o outro, e um não pode ser completamente apreendido sem o outro”.¹⁷

Essa noção de referência cultural é contemplada no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC.¹⁸ Este é um instrumento técnico do Instituto do

¹² GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

¹³ HOLZER, Werther. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura**, n. UERJ, p. 55-63, 2004.

¹⁴ BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. **Espace Géographique**, v. 13, n. 1, p. 33-34, 1984

¹⁵ IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais. **Manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

¹⁶ SANT’ANNA, Márcia. Patrimônio imaterial do conceito ao problema da proteção. **Tempo Brasileiro**, n. 147, p. 151-161, out./dez. 2001.

¹⁷ SANT’ANNA, 2001 apud PEREIRA, Marielle. Porto Nacional: entre o lugar como referência cultural e as intervenções no espaço urbano. **Habitus: América Indígena: Processos de Mediação e Ressignificação I**, v. 13, n. 1, p. 63-88, 2015. p. 160.

¹⁸ IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais. **Manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Manual_do_INRC.pdf.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que permite conhecer práticas culturais vinculadas a um determinado espaço e de natureza imaterial, a partir da aplicação e separação de categorias como: saberes, celebrações, formas de expressão, lugares e sítios, que são estruturados em fichas com a sistematização de informações textuais, audiovisuais e iconográficas. Esses dados visam descrever e elucidar valores de determinados grupos sociais ou comunidades.¹⁹

Em virtude da impossibilidade de contemplar todas as referências culturais da paisagem, o que poderia se tornar exaustivo, foi proposto direcionar o foco da pesquisa, para a arquitetura vernacular presente na paisagem. Assim, conforme a hipótese desenvolvida, poderá ser confirmada por meio da apreensão, tanto por fontes convencionais, como as não convencionais. A observação direta em campo, juntamente com as fichas pré-estabelecidas, contendo dados fotográficos, textuais, orais e iconográficos, possibilitam conhecer múltiplas referências dentro do mesmo espaço. As práticas culturais imbricadas no território, visíveis aos olhos do pesquisador na observação direta e apreendidos através do olhar dos moradores, permitem relacionar com os elementos concretos da paisagem, que caracterizam a paisagem.

Em síntese, tendo em vista as argumentações de Lewis²⁰ e ainda num olhar focado na junção entre materialidade e imaterialidade, a metodologia foi direcionada à abordagem fenomenológica apoiada nas teorias de Christian Norberg-Schulz²¹, no que diz respeito à imaterialidade vinculada aos espaços concretos a partir do conceito de *Genius loci*; e nas teorias de Augustin Berque²², sobre as paisagens presentes no inconsciente coletivo, a partir dos conceitos de *paisagem-marca* e *paisagem matriz e mediance*. Por fim, o conceito de *paisagem cultural*²³, estudado no âmbito do patrimônio cultural, possibilita delimitar recortes territoriais e definir lugares, a partir das manifestações culturais perceptíveis na paisagem.

¹⁹ IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais. **Manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

²⁰ LEWIS, P. Axioms for reading the landscape: Some Guides to the American Scene. In: MEINIG, D. W.; JACKSON, John Brinckerhoff. **The interpretation of ordinary landscapes: Geographical Essays**. New York: Oxford University Press, 1979.

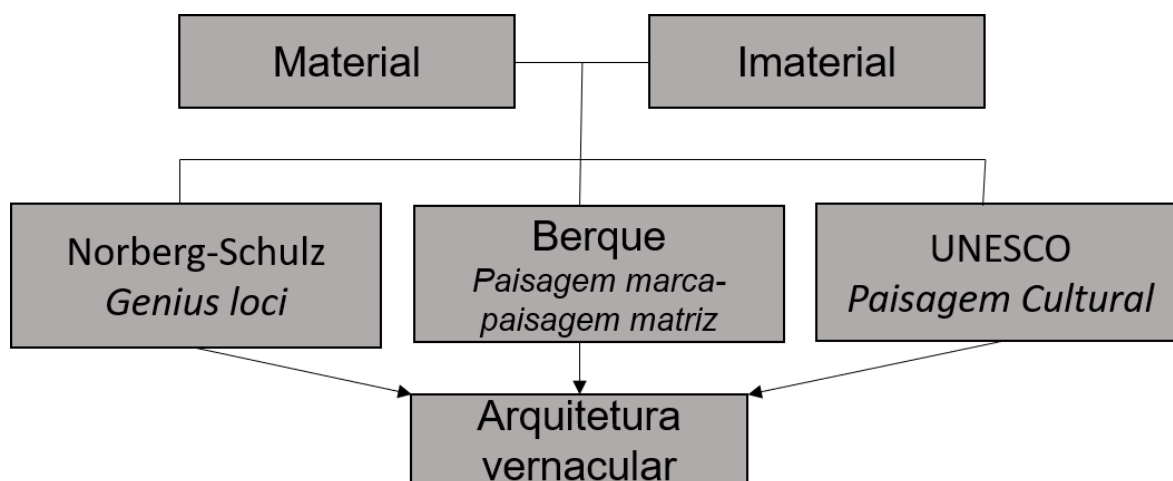
²¹ NORBERG-SCHULZ, Genius Loci Towards a Phenomenology of Architecture.

²² BERQUE, Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle.

²³ CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, Convenção Europeia da Paisagem em Florença, 20 de outubro, 2000.

Na figura 1, ilustra o entendimento que se acumula entre a teoria e o desenvolvimento do instrumento, para aplicação da pesquisa, que corresponde à apreensão e à compreensão das referências culturais do lugar, a partir das principais teorias debruçadas nesse estudo.

Figura 1 - Enquadramento conceitual da tese.



Fonte: Autoria própria (2019).

Apresentados os conceitos da pesquisa, partiu-se da hipótese que existem referências culturais que identificam lugares, delimitam territórios e estruturam paisagens, e que podem ser expressas pela materialidade e imaterialidade, através da arquitetura vernacular.

A segunda fase da investigação, envolve a aplicação dos conceitos do campo teórico-científico. Foi a partir dessa clarificação conceitual, que se pôde definir e argumentar o recorte territorial do caso de estudo, vinculado aos aspectos iniciais da hipótese. O critério para essa definição, se deu a partir das manifestações culturais físico-perceptíveis do lugar, sustentado pelas bases teóricas e conceituais da pesquisa. Taquaruçu foi escolhido, por ter motivado a origem da problemática e conter uma delimitação territorial reconhecível, a partir de suas referências culturais, que envolvem o universo entre os elementos naturais, culturais e humanos.

A terceira fase está relacionada a apreensão do lugar, tanto pelos aspectos materiais como imateriais. Uma das direções da investigação é referente à abordagem morfológica, fundamentada através do axioma histórico, contendo o levantamento de informações gráficas e documentação primária, relacionados aos

componentes naturais e culturais no processo de ocupação e formação do território, que são:

- 1- Levantamento dos elementos naturais da área, onde se manifestam fisicamente a arquitetura vernacular;
- 2- Levantamento dos elementos edificados identificados como vernaculares, através da observação direta na rota para as cachoeiras;
- 3- Recolha da documentação a partir de 1940, relacionadas ao Governo Getúlio Vargas, contendo informações sobre Expedição Roncador Xingu, Marcha para Oeste, e relatórios e cartas que relatam o processo de ocupação e formação do antigo norte de Goiás. As fontes de pesquisa são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a Fundação Getúlio Vargas, a Fundação Brasil Central, Biblioteca Nacional do Brasil, Biblioteca Nacional da França e Acervo Histórico Ultramarino de Portugal;
- 4- Recolha e análise de documentos de memorialistas da região que narram fatos históricos; e por último,
- 5- Cartografia antiga e manuscritos.

O parâmetro pelo axioma histórico e morfológico permite investigar “as heranças do passado de uma paisagem construída por pessoas do passado”²⁴, e contrastar com os hábitos atuais, com intuito de trazer o entendimento da dimensão simbólica da estrutura física remanescente.

A outra direção da investigação está relacionada à abordagem fenomenológica, na qual identificou-se as referências culturais do lugar que envolvem a espacialidade, e que são definidas por meio das experiências vividas pelas pessoas em determinado território, a partir da investigação e aplicação dos seguintes componentes:

- 1- Fichas e questionários, contendo a descrição do que seria referência cultural para os moradores a partir de entrevistas semi-estruturadas, bem como aqueles que participam das atividades culturais envolvendo técnicas vernaculares;
- 2- Levantamento de imagens das edificações e dos fenômenos do lugar;
- 3- Levantamento das fontes literárias e artísticas contendo textos, narrativas, desenhos e pintura sobre os fenômenos e as referências culturais do lugar.

²⁴ LEWIS, P. Axioms for reading the landscape: Some Guides to the American Scene. In: MEINIG, D. W.; JACKSON, John Brinckerhoff. **The interpretation of ordinary landscapes: Geographical Essays**. New York: Oxford University Press, 1979.p.11.

A abordagem fenomenológica permite compreender a visão de mundo vivido pelas pessoas, explicar os fenômenos contemporâneos que envolvem a espacialidade, e entender as relações sociais, econômicas, ambientais e culturais expressas no edificado.

Após a apreensão da paisagem, configura-se a análise e a interpretação dos dados levantados, que são realizados por meio da contrastação das referências culturais, que por sua vez, são diagnosticadas pelas fontes e narrativas cartográficas, orais, literárias e artísticas. Dessa forma, pode-se elucidar o caráter do lugar e a relação dos fenômenos atuais com o passado, bem como elucidar os valores atribuídos à paisagem historicamente.

8. ESTRUTURA DA TESE

O trabalho se organiza em nove capítulos, divididos em três partes, seguidas pelas considerações finais, referências bibliográficas, apêndice e anexos.

A primeira parte está relacionada ao enquadramento teórico-conceitual, e compreende do capítulo 1 ao 3. O primeiro capítulo apresenta a gênese do conceito de paisagem, sua transformação e as diversas contribuições dos teóricos, que resultaram no conceito atual de paisagem cultural, bem como na discussão sobre restituição das bases fundamentais, pertinentes à relação intersubjetiva entre os humanos e a natureza, induzindo a pensar como isso pode repercutir na arquitetura.

O segundo capítulo procura refletir sobre como a fusão desses elementos, a partir do entendimento do território na arquitetura e centrado na discussão do conceito de lugar, pode ser traduzida na arquitetura a partir do suporte material e imaterial, bem como definida pelos pressupostos ambientais, culturais e humanos, surgidos a partir da contribuição de outras disciplinas, assim como as formas de apreensão da materialidade e imaterialidade dos lugares. Como resultado dessa fusão de elementos, tem-se a proposta de uma territorialidade arquitetônica construtiva, definida pelas práticas culturais que criam os lugares, a partir de fronteiras simbólicas e físicas que desenham os territórios.

O terceiro capítulo examina em quais circunstâncias é passível a identificação de uma territorialidade arquitetônica, orquestrada pela lógica das tradições construtivas, a partir da arquitetura vernacular. Também, explicita sua diferenciação entre arquitetura popular e primitiva, com o intuito de conter conflitos

sobre a lógica de cada uma em particular, no sentido de elucidar as situações em que a arquitetura vernacular extrapola a sua dimensão concreta.

A segunda parte se debruça no caso de estudo, e compreende desde o capítulo um até o capítulo quatro, onde versam sobre a apreensão da materialidade e imaterialidade em Taquaruçu, a partir dos elementos ambientais/ecológicos e culturais/vernaculares compositivos da paisagem. Neste sentido, são abordadas tanto pelas fontes convencionais, quanto por narrativas que denunciam o caráter do lugar desde o século XVIII, sob a perspectiva dos detentores culturais da paisagem, ou seja, das relações humanas com o lugar, dando respostas sobre o papel exercido pela arquitetura vernacular, principalmente em relação às tradições construtivas.

A terceira parte compreende um capítulo, onde reúne os valores atribuídos à paisagem de Taquaruçu.

Por fim, as considerações finais sintetizam os temas tratados, esboçando uma matriz dos elementos identificados, que correspondem aos requisitos essenciais que, por sua vez, permitem identificar a possibilidade de atribuição valor material e imaterial à arquitetura vernacular, bem como define as medidas de salvaguarda da paisagem de Taquaruçu, baseadas na atribuição de valor, com intuito de orientar as intervenções arquitetônicas e urbanísticas.

O trabalho não pretende criar uma nova categoria de patrimônio, mas demonstrar que existe uma outra possibilidade de atribuição de valor à arquitetura, e que não negligência atributos já consagrados, pelo contrário, fortalece a dimensão de sua matéria.

**I: PAISAGEM, TERRITÓRIO, LUGAR E ARQUITETURA VERNACULAR COMO
REFERÊNCIA CULTURAL: BASES CONCEITUAIS**

I.1. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM

O processo de construção e transformação da paisagem natural revela que o ser humano possui uma relação intrínseca com o meio em que vive. Por meio do entendimento da paisagem, a humanidade adaptou historicamente os modos de vida e as construções às condições naturais do território. Essa interdependência é evidente quando analisados contextos singulares que detêm estruturas arquitetônicas e que deflagram pontos focais da vida de grupos e indivíduos na paisagem, vinculadas a determinadas práticas culturais e associadas aos percursos humanos e da água.

O dicionário da língua portuguesa diz que a paisagem é “porção do território que se abrange num lance de olhos; vista; panorama; ou espaço geográfico com determinadas características; ou ainda pintura em um quadro que representa um sítio campestre; desenho sobre um motivo rústico”²⁵. Mas entender como os humanos interagem com ela não é tão simples, pois a paisagem pode ter vários conceitos e envolver múltiplas abordagens.

De acordo com a Convenção Europeia da Paisagem, realizada em 2000, o entendimento de paisagem é designado como “parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos”²⁶. Essa noção de paisagem, atualmente está direcionada à abordagem material e imaterial, e configura-se como paisagem cultural.²⁷

Contudo, para se chegar a esse entendimento atual, foi preciso um longo percurso que começa desde o entendimento da paisagem, como uma espécie de fusão entre o ser humano e a natureza, sem conotações estéticas, estilísticas ou representativas, passando por uma espécie de decomposição entre o material e imaterial, até atingir abordagens mais sofisticadas, relacionadas à intersecção entre os aspectos humanos e naturais.

Partindo desse longo caminho percorrido, e tomando como base o início e o conceito atual de paisagem, essa tese se debruça principalmente em três teóricos fundamentais, que contribuem significativamente para este estudo: Norberg-

²⁵ INFOPÉDIA DICIONÁRIOS. Porto: Porto Editora, 2003.

²⁶ UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of World Heritage Convention, 2017.

²⁷ CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, Convenção Europeia da Paisagem em Florença, 20 de outubro, 2000.

Schulz²⁸, do campo da arquitetura, e Augustin Berque²⁹ e Carl Sauer³⁰, ambos da geografia. Esses teóricos, ao transitarem pela materialidade e imaterialidade – principalmente os dois primeiros, trouxeram contributos importantes para a arquitetura, pois nortearam caminhos para a compreensão e intervenção nas paisagens.

A partir desses pressupostos, esta tese mergulha em abordagens conceituais já cristalizadas na geografia e na arquitetura, com intuito de descortinar aquilo que se perdeu com o tempo, diante da transformação conceitual das paisagens, com o intuito de restituir aquilo que é essencial para sobrevivência dos seres humanos e da terra – o corpo e a alma das paisagens.

I.1.1 O SURGIMENTO: FUSÃO

O conceito de paisagem nem sempre foi unânime nas sociedades, e talvez ainda não o seja. Para os orientais, segundo Augustin Berque, a ideia de paisagem tinha uma visão integrada com a natureza. Segundo o autor, a palavra surge pela primeira vez no século IV na China pelo nome de *shanshui*, que significa os “montes e as águas”, numa relação versada pela fusão cósmica entre o sujeito e o universo, onde há rejeição ao dualismo entre o sujeito/objeto, e procurando relações intersubjetivas entre o sujeito e o seu meio.³¹

Os chineses usavam o termo *shanshui* como paisagem sem conotação estética, apenas para referir às águas da montanha como gênios da natureza selvagem. Posteriormente, essa noção aparece no primeiro tratado sobre paisagem escrito por Zong Bing (345-443), que definia a paisagem como possuidora de “forma material que tenderia para o espírito”.³²

É evidente que a relação da paisagem com o ser humano no oriente parece se conformar como um único ser, constituído pelo ser humano e pela natureza, onde

²⁸ NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli Edinburgh College of Art Library, 1984.

²⁹ BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. **Espace Géographique**, v13, n.1 p.33-34, 1984.

³⁰ SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 13-73.

³¹ BERQUE, Das águas da montanha à paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org). **Filosofia e Arquitectura da Paisagem: um manual**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2008.p. 95.

³² Ibid., p. 97.

a vida se funde nesses dois elementos, indo além da matéria, configurando-se apenas em um único elemento indivisível, dependentes entre si que compõem o seu universo.

I.1.2 PAISAGEM E REPRESENTAÇÃO

Para Berque, a noção de paisagem na Ásia oriental é muito diferente da noção europeia. Na Europa, segundo o autor, a noção de paisagem está relacionada à modernidade, reproduzida pelas transformações do século XV ao século XVII através da perspectiva clássica, moldada pela visão do sujeito fora do seu meio, voltado para o planejamento paisagístico e estética do território.³³

Por outro lado, a ideia de paisagem no ocidente durante o renascimento, entre os séculos XV e XVII, tem aproximações do efeito de representação teatral, onde havia elementos visuais e perspectivados, abrindo caminhos e contendo horizontes e barreiras visuais. Um dos termos utilizados para designar paisagem no ocidente nesse período, foi a palavra alemã, *Landschaft*.

Durante a renascença, a escola francesa utiliza o termo *paysage* para designar os elementos naturais associados à estética e à representação. Conforme Cauquelin, a ideia de paisagem e de natureza na visão ocidental, surge como representação por meio de um quadro, através de uma perspectiva, ainda que artificial. Essa percepção se fez presente a partir do século XVI na pintura, durante o movimento renascentista.³⁴

Nesse período de ascensão do mundo burguês e dos príncipes, Maurice Ronai postula que a pintura conduziu a sociedade a encarar a paisagem como espetáculo estético, e a representação mística e religiosa seria substituída pelo retrato do espaço, por meio do quadro. O autor postula que a paisagem seria vista como obra de arte ou como monumento, onde determinados lugares seriam valorizados, e conseqüentemente, se tornariam modelos para os arquitetos e urbanistas.³⁵

Gregotti afirma que a noção de paisagem na arquitetura surge nos fins do século XVI a partir do viés “como material operável” superando a noção de jardim.

³³ BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. **Espace Géographique**, v13, n.1 p.33-34, 1984.

³⁴ CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2014.

³⁵ RONAI, Maurice. Paisagens II. **GEOgraphia**, v. 17, n. 34, p. 247–261, 2015. p. 255.

Esse novo conceito não está atrelado à ideia de natureza modelada pelo desenho como prolongamento da arquitetura ou como lugar estético e simbólico, mas frente a um elemento que estabelece a relação dialética com a construção e que deve ser tratado como elemento operável.³⁶

De Architectura, conhecido como o livro mais antigo escrito em Roma por Marcus Vitruvius Pollio há cerca de 30 a.c, é caracterizado como um manual técnico teórico e sistemático para a prática espacial. A obra, desprovida das ilustrações originais, foi redescoberta durante a renascença, tornando-se foco das discussões acadêmicas nas primeiras décadas do século XV. O tratado vitruviano serviu de base para publicação dos tratados arquitetônicos subsequentes, porém, com incorporação e predominância de imagens ilustrativas.³⁷

Ao implementar as imagens seguidas por textos explicativos, os arquitetos tratadistas da renascença, reproduziram obras que saíram do arcabouço predominantemente teórico, para o realce da representação espacial. Com isso, o campo disciplinar arquitetônico se transformaria significativamente, a partir da reconstrução do conteúdo ilustrativo original de *Vitruvius*, através dos seus textos e da representação espacial ilustrativa. A disseminação ocorreu não somente na teoria da arquitetura, mas sobretudo na associação dos conceitos às imagens.

Dentre as obras publicadas com apelo à representação de imagens e baseadas no tratado vitruviano, pode-se destacar: De Re Aedificatoria, de Leon Battista Alberti, escrito em 1442-1452 e ilustrado por Fra Giocondo na edição de 1511; Di Lucio Vitruviou Pollione de Architectura em 1521, de Cesare Cesariano; I Sete Libri Dell'architettura, de Sebastiano Serlio; Vitruvius, de Daniele Barbaro em 1556; e I Quatro Libri Dell'architettura de Andrea Palladio, em 1570, que evidenciou-se mais intensamente com as imagens, do que pelos textos. Nesse período verifica-se um movimento em representar os tratados arquitetônicos por imagens.³⁸

A fundamentação do *landscape* como disciplina, encontra-se intimamente ligada à esta ideia, porém num contexto ideológico naturalmente diverso. O *landscape* tem suas origens na polêmica lançada pela cultura anglo-saxônica contra o *Formal Garden*.³⁹

³⁶ GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva. 1975.

³⁷ COSGROVE, Denis, Ptolemy and Vitruvius: spatial representation in the sixteenth-century texts and commentaries. **Architecture and The Sciences: Exchanging Metaphors**, p. 20-51, 2003.

³⁸ Ibid.

³⁹ GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

A introdução da perspectiva passa amplamente a ser utilizada na renascença por meio da pintura. A paisagem representada por meio da narrativa artística era uma das maneiras possíveis de ver a imagem do espaço, bem como testemunhar diversas relações sociais por meio da pintura. Michael Baxhandall, argumenta que as pinturas do século XV permitiram apreender as relações sociais e econômicas estabelecidas naquele século.⁴⁰

É possível observar que a noção de paisagem como representação perdura até a contemporaneidade, ao permitir elaborar abordagens diferentes da paisagem, entre o real e a sua imagem. Durante a renascença, a paisagem se debruçou nas leis da perspectiva, ao enganar os nossos olhos utilizando a terceira dimensão como “uma das formas possíveis de encontrar um equivalente verossímil do espaço em que vivemos”.⁴¹

Se no século XVI, a paisagem se referia a uma parte do território, seja ele natural ou construído, na década de 1980, Franco Girardi⁴² atribuiu o significado deste termo, à relação do ser humano com o território a partir da sua dimensão física, por meio da percepção.⁴³

Segundo Vicente Del Rio, percepção é “o processo mental através do qual nos relacionamos com o mundo, a partir de sensações transmitidas ao cérebro pelos cinco sentidos”, sendo um processo seletivo, onde a mente conscientiza-se apenas de parte dessas sensações.⁴⁴

Para Amos Rapoport, o espaço ultrapassa a dimensão física, pois o mesmo pode apresentar-se de maneira diferente em virtude da pluralidade de visões de mundo, de culturas e do tempo. De acordo com a sua análise, a percepção do meio ambiente é importante porque permite considerar noções distintas de um mesmo ambiente, cujas características são imutáveis.⁴⁵

⁴⁰ BAXHANDALL, Michael. **O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença**. Trad. Maria Cecília Prezo da Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁴¹ CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 12.

⁴² GIRARDI, Franco. **Morfologia territoriale e urbana**. Roma: Casa del Libro, 1983. p.129.

⁴³ MORAIS, João G. V. S. **Metodologia de projecto em arquitectura: organização espacial na costa vicentina**. Lisboa: Estampa, 1995. p. 26.

⁴⁴ DEL RIO, Vicente. Paisagens, realidade e imaginário: a percepção do cotidiano. **Paisagem Ambiente Ensaio**, n. 7, p. 93-101, 1995. p. 25.

⁴⁵ RAPOPORT, Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1972. p. 26.

Para Cauquelin, a paisagem, construída simbolicamente a partir de um fio condutor que enquadra as nossas percepções, está incluída num sistema de orientações e valores acordados, produzidos a partir de uma génese”.⁴⁶

A representação pode ser definida como um prolongamento da percepção, a partir da introdução de um sistema de significação representativo, ao envolver formas de linguagem, como imagens e desenhos, contendo os significados compreendidos pelos sujeitos, sobre e/ou com os espaços.

Kevin Lynch, em 1978, sustenta que a paisagem poderia ser entendida a partir da percepção e de representação. A primeira, relacionado às características qualitativas dos elementos que compõem o lugar, constituídos de caminhos e suas distâncias, de luminosidades, de ritmo de vistas panorâmicas em lugares públicos, e que permitem o transeunte atravessar o território e obter qualidades sensitivas. Já, a representação, seria a síntese dessas características que lhe dão identidade própria e que constituem a peculiaridade do lugar, identificada através da linguagem escrita, oral ou pelo desenho.⁴⁷

Morais destaca, que na arquitetura há um entendimento de uma relação intrínseca entre os fenômenos naturais e aqueles fabricados pelos seres humanos, pois “o valor da paisagem é parte integrante da abordagem ao projeto, desde o significado do lugar à transformação deste, qualquer que seja a escala ou a sua natureza”, determinada a partir de sua expressão física no território, indo além da percepção.⁴⁸

Ao passo que a percepção e representação da imagem da paisagem podem partir de uma perspectiva do tempo, ou ainda baseado naquilo como as pessoas se relacionam e representam a paisagem.⁴⁹

Esse entendimento da paisagem enquanto objeto de percepção e representação são complementares, pois podem definir o caráter e identidade da paisagem, enquanto objeto de estudo da ciência, a partir de elementos concretos instituídos na paisagem do campo arquitetônico.

⁴⁶ CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 11.

⁴⁷ LYNCH, Kevin. **Managing the Sense of a region**. Massachussets: The MIT Press, Cambrige, 1978.

⁴⁸ MORAIS, João.G.S. **Metodologia de Projecto em Arquitectura: Organização Espacial na Costa Vicentina**. Lisboa: Estampa, 1995. p. 26.

⁴⁹ LYNCH, Kevin. **De que tiempo es este lugar?** Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 1975.

A intervenção antrópica na paisagem por meio da arquitetura envolve um grande arcabouço de conhecimento e a necessidade do entendimento do complexo conceito de paisagem, afinal a arquitetura tem o poder de transformar significativamente a ordem do território.

Em determinadas condições e contextos, essa transformação do território pela arquitetura, pode elevar o potencial simbólico da paisagem, colocando-a num patamar maior, como também pode diminuir a capacidade de apreensão do seu significado e das referências culturais inerentes a ela.

Cauquelin questiona se a realidade das paisagens poderia ser contaminada pelos simulacros, ou como, a partir de uma representação, desejamos uma paisagem, pois a partir da composição da sua própria gênese, transformamos cada sensação visual, auditiva, tátil ou olfativa, no mesmo número de elementos de uma paisagem idealizada”.⁵⁰

De fato, a realidade da paisagem sempre foi manipulada. Dispondo como exemplo, o quadro de Madonna de Leonardo da Vinci (figura 2): Jesus nos braços de Maria e ao fundo a paisagem europeia, ao passo que o território onde Maria e Jesus viveram foi na Palestina, região conhecida como desértica, muito diferente da paisagem representada no quadro. Leonardo da Vinci representa a Virgem como uma mulher europeia e loira.

Figura 2 - A Virgem do Cravo⁵¹, C. 1473, Leonardo da Vinci.



Fonte: Alte Pinakothek Munique, Alemanha.

⁵⁰ CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 109.

⁵¹ Pintura óleo sobre madeira de álamo. 62 x 47,5 cm. Acesso: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/a-irmem-do-cravo-leonardo-da-vinci/>

Na Holanda, a paisagem seria uma maneira de interpretar o espaço por meio da pintura, como forma de transmitir uma informação, como pode-se perceber nas pinturas de Jeroen Van Aeken ou Jeroen Bosch (figura 3). O pintor manipula a imagem que ele quer passar, da mesma maneira como qualquer pessoa manipula a fotografia por meio de programas ou aplicativos de edição de imagem. Nessa abordagem, é possível perceber que a paisagem é a forma como as pessoas veem o mundo, noção muito associada à estética, ao visual e à representação.

Figura 3 - A crucificação, 1450 a 1516, Jereon Bosch.



Fonte: J.Geleysns. Museu Real de Belas Artes da Bélgica, Bruxelas.

A paisagem representada por Jereon Bosch, serve de base para o antroporformismo por meio da introdução de figuras simbólicas, constituindo assim um certo distanciamento entre o ser humano e a paisagem.

Percebe-se que a concepção de paisagem implica aqui na representação, onde a realidade é mais complexa do que se possa imaginar sob a forma de “como se vê” as coisas. Também, permite elucidar elementos que possam ser apreendidos e que talvez estariam inacessíveis, trazendo caminhos sobre a indissociabilidade, entre o visível e o invisível nas relações entre os seres humanos e a paisagem. Nesse sentido, a presença, proximidade e distanciamento em relação à natureza, seja ela selvagem ou não, introduz a sua visibilidade.

I.1.3 PAISAGEM E CIENTIFIZAÇÃO

Posteriormente, após o século XVI, a ideia de paisagem estava muito associada à noção do bucólico e da natureza em si. Para Cauquelin, a primeira ampliação do conceito de paisagem veio a partir do ambiente físico e sua preocupação ecológica. Essa vertente teve um papel crucial na cientifização do conceito diante de temas envolvendo poluição, bem estar, natureza e responsabilidades públicas.⁵²

No século XVIII, a escola alemã reconheceu a necessidade da observação da paisagem para o campo da geografia. Por meio dos estudos de Humbolt em 1847, viu-se a importância dada pelo autor, em descrever os elementos físicos e climáticos da paisagem. No final do século XIX e início do século XX, Otton Schluter e Siegfried Passarge trabalharam a ideia de paisagem como conceito fundamental para a geografia, abordando as casas e os espaços agrícolas como resultado da transformação da paisagem pelo ser humano.⁵³

Esses autores criaram uma definição de paisagem natural e cultural. Para eles, a paisagem natural seria uma paisagem sem interferência humana, e a paisagem cultural seria aquela que o ser humano alterou, ou seja, paisagens regidas de impressões a partir das alterações do ser humano. Percebe-se que os autores procuraram trabalhar com uma visão imbricada na decomposição material da cultura agrícola e das casas.

A partir da decomposição da paisagem, os autores alemães procuraram, por meio da observação, descrever as partes que compõem uma paisagem e quais

⁵² CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 8.

⁵³ RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007.

foram as suas origens. Além dessa descrição, eles buscaram entender de que maneira essas formas se originaram, por meio de uma análise da materialidade.

Otto Schluter em 1924, argumentava que as marcas visíveis – para denominar a materialidade da paisagem, como povoados, estradas, pontes ou outras obras da ação humana – são consideradas assunto da geografia humana; contudo, as espirituais ou culturais, não podem ser objeto para estudo da geografia, por conter uma “variedade infinita dos seus processos interrelacionados e contraditórios que impedem uma adaptação contínua na organização da superfície terrestre”.⁵⁴

Contudo, Schluter enfatiza que apesar dos elementos culturais invisíveis não serem objeto de estudo para geografia, eles não podem ser excluídos das pesquisas relacionadas aos aspectos fisionômicos por questões óbvias, visto que eles devem ser mencionados para explicar e analisar os rastros materiais da paisagem e entender sua transformação.⁵⁵

Além de contemplar as marcas invisíveis em seus estudos, Schluter a partir das influências de Von Richthofen, defendeu o estudo da geomorfologia, pois para ele, a investigação tanto na geografia física quanto na geografia humana, necessita ser estudada a partir de fenômenos concretos, com intuito de obter a compreensão abrangente, visto que a geomorfologia permite uma clareza no objeto de estudo.⁵⁶

Schluter escolheu a geografia dos povoamentos como exemplo humano da geomorfologia, observando que tanto as costas marítimas e suas formas características, quanto a imagem dos povoados humanos percebida pelos sentidos, são assuntos da pesquisa geográfica.⁵⁷

O autor também analisou, através da separação entre o objeto de pesquisa, no caso a paisagem por meio da metodologia das ciências naturais – observação, descrição das formas materiais, e os fatores explicativos relacionados aos fenômenos não geográficos, a explicação detalhada da paisagem, relacionada aos motivos, às finalidades e às ações humanas.⁵⁸

⁵⁴ SCHLUTER 1924 apud SEEMANN, Jorn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schluter: marcas visíveis da geografia? **Espaço e Cultura**, v. 17-18, n. UERJ, p. 65-76, 2004.

⁵⁵ Ibid., p. 68.

⁵⁶ Ibid., p. 71.

⁵⁷ Schluter 1899 apud SEEMANN, Jorn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schluter: marcas visíveis da geografia? **Espaço e Cultura**, v. 17-18, n. UERJ, p. 65-76, 2004.

⁵⁸ Ibid., p. 70.

Nesse sentido, Schluter mostrou que a geografia dos povoamentos, ilustra as marcas da ação humana na paisagem mais visíveis – por exemplo, ao estudar a planta de um povoado, seria possível deduzir a sua história.⁵⁹

Na metodologia aplicada por Schluter, primeiramente ele descreve a materialidade como o local, dimensões, forma e suas inter-relações. Posteriormente ou concomitantemente, realiza-se uma análise do contexto para revelar o que existe “atrás dos fenômenos materiais”.⁶⁰

Nessa fase, os fatores explicativos, ou entendidos aqui como elementos imateriais, são consultadas e exploradas outras áreas do conhecimento que não são geográficas, com intuito de compreender a gênese e as causas da formação da paisagem. Essa fase revela seu caráter interdisciplinar para o entendimento da paisagem.⁶¹

Nesse sentido, as ideias de Humboldt, aprimoradas com os estudos de Schluter, fomentaram a base dos estudos que dariam os passos iniciais para a concepção de paisagem a partir da resultante entre os aspectos humanos e naturais.

I.1.4 PAISAGEM E INTERSECÇÃO

As ideias de Otto Schluter, foram aprofundadas e aplicadas no estudo morfológico da paisagem por Carl Sauer em 1925 nos Estados Unidos, onde o teórico publicou um artigo chamado de *Morfologia da Paisagem* que foi a base da escola de Berkeley, também conhecida como escola da paisagem. Sauer buscou aperfeiçoar o conceito alemão de paisagem, a partir de uma perspectiva integradora entre aspectos humanos e físicos, e não pela visão decomposta.⁶²

Seemann relata que Carl Sauer foi também influenciado por outros campos disciplinares como da antropologia, através de Franz Boas e Alfred Kroeber. Na filosofia, através de Kant e Herder e na própria geográfica, por Von Richthofen e Passarge. Entretanto na metodologia, as contribuições para Sauer, vieram das obras

⁵⁹ Schluter 1899 apud SEEMANN, Jorn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schluter: marcas visíveis da geografia? **Espaço e Cultura**, v. 17-18, n. UERJ, p. 65-76, 2004., p. 72.

⁶⁰ Ibid., p. 71.

⁶¹ Schick 1982 p.117 apud SEEMANN, Jorn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schluter: marcas visíveis da geografia? **Espaço e Cultura**, v. 17-18, n. UERJ, p. 65-76, 2004. p.72.

⁶² SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.p 13-73.

de Otto Schluter (1872-1959), com a morfologia da paisagem cultural, o que representou um dos principais pensamentos da Escola de Berkeley.⁶³

A ideia de Sauer, era romper a dualidade entre os elementos naturais e culturais, ou entre os aspectos humanos e físicos. Para o geógrafo, há uma inter-relação nos elementos que compõem a paisagem, pois essa realidade deve ser vista como um todo e não considerada em partes componentes separadamente.⁶⁴

Para Holzer, a gênese das ideias humanistas da geografia, está nos trabalhos de Carl Sauer. Uma das principais contribuições de Sauer na geografia cultural, foi lançar as sementes para o que viria posteriormente, a Geografia Humanista, esta que, por sua vez, abriu caminhos para que os geógrafos pudessem adentrar em outros campos do conhecimento, sem o dilema de perder o domínio de seu objeto de estudo”.⁶⁵

Carl Troll, herdeiro também das ideias de Schluter e de Passarge, em 1939 em seu estudo sobre a Ecologia da paisagem, defendeu que a interação entre os modelos espaciais e os processos ecológicos, resulta numa diferenciação espacial. Ele ainda sistematiza o conceito de geoeossistema por meio de elementos que permitem a hierarquização da paisagem. Para o autor, apesar de haver a integração entre os elementos naturais e antrópicos, haveria a possibilidade de dissociá-los a partir da observação do todo, sobre o qual, os fatores e elementos naturais e antrópicos, como economia e cultura humana, poderiam ser analisados pelo seu aspecto interativo, constituindo assim a paisagem.⁶⁶

Para Sauer, “o conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana”.⁶⁷

A partir desse entendimento, passa-se a considerar elementos subjetivos vinculados à materialidade da paisagem. Por esse viés, Sauer incorpora o conceito de paisagem cultural ao afirmar que “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a

⁶³ SEEMANN, Jorn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schluter: marcas visíveis da geografia? **Espaço e Cultura**, v. 17-18, n. UERJ, p. 65-76, 2004, p. 66.

⁶⁴ SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.p 13-73.

⁶⁵ HOLZER, Werther. **A geografia humanista: sua trajetória 1950-1990**. Londrina: Eduep, 2016. p. 46.

⁶⁶ TROLL, Carl. Paisagem geográfica e sua investigação. **Espaço e Cultura**, v. 2, n. UERJ, NEPEC, p. 7, 1997. p. 7.

⁶⁷ SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.p 13-73 p. 29.

paisagem cultural é o resultado”.⁶⁸ Essa frase de Sauer, ficará famosa na Escola de Berkeley e repetida com exaustão na academia. Tal frase, se aproxima muito das concepções atuais da UNESCO sobre a paisagem cultural, em que a paisagem cultural seria toda a paisagem alterada pelo ser humano.

A segunda metade da paisagem, vista como uma unidade bilateral, é a sua expressão cultural. “Há uma forma estritamente geográfica de se pensar a cultura, a saber, a marca da ação do homem sobre a área. Podemos pensar nas pessoas como associadas dentro e com uma área, como podemos pensar nelas como grupos associados por descendência ou tradição”.⁶⁹

Sauer reconhece que a paisagem tem elementos subjetivos, porém não significa que seria objeto da ciência, pois para ele a geografia não poderia se prender ao caráter imaterial da paisagem. Para o geógrafo, o que importa estudar na paisagem é a sua forma. Ele faz estudos de tipos de paisagem, o caráter genético e sua origem.⁷⁰

Para Ribeiro, a grande contribuição de Sauer foi tornar o conceito de paisagem em um conceito científico. Essa teoria, ligada aos elementos morfológicos, é importante para saber como uma determinada cultura se espalha a partir dos seus rastros materiais.⁷¹

É notório identificar que a trajetória conceitual de paisagem está na geografia e na ecologia, contudo há uma apropriação desse universo para embasar conceitos e terminologias em outros campos disciplinares, principalmente da arquitetura e do urbanismo, pois o conteúdo materialista na paisagem cultural, sob a ótica da arquitetura, é impossível de ser destituído de vida e de sentido de existência. O conteúdo simbólico e seu significado estão corporificados, apesar de haver possibilidade de distinção para análise entre o material e imaterial.

Nesse sentido, o papel da arquitetura e do urbanismo, além de reconhecer valores na paisagem, que são comuns em vários campos disciplinares, seja material/imaterial, natural/cultural, é determinar proposições, ou pelo menos nortear

⁶⁸ HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, a. IV, n. 7, p. 67-78, 1999. p. 68.

⁶⁹ SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p. 30.

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007, p. 22.

diretrizes conceituais e preventivas para intervenção da paisagem, visto que o arquiteto e o urbanista têm o papel operacional técnico.

Apesar da facilidade que o arquiteto tem em identificar os elementos que compõem a paisagem, a maior dificuldade está em identificar e cartografar interações entre sistemas e subsistemas, dentro da sua dimensão física e intangível, a partir do reconhecimento dos seus aspectos funcionais, da sua relação e da sua estruturação na paisagem. Evidentemente, identificar como esses elementos funcionam, se relacionam e se estruturam na paisagem, talvez seja o maior desafio para os arquitetos e urbanistas, diante da complexidade interativa do ser humano com a paisagem.

Somados a esses pressupostos, tem-se a dificuldade de elucidar imagens percebidas diante da transformação contínua da paisagem, onde sua estruturação é alterada constantemente, por meio do seu suporte físico e/ou intangível, através dos processos naturais e/ou pela interferência humana.

Nesse sentido, a arquitetura se permitiu também obter contribuições significativas referentes aos processos de decomposição, de sobreposição e de incursão, em outros campos disciplinares para a compreensão da paisagem.

I.1.4.1 A paisagem pela ecologia

Para a arquiteta paisagista Manuela Raposo Magalhães, a paisagem pode ser entendida como um sistema constituído por vários subsistemas, entre eles estão os componentes ecológicos e culturais. A autora argumenta sobre a necessidade de integração metodológica entre os dois subsistemas, a paisagem natural e cultural, por meio da sobreposição.⁷²

A estrutura cultural pode ser constituída por espaços edificados e pelas vias que os interligam, assim como é feito na estrutura ecológica. Assim, “a sobreposição de várias estruturas permite que nenhuma delas se invalide mutuamente e não impede a existência de ocorrências pontuais, desde que o sistema seja assegurado”.⁷³

⁷² MAGALHÃES, Manuela Raposo. **Arquitectura paisagística: morfologia e complexidade**. Lisboa: Estampa, 2001.

⁷³ MAGALHÃES, Manuela Raposo. Paisagem - perspectiva da arquitectura paisagista. **Philosophica**, v. 29, n. Instituto Superior de Agronomia e Instituto Superior Técnico, Lisboa, p. 103–113, 2007. p. 110.

Na verdade, a escola portuguesa, por meio do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, começa desde a década de 1940 a introduzir estudos sobre a arquitetura paisagística. Essa escola procurou um pensamento ecológico da paisagem através de um conceito científico.⁷⁴

Caberia a Caldeira Cabral, na década de 1980, introduzir na doutrina portuguesa o conceito de *contínuo natural*, direcionando todos os estudos de intervenção de base ecológica, o que resultou na Lei de Bases do Ambiente (Lei de Bases do Ambiente – Lei nº 11/87 de 7 de Abril, Art 5º, 2 d) como “sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território”.⁷⁵

Caldeira Cabral diz que a paisagem, conforme a definição da enciclopédia Luso-brasileira de Cultura, “é a figuração da biosfera e resulta da ação complexa do homem e de todos os seres vivos – plantas e animais – em equilíbrio com os fatores físicos do ambiente”.⁷⁶

Há uma compreensão, conforme Carl Sauer, que a “paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens que constituem um sistema geral. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes”.⁷⁷

Segundo Fadigas, os componentes ambientais naturais da paisagem constituem um “conjunto de situações biofísicas com as quais se constrói a realidade territorial sobre a qual a ocupação humana dá expressão às diferentes formas de paisagem”. Nesse entendimento, se enquadram como componentes ambientais naturais o ar, a luz, a água, o solo vivo e o subsolo, a flora e a fauna.⁷⁸

A integração dos fatores econômicos, sociais e culturais do ambiente com os componentes ambientais naturais, expressam a ação do ser humano sobre o meio onde vive, cuja resultante é deflagrada na paisagem, no patrimônio natural e construído.

⁷⁴ MAGALHÃES, MAGALHÃES, Manuela Raposo. **Arquitectura paisagística: morfologia e complexidade**. Lisboa: Estampa, 2001.

⁷⁵ Ibid., p. 106.

⁷⁶ CALDEIRA CABRAL, 1973 apud MAGALHÃES, 2001, p. 107.

⁷⁷ SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998 p. 23.

⁷⁸ FADIGAS, Leonel. **Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem**. 2. ed. Lisboa: Sílabo, 2011. p. 36.

Já os componentes humanos, compreendem as manifestações culturais que expressam a vida do ser humano e as suas relações com o meio, pelo qual denomina-se como patrimônio cultural, seja ele edificado ou não, associado à atividade econômica e à dinâmica social como expressão dos fluxos de trocas e da diversidade de interações de uma determinada comunidade.⁷⁹

Pode se dizer então, que os componentes ambientais, tem a capacidade de documentar a história econômica e social de uma comunidade em determinado território, pois podem testemunhar como tais sujeitos “se relacionam com o meio em relação à utilização dos recursos naturais, conforme cada momento da sua evolução cultural e social”.⁸⁰

Nesse sentido, é imprescindível reconhecer que a interação entre os componentes ambientais naturais e humanos, constituem a base fundamental para o estudo do ordenamento do território. Notadamente, esse reconhecimento representa um primeiro passo para o uso consciente e equilibrado dos recursos naturais.

Partindo desse pressuposto, Fadigas alerta sobre a garantia da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento por meio da “transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados corretamente ordenados. Ligando, ao mesmo tempo, o conceito de sustentabilidade a uma efetiva e indispensável solidariedade intergeracional”.⁸¹

Percebe-se que a base do conceito de paisagem na escola portuguesa, está diretamente ligada a concepções ecológicas, tornando o conceito mais científico, diferente do conceito no século XVI.

I.1.4.2 Paisagem pelo lugar

Por outro lado, as publicações de língua inglesa, entre as décadas de 1960 e 1970, buscaram o entendimento da paisagem a partir da interpretação e visão de mundo, determinada pela cultura de uma sociedade, sob seus aspectos simbólicos

⁷⁹ FADIGAS, Leonel. **Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem**. 2. ed. Lisboa: Sílabo, 2011, p. 37.

⁸⁰ Ibid., p. 36.

⁸¹ Ibid., p. 38.

subjetivos, que até então não seria objeto de estudo científico pela Escola de Berkeley.⁸²

James Duncan, afirma que a paisagem é um dos elementos centrais de um sistema cultural, devido à produção de signos que são transmitidos, repassados e explorados. Por esse viés, Duncan faz uma reflexão de como a paisagem é determinada a partir de forças de poder. A paisagem, assim como um texto, permite várias interpretações.⁸³

Segundo James Duncan, a transferência de manifestações físicos-perceptíveis na paisagem, por meio de narrativas, seja na arte ou na arquitetura, “auxilia a dar forma, a controlar e a reforçar a internalização da visão. É através de tropos como esses – e, sem dúvida, muitos outros – que as paisagens realizam muito da sua função ideológica”.⁸⁴

Segundo Ribeiro, nessa perspectiva, a paisagem é “introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio”. As marcas ou impressões deixadas por um grupo na paisagem, podem descrever a interpretação de mundo de um determinado povo. Pode-se então, refletir sobre a construção de uma identidade de determinados grupos sociais, a partir da paisagem. Assim, se determinados grupos se associam à determinada paisagem, e constroem a sua identidade a partir dela, logo sua cultura passa a ser associada a essa paisagem.⁸⁵

David Lowenthal, em sua obra⁸⁶ lançada em 1961, destaca que a paisagem não é apenas os elementos visíveis, mas sobretudo nas relações estabelecidas entre as imagens apreendidas pelas pessoas e pela visão de mundo. Essa visão daria os rumos de uma paisagem atrelada ao conceito de lugar, em que

⁸² Carl Sauer (1889-1975) contribuiu significativamente para o surgimento da escola de Berkeley entre 1925 e 1975. Tal escola ficou caracterizada pela doutrina estudada por Sauer relacionada à morfologia da paisagem e à fundação da geografia cultural norte-americana. Seus estudos influenciaram diversos geógrafos no decorrer do século XX, inclusive serviram de base para o desenvolvimento da geografia humanista.

Carl Sauer pode ser apontado como precursor direto da geografia humanista, tanto pelo conteúdo de sua obra quanto por sua influência como professor, originando a chamada “Escola de Berkeley” (HOLZER, 2016, p. 33).

⁸³ DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto L. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 106.

⁸⁴ Ibid., p. 117.

⁸⁵ RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007, p. 24.

⁸⁶ LOWENTHAL, David. Geography, Experience and Imagination: Towards a Geographical Epistemology. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 103-141.

elas seriam expressas por meio da relação humana, com a experiência do ambiente “a partir de um enfoque em que a história e a memória são o fio condutor” das análises.⁸⁷

I.1.4.3 Paisagem pela história, passado e memória

Lowenthal ao analisar a paisagem como lugar, a partir da ideia daquilo que é vivenciado e que está na memória, procura expor as relações com que as pessoas têm com o passado, e como esses elementos repercutem na construção de novas paisagens.⁸⁸

Os verdadeiros vestígios do passado, por vezes, se camuflam na paisagem do presente, pois, podem existir modos de apropriação e modificação do passado que influenciaram na construção de um passado fictício ou em novas paisagens.

Outro autor que trabalha com a concepção de paisagem por meio da investigação do passado é Pierce Lewis. Ele compara pequenas manifestações físico-perceptíveis do presente, relacionadas a fatos cotidianos e menores que estão associados à paisagem e à memória, de um passado talvez desconhecido ou adormecido. A história passa a ser um elemento fundamental para o desvendar o significado da paisagem atual.⁸⁹

Além disso, uma grande parte da paisagem foi construída por pessoas no passado, cujos hábitos eram diferentes dos hábitos atuais. [...] “Para entender esses objetos, devemos tentar entender a partir das pessoas que os construíram - nossos ancestrais culturais - em seu contexto cultural, não o nosso”.⁹⁰

Para Holzer, o conceito de paisagem “representa o acúmulo, através da memória, e o descarte, pelo esquecimento, das expressões e associações culturais que se definem sobre o espaço geográfico e que são a base do ser social das pessoas”.⁹¹

⁸⁷ HOLZER, Werther. A geografia cultural e a história: uma leitura a partir da obra de David Lowenthal. **Espaço e Cultura**, v. 19-20, n. UERJ, RJ, p. 23–32, 2005. p. 25.

⁸⁸ LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. 7. ed. Cambridge, Inglaterra: Cambridge, University Press, 1995. p. 64.

⁸⁹ LEWIS, Peirce F. Axioms for reading the landscape: Some Guides to the American Scene. **The interpretation of ordinary landscapes: Geographical Essays**, New York: Oxford University Press, 1979.

⁹⁰ Ibid., p. 16.

⁹¹ HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1988. p. 165.

Lynch nos impulsiona a colocar a dúvida sobre o que preservar a partir dos elementos materiais na paisagem, ao considerar o passado como fator importante para elucidar fatos do presente, assim como, explicar as causas ou apontar os significados possíveis pelos acontecimentos no presente.⁹²

Saber o que deve ser preservado e memorável na paisagem, a partir de fatos ou relíquias, constitui a preservação da identidade e de valores na paisagem que talvez são inconscientes entre os moradores. Às vezes, esses valores passam a ser revividos no cotidiano por meio de práticas culturais, enraizadas e/ou adormecidas, que contribuíram para a construção da paisagem, ou até mesmo distorcer tais valores e ficarem suscetíveis a própria banalização.

A transformação de valores identitários importantes da paisagem, para a trivialização a partir da representação midiática, parece ser algo rotineiro em lugares que se reduziram em paisagens de consumo. Para Maria João Matos, tais fenômenos, relacionados à banalização da paisagem, criam universos paralelos de representação a partir da imitação de modelos, sejam eles urbanos ou arquitetônicos, produzidos por meio da folclorização.⁹³

Essa exposição forçada e congelante, subestima os verdadeiros valores identitários da paisagem, e que deveriam ser realçados, porém se condenam a camuflagem. Todavia, mesmo que a paisagem esteja constantemente subordinada a transformações, os acontecimentos do presente, revelados na dimensão física da paisagem, devem se fundamentar também nos elementos intangíveis baseados na memória e na história de um passado que, por sua vez, projeta as possibilidades do futuro, favorecendo a construção da identidade da paisagem, sem a necessidade do seu congelamento.

Para Kevin Lynch, “um ambiente que não pode ser alterado, convida a sua própria destruição. Preferimos um mundo que pode ser modificado constantemente [...] se pode deixar uma marca de caráter pessoal ao lado das marcas da história”. Essa argumentação deixa evidente que o autor coloca em questão não a eternidade

⁹² LYNCH, Kevin. **De que tiempo es este lugar?**, Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 1975, p. 42.

⁹³ MATOS, Maria João Pereira de. **Paisagens urbanas contemporâneas de montanha: metodologia para uma abordagem conceptual em arquitectura na covilhã**. 2010. 117f. Tese (Doutorado Europeu na Área Científica de Arquitectura) - Universidade da Beira Interior e Université Paris 8 – École Doctorale Sciences Sociales, Covilhã, Portugal.

das coisas, mas sobretudo, a preservação dos seus significados perceptíveis nas marcas ou nos vestígios do passado.⁹⁴

I.1.4.4 Paisagem como intersecção

A escola francesa também se debruçou nas concepções de paisagem a partir dos aspectos intangíveis, e dentre os teóricos, pode-se destacar a contribuição de Eric Dardel, que incluiu em seus estudos nos anos de 1950, os aspectos fenomenológicos da paisagem. Seus trabalhos estão voltados para a experiência humana de mundo na paisagem e na relação do ser humano com o mundo, a partir da linha da geograficidade, onde expressa não apenas a imaterialidade, mas também a materialidade da paisagem.⁹⁵

Na concepção de Eric Dardel, existem dois tipos de espaço – o geométrico e o geográfico. Para este autor, o espaço geográfico é constituído de materialidade, sendo “essencialmente qualificado por uma situação concreta que afeta o homem”, isto é, um espaço que se caracteriza como único, dotado de qualidades que o diferencia de outros.⁹⁶

Dardel ainda ressalta sobre a necessidade de compreensão do sentido de existência da matéria para as pessoas. Já, o espaço geométrico é neutro, homogêneo e uniforme, sendo operado como um espaço abstrato, vazio de todo conteúdo, disponível para todas as combinações.⁹⁷

Por essa perspectiva, a paisagem não deve ser estritamente para se olhar, mas sobretudo, ser analisada a partir da relação intrínseca do ser humano com o mundo, entendida como um “conjunto, uma convergência, um monumento vivido, uma ligação interna, uma impressão, que une todos os elementos”.⁹⁸

Holzer, faz uma crítica do olhar estritamente geométrico do arquiteto, ao “afastar da questão do habitat priorizando a forma ou da função do artefato, ou seja, geometrizando e simplificando o espaço vivido objeto de suas intervenções.”⁹⁹

⁹⁴ LYNCH, Kevin. **De que tempo es este lugar?**, Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 1975, p. 47.

⁹⁵ DARDEL, Eric. **O homem e a erra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perpectiva, 2011.

⁹⁶ Ibid., p. 9.

⁹⁷ Ibid., p. 2.

⁹⁸ Ibid., p. 30.

⁹⁹ HOLZER, Werther. Ser-na-cidade: por uma arquitetura e urbanismo como lugar. **Pensando - Revista de Filosofia**, v. 8, n. 16, p. 20-32, 2018. p. 23.

Com um direcionamento a esse entendimento, Norberg-Schulz enfatiza que o espaço geométrico é muito diferente do espaço existencial, pois este último é dotado de elementos fundamentais para sua configuração: o lugar, o caminho e a envolvente.¹⁰⁰

O lugar para Norberg-Schulz é entendido como fenômeno, considerando não apenas o contexto geográfico onde está inserido, mas sobretudo, os sentimentos e relações estabelecidas nesse contexto. O lugar é a concretização da existência por meio dos seus atributos formais. É aquilo que é denominado como *genius loci*. Para o autor “lugar é evidentemente uma parte integral da existência”. Dessa forma, o conceito de *genius loci* aponta para o caráter singular (*coisidade*) de cada lugar e o torna diferente dos outros. Do ponto de vista fenomenológico, seria como um retorno às coisas.¹⁰¹

Eric Dardel argumenta que todos os conceitos espaciais – lugar, paisagem e território, derivam do espaço primitivo, expressado pelos seus aspectos imateriais a partir da experiência do corpo com a materialidade, quando o ser se situa no mundo.¹⁰²

Berque ao buscar a análise da paisagem pela associação da geografia com a fenomenologia e a ecologia, rejeita o dualismo sujeito/objeto, imposto pela modernidade. O autor considera que o sujeito e o objeto são duas partes de um todo - a ecúmena, ou seja, os dois lados de uma mesma moeda com relações mútuas.¹⁰³

Esse teórico trouxe contribuições significativas para o estudo da paisagem ao abordar que tal conceito, não podem ser estritamente morfológicos ou estritamente psicológicos. Esses aspectos devem ser analisados a partir de uma relação intrínseca entre eles, pois não é suficiente apenas (embora seja necessário) explicar o que produziu a paisagem como objeto.

É necessário entender a paisagem a partir do olhar apreendido por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e possivelmente reproduzida) por uma estética e uma moral, administrada por uma política. E também como matriz, ou seja, como e o quê determina esse olhar, essa consciência, essa

¹⁰⁰ NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli Edinburggh College of Art Library, 1984. p. 24.

¹⁰¹ Ibid., p. 6–8.

¹⁰² HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, p. 18-29, 2013. p. 22.

¹⁰³ BERQUE, Augustin. La Transition Paysagère ou sociétés à pays, à paysagee, à shanshui, à paysagement. **L'Éspace Géographique**, v1, 1989. p.18-20.

experiência, essa estética, essa moralidade e essa política por meio da análise tangente entre as duas vertentes.¹⁰⁴

Assim, Berque traz uma grande contribuição para a geografia cultural, ao diagnosticar que a paisagem, até então, seria analisada objetivamente a partir dos seus aspectos concretos e materiais, desconsiderando sua relação coletiva com a sociedade. Partindo desse pressuposto, Berque introduz o conceito de paisagem marca-paisagem matriz, definido como: “A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura”.¹⁰⁵

Assim a paisagem e suas diversas temporalidades, cicatrizes e marcas traduzem valores identitários a partir dos seus conteúdos, que podem ser diagnosticados a partir de pequenos territórios. Esses conteúdos podem revelar as referências culturais de uma sociedade, comunidade ou de grupos sociais.

Berque define essa paisagem marca “como resultado da intervenção humana no ambiente (associada ao protótipo), e a paisagem-matriz como herança desta paisagem, seu produto nas mentes e nas estruturas espaciais”.¹⁰⁶

Sobre os aspectos materiais e imateriais da paisagem, Berque já havia argumentado sobre a necessidade de abordar esses elementos fundamentais para o entendimento e apreensão da paisagem. O autor utiliza o termo *mediância*¹⁰⁷ para entender a paisagem por meio dos seus aspectos objetivos e subjetivos, pois tais elementos estariam indissociáveis para o entendimento das paisagens.¹⁰⁸

Berque alerta sobre o entendimento da paisagem além dos seus princípios estéticos - entendimento muito difundido pelo conceito europeu. Para ele “a paisagem não depende de um referencial estético”. Ela é uma expressão de mediância através da integração entre a sua dimensão física do meio e a dimensão sensível e simbólica.¹⁰⁹

¹⁰⁴ BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. **Espace géographique**, v.13,n.1, 1984, p. 33.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ BERQUE, 1990 apud HOLZER, Werther. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura**, n. UERJ, 2004 p. 57.

¹⁰⁷ BERQUE, Augustin. **Médiance de Milieux em Paysages**. Montpellier: Gip Reclus, 1990.

¹⁰⁸ BERQUE, 1990, p.44 apud HOLZER, Werther. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura**, n. UERJ, 2004 ,p. 60.

¹⁰⁹ Ibid.

Berque¹¹⁰ diz que toda civilização teria critérios de apropriação do ambiente, de acordo com sua cultura. “Um substrato comum a toda a humanidade que é elaborado por cada cultura segundo sua sensibilidade, seus conceitos e categorias. Esse denominador comum seria a proto-paisagem”.¹¹¹

Berque, aprofunda seu pensamento ao alertar que é necessário a análise interativa entre os elementos concretos e intangíveis, para leitura e interpretação da paisagem. Tais aspectos, materiais e imateriais na paisagem, podem estar ligados por meio de práticas culturais físico-perceptíveis na paisagem. Esses elementos podem definir a sua identidade a partir da formação de um território.¹¹²

Pierce Lewis destaca que a paisagem é a “nossa autobiografia inconsciente”, onde ela pode demonstrar gostos, valores e aspirações nos seus elementos visíveis.¹¹³

Nesse sentido, é possível investigar como determinados grupos sociais constroem a paisagem a partir de uma identidade, que está marcada em seu território, sendo que a arquitetura se caracteriza como um desses elementos físicos-perceptíveis e que a faz configurar como lugar, assim como estar relacionada a práticas culturais.

E mesmo a partir de uma perspectiva ecológica, a identidade e a paisagem são elementos complementares – um não existe sem o outro, portanto devem ser estudadas simultaneamente para não afetarem o seu caráter, visto que, em certa medida, estão relacionadas às práticas, aos modos de apropriação e aos rituais culturais tradicionais na relação humano-natureza, definindo assim, a sua singularidade.

Álvaro Domingues, defende a análise da paisagem pela perspectiva ecológica na tentativa de reconstituir a identidade, os valores naturais e ecológicos em virtude da necessidade de qualificar o quadro de vida cotidiana, e de chamar a atenção, principalmente agora nesses últimos tempos, sobre o patrimônio e lugares especiais,

¹¹⁰ BERQUE, Augustin. Paysage, milieu, histoire. In. BERQUE, A. (ed). **Cinq. Propositions pour une Théorie du Paysage**. Seyssel: Champ Vallon, 1994. p.13-30.

¹¹¹ BERQUE, 1994 apud HOLZER, Werther. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura**, n. UERJ, 2004, p. 61.

¹¹² Ibid.

¹¹³ LEWIS, Peirce F. Axioms for reading the landscape: Some Guides to the American Scene. **The interpretation of ordinary landscapes: Geographical Essays**, New York: Oxford University Press, 1979, p. 11.

isto é, do patrimônio vivido e percebido, bem como dos caminhos para sua proteção, diante dos diferentes contextos culturais.¹¹⁴

Se é necessário entender, que existe a indissociabilidade entre território e o ser humano, “a atividade deste último, se não for regulada, corre o risco de danificar os recursos existenciais no território, perdendo este a respectiva identidade”.¹¹⁵

Norberg-Schulz argumenta que a paisagem não pode ser entendida somente em seu aspecto físico visual ou funcional. Ressalta também, que é necessário entender a paisagem de forma mais ampla porque envolve relações mais complexas, pois “a natureza forma ampla e extensa a totalidade de um lugar, que de acordo com as circunstâncias locais, possui uma identidade peculiar”.¹¹⁶

De acordo com Gregotti, o arquiteto deve compreender a paisagem a partir de sua leitura e analisar o lugar sobre o qual pretende se projetar. Contudo, a paisagem entendida estritamente sob seu aspecto físico, não é suficiente para a sua leitura, por envolver aspectos subjetivos entre as relações humanas com o lugar.¹¹⁷

Gregotti argumenta que a percepção da paisagem é historicamente construída, e é continuamente reformulada pela experiência cultural dos seus usuários. Ele parte do mesmo princípio de Norberg-Schulz, por meio do *Genius Loci*, onde a arquitetura chama para si a responsabilidade através da intervenção da paisagem como conjunto, “[...] isto, em lugar de provar de significado algumas ações arquitetônicas a outras escalas, atribui um novo significado a todas as ações.”¹¹⁸

O *lugar* é constituído pelo espaço e pelo caráter, formado por atributos simultâneos e compostos pela totalidade ambiental, onde o ser humano entende a natureza, simboliza e a traduz a partir do ambiente construído. Essa mediação entre os aspectos físicos e subjetivos, constituído pelo lugar, tanto pelas contribuições de Norberg-Schulz, como pela mediância de Augustin Berque, toma como ponto de partida a apreensão da paisagem cultural, pois a partir desse olhar de intersecção entre o concreto e o subjetivo, entre o cultural e o natural, convergem os aspectos centrais dessa discussão: a inexistência da dissociabilidade entre ambas e a

¹¹⁴ DOMINGUES, Álvaro. A paisagem revisitada. *Revista Finisterra*, v. XXXVI, n. 72, p. 55–66, 2001.

¹¹⁵ MORAIS, J.G.S. *Metodologia de Projecto em Arquitectura: Organização Espacial na Costa Vicentina*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 13.

¹¹⁶ NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenómeno do lugar (1976). In: NESBITT, Kate (org). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995*. 2ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 448.

¹¹⁷ GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. São Paulo. Perspectiva, 1975.

¹¹⁸ Ibid., p. 90.

bifurcação inexistente e defendida aqui nesta investigação, e que será demonstrado mais adiante.

I.1.5 PAISAGEM CULTURAL HOJE

Embora tenha surgido no início do século XX, um consenso sobre a aceitação atual do conceito de paisagem cultural, sem desconsiderar o legado dos teóricos, franceses, ingleses, holandeses e principalmente dos alemães, as contribuições de Sauer foram decisivas para nutrir o arcabouço conceitual de paisagem até então vigente, apesar de ainda haver perturbações teóricas sobre o tema.

É notável um esforço incessante dos teóricos de limitar um conceito, principalmente em virtude das preocupações relacionadas ao patrimônio cultural, pois atualmente a UNESCO define “Paisagem Cultural” como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação dos fatores naturais e humanos”.¹¹⁹

Esse conceito, contempla enfaticamente as definições de Sauer sobre paisagem em vários dos seus documentos, bem como os aspectos conceituais de Norberg-Schulz relacionadas ao espírito do lugar, assim como pode relacionar-se com o conceito de mediância de Augustin Berque, afinal, todos esses conceitos envolvem a integração entre os aspectos visíveis e invisíveis.

A UNESCO em 1972, antes mesmo da oficialização conceitual de paisagem pela instituição no final do século XX, realizou a Convenção em Paris, para a ampliação da proteção sobre o patrimônio natural, que até então não havia incorporado às suas preocupações, em virtude da dicotomia entre bens naturais e bens culturais, e que somente seria consolidado em 1992, com a ampliação do conceito de paisagem cultural, motivada pelas preocupações das comunidades locais, e pelos vestígios do patrimônio cultural em territórios mais abrangentes.¹²⁰

Essa convenção,¹²¹ abriu caminho para o reconhecimento e proteção do patrimônio cultural, vinculados à interação ser humano-natureza, bem como o

¹¹⁹ CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, Convenção Europeia da Paisagem em Florença, 20 outubro, 2000.

¹²⁰ UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of World Heritage Convention.** (Diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Cultural). 2017.

¹²¹ Após a Convenção, houve a inclusão da categoria “Paisagem Cultural” na Lista do Patrimônio Mundial. O Comitê em 1995 promulga a Recomendação R (95) 9 -, em que define a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. Em 2000, é

patrimônio material e imaterial, intrinsecamente relacionados aos modos tradicionais das comunidades locais. Por esse viés, a atribuição de valor pela UNESCO veio dar visibilidade sobre a associação entre a natureza e a cultura, demonstrada por meio do ambiente físico e/ou nos objetos.

O Comitê do Patrimônio Mundial, com base em suas diretrizes operacionais, define basicamente três tipos de paisagem para categorizar as motivações para proteção, sendo: I) paisagem planejada intencionalmente pelo ser humano, e que abarca motivações estéticas e paisagísticas; II) paisagem evolutiva, que se desenvolveu de forma orgânica, em que as motivações de valor estão relacionadas na maneira como a sociedade agencia o seu ambiente, moldada a partir das exigências de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa. Estas paisagens estão relacionadas àquelas de relíquia (ou fóssil) e/ou àquelas que ainda se mantém vivas, conservando o modo de vida tradicional; e III) paisagem associativa, em que as motivações de valoração estão alicerçadas em elementos simbólicos da paisagem, intrinsecamente associados às comunidades tradicionais nos territórios onde se localizam.¹²²

Ao analisar a lista dos bens protegidos pela UNESCO, apesar dessa definição categórica de paisagens, tem-se basicamente a predominância de 2 tipos de paisagens; aquelas ligadas aos critérios de interação do ser humano-natureza, por meio de comunidades tradicionais e aquelas pautadas em sítios planejados pelo ser humano, envolvendo a arquitetura da paisagem.

Figura 4 - Arquitetura Nama- Fixação dos tapetes de fibra vegetal.



Fonte: ICOMOS (2007).

aprovada a Convenção Europeia da Paisagem, que inclui proteção, gestão e planejamento das paisagens.

¹²² UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of World Heritage Convention**. 2017, p. 69.

Há exemplo do primeiro, em relação às comunidades tradicionais e à paisagem associativa, pode-se verificar a motivação para a proteção da Paisagem Cultural e Botânica de Richtersveld (figura 5), inscrita como patrimônio mundial em 2007 pela UNESCO. Conforme o Comitê do Patrimônio Mundial, essa paisagem compreende um deserto montanhoso ao noroeste da África do Sul, numa dimensão de 160.000 hectares, cujo lugar foi habitado e agenciado pela população tradicional, denominada Nama.

Ainda, conforme o dossiê de motivação para a proteção, esse povo mantém até os dias atuais o mesmo modo de vida, desde há dois milênios. Suas tradições estão baseadas na vida pastoreira, seminômade e nos seus assentamentos singulares, a partir do método tradicional construtivo que usa o junco (haru oms) como principal matéria prima para cobertura de suas casas (figura 4). A persistência das tradições desse povo, contribuiu significativamente para a preservação da vegetação e da singularidade do lugar.¹²³

O modo como esta comunidade se relaciona com o ambiente foi a principal motivação da valoração. A associação do povo Nama a paisagem, é perfeitamente perceptível, pois a mesma é um documento vivo dessa forte relação e que deve ser preservada.

Figura 5 - Paisagem Cultural e Botânica de Richtersveld.



Fonte: Richard Veillon (2019)

VEILLON, Richard. **África do Sul**. Disponível em:

<http://whc.unesco.org/uploads/thumbs/site_1265_0009-500-375-20140616143452.jpg>. Acesso: 09 jul. 2019.¹²⁴

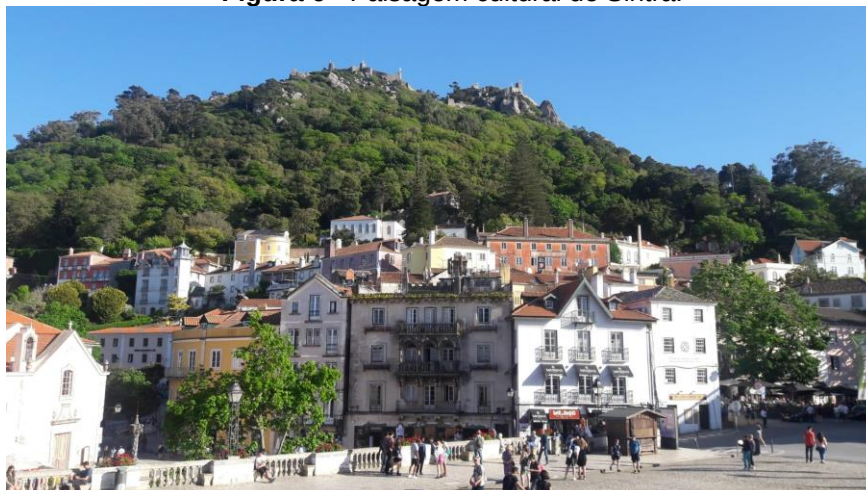
Sob a motivação dos critérios relacionadas às paisagens planejadas¹²⁵ pelos seres humanos, tem-se o exemplo da Paisagem Cultural de Sintra (figura 6),

¹²³ ICOMOS. **Richtersveld (South Africa)**. n. 1265, 2007.

¹²⁴ VEILLON, Richard. **Paisagem Cultural e Botânica de Richtersveld, África do Sul**. Disponível em <http://whc.unesco.org/uploads/thumbs/site_1265_0009-500-375-20140616143452.jpg>.

localizada na região central de Portugal. A paisagem predominantemente rural é uma mistura excepcional de elementos naturais e culturais, que vista de longe parece estritamente natural, ao situar-se em uma cadeia de montanhas florestadas. No entanto, sua arquitetura omnipresente, revela despretensiosamente os vários séculos de história de Portugal, numa paisagem combinada com vegetação exótica e nativa, projetada intencionalmente pelo ser humano.

Figura 6 - Paisagem cultural de Sintra.



Fonte: Autoria própria, 05/2019.

No Brasil, o conceito de paisagem cultural começa a operar em 2009, com a publicação da portaria nº 127/2009, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que regulamenta e institui o novo instrumento de proteção das paisagens brasileiras e define o conceito de Paisagem Cultural, como: “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.¹²⁶

A proteção da paisagem através da chancela implica no pacto firmado entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade, com intuito promover e operacionalizar um plano de gestão compartilhada da paisagem, de acordo com os contextos locais, visando à salvaguarda dos valores e das práticas culturais reconhecidas no território.

¹²⁵ Sintra foi o primeiro centro de arquitetura romântica europeia, ao exibir o uso de elementos góticos, egípcios, mouros e renascentistas e pela criação de parques misturando vegetação nativa e exótica. Fernando II desenvolveu ali o romantismo em uma forma autêntica que era única na região do mediterrâneo. Ver UNESCO, 1995. Convention Concerning the protection of the World Cultural and Heritage. World Heritage Committee. Nineteenth session, Berlin, Germany 4-9 december. 1995. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/1995/whc-95-conf203-16e.pdf>.

¹²⁶ IPHAN. **Paisagem Cultural**. Brasília: Iphan/Depam, 2009. p. 13.

No Brasil, mesmo antes da oficialização do conceito de paisagens culturais e dos critérios para a motivação do valor, houve quase que predominantemente a adoção de critérios, relacionados à arquitetura da paisagem em relação aos jardins e/ou sítios históricos e paisagísticos, motivados por contextos regionais/locais e/ou planejados intencionalmente pelo ser humano.

A Paisagem Cultural do Rio de Janeiro foi declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2012, a partir de uma narrativa em que apontou os locais síntese das diversas dimensões da paisagem, baseado nos seguintes critérios: i) onde a paisagem é desenhada intencionalmente exemplificada pelo jardim Botânico, Passeio Público, Parque do Flamengo e Orla de Copacabana; ii) paisagem em evolução, demonstrada através do Parque Nacional da Tijuca e suas florestas replantadas; e iii) paisagem associativa, com elementos que receberam a mão do ser humano e cujas imagens projetam a cidade e sua cultura no Brasil e no mundo, exemplificado pelo Corcovado, Pão de açúcar, com o Cristo Redentor e o bondinho, a entrada da Baía de Guanabara e suas fortalezas, o paisagismo do Parque do Flamengo e da Praia de Copacabana.¹²⁷

Historicamente, percebe-se que as origens do conceito de paisagem cultural, por configurar-se como intervenção na natureza pela cultura do ser humano, adquiriu conotações mais sofisticadas conceitualmente, no âmbito das instituições de preservação do patrimônio cultural, se distanciando dos aspectos imateriais da paisagem.

No entanto, concomitante a esse processo, percebe-se nas últimas décadas, tentativas de incorporar os valores imateriais associados à paisagem, como o Parque Uluru-kata Tjut (figura 7), na Austrália, reconhecido em 1987 como patrimônio exclusivamente natural, e renomeado em 1994 como Paisagem Cultural, em virtude do valor imaterial atribuído ao sítio pela comunidade local.¹²⁸

¹²⁷ MACHADO, Jurema. Feito em casa: o Iphan e a cooperação internacional para o patrimônio. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal (org.). **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**: Iphan 1937-2017. Brasília: Iphan/Depam, 2017. p. 277.

¹²⁸ ICOMOS. **Uluru-Kata Tjuta National Park - UNESCO World Heritage Centre**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/447>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

Figura 7 - Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta, Austrália.



Fonte: Emmanuel Pivard. whc.unesco.org/pt/documents/109940¹²⁹. Acesso: 17/07/2019.
Endereço: <https://whc.unesco.org/en/list/447/gallery/>

Embora haja uma predominância em analisar as duas dimensões do patrimônio cultural separadamente, mesmo reconhecendo a sua integração, entende-se aqui nessa tese, que as duas dimensões são indivisíveis entre si, constituindo o patrimônio cultural como um todo.

I.1.6 DESCORTINAR A PAISAGEM

Os elementos construídos pelo ser humano na paisagem não representam apenas o resultado da ação humana sobre o ambiente natural a partir de sua intersecção, mas sobretudo, a fusão e sua indissociabilidade entre os elementos naturais/culturais e material/imaterial. Nesse viés, a paisagem se torna um lugar carregado de sentido e valor para aqueles que são os detentores da sua construção, afinal todo o rastro material tem a sua parcela de imaterialidade, que conjuntamente, devem ser elucidadas e reconhecidas.

Essa fusão existente nas paisagens culturais é bastante visível e “salta aos olhos” em comunidades tradicionais, onde não se pode pensar estritamente no produto (matéria), gerado pelas práticas culturais coletivas, mas sobretudo, também no processo fundamentado pelos modos de vida e na forma de organização social de determinadas sociedades tradicionais. No âmbito arquitetônico, parece emergir a necessidade do reconhecimento de técnicas tradicionais, dos modos de habitar e

¹²⁹ ICOMOS. **Uluru-Kata Tjuta National Park - UNESCO World Heritage Centre**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/447>. Acesso em: 17 jul. 2019.

materiais construtivos, como forma de estruturação das paisagens culturais, materializadas por meio do edificado, sobretudo, na arquitetura vernacular.

Nesse sentido, parece necessário fazer uma prospecção do conceito de paisagem, iniciado desde os orientais, onde existem diversas maneiras de relação da comunidade local com seu universo a partir dos elementos naturais. Trata-se de uma relação entre humanos e o meio natural que condensa todos os seus sentidos, isto é, tudo que envolve uma comunidade local e que dá sentido de existência à paisagem e às pessoas, ao identificá-las com aquela paisagem, inseridas em uma cultura e no universo que as compõem.

Por esse viés, é preciso buscar as raízes do pensamento sobre a paisagem, por meio do elo vital entre os aspectos ecológicos e culturais e que configurou-se, a princípio, como *shanshui*¹³⁰, e que hoje denomina-se como paisagem, com intuito de restaurar suas bases conceituais primordiais que tanto se perderam com a sofisticação do conceito, assim como sua aplicação.

Paisagens que são construídas a partir de um sentido cultural especial para os que vivenciam, por meio de práticas sociais de atividade coletivas e individuais, perdem a sua singularidade ou o sentido de existência, quando não permitem a continuidade de tais práticas, logo, a paisagem perde o seu sentido, se tornando estritamente a representação proveniente de uma imagem.

Por esse motivo, são necessários estudos sobre os conceitos locais e territoriais onde se localizam práticas sociais e atividades coletivas, que constituem as referências culturais da paisagem. Para tanto, é fundamental entender como as paisagens estruturam os territórios a partir de uma identidade, e como os lugares podem delimitar espaços, onde tais práticas acontecem.

Para Norberg-Schulz¹³¹ (*genius loci*), a base fundamental da arquitetura é de criar limites, ou seja, criar lugares e explicitar as paisagens. Nessa relação é passível perceber o poder da arquitetura de demarcação dos territórios, ao criar lugares por meio da sua concretude, qualificando o espaço.

Assim, a paisagem pode ser vista como um elemento central da identidade. Uma visão em que remonta a perspectiva tradicional das paisagens como uma

¹³⁰ BERQUE, Augustin. Das águas da montanha à paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org). **Filosofia e Arquitectura da Paisagem: um manual**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2008.

¹³¹ NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli Edinburgh College of Art Library, 1984.

realidade objetiva que envolve e condiciona a rever a história, acaba por descortinar uma construção subjetiva. Por esse viés, a paisagem pode trazer elementos que a caracterizam e que representam o lugar a partir do “caráter”, definindo a sua identidade enquanto patrimônio, onde se territorializa a partir de uma fusão e não apenas integração.

Ao mencionar os valores identitários na paisagem, envolvidos de valores imateriais a partir dos rastros materiais onde se localizam, não pode-se deixar de mencionar dois conceitos espaciais, primordiais para análise dos aspectos subjetivos: o conceito de lugar e de território.

I.2. TERRITÓRIO DA ARQUITETURA E O LUGAR

I.2.1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO NOS DIVERSOS CAMPOS DISCIPLINARES

Os conceitos de *território* estão quase sempre associados à noção de ambiente e de paisagem, apesar de entendidos como processos diferentes e bem distintos.

Rosario Assunto, descreve as definições de paisagem e território, sendo a paisagem uma unidade constituída de matéria (território) e conteúdo ou função (ambiente). “O ambiente concreto, o ambiente que vivemos e do qual vivemos vivendo nele, é sempre o ambiente como forma de um território: paisagem”.¹³²

O conceito de território tem tido leituras multidisciplinares, quer no espaço, quer como objeto de estudo. A geografia, as ciências sociais, a filosofia e a arquitetura, muitas vezes, não remetem ao espaço físico, e sim ao espaço simbólico. Num percurso conceptual desta matéria, torna-se incontornável abrir o leque de entendimento para obter um posicionamento.

A cientifização do conceito de território começa a partir da biologia e ecologia, por meio da etologia, com a ideia de delimitação de um determinado território pelos animais, e como eles o defendem contra membros de sua própria espécie¹³³.

Posteriormente, a antropologia e a sociologia, utilizam e extrapolam esses estudos para o entendimento da territorialidade humana e de grupos, por meio da tentativa de indivíduos ou grupos, “de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”.¹³⁴

Na geografia, esse termo foi estudado por muito tempo no campo da geografia humana e política. Friedrich Ratzel, um autor citado em muitos textos da geografia, argumenta que o Estado surge quando a sociedade se organiza para defender seu espaço enquanto território. O autor, também utiliza o termo

¹³² ASSUNTO, Rosario. Paisagem, Ambiente, Território. In: SERRÃO, Adriana Verissimo (org.). **Filosofia e arquitetura da paisagem**: uma antologia. 2. ed. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 1106-1117.

¹³³ BONNEMAISON, Joel. Voyage autour du territoire. **L'espace géographique**, v. 10, n. 4, p. 249-262, 1981. p. 97-98.

¹³⁴ Ibid., p. 97.

“Antropogeografia”, para estudar a atividade dos grupos humanos em função do ambiente geográfico.¹³⁵

Já Raffestin, coloca território e espaço em níveis distintos, sendo esse último entendido como algo não qualificado, sem significado, e que existe independentemente do ser humano, pois para o autor é “essencial compreender que o espaço é anterior ao território”.¹³⁶

Assim, ele recorre ao uso de lentes, para estudar o espaço a partir dos conceitos de território, de lugar, de paisagem e de ambiente. Vários teóricos discordaram das teorias do Raffestin em relação à ideia de separação entre espaço e território, entretanto, acredita-se que a definição desses termos de maneira separada, ajuda a entender os conceitos de espaço, território, paisagem e lugar.¹³⁷

A noção de território não precisa ser estritamente geográfica e vinculada à delimitação de fronteiras. Esse conceito pode também estar associado às relações sociais e culturais com os lugares que constituem o território, e não necessariamente ao poder ou posse de determinados espaços como estudados pela etologia.¹³⁸

É interessante que o conceito de território, deixa de ser algo estritamente ligado ao Estado Nacional e à geografia política, e passa a ser tratado em outras escalas. Contudo, quase sempre essa noção de território está associada à ideia de apropriação do espaço, mesmo que essa apropriação seja simbólica, motivo pelo qual, direciona-se a enfatizar a noção de território como lugar de compartilhamento de relações socioeconômicas, culturais, políticas e simbólicas com e sobre o espaço, em particular a sua expressão física e tectônica, para o interesse da arquitetura.

I.2.2 O TERRITÓRIO NA ARQUITETURA E O LUGAR

A aplicação do conceito de território na arquitetura, pode ser visível principalmente quando se volta o olhar aos povos tradicionais que vivem em lugares especiais, onde as técnicas de construção, o material e o modo de habitat possuem

¹³⁵ FRIEDRICH, Ratzel. O solo, a sociedade e o estado. **Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - Brasil**, v. 2, n. Departamento de Geografia-FFLCH-USP, 1983.

¹³⁶ RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ BONNEMAISON, Joel. Voyage autour du territoire. **L'espace géographique**, v. 10, n. 4, p. 249-262, 1981.

uma estreita relação com a paisagem, refletindo a harmonia do ser humano com a natureza.

O universo de muitas comunidades tradicionais e os processos culturais que as constituem, principalmente em lugares onde são explicitados o caráter ecológico preservado, representam um legado do esforço humano que deve ser respeitado por conter elementos culturais que produzem a qualidade de vida aos seus moradores, ao passo que preservam sua singularidade ambiental. Esses povos, conduzem de maneira sensível e harmoniosa seus assentamentos na paisagem, que despretensiosamente, contribuem para a preservação das paisagens culturais e definem seus territórios.

Nessas circunstâncias, Amos Rapoport argumenta que existem edifícios que dialogam com a paisagem e expressam essa atitude da escolha do lugar, materiais e formas que não satisfazem apenas as exigências culturais, simbólicas e utilitárias, mas sobretudo, fazem parte do lugar que não pode ser entendido ou imaginado sem a paisagem, bem como uma resposta direta ao clima e à tecnologia, onde as casas estão intimamente conectadas à paisagem.¹³⁹

A partir dessa perspectiva, apesar dos conceitos de ambiente, território e paisagem terem fundamentação na geografia, a arquitetura se apropria desses conceitos e os modela para o entendimento de sua complexidade formal, com objetivo de desenvolver projetos arquitetônicos e urbanísticos, comprometidos com a sua dimensão cultural do *lugar*. Logo, este termo passa a ser a manifestação do habitat humano, compreendido pela sua dimensão física, existencial humana e simbólica.

Werther Holzer discute o entendimento de território a partir do conceito de *lugar*, por meio do uso do termo de microterritorialidades. Para o autor, são os lugares que delimitam espaços, pois o conceito de território está imbricado ao conceito de lugar quando um grupo de pessoas ou indivíduos compartilham interesses, experiências e visões de mundo em comum, em determinados espaços. “Os territórios se apresentam como a afirmação da identidade, do comum-pertencer de determinados grupos, ou mesmo de um indivíduo, a partir dos lugares”.¹⁴⁰

¹³⁹ RAPOPORT, Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1972. p. 102.

¹⁴⁰ HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, v.10,n.17, 2013. p. 25.

Segundo Morais o sentido da palavra território está implícito no conceito de Leonardo Ricci¹⁴¹ onde “o território é um ato de consciência porque é uma tomada de consciência histórica, estética, é a atitude do ser humano no ambiente[...]”. A territorialidade passa a ser a concretização da expressão espacial da natureza humana.¹⁴²

Para Norberg-Schulz, a paisagem em seu sentido abrangente, integra simultaneamente os aspectos naturais e aqueles construídos pelo ser humano, além de exprimir visualmente a sua unidade funcional.¹⁴³

Segundo o autor, os elementos do ambiente criado pelo ser humano são, em primeiro lugar, todos os “assentamentos de diferentes escalas, das casas às fazendas, das aldeias às cidades e, em segundo lugar, os caminhos que os conectam, além dos diversos elementos que transformam a natureza em paisagem cultural”.¹⁴⁴

Norberg-Schulz argumenta que, quando os assentamentos estão organicamente integrados ao seu ambiente, supõe-se que são pontos focais, onde a qualidade peculiar do ambiente se condensa e explica. Essa caracterização feita pelo autor, ajuda a compreender o conceito de paisagem ao ressaltar que “podemos obter uma compreensão existencialmente relevante do conceito de paisagem, que cabe preservar como principal designação dos lugares naturais”.¹⁴⁵

Por meio do conceito de “*Spiritu Loci*”, Norberg-Schulz caracteriza cada espaço mediante a transformação em lugar, que é definido não mais por relações espaciais, mas por um caráter ou atmosfera, sendo, por isso, um fenômeno sensorial qualitativo total, do qual fazem parte as suas materialidades e imaterialidades.¹⁴⁶

Segundo esse autor, o lugar envolve uma totalidade qualitativa de natureza complexa, não podendo ser descrito apenas através de significados analíticos ou conceitos científicos. Os aspectos tangíveis de áreas urbanas são capazes de

¹⁴¹ DONSI, Andrea. **Il rapporto fisico dell'uomo com il territorio – Ipotesi sull'anamnesi e sulla fenomenologia dell' universo físico nella riformulazione dela teoria dello spazio-tempo**. Roma: Gangemi Editore, 1991.

¹⁴² RICCI 1991 apud MORAIS, J.G.S., **Metodologia de Projecto em Architectura: Organização Espacial na Costa Vicentina**. Lisboa. Estampa, 1995, p. 25.

¹⁴³ NORBERG-SCHULZ, Christian. A paisagem e a obra do homem. **Revista Architectura**, Lisboa. v.102, N. Sindicato Nacional dos Arquitectos. p. 52.

¹⁴⁴ NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar (1976). In: NESBITT, Kate (org). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**. 2ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 448..

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli Edinburggh College of Art Library, 1984.

construir contextos intangíveis, de importância cultural para comunidades residentes.¹⁴⁷

Dessa maneira, o autor, ao estudar o fenômeno do lugar através do conceito de paisagem e assentamento, define a estruturação por meio dos conceitos de espaço - em sua dimensão existencial, e o conceito de caráter – “*genius loci*”, das quais pode-se analisar a paisagem, a arquitetura e a dimensão imaterial. Dessa maneira, Norberg-Schulz analisa o espaço não como simplesmente uma localidade geográfica, pois o lugar “é a concreta manifestação do habitar humano”, carregado de elementos que transmitem significados.¹⁴⁸

Ao recorrer às teorias Heideggerianas para o entendimento da dimensão existencial do ser humano entre dois mundos - o céu e a terra, Norberg-Schulz argumenta que esses elementos, apesar de serem opostos, sendo o primeiro intangível, e o segundo tangível, se complementam para explicar a relação do ser humano e seu meio, onde o espaço (terra) e o caráter (céu) constituem o *genius loci*, relacionando-os respectivamente à orientação e à identificação, pois “quando um homem habita, ele está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental”.¹⁴⁹

Ao utilizar esses dois aspectos – orientação (onde eu estou) e identificação (como eu estou), o autor quer dizer que “o homem deve ser capaz de orientar-se, de saber onde está. Mas ele também tem de identificar-se com o ambiente, isto é, tem de saber como está em determinado lugar”¹⁵⁰.

Para compreender o lugar, analisa o espaço através de suas características morfológicas, que incluem: elementos constituintes (descrever e caracterizar), relação interior e exterior, ou seja, entre o lugar e a envolvente; extensão, que equivale a topografia; limites constituídos de fechamentos horizontais e os verticais, forma, volume; escala, proporções; direções que equivale a orientação solar, sentido vertical e horizontal e ritmo (caminhos, centro, tempo e domínio).

¹⁴⁷ NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli Edinburggh College of Art Library, 1984, p. 6.

¹⁴⁸ Ibid.

¹⁴⁹ NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar (1976). In: NESBITT, Kate (org). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**. 2ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 448. p. 455.

¹⁵⁰ Ibid.

Já, o elemento caráter, é analisado a partir de dois aspectos: o qualitativo, que include a qualidade da luz, da cor e classificação; e o quantitativo, relacionado à quantidade de luz.

É interessante ressaltar que o autor ao reportar ambientes, como nos países nórdicos e o deserto do Saara em sua obra, percebe o caráter que o constitui, tanto pelo aspecto intangível, como tangível ao caracterizar a ambientação climática de duas regiões geográficas bem distintas, descrevendo os elementos que denunciam as características climáticas do lugar.

Cauquelin observa que os valores materiais e imateriais da paisagem, nos remetem a uma moeda de duas faces. De um lado temos o valor material, relacionado ao espaço, a partir de elementos palpáveis como ruas e edificações; e de outro, os valores imateriais, a partir da interpretação da paisagem relacionada à história, à tradição, à memória, à cultura e à identidade do lugar. Nesse sentido, conclui-se que o estudo da paisagem deve estar associado ao entendimento desse conjunto de elementos.¹⁵¹

Nesse panorama, outro elemento que contribui para qualificar o espaço é a própria experiência com ele e sobre ele. Yi-Fu Tuan, considera a experiência do espaço com um aspecto relevante para a identificação dos lugares, pois a medida que se conhece e experimenta o espaço, este se transforma em lugar a ser atribuído valor, na medida que adquire definição e significado.¹⁵²

Nesse processo de experiência com o espaço, e numa perspectiva da história, memória e tradição como mencionado acima, outro elemento importante a considerar que abarca esses fatores, é o próprio tempo.

Tuan considera que, para a transformação do espaço em lugar é preciso considerar a dimensão temporal em três níveis: um deles é que se leva muito tempo para conhecer um lugar em função do tempo vivido nele; outro, considera o lugar como uma pausa; e por último, o lugar relacionado aos tempos passados, ou seja, o lugar da memória, da lembrança.¹⁵³

Ao considerar os valores materiais e imateriais na relação ser humano - natureza, é inevitável que a história, a memória e as tradições estejam presentes intrinsecamente na paisagem e que correspondam aos processos culturais

¹⁵¹ CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa. Edições 70. 2014.

¹⁵² TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

¹⁵³ Ibid., p. 151-165.

representados em sua dimensão física, seja natural ou edificada, e que constituem como testemunhos da história do lugar.

Tuan enfatiza ainda, sobre a problemática do mundo em constante processo de mudança, pois nesse caso, não seria possível o desenvolvimento de um sentido de lugar. Assim, a atribuição de valor ao lugar e o tempo seriam os principais aspectos resultantes da experiência vivida.¹⁵⁴

Por essa perspectiva, a concepção de *lugar* coloca em discussão as mudanças drásticas que ocorrem nos lugares e que, como consequência, modificam os sentidos construídos pela população em determinado tempo no espaço. Obviamente transformações ocorrem, porém, deve-se ter noção, principalmente os poderes públicos, da importância da preservação de elementos que são referenciados e que caracterizam as paisagens, pois determinados lugares são muito significativos para determinados grupo de pessoas, apesar de ter pouca notoriedade visual, sejam eles naturais ou construídos pelo ser humano, “persistem como lugares através da eternidade do tempo, sobrevivendo ao apoio de determinadas culturas”.¹⁵⁵

Nesse sentido, houve a preocupação em estudar o lugar a partir das modificações realizadas pelo ser humano, configurando-se em paisagens culturais, pelo seu valor material e imaterial, com intuito de definir os estudos de planejamento, ocupação e ordenação do território, ao considerar suas preexistências ambientais, culturais e seus processos históricos, sociais e econômicos que desencadearam a formação dos territórios.

É importante ressaltar, que apesar de trazer o conceito de território para o campo de arquitetura e urbanismo para estudar a paisagem, este enfoque não o libera das acepções teóricas dos demais campos disciplinares, principalmente da geografia. Dessa forma, como aqui mencionado, o que une todos os conceitos de território nesta abordagem é a ideia da apropriação, e para a arquitetura, este termo está intimamente relacionado à ideia de lugar.

¹⁵⁴ TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983, p.198.

¹⁵⁵ Ibid., p. 181.

I.2.3 INTERVENÇÃO NOS LUGARES (TERRITÓRIOS)

Apesar de entender que o território é delimitado pelo lugar, sendo a expressão física e simbólica de um povo, a materialidade (espaço) induz a abordar, no campo disciplinar da arquitetura, a gestão e o ordenamento do espaço, considerando a sua estruturação, os elementos que definem como esse espaço é apropriado pelo ser humano e como este o qualifica.

Autores da teoria e prática da arquitetura como Aldo Rossi, utilizam o conceito de *Lócus* para definir “a relação singular mais universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar” quando procuram estudar o edificado e o ambiente.¹⁵⁶

Por outra perspectiva, porém com a mesma linha de pensamento, Lamas enfatiza que a preexistência do território é determinante para criação arquitetônica. O autor defende ainda, o direito à paisagem diante das ameaças recentes da exploração predatória do território, que se sobrepõem a qualquer processo harmonioso entre arquitetura e paisagem.¹⁵⁷

Para Souza, o entendimento do espaço social na qualidade de território e o exame de suas territorialidades, por meio dos tipos de organização e arranjo territorial, devem ser articuladas para a compreensão do espaço como lugar, assim, como não podem deixar de interessar as formas espaciais e o substrato espacial.¹⁵⁸

Os planos de gestão territorial devem estar compatíveis com a sustentabilidade do ambiente, principalmente diante da relevância do suporte ambiental (ecológico) e cultural que constituem as paisagens. Dessa forma, o compromisso dos apontamentos, reconhecimentos e proteção dos elementos naturais e sua ordem cultural, que mantém a sustentabilidade do lugar, são requisitos essenciais para a manutenção da qualidade ambiental do lugar.

Conforme Leonel Fadigas “o território, nas suas diferentes expressões, ao ser apropriado para uso humano, é susceptível de ordenamento e de gestão”. Segundo esse autor, a maneira como as comunidades o utilizam e nele estabelecem as suas atividades econômicas, sociais e culturais, interfere diretamente no aumento ou

¹⁵⁶ ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 147.

¹⁵⁷ LAMAS, José M.R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007. p. 64.

¹⁵⁸ SOUZA, Marcelo José Lopes, **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 317.

redução das suas potencialidades e a disponibilidade dos seus recursos ao longo dos tempos.¹⁵⁹

Quando existe a identificação de uma relação de equilíbrio entre a atividade humana e o uso dos elementos naturais, instituída historicamente a partir de tradições, é imprescindível que se reconheça seus atributos, para que tais elementos sejam a base fundamental para qualquer intervenção na paisagem.

Sobre essa perspectiva da intervenção, a noção de território por Gregotti, está associada ao espaço qualificado enquanto lugar simbólico, e que a arquitetura seria um meio de intervir nesse espaço. Nesse enfoque multidisciplinar, o autor recorre ao termo “antropogeografia” para indicar esse espaço qualificado como ambiente modificado pelo trabalho ou pela presença do homem.¹⁶⁰

Assim como no caso da linguagem, Gregotti argumenta que o ambiente circundante “é o produto dos esforços da imaginação e da memória coletiva que se explicam e realizam por meio das obras que o sujeito constrói quando se defronta com o mundo e, portanto, também com a sociedade”. Para ele, a arquitetura pode ser vista como resultado de valores construídos historicamente sobre o espaço, por determinados grupos sociais.¹⁶¹

Acredita-se que exista atribuição da arquitetura em pelo menos dois campos de trabalho: o primeiro a nível de escalas, sendo a arquitetura como descrição da técnica de uma circundante e também como técnica de construção. O segundo campo não depende de problemas de escalas, e que estão relacionadas à disciplina descritiva e projetual do campo arquitetônico. No caso do campo disciplinar da geografia, o foco dos estudos geralmente não se destina a proposições, pois para Gregotti, esse ato projetual é destinado aos arquitetos.¹⁶²

Ainda segundo Gregotti “é a modificação que transforma o lugar em arquitetura e realiza o ato simbólico original de estabelecer contato com a terra, com o ambiente físico, com a ideia de natureza enquanto totalidade”, tendo o projeto o poder de direcionar a transformação do lugar em assentamento.¹⁶³

¹⁵⁹ FADIGAS, Leonel. **Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem**. 2. ed. Lisboa: Sílabo, 2011. p. 11.

¹⁶⁰ GREGOTTI, Vittorio. Território e Arquitetura (1985). In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 664.

¹⁶¹ GREGOTTI, Vittorio. Território da Arquitetura. São Paulo. Perspectivas, 1975. p. 64.

¹⁶² Ibid.

¹⁶³ GREGOTTI, Vittorio. Território e Arquitetura (1985). In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 374.

Ao considerar os argumentos de Gregotti, é visível o entendimento de que o projeto arquitetônico desempenha um papel fundamental ao entender a essência do lugar, por meio de intervenções relacionadas com o suporte físico e ao contexto ambiental que estruturam o território.¹⁶⁴

Leonel Fadigas reforça esse entendimento, ao afirmar que “a estruturação do território é resultado de um processo longo e complexo para o qual concorrem a sua componente ambiental e as sociedades humanas que o modelam, usam e alteram, e a economia que transforma em valor e utilidade humana” a partir dos recursos disponíveis no território.¹⁶⁵

Se na década de 1980, Gregotti reconheceu a necessidade de introduzir o conceito de ambiente, paisagem e território no campo de competência específica da arquitetura, foi adotado nesse campo, pelo viés da morfologia, o estudo do território como elemento estruturador da paisagem, sendo este resultado das transformações realizadas no espaço pelo ser humano, e este como agente das transformações sociais, econômicas e culturais.

Kevin Lynch defende a qualidade sensitiva de lugares e denuncia a negligência por parte dos gestores públicos, sobre o direito a tais qualidades para os seus moradores. Para o autor, essas qualidades têm uma importância social real para a vida nas cidades, visto que, estão relacionadas ao olhar, ao cheiro, ao som e a sensação do lugar. Todavia, essas qualidades sensitivas são raramente analisadas, pois a preocupação maior nas cidades é em projetar praças ou edifícios monumentais.¹⁶⁶

Atualmente, alguns planejadores se preocupam em cenarizar espaços por meio de imagens hegemônicas das cidades ou, até mesmo, por influência daquelas consagradas pelo turismo. Dessa forma, não são consideradas as verdadeiras peculiaridades de determinados lugares e regiões, constituídas de componentes ambientais e culturais que se fundem na composição de um mosaico único, diluído pelo suporte físico e pela dimensão existencial, e que são fundamentais para a sobrevivência do lugar.

¹⁶⁴ GREGOTTI, Vittorio. Território e Arquitetura (1985). In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

¹⁶⁵ FADIGAS, Leonel. **Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem**. 2. ed. Lisboa: Sílabo, 2011, p. 9.

¹⁶⁶ LYNCH, Kevin. **Managing the Sense of a region**. Massachussets: The Mit Press, Cambrige, 1978.

Por meio desse diálogo, se torna imprescindível reunir os aspectos de caráter material e imaterial da paisagem, para o estudo dos elementos morfológicos e simbólicos que compõem e estruturam a paisagem, e suas inter-relações, assim como, associar a esse estudo as tipologias edificadas, de maneira a contribuir para o entendimento da paisagem.

Nesta perspectiva, pressupõe-se que em paisagens dotadas de certa singularidade, qualquer intervenção deve estar comprometida com o *genius loci*. Por isso, presume-se que estudar a composição ambiental e cultural da paisagem, de maneira associada à arquitetura e seu sentido de existência, é procurar entender como esses elementos se comportam, no sentido de garantir a legibilidade, vocação e apreensão do lugar.

I.2.4 APREENSÃO DO CARÁTER DOS LUGARES

O arquiteto ao abordar a paisagem, território e lugar, têm como objetivo conhecer e analisar os aspectos morfológicos e simbólicos, as relações e práticas culturais estabelecidas no lugar, com intuito de nortear propostas e diretrizes projetuais que fortaleçam a qualidade ambiental do lugar e crie condições para a manutenção das tradições. Mas como adquirir a consciência sobre a característica ou qualidade figurativa da paisagem? Essa apreensão sobre a característica peculiar de uma paisagem é adquirida a partir do momento que um grupo ou grupos sociais, elegem determinado espaço como um lugar simbólico ou referência para o desenvolvimento de determinadas práticas culturais.

Gregotti na década de 1980, já argumentava sobre a importância da eleição de determinado espaço, como lugar para um determinado grupo social. O lugar para determinados sujeitos ou comunidades passa a ter dimensões simbólicas, ainda que reconheça nele um valor diferente da natureza. Seja um espaço onde é conhecido como lugar de uma feira específica, como local de realização de rituais místicos, ou conhecido como um monumento, estes espaços testemunham “por ser este lugar específico entre todos os demais possíveis, uma particular relação com o território e também com o solo, e torna visível a totalidade do circundante geográfico”.¹⁶⁷

¹⁶⁷ GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo. Perspectivas, 1975, p. 65.

Portanto, fica evidente a necessidade de relacionar lugares com práticas culturais, estabelecidas a partir de uma relação particular com o território, que está introjetada ou faz parte do lugar. As pessoas caracterizam o lugar, a partir da existência de determinadas atividades culturais e por possuir determinada qualidade. Essa eleição do espaço, enquanto lugar simbólico, deve considerar a associação dos elementos materiais e imateriais em sua plenitude para o conhecimento da delimitação do território, evidentemente também como objeto de interesse para a arquitetura.

Mas como apreender essas relações? Não é uma tarefa fácil, principalmente quando envolve elementos subjetivos. Gregotti posiciona alguns caminhos para essa apreensão a partir dos testemunhos extraídos da pintura, fotografia, cinema, fotogrametria que são “instrumentos fundamentais de conhecimento da paisagem enquanto representação.”¹⁶⁸

Essa definição de território está muito ligada ao conceito de lugar, paisagem e ambiente, ao refletir sobre o princípio da transformação e modificação ao qual o espaço está submetido, mediante o estabelecimento de relações sociais. A modificação parte do pressuposto da alteração de parte do sistema para transformar o todo.

Nesse sentido, se torna imprescindível conhecer os sujeitos que se apropriam do espaço, como o utilizam, o que produzem e como influenciam, em virtude das relações de pertencimento e identidades construídas entre determinados grupos ou indivíduos sobre o espaço e com o espaço. Conhecer o papel da territorialidade diante dos elementos materiais e imateriais é cada vez mais primordial para entender a paisagem e desenvolver uma proposta de gestão e planejamento do *lugar*.

O próprio Norberg-Schulz¹⁶⁹, ao relatar por meio de narrativas literárias que abordam regiões bem diferentes como os países nórdicos e o deserto do Saara descritos anteriormente, expõe as características climáticas e confirma a possibilidade de apreender os aspectos materiais e imateriais dos lugares a partir de tais narrativas, cujos objetivos da descrição poderiam ser outros. Nesse sentido,

¹⁶⁸ GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo. Perspectivas, 1975, p. 66.

¹⁶⁹ NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli Edinburggh College of Art Library, 1984.

verifica-se a possibilidade de apreender o caráter dos lugares esses aspectos desde a literatura até desenhos manuscritos.

O estudo da paisagem pelo território, permite analisar o espaço a partir da disputa de interesses entre sujeitos ou grupos sociais, por meio da materialidade, resultante da apropriação desse espaço, e que são referências culturais da paisagem enquanto expressão da identidade do lugar. Diante dessas premissas, o reducionismo em estudar apenas a arquitetura enquanto objeto edificado, sem abordar a sua inserção na paisagem e no território, é praticamente uma visão limitada, em virtude das relações estabelecidas entre o ser humano e sua obra, no que se refere aos usos e interações com o espaço, que podem construir, desestabilizar ou potencializar a paisagem.

Diante do exposto, o conjunto paisagem-arquitetura pode permitir um sentido de organização territorial, cultural e construir paisagens simbólicas que revelam a expressão física do lugar. Deve-se buscar o reconhecimento daquilo que caracteriza o lugar, ou seja, o *genius loci*. “Tudo contribui para que a arquitetura reconheça a natureza como valor distinto e faça coincidir a noção de natureza com a de paisagem característica”.¹⁷⁰

O reconhecimento daquilo que caracteriza o lugar e o que delimita um território, pode partir tanto dos aspectos materiais, como dos imateriais. A arquitetura tradicional do lugar pode dar pistas sobre o universo cultural que envolve uma determinada comunidade tradicional e que, se constitui como um recorte territorial, seja ele simbólico ou físico, a qual pode-se denominar aqui como territorialidade arquitetônica construtiva.

1.2.5 TERRITORIALIDADE ARQUITETÔNICA CONSTRUTIVA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS LUGARES

Viu-se anteriormente que existe a territorialidade animal na biologia, a territorialidade humana na sociologia e antropologia e a territorialidade na geografia, seja humana ou política, a partir da definição de fronteiras físicas. Todavia por que não haveria de existir a territorialidade arquitetônica construtiva, como resultado das práticas culturais do lugar, e que contribuem para a estruturação da paisagem?

¹⁷⁰ NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli Edinburggh College of Art Library, 1984, p. 80.

O conceito de território sempre foi predominantemente estudado na arquitetura a partir das relações humanas, construídas historicamente sobre o espaço por determinados grupos sociais e manifestadas concretamente a partir da sua expressão espacial. Entretanto, viu-se que esse conceito começou a ser estudado a partir da noção de lugar. Evidentemente observa-se a necessidade de abordar, não somente as relações sobre o espaço, mas sobretudo, o estudo associado com o espaço, onde o território é formado a partir de fronteiras simbólicas.

No campo disciplinar da arquitetura, a delimitação do território se dá a partir do conceito de lugar, por meio das relações estabelecidas entre os seres humanos e a natureza, ao utilizar os recursos naturais disponíveis em seu contexto ambiental e cultural. Por esse viés, deve-se considerar a eleição do lugar por determinados grupos sociais, bem como a sua delimitação territorial - simbólica e física, mediante a associação dos valores materiais e imateriais incorporados à paisagem, imprescindivelmente, motivada por práticas culturais construtivas tradicionais, o que se define aqui como territorialidade arquitetônica construtiva.

É possível diagnosticar as delimitações de territórios arquitetônicos por meio da associação entre a expressão física, social e cultural da arquitetura. A territorialidade arquitetônica pode configurar-se como produto resultante das referências culturais e ambientais do lugar, contribuindo para a construção da paisagem, e determinante para a delimitação de fronteiras simbólicas e físicas do lugar. Mas qual arquitetura se encaixaria nesses pressupostos? Notavelmente e historicamente, a vernacular tem relações muito próximas com o conceito de lugar aqui defendidos, em virtude de envolver atividades construtivas tradicionais e utilizar recursos naturais, com o mínimo impacto na natureza.

Nesse sentido, se torna necessário investigar a paisagem a partir dos seus vestígios arquitetônicos, com o intuito de conhecer suas matrizes, que configuram a identidade do lugar. Assim, os vestígios arquitetônicos, podem ser considerados como rastros ou marcas da identidade e de práticas culturais presentes no lugar que definem territorialidades, bem como denunciam os valores materiais e imateriais (ou pelo menos parte deles) atribuídos à paisagem pelos seus detentores culturais. Nesse sentido, é necessário abordar com mais profundidade as características da arquitetura vernacular, para que se possa elucidar em quais circunstâncias, ela é

passível de ser atribuída valores e estão incorporados ao conceito de paisagem cultural.

I.3. A ARQUITETURA VERNACULAR COMO REFERÊNCIA CULTURAL NA PAISAGEM

I.3.1 A QUESTÃO CONCEITUAL: VERNACULAR, PRIMITIVA OU POPULAR?

Passa-se a considerar que a arquitetura pode se tornar referência cultural da paisagem de valor material e imaterial, por possuir vínculo com o território ao envolver práticas culturais coletivas onde se localizam, por meio de técnicas construtivas e uso de materiais locais, considerados vetores da constituição da identidade da paisagem.

Mas como considerar e denominar qual seria a arquitetura tida como referência cultural na paisagem a partir do seu valor imaterial, além do material? Talvez não seja fácil assimilar tal argumento, diante da complexidade que envolve a denominação da arquitetura, diante do uso de materiais locais e técnicas construtivas. Para tanto, é preciso primeiramente destacar as diferenças conceituais entre a utilização dos vários termos estudados e abordados na doutrina arquitetônica, no que tange a vernacular, a popular e a primitiva.

Sabe-se que constantemente há um problema na designação e uso de vários termos por autores que estudam a arquitetura de terra e vernacular, o que resulta numa difícil demilitação para quem começa a estudar o assunto. Conforme o dicionário da língua portuguesa, o termo “Primitiva”, como adjetivo, seria “primeira a existir, origem, original e inaugural; relativo aos primeiros tempos; remoto; que não é derivada; básica, primária; que tem a simplicidade e a ingenuidade comuns às origens”. E o vernacular seria [...] “própria do país, própria da região onde está, ou no termo latino, próprio do povo, sem estrangeirismos; genuíno, puro”.¹⁷¹

Autores de referência que estudam o assunto como Amos Rapoport, apontam a diferença entre primitivo e vernacular ao dizer que, “primitivo é muito mais fácil de definir que o vernacular, [...] “a construção primitiva refere-se à produção por sociedades, definidas pelos antropólogos como primitivas”.¹⁷²

¹⁷¹ Infopédia Dicionários.Porto:Porto Editora,2003.

¹⁷² RAPOPORT,Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A. 1972, p. 13.

Para Rapoport, este termo não se refere à capacidade de construir, mas sim à sociedade em que se constrói. Contudo, percebe-se que este termo seria adequado para estudar a arquitetura indígena.¹⁷³

Rapoport assinala que as construções primitivas geralmente são construídas em grupos por envolver toda a comunidade, onde todos são capazes de construir seu próprio assentamento, embora por questões sociais e técnicas, o processo construtivo se concretiza a partir da cooperação entre os integrantes da comunidade.¹⁷⁴

Nas sociedades tradicionais e primitivas, as tradições resistem ao tempo e às transformações. Essa resistência é visível na consagração do modelo de arquitetura que não permite alterações no modo de construção, em virtude dos ajustes efetuados ao longo do tempo que obedeceram aos requisitos culturais, físicos e de manutenção, cujo resultado é um modelo uniforme, em que as casas são praticamente idênticas.¹⁷⁵

Rapoport ainda enfatiza que na arquitetura vernacular são identificados mais os “tipos”, pois há uma variedade e diferenciação individual, apesar de usar os mesmos materiais e técnicas. No primitivo há uma predominância do modelo, sem conter variações¹⁷⁶.

Por essa perspectiva, é perceptível que a arquitetura indígena pode se enquadrar como arquitetura primitiva, por ter conotações mais próximas de modelo do que tipos, mesmo no âmbito de uma mesma etnia. Todavia, a casa indígena, ao apresentar um grande potencial de transformação e atividade processual baseada nas tradições, pode traduzir práticas culturais fortemente imbricadas nos processos culturais e na imaterialidade.

Nesses casos, a materialidade não é o fator determinante para a manutenção das tradições. Se a casa indígena for considerada como assentamento não permanente, sua característica é efêmera. Há exemplo da maloca indígena que não é permanente, devido à natureza dos seus materiais, e de sua transformação constante de ordem temporal e espacial, dentro de um grande território, onde as fronteiras e as marcas materiais são movediças.

¹⁷³ RAPOPORT, Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A. 1972.

¹⁷⁴ Ibid., p. 13.

¹⁷⁵ Ibid., p. 14.

¹⁷⁶ Ibid.

Essa característica se justifica também devido à dinamicidade das famílias, das relações complexas estabelecidas nos territórios, dos processos tradicionais incorporados à cultura que exigem constantemente, a construção de novas casas.

Contudo, é perceptível que haverá casos em que a arquitetura indígena se enquadra perfeitamente nos pressupostos da arquitetura vernacular, quando constitui-se de um caráter permanente e solidificado na paisagem. Nessas situações, fica evidente que a casa indígena possui valores materiais e imateriais equilibrados, porém, constituída predominantemente por modelos dentro de uma mesma etnia.

Superando a questão do modelo, Rapoport diz que a arquitetura vernacular possibilita aceitar alterações e adições sem se preocupar com a linguagem.¹⁷⁷ Assim como Bernard Rudovsky afirma, ela não é constituída por “ciclos de moda”, afinal essa arquitetura é resultado da colaboração de muitas gerações. Como todos conhecem o método e a ordem, por ser uma tradição do lugar, não há necessidade de contratar projetistas, apesar de em alguns casos, solicitar a colaboração de mestres artífices para os trabalhos mais detalhados e personalizados.¹⁷⁸

Segundo a Carta sobre o Patrimônio Construído Vernacular, publicada pelo ICOMOS em 1999 na Cidade do México, as construções vernaculares são expressão da identidade de uma comunidade, possui relações com o território, tendo como princípios o modo de construção emanado da própria comunidade, com caráter marcadamente local e regional em resposta ao meio ambiente, e detém conhecimento tradicional da composição e da construção, que é transmitido de maneira informal.¹⁷⁹

De acordo com Rapoport, a arquitetura vernacular se resume nas seguintes características:

[...] tem ausência de pretensões teóricas ou estéticas; trabalha com o lugar e com o microclima; tem respeito pelas pessoas e suas casas e, conseqüentemente, pelo ambiente total, natural ou artificial, e trabalha dentro de uma linguagem com variações, dentro de uma determinada ordem. Em uma estrutura, existem muitas variações que podem ser adaptadas de diferentes maneiras. Embora uma arquitetura vernacular tenha muitas limitações na gama de expressões possíveis, ela pode se

¹⁷⁷ RAPOPORT, Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A. 1972, p. 16.

¹⁷⁸ RUDOVSKY, Bernard, **Architecture without architects: a short introduction to non-pedigree architecture**, Nova Iorque, EUA: Museu de Arte Moderna (MOMA), 1965, p. 5.

¹⁷⁹ LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel.B. **Patrimônio Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção**. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, p. 342.

encaixar em muitas situações diferentes ao mesmo tempo e criar um lugar para cada uma delas.¹⁸⁰

Paul Oliver, em sua obra *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*, argumenta que o uso do termo “arquitetura vernacular” pode ter várias abordagens diferentes, de acordo com o lugar, a língua e a cultura. Por essa razão, o autor afirma que essa expressão poderia ser utilizada para referenciar a arquitetura produzida em diferentes regiões, conforme o contexto cultural, ambiental e com os recursos disponíveis, utilizando-se de tradições culturais do lugar. Para o autor, a arquitetura vernacular atende a necessidades específicas de um determinado povo ou comunidade, conforme suas tradições.¹⁸¹

Como já visto anteriormente, é perceptível considerar que essas tradições são reconhecidas em determinadas regiões, não por limites políticos-administrativos, mas sim por territórios definidos a partir do compartilhamento de experiências construtivas habitacionais tradicionais, conforme suas referências ambientais e culturais.

A partir desse pressuposto, Paul Oliver elaborou um mapa cultural temático da arquitetura vernacular no Brasil, constituída pela região amazônica no norte do país, bem caracterizada pela uso da madeira e a tipologia da palafita; pela região nordestina constituída pela casa sertaneja e a dos ciclos econômico do açúcar e do algodão; pelas etnias indígenas; pelas regiões sulistas que compreendem a sudeste, a centro-oeste e a sul, constituídas pelas casas dos bandeiristas e casas do ciclo do ouro, além da casa sertaneja que se diluiu vastamente pelo território brasileiro.¹⁸²

De fato, o livro oferece uma visão simplificada reconhecida pelo autor, mas a obra expõe a manutenção de alguns costumes tradicionais na construção da casa brasileira no século XX.

Segundo Carlos Lemos, a arquitetura vernacular “é aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, com seu limitado repertório de conhecimento num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recursos em condições climáticas características”.¹⁸³

¹⁸⁰ RAPOPORT, Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A. 1972, p. 15.

¹⁸¹ OLIVER, Paul. **Encyclopedia of vernacular architecture of the world**. Cambridge, Inglaterra: Cambridge, University Press, 1997.

¹⁸² Ibid.

¹⁸³ LEMOS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996. p. 16.

Como muitos autores utilizam o termo vernacular para designar manifestações construtivas realizadas pelo povo, Gunter Weimer, argumenta que a utilização deste termo para arquitetura seria inapropriado, já que o seu significado está relacionado a uma “linguagem correta ou castiça”, e no outro sentido do termo significa “escravo nascido da casa do senhor”. Segundo o autor, as conotações pejorativas o condenam e estaria mal-empregado, quando aplicado à arquitetura. Para o autor, o termo mais adequado para designar essa arquitetura seria o termo “popular”.¹⁸⁴

Em alguns países como Portugal, o termo popular é utilizado para designar a arquitetura vernacular, visto que, assim como Carlos Lemos¹⁸⁵, é uma arquitetura feita pelo povo.

Contudo, tal termo utilizado em Portugal, tem origens num contexto do populismo de regime estadonovista de António de Oliveira Salazar, pois o Inquérito à Arquitetura Regional, empenhado durante esse regime entre as décadas de 1950 e 1960, objetivou a investigação das “raízes na arquitetura mais vernácula”. O levantamento dessas marcas na paisagem, oriundas das ações humanas por sucessivas gerações em diferentes contextos de um mesmo país, permitiu elucidar e trazer conhecimento à nação sobre os diferentes meios naturais e as diferentes regiões que produziu a arquitetura que referenciava o povo.¹⁸⁶

No Brasil o termo “popular” geralmente é designado para referenciar habitações construídas em áreas carentes ou de interesse social, construídas pelo poder público em grande quantidade. Tanto a primeira como a segunda, utilizam materiais convencionais do mercado da construção civil, não envolvem métodos tradicionais e, muitas vezes, não consideram as especificidades regionais, visto que, “a tradição tem a força de uma lei respeitada por todo o consenso coletivo. Desta forma, é aceito e obedecido porque o respeito pela tradição dá origem a um controle coletivo que atua como disciplina”¹⁸⁷.

Por essa perspectiva, entende-se que a arquitetura vernacular contempla a melhor designação sobre a arquitetura feita pelo povo, ao envolver práticas culturais

¹⁸⁴ WEIMER, Gunter. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. xl.

¹⁸⁵ LEMOS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

¹⁸⁶ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL. Prefácio. In: PEREIRA, Nuno Teotónio. **Arquitectura Popular em Portugal**. 3. ed. Lisboa: Lisboa: AAP-CDN, 1988. p. IX.

¹⁸⁷ RAPOPORT, Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A. 1972, p. 16.

tradicionais de um lugar ou região. Mas sabe-se que ao falar em arquitetura popular em Portugal, é o mesmo que falar em arquitetura vernacular no Brasil, pois a casa vernacular é uma expressão cultural e está fora dessas questões ligadas a estilos arquitetônicos.

É notável que a arquitetura vernacular tem atributos para demonstrar sua capacidade de afeição aos valores materiais e imateriais intrínsecos a ela. Se a paisagem envolve também aspectos imateriais, a significação da arquitetura vernacular em sua dimensão imaterial, está fundamentada nos modos de habitat e nas práticas culturais construtivas inerente a ela. As práticas e modos tradicionais da cultura vinculados à arquitetura dão o sentido de existência ao lugar, bem como a manutenção da sua autenticidade.

A arquitetura torna-se então, testemunho e componente integral de uma paisagem, resultado dos valores interconexos (material e imaterial) demarcados no território onde se localizam. A partir desse pressuposto, a definição do conceito de arquitetura vernacular no âmbito desse viés conceitual, deve ser entendida a partir dos seguintes critérios:

- Usufruir dos recursos naturais da paisagem, que podem ser traduzidos tanto pelos seus aspectos geomorfológicos, como pelos materiais naturais locais e não industrializados;

- Envolver técnicas construtivas tradicionais;
- Envolver práticas culturais coletivas
- Envolver o princípio genético ou geracional; e, por último,
- Não poder ser transportada totalmente.

Como pode haver confusões conceituais entre vernacular e popular, como distinção da primeira, a arquitetura popular entendida aqui tem configurações conceituais mais abrangentes, em detrimento das restrições estabelecidas no escopo da imaterialidade da arquitetura vernacular. Sua diferenciação está baseada nos seguintes aspectos:

- Não depender dos recursos naturais locais, apesar de poder utilizá-los.
- Poder usufruir de materiais industrializados;
- Poder envolver técnicas tradicionais ou não;
- Poder envolver práticas coletivas ou não, mas não necessariamente culturais, pois podem estar vinculadas ao processo de mutirão ou à autoconstrução;

- Poder ser transportada totalmente.

A arquitetura popular é mais abrangente, e sua materialidade é bastante marcante, bem como vulnerável às constantes transformações, em virtude da abrangência dos materiais utilizados, o que leva a diferenciar substancialmente da arquitetura vernacular.

Notavelmente, mesmo com toda a complexidade que envolve a adoção de um termo para designar a arquitetura motivada pelas tradições culturais, materiais locais e feita pelo povo, o interesse em estudar o tema é relativamente recente. O estudo da arquitetura vernacular começa na Inglaterra, no final do século XIX, por meio do arquiteto Philip Webb, que percebeu o diálogo que essa arquitetura tinha com sua envolvente, o respeito aos métodos tradicionais de construção e o uso dos materiais locais.¹⁸⁸

I.3.2 O INTERESSE PELO ESTUDO DA ARQUITETURA VERNACULAR

Estudar a arquitetura vernacular no Brasil, nunca teve seu protagonismo nas universidades no campo da arquitetura e muito menos na engenharia. Esse interesse começa no século XX, por meio do engenheiro português Ricardo Severo, responsável no Brasil pelo movimento que buscou as raízes da arquitetura colonial, e que posteriormente foi intitulado como movimento neocolonial. O engenheiro publica em 1914, o texto “A Arte Tradicional no Brasil”, relatando a importância da arte e arquitetura tradicional luso-brasileira. Esse interesse não estava estritamente ligado ao estudo da arquitetura vernacular, mas sobretudo, na defesa da constituição da arte colonial nas origens portuguesas como a verdadeira nacionalidade brasileira.

Contudo, foi o médico e historiador José Mariano Filho em 1922, paralelamente ao momento de valorização da cultura brasileira, que denominou esse retorno à arquitetura tradicionalista colonial como “movimento neocolonial”.¹⁸⁹

Uma obra que também contribuiu para estimular o interesse nessa arquitetura, foi o lançamento em 1933, do livro “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre. A obra, apesar de não estar vinculada ao campo disciplinar da arquitetura,

¹⁸⁸ FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 44.

¹⁸⁹ SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1997. p. 36.

expõe tipologias arquitetônicas e os modos de moradia relacionados à arquitetura vernacular no Brasil Colonial.

Com esse sentimento regionalista e em defesa da arquitetura vernacular, porém de uma forma mais sistêmica para o seu entendimento, Lúcio Costa publica em 1937 o texto *Documentação Necessária*, em que declara-se defensor da arquitetura vernacular, e que esta seria fonte de inspiração da arquitetura moderna pois seria, [...] “a oportunidade de servir-se dela como material de novas pesquisas, e também para que nós, arquitetos modernos, possamos aproveitar a lição da sua experiência de mais de trezentos anos”.¹⁹⁰

Por uma perspectiva mais regionalista, Tânia Beisl Ramos, expõe o interesse de Lúcio Costa em estudar a arquitetura vernacular do outro lado do oceano, ao destacar que deveria ser feito o estudo dos processos construtivos, assim como [...] “as diferentes soluções e planta e como variavam e uma região à outra, procurando-se em cada caso, determinar os motivos de programa, de ordem técnica e outras – porque se fez desta ou daquela maneira”.¹⁹¹

Apesar de aparentemente simples e não conter toda a opulência das residências nobres portuguesas, não é fácil estudar e investigar a arquitetura vernacular brasileira. Ela se confunde e toma para si todas as contribuições da diluição étnica cultural do Brasil, que se formou no entrelaçado dos anfitriões indígenas e da ocupação portuguesa.

Augusto da Silva Telles, na década de 1980, já reforçava a necessidade de inventariar a arquitetura vernacular no Brasil, em virtude da diversidade existente entre as diversas regiões do país.¹⁹² Ele acreditava que esse acervo de arquitetura rural de feição vernacular, existente por todo o interior brasileiro, principalmente aquelas localizadas distantes dos centros econômicos e políticos, “tem sido, com raras exceções, pouco ou nada inventariado e muito menos estudado”.¹⁹³

No Brasil, esse desinteresse em relação à arquitetura vernacular, principalmente a de terra, por muitos anos foi e ainda é associado à pobreza e ao

¹⁹⁰ COSTA, Lúcio. *Documentação Necessária*. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 1, n. 1937, p. 204, 1937. p. 33.

¹⁹¹ COSTA 1997 apud RAMOS, Tânia Beisl. O Inquérito: 50 anos de registo de uma arquitetura hoje inexistente. In: RAMOS, Tânia Beisl (org.). **Entre Brasil e Portugal: Desafios, Discursos e Práticas da Arquitetura Moderna e Contemporânea**. Lisboa: Caleidoscópio, 2016. p. 28.

¹⁹² TELLES, Augusto da Silva. *Arquitetura Vernacular no Brasil: necessidade de inventário e estudo*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO IBERO-AMERICANO, IV, 2008, Belo Horizonte. **Atas...** Belo Horizonte: Fernando Pedro da Silva. C/Artes, 2008. v. 4. p. 5.

¹⁹³ Ibid., p. 6.

discurso de falta de recursos financeiros para a construção da casa convencional. Entretanto, esse discurso está a mudar desde a crise energética que assolou o mundo a partir dos anos de 1970, colocando a técnica construtiva com bloco de terra, como uma das soluções possíveis para o problema a ser estudada, principalmente pelos pesquisadores europeus, assim como a possibilidade de identificar redutos de resistência cultural e troca de saberes vernaculares construtivos, diante da hegemonia da indústria da construção civil.

I.3.3 A GENEALOGIA DA ARQUITETURA VERNACULAR BRASILEIRA

Gunter Weimer, defende que a arquitetura brasileira é fruto de uma formação étnica cultural, proveniente da hibridação das culturas negra, indígena e branca. Tal formação é visível na manutenção do binômio praça-igreja, envolvendo a cultura indígena e portuguesa. Outra contribuição luso-berberes, veio por meio das casas de portas e janelas construídas lado a lado, e onde podem ser encontradas de norte a sul do Brasil.¹⁹⁴

O estudo é complexo, pois se discute ainda, a contribuição outras descendências estrangeiras espalhadas pelo território brasileiro. Quanto à contribuição indígena e à portuguesa, o entendimento é unânime na doutrina arquitetônica sobre a participação dessas culturas, na formação da arquitetura no território brasileiro. Essa manifestação é perceptível de norte a sul do Brasil, seja nos materiais, na técnica ou na tipologia, tendo adaptações conforme as especificidades regionais. Nesse sentido, parece pertinente sublinhar as descrições mais amplas, porém fundamentais para a arquitetura vernacular, através de análises já estabelecidas, no que tange aos aspectos regionais, à tipologia, à técnica construtiva e sua representação e imagem, sem se ater primeiramente a uma arquitetura vernacular específica.

I.3.3.1 Quanto à região

Em se tratando dos contextos ambientais regionais, há uma leve percepção que as contribuições lusitanas e indígenas para a arquitetura vernacular foram traduzidas de maneira uniforme e homogênea de norte a sul do país, visto que a

¹⁹⁴ WEIMER, Gunter. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. xl..

casa portuguesa se manifestou no Brasil através de sua aparência, decorrente das técnicas, dos materiais de construção e da tentativa de repetir as linguagens tradicionais. Todavia, essas características levaram em consideração os aspectos regionais.

Carlos Lemos destaca que, apesar das casas brasileiras apresentarem aparências semelhantes com as casas portuguesas, elas funcionavam de maneira diferente de norte a sul do Brasil, em virtude do clima e das condições socioeconômicas.¹⁹⁵

A percepção errônea, da tradução homogênea da arquitetura lusa para o Brasil é compreensível em virtude da grande contribuição portuguesa nas técnicas e nos sistemas construtivos. O modo “saber fazer” também esteve presente na vontade em manter a mesma linguagem das terras lusitanas. Segundo Carlos Lemos, “no início da colonização e principalmente em relação à casa rural, essa arquitetura residencial popular que se quis transladar era totalmente despojada e obviamente destituída de qualificações estilísticas”.¹⁹⁶

Contudo, em um estudo mais aprofundado, percebe-se que as diferenças existem e que variam conforme as regiões e seus sítios. A arquitetura portuguesa também tinha essa qualidade de se adaptar. Para tanto, era preciso entender as variações devido às regiões, ao tipo, às construções e a técnica como ela é apropriada, representada e como ela é disseminada pelos detentores culturais.

Sabe-se então, que não se pode estereotipar o estudo da arquitetura vernacular e transportar o mesmo modelo para regiões diferentes, ou seja, generalizar e simplificar, como se ela fosse uma cópia rígida, afinal procura-se discutir as territorialidades arquitetônicas como produto resultante das referências culturais e ambientais do lugar, em função da tipologia, dos materiais utilizados, das práticas culturais construtivas, dos aspectos ambientais e climáticos.

Essas territorialidades estão intrinsicamente ligadas às referências culturais do lugar. A arquitetura vernacular, como referência cultural, não ignora a envolvente e o ambiente físico, pelo contrário, ela só existe mediante um diálogo constante com a paisagem e com seus aspectos ambientais. Nessa lógica, as referências culturais e ambientais são dependentes entre si, assumindo um papel consubstancial na construção da paisagem.

¹⁹⁵ LEMOS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996 p. 13.

¹⁹⁶ Ibid., p. 15.

Isso justifica o fato de reconhecer que a arquitetura vernacular, pode revelar as características geomorfológicas e a ambientação climática dos lugares, em virtude de ser manifestada mediante as condições geográficas e físicas do lugar no que se refere aos aspectos climáticos denunciado em seu conteúdo e forma, bem como na envolvente (topográficos). Para tanto, esse edificado utiliza os recursos naturais de determinadas regiões, ao mesmo tempo que responde adequadamente às necessidades dos seus detentores culturais.

A arquitetura vernacular não pode ser transportada totalmente, e isso é compreensivo por razões simples, em virtude das diversidades das expressões regionais e da forma como ela é apropriada e se territorializa. No Brasil, o recebimento das tipologias arquitetônicas rurais e urbanas lusitanas, foram transladáveis somente por permitir e incorporar adaptações contextuais ambientais, compondo uma trama brasileira com diversos sotaques.

Em Portugal, a partir do Inquérito à Arquitetura Popular, a obra de Orlando Ribeiro tratou dos conceitos de meio e região geográfica, e desde 1938, o autor fez um estudo da geomorfologia e as dimensões físicas e humanas das populações, resultando em um Inquérito da Habitat rural. O trabalho percorreu “as províncias do país e registrando aspectos construtivos e de organização espacial das habitações”.¹⁹⁷

Em 1945, Orlando Ribeiro publica “Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico”. A obra, apesar de estar no campo da geografia ao expor as diferenças entre as diversas regiões de Portugal e a falta de unidade, clarifica a diversidade da arquitetura popular, ou aquilo dito como vernacular para o Brasil, em função das diferenças geográficas. O estudo resultou na divisão de três grandes áreas de Portugal, sendo o norte atlântico, o norte transmontano e o sul. Nessas áreas, o autor ainda subdividiu em vinte e três unidades de paisagem, caracterizadas pelos aspectos naturais em relação ao solo e ao relevo, articulado diretamente com os materiais de construção das respectivas regiões. O geógrafo definiu a leitura de cada território a partir das habitações, e que significou de forma incontornável, uma grande contribuição para o conhecimento da arquitetura popular portuguesa.¹⁹⁸

¹⁹⁷ RAMOS, Tânia Beisl. O Inquérito: 50 anos de registo de uma arquitetura hoje inexistente. In: RAMOS, Tânia Beisl (Org.) **Entre Brasil e Portugal: Desafios, Discursos e Práticas da Arquitetura Moderna e Contemporânea**. Lisboa: Caleidoscópio, 2016. p. 24.

¹⁹⁸ RIBEIRO, Orlando. **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico**. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

Essa divisão é clarificada quando se analisa os tipos e modelos existentes em terras lusitanas, pois a arquitetura da região norte é “baseada na estereotomia da pedra [...] no Algarve ensolarado, arquitetura baseada na terra crua dos adobes, da taipa de pilão, no barro cozido dos tijolos [...] onde as famílias usufruem da brisa amena que vem do mar”.¹⁹⁹

O levantamento arquitetônico do geógrafo é enfaticamente abordado na escola portuguesa, justificado pelo trabalho minucioso demonstrado pelos conteúdos humanos impregnados na paisagem, a partir dos rastros materiais dos seus assentamentos. Estas estruturas são subordinadas às regiões, onde se territorializam e solidificam, devido aos aspectos ambientais do lugar, no que se refere ao relevo, ao clima, à vegetação e à persistência no modo de construir pelos seus detentores culturais. Nas palavras do geógrafo “[...] este contraste está na base de todos os outros aspectos, da natureza ou da civilização, que o avivam”.²⁰⁰

Se em Portugal sempre houve uma diversidade de arquitetura vernacular, no Brasil, não caberia espaço para homogeneidade arquitetônica, pois a diversidade das tipologias e modelos é bastante visível diante de um processo de ocupação diferenciado, devido às disparidades regionais, ambientais, sociais e econômicas. As inúmeras adaptações necessárias que os portugueses foram submetidos, como também o compartilhamento das experiências construtivas com os indígenas, souberam traduzir em sua plenitude as adequações ambientais dos seus assentamentos. A técnica construtiva indígena, por meio do uso de fibras vegetais, contribuiu de maneira significativa para os primeiros dias de ocupação portuguesa no novo mundo.

Carlos Lemos destaca sobre essas contribuições, ao enfatizar que nos sítios mais aglomerados do Brasil durante o período colonial, os assentamentos portugueses durante esses primeiros anos eram constituídos de “ranchos de palha, de palha dita aguariana, de sapé, de folhas de coqueiro amarradas com cipó em rudimentar estrutura de paus roliços trazidos do mato”.²⁰¹

Numa mesma região pode-se obter ainda subtipos-vernaculares, que depende das variações de uso da matéria-prima natural, como por exemplo a diversidade do uso de fibra natural para cobertura dos assentamentos. No Estado do

¹⁹⁹ LEMOS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996 p. 16.

²⁰⁰ RIBEIRO, Orlando. **Geografia e Civilização: temas portugueses**. 3. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. p. 31.

²⁰¹ LEMOS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996 p. 18.

Tocantins, no Brasil, é possível observar essas variações no uso de fibras naturais para cobertura dos assentamentos.

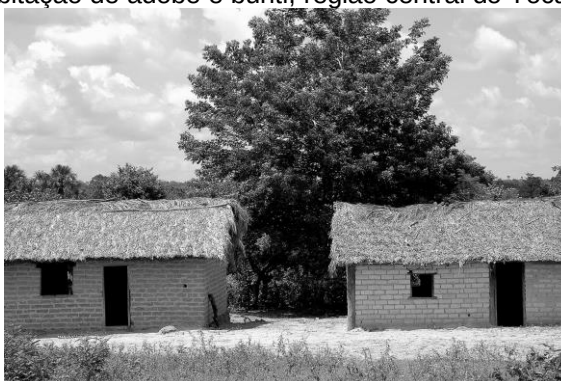
Na região central do Estado, utiliza-se o uso da fibra de buriti (figura 9) e na região norte encontram-se comunidades que vivem em função do babaçu (figura 8), inclusive para a construção dos seus assentamentos. Portanto, a diversidade no uso da fibra natural, confirma essa característica da contextualização ambiental da arquitetura vernacular, até mesmo na variedade de materiais numa mesma categoria para coberturas.

Figura 8 - Habitação de taipa e babaçu, região norte do Tocantins, Bico do Papagaio.



Fonte: Iphan (2016).

Figura 9 - Habitação de adobe e buriti, região central do Tocantins, Jalapão.



Fonte: Marcos Quito (2006)²⁰². Acesso: <https://www.flickr.com/photos/marcusquito>

A distribuição geográfica dos tipos de arquitetura vernacular no Tocantins, demonstra determinadas relações entre a arquitetura e a vegetação local, isto é, entre o material e as condições físicas locais, bem como a proximidade tipológica com outras regiões.

²⁰² QUITO, Marcus. **Comunidade Mumbuca, Jalapão-To.** Flickr, 2006. Acesso: <https://www.flickr.com/photos/marcusquito>.

As habitações da região norte do Estado do Tocantins, têm aproximações tipológicas das casas de taipa do sul do Estado do Maranhão, ao apresentar semelhanças em relação ao modo construtivo (taipa de mão) e ao material utilizado (palmeira babaçu²⁰³). Na região central, apresentam variações com o uso da palmeira de buriti e do babaçu nas coberturas, e predominam o adobe como principal técnica construtiva.

Nas habitações indígenas do Tocantins, a diferenciação entre as diversas etnias é bem mais notável ao analisar o uso das fibras nos assentamentos, pois o tipo de fibra utilizada nas habitações, varia conforme a etnia, o que confirma o argumento que a arquitetura indígena não é homogênea. Tal característica é reproduzida nos assentamentos não-indígenas que se utilizam das palmeiras como material construtivo, e que se reproduzem no Tocantins, conforme as aproximações com as populações tradicionais²⁰⁴.

Já as habitações do sul do Estado do Tocantins, têm aproximações tipológicas com a arquitetura relacionada ao ciclo econômico da mineração do século XVIII no Estado de Goiás, ao utilizar o adobe, a telha de barro e a composição porta e janela nas fachadas.

Essa relação entre a comunidade e os recursos naturais disponíveis em determinadas regiões, demonstra o equilíbrio entre as estruturas arquitetônicas, a cultura e o meio ambiente, tornando-se um universo de referências culturais do lugar, que se reflete em territorialidades arquitetônicas vernaculares.

I.3.3.2 Quanto à tipologia

A arquitetura vernacular se enviesa para o estudo tipológico e não como modelo. A disseminação da tipologia é resultado de um roteiro desenhado pelos detentores culturais ao longo dos anos, fruto de um processo lento de experimentações, adaptações e compartilhamento de ideias de várias gerações para responder às demandas dos seus moradores.

²⁰³ Palmeira típica do bioma brasileiro, localizada predominantemente nas regiões cuja vegetação transita entre o cerrado e a floresta amazônica, especificamente presente nos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Piauí e Pará. Nome científico é *Orbignya speciosa*.

²⁰⁴ Destacam-se como populações tradicionais mais conhecidos no Estado do Tocantins os povos indígenas (Xerentes, karajás, Kraós, Apinajé, Xambioá e Javaé), os quilombolas, os ribeirinhos e as quebradeiras de coco babaçu.

Por essa perspectiva, a tipologia enquanto referência cultural arquitetônica, pode ser considerada como resultado da hibridação de diversas influências, assim como a mistura de culturas em um determinado lugar e em determinado contexto histórico. A introjeção de culturas externas em determinado local, resulta no hibridismo de culturas que constroem referências culturais em lugares, onde sua reinvenção é permanente.

Na arquitetura brasileira observa-se as contribuições coloniais lusitanas de norte a sul do Brasil, numa miscigenação entre a arquitetura indígena e portuguesa. Tal influência é e foi reinventada, adaptada e reinterpretada nas diversas gerações e incorporadas nas construções modernas e contemporâneas, traduzidas na arquitetura local, resultando em uma tipologia diferente da origem, como menciona Carlos Lemos:

[...] Cidades de palha cujas casas procuravam atender os programas de necessidades europeus, ou melhor, dizendo programas cristãos porque, ao contrário da oca promiscua, possuíam subdivisões separando atividades, de modo especial, isolando os dormitórios [...] Moradias que logo aceitaram a cozinha ao ar livre, embaixo da copa das árvores, sob algum precário tejupar ou rancho aberto próximo à casa. Adeus às lareiras e chaminés”.²⁰⁵

Apesar dos assentamentos indígenas (figura 10) possuírem uma diversidade de formas na composição de plantas, em virtude da etnia e dos aspectos cosmológicos, o seu sistema estrutural quase sempre é resultante de um espaço abobadado com planta circular ou elíptica. Os portugueses, fizeram algumas adaptações que resultaram em espaços retangulares ou quadrados, adaptações à topografia, à ocupação no solo, por vezes na volumetria em virtude dos materiais utilizados, mas sobretudo, deram continuidade ao uso de materiais locais e à compreensão da ambientação climática.

²⁰⁵ LEMOS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

Figura 10 - Vestígio de habitação indígena karajá, região leste do Tocantins.



Fonte: Vanicleisson Karajá, Ilha do Bananal (2016).

A maneira como a contribuição cultural ou influência é recebida, modela o desenvolvimento da construção de uma tipologia de arquitetura. Pode-se dizer que é uma troca constante de valores entre o antigo e o novo, o externo e o local. Ao passo, que pode ocorrer a rejeição ou apropriação, mas sobretudo, significa uma contribuição cultural. De acordo com Robert Smith, significa que:

[...] a maioria das construções primitivas era de madeira, barro e materiais vegetais de tal variedade e durabilidade que, no dizer de Brandônio em 1618, era possível construir no Brasil boas casas sem auxílio de pedreiros, ferreiros ou oleiros.²⁰⁶

[...] Uma ilustração do livro de André Thevet representa uma das casas, semelhantes às ocas dos indígenas, compridas e baixas, em que se abrigavam o chefe francês e seus homens, constituídas por um engradado de madeira recoberto por folhas e grama. Enquanto a cobertura das ocas indígenas era arqueada, a das casas dos franceses parece ter tido tesouras.²⁰⁷

Nas pinturas de Fran Post (figura 11), é possível observar nas casas pequenas, o uso de madeiras amarradas com cipó que sustenta paredes constituídas por “tramas de galhos tomadas com barro ou protegidas por folhas de palmeira entretecidas em espessa camada, sistema este também usado para a cobertura”.²⁰⁸

²⁰⁶ SMITH, Robert. Arquitetura Civil do Período Colonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 17, p. 27-126, 1969. p. 29.

²⁰⁷ Ibid.

²⁰⁸ Ibid., p. 30.

Figura 11 - Fran Post (1612-1680) - Paisagem Pernambuco. Casa construída de terra e fibra vegetal.



Fonte: Coleção Caio de Lima Cavalcanti, BN.

Claro que muitas dessas construções já desapareceram, mas Robert Smith revela que [...] “é preciso ter em mente o caráter extremamente conservador da arquitetura luso-brasileira, sobretudo da arquitetura residencial, que conservou até o século XVIII muitas das características das construções anteriores”.²⁰⁹

Tal descontinuidade de algumas características da arquitetura primitiva indígena, na arquitetura luso-brasileira, se dá por diversos fatores. Entre eles a falta de domínio da técnica, os costumes dos portugueses, a percepção de mundo e, os valores, que são diferentes em diversas sociedades. No entanto, os portugueses souberam adaptar e valorizar o uso dos recursos naturais locais. Esse fato só confirmou o processo de diálogo constante e a interdependência entre os aspectos culturais e naturais, na concepção da arquitetura vernacular em sociedades diferentes.

Assim, parece claro que as referências culturais não são estritamente herdadas apenas do passado, mas sobretudo, produto de trocas culturais construídas por grupos de pessoas, e que pode até mesmo questionar o caráter dos lugares e suas verdadeiras referências culturais, fruto de um processo híbrido e miscigenação de valores, influências e práticas culturais.

Percebe-se que a tipologia vernacular enquanto bem material, contribui para a manutenção dos valores imateriais compartilhados entre os detentores culturais, proveniente de troca de saberes construtivos, garantindo o caráter da paisagem, motivadas por transmissões genéticas, ao passo que definem as territorialidades arquitetônicas como produto das referências culturais do lugar.

²⁰⁹ SMITH, Robert. Arquitetura Civil do Período Colonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 17, p. 27-126, 1969., p. 34.

A paisagem então se torna reflexo das referências culturais do lugar, materializada a partir das territorialidades arquitetônicas vernaculares, como resultado das técnicas construtivas tradicionais, enquanto valor imaterial.

I.3.3.3 Quanto aos materiais e à técnica

Os recursos naturais disponíveis na natureza são elementos fundamentais para concepção e criação dos assentamentos humanos, que ao serem manipulados para construção da arquitetura vernacular, constituem-se não apenas como matéria-prima de um produto, mas sobretudo transcende valores compreendidos desde os ecológicos até os simbólicos. Tornam-se elementos que denunciam a história do lugar através das tradições instituídas pela matéria, bem como as características físicas do lugar, que podem ser diagnosticadas a partir desses materiais, como o tipo de solo e de vegetação encontradas nas paredes e sistemas construtivos, bem como permite dar pistas sobre sua localização e as características ambientais do lugar.

A terra, a pedra, a madeira ou o vegetal permitem múltiplas apreensões sobre as características materiais do lugar, assim como o produto concebido, permite apreensões sobre as tradições do lugar e seus detentores culturais a partir de experiências vividas acumuladas ao longo dos anos.

O uso racional e sensível desses recursos para concepção de assentamentos, já institui em si um caráter ecológico e sustentável. Quando esses elementos, compõem uma territorialidade arquitetônica construtiva constituída pela arquitetura vernacular, esses valores tomam dimensões mais profundas e mais amplas, por fundir o natural e cultural, material e imaterial.

O conhecimento dos elementos naturais que constituem os lugares é fundamental para a compreensão do universo que abrange os detentores de uma determinada cultura, e que são apreendidos na paisagem a partir do estudo dos seus elementos naturais e culturais.

I.3.3.4 Quanto às práticas culturais coletivas

A arquitetura vernacular é motivada pela técnica construtiva tradicional, mediante a articulação dos aspectos culturais, dos modos de saber fazer, dos recursos naturais disponíveis, das relações interativas entre os detentores culturais

da técnica, dos rituais construtivos, dos processos de experimentações e das adaptações, com intuito de obter como produto a edificação, que se configura em compartilhamento de valores, refletindo na construção da identidade de uma determinada sociedade, traduzidas na paisagem.

Nesse sentido, como não visualizar os valores imateriais nos assentamentos vernaculares, a partir das técnicas construtivas por meio da ajuda mútua entre moradores? A arquitetura de terra, foi por muito tempo, o principal meio para o provimento de habitação no mundo. A maneira como o processo construtivo é desenvolvido, quase sempre foi através de atividades coletivas entre detentores culturais da técnica, familiares e amigos por meio da cooperação.

Embora esta cooperação é devido à necessidade de construir uma habitação, de outra maneira, não poderia ser concretizada, por se tratar de uma questão econômica e estar intimamente relacionada à necessidade do envolvimento social. Para tanto, esse processo construtivo compreende duas etapas diferentes, que envolve dois grupos sociais: a família e a comunidade. A primeira etapa é “la preparación, cuando se elige el emplazamiento y se recogen y transportan los materiales; y la construcción, cuando se acaba la casa”.²¹⁰

Práticas culturais coletivas, associadas à arquitetura vernacular e vinculadas às tradições, se adaptam facilmente ao contexto ambiental e temporal as quais estão inseridas. A identificação dessas práticas, descortina a estreita relação existente entre a arquitetura como produto cultural e os valores incorporados pelos seus detentores ou definidos como aqueles que compartilham da mesma atividade cultural, relacionada à arquitetura vernacular.

El extenso grupo familiar, que expresa su unidad viviendo juntos em torno a um pátio común, es el principal grupo de trabajo. Hombres, mujeres y niños, todos colaboran, lo que expresa la unidad familiar em término económicos y sociales. No obstante, esto no es suficiente para determinar el trabajo y se llama al grupo comunitario cuando los quehaceres de la construcción y los ritos lo piden. Como em muchas culturas primitivas y campesinas, la construcción tiene aspectos religiosos y rituales; la acción técnica está asociada a la acción mística. Los ritos y la construcción son prolongados y complejos y no se puede decir que lo técnico tenga prioridad ante lo ritual.²¹¹

Sabe-se que a autoconstrução é uma das características que vem acompanhadas da arquitetura vernacular, enquanto referência cultural para uma

²¹⁰ RAPOPORT, Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A. 1972, p. 44.

²¹¹ Ibid.

comunidade. Por essa perspectiva, a técnica construtiva através da autoconstrução colaborativa é definida como prática cultural, por oferecer simultaneamente uma interpretação da materialidade, por meio da concretização do edificado, e da imaterialidade, por meio das práticas tradicionais relacionadas aos processos construtivos, baseado no compartilhamento de experiências entre seus detentores culturais ao longo dos anos.

É claro que existe outros níveis de autoconstrução, todavia, o que importa para a arquitetura vernacular é o seu compromisso do processo como prática cultural, engajada pela cooperação e pela tradição por meio das pessoas que constroem seus assentamentos, sem intermediários estaduais, independentes de políticas públicas habitacionais, utilizando-se dos próprios recursos naturais, e não vinculados ao mercado.

A maneira como a técnica construtiva é transmitida, pode definir o caráter dos lugares mediante a troca e compartilhamento de experiências, o que resulta em um produto carregado de valor material e imaterial. Logo, as práticas culturais construtivas são enraizadas no lugar, em virtude das atividades continuamente acumuladas ao longo dos anos, no que se refere aos processos de apropriação e representação da imagem.

I.3.3.5 Quanto à imagem

Se as relações sociais e a cultura são concretizadas por meio do ambiente construído, então o território se torna um grande fator de reconhecimento da identidade dos lugares, determinado pelas técnicas construtivas associadas às condições ambientais, culturais, tradicionais, religiosas, sociais e econômicas.

A arquitetura, a paisagem e o território estão associados intrinsecamente pelas atividades que são identificadas como referência cultural, pelos detentores culturais da construção da paisagem, sobretudo, em virtude do ambiente submetido à constantes transformações.

A territorialidade arquitetônica construtiva é um dos elementos que identifica e se reconhece, como parte da identidade de uma paisagem, pois ela é perceptível a partir das práticas culturais tradicionais e dos seus rastros materiais. Nesse contexto,

há uma necessidade de se considerar nas paisagens, as habitações resultantes de tais atividades culturais, em virtude de deflagrar o caráter dos lugares.

A visão do território a partir da arquitetura identitária, se dá através da continuidade de determinadas práticas construtivas, relacionadas à arquitetura presente, a partir de várias gerações. A arquitetura vernacular cria vínculos com o território onde tais práticas se localizam, permanecem, solidificam e se reinventam, nas quais pode-se identificar na forma de implantação, na escolha dos materiais e no padrão tipológico.

O ritual do processo construtivo, que envolve a comunidade, amigos e familiares, assume uma função importantíssima para as várias gerações, com intuito de manter viva a tradição e preservar a identidade da paisagem.

Nesses processos do ato construtivo compartilhado, se adquire/capta o conhecimento do saber fazer construtivo, bem como se adquire novas experiências, permitindo o aperfeiçoamento da técnica e a transmissão de valores para as novas gerações, que resulta na concretização da arquitetura vernacular por meio da sua imagem.

Essa concretização da imaterialidade, referente ao ato construtivo vernacular, resulta na tipologia do habitat personificado, sendo este conseqüentemente, um veículo de transmissão da imagem, do caráter do lugar e da paisagem. O produto, resultante das práticas culturais construtivas é personificado, ao tornar a tipologia escolhida como orquestradora da paisagem.

Una vez comprendidos el carácter y la identidad de una cultura, y obtenidas ciertas ideas de sus valores, se aclaran muchas de las elecciones entre las respuestas posibles a ambas variables físicas y culturales. Las características específicas de una cultura – el modo aceptado de hacer las cosas, los modos socialmente inaceptables y los ideales implícitos – necesitan ser consideradas puesto que afectan la forma sutilezas como los rasgos más óbvios o utilitarios. A menudo, lo significativo implícitamente, en lugar de lo que hace que sea inevitable”.²¹²

A cristalização da imagem se dá a partir da capacidade de transmissão do ato construtivo e da tipologia escolhida, motivada pela identidade coletiva, carregada por valores e tradições cultivadas ao longo dos anos, tornando-se referência projetual cultural na memória dos seus detentores, e que dão sentido à paisagem.

²¹² RAPOPORT, Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A. 1972., p. 66.

La tradición tiene la fuerza de una ley respetada por todos con el consenso colectivo. De modo se acepta y se obedece porque el respeto a la tradición da lugar a un control colectivo que actúa como disciplina. Este enfoque funciona porque hay una imagen de la vida compartida por todos, una jerarquía aceptada y, en consecuencia, un patrón de asentamiento aceptado.²¹³

A paisagem então, é resultado do reconhecimento da delimitação de território, onde envolve múltiplos fenômenos relacionados aos aspectos naturais, econômicos, culturais e tradições, constituída de uma transformação contínua, concomitante com a permanência de valores do passado no presente, em sua dimensão material e imaterial.

Por outro lado, a paisagem pode perder a sua essencialidade e o seu caráter devido à perda dos valores, do compartilhamento das mesmas ideias, da tradição e do espírito de coletividade entre os detentores culturais. Neste caso, apenas resultaria, a cristalização imagética da arquitetura vernacular de maneira incompleta, sem os valores imateriais incorporados.

Essa dimensão, pode ocasionar perdas incontornáveis para a paisagem e sua relação com a arquitetura. Rapoport argumenta que a imagem compartilhada e aceita, funciona sempre quando a tradição está viva, porém se ela morre, a essência da arquitetura se perde. Nas palavras do teórico “sin tradición no puede haber confianza en las formas aceptadas y comienza la institucionalización”.²¹⁴

A construção em si, não faz sentido sem a prática construtiva colaborativa e tradicional associada. Em contextos, onde a técnica construtiva vernacular se faz presente na construção da paisagem, a arquitetura deve ser o reflexo dos valores imateriais incorporados. Todavia, a paisagem cai no artificial ao reproduzir uma ideia de arquitetura descomprometida com o contexto histórico-geográfico, com a organização social, com as referências culturais, e diversa do verdadeiro valor a qual a paisagem foi construída e a arquitetura idealizada.

A arquitetura então, se torna palco do fenômeno de mediação, sem considerar a apreensão do significado da paisagem e da arquitetura para os detentores, concebida em virtude dos tempos de apropriação de valores e organização social por várias gerações, relacionadas às práticas construtivas tradicionais.

²¹³ RAPOPORT, Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A. 1972. p.66.

²¹⁴ Ibid., p. 16.

Nessa perspectiva, a imagem é validada pela ótica estrita do mercado cultural arquitetônico, se rendendo a dissimulação e impedindo o processo natural conceptivo da paisagem a partir dos valores que são referenciados pelos detentores culturais.

A exacerbação da imagem da arquitetura contribui para um ambiente dissimulado, que não valida os tempos de atribuição de valor da arquitetura vernacular e despreza as referências culturais dos moradores na paisagem.

Entretanto, também, não se pode anular ou omitir que a preservação dos valores materiais e imateriais da arquitetura permite uma apropriação benéfica/salutar/favorável à indústria midiática, simultaneamente à manutenção dos valores incorporados à paisagem pelos seus detentores culturais, visto que preconiza o fortalecimento da identidade e do caráter do lugar.

Maria João Matos relata que a arquitetura, no âmbito da paisagem, pode ser entendida como a arte do lugar, ao passo que ela também pode se configurar como produto da urbanidade, concomitante ao fenômeno da mediatização. Para a autora, “a arquitetura urbana seria idealmente encomendada e gerada por sujeitos que estariam conscientes da existência destes dois eixos, que podem ser compatíveis se tratados com a noção real da importância da arquitetura como objeto simbólico”.²¹⁵

O conhecimento e as informações desenvolvidas sobre o papel da arquitetura na paisagem e porque ela se configura como referência cultural, são fundamentais para o entendimento da sua imagem e representação, definindo-a como veículo de produção de conhecimento sobre sua real importância na paisagem. Assim como, permite perguntar também, porque há desvios da imagem e do seu valor, se aproximando de determinadas representações da arquitetura vernacular, já consagradas no âmbito do patrimônio cultural, que pode ocasionar eventuais equívocos na construção da paisagem e sua homogeneização, e consequentemente, na perda das referências culturais do lugar.

Nesse contexto, as territorialidades construtivas arquitetônicas identificadas por meio da técnica vernacular, se tornam vulneráveis ao desaparecimento, devido ao seu valor imaterial, restando apenas a arquitetura enquanto matéria para a disseminação da imagem, que pode comprometer a dissimulação da representação

²¹⁵ MATOS, Maria João Pereira de. **Paisagens Urbanas Contemporâneas de Montanha: Metodologia para uma Abordagem Conceptual em Arquitectura na Covilhã**. 2010. Tese (Doutorado Europeu na área Científica de Arquitectura) Universidade Beira Interior e Université Paris 8- École Doctorale Sciences Sociales, Covilhã, p. 41.

da paisagem, perdendo as tradições associadas à materialidade e à imaterialidade da arquitetura e ao seu protagonismo na paisagem.

A sobrevivência desta tradição está ameaçada, em todo mundo, pela uniformização econômica, cultural e arquitetônica. Saber resistir a esta uniformização é fundamental e é uma tarefa que envolve, não só as diferentes comunidades, mas também os governos, os urbanistas, os arquitetos, os conservadores e vários especialistas noutras áreas disciplinares”.²¹⁶

Acrescenta-se ainda, a perda da hierarquia do conjunto, dos valores e da imagem do todo, do compartilhamento da mesma ideia e do espírito coletivo de cooperação, além da busca frequente pela originalidade, inovação e novidade construtiva. Como resultado desse processo, a sociedade não se satisfaz com as formas e os processos tradicionais de construção vernacular.

I.3.4 VALORES MATERIAIS E IMATERIAIS A SEREM CONSIDERADOS NA ARQUITETURA VERNACULAR – REPRESENTAÇÃO DA FUSÃO

Percebe-se que arquitetura vernacular, como referência cultural, pode ocorrer a partir de três processos diferentes, que levam a construção da paisagem e a delimitação de territorialidades arquitetônicas construtivas. Um dos processos, está relacionado aos fatores ambientais e ao caráter do lugar a partir dos pressupostos ecológicos, visto que ela tem o poder de denunciar o solo, a vegetação, a geomorfologia e caminhos das águas, assim como o clima e os materiais disponíveis – o que levar a elucidar aspectos regionais, a localização dos lugares, bem como sua contribuição significativa para a qualidade ambiental do lugar.

Outro processo está relacionado aos pressupostos humanos, por meio das influências externas a partir da circulação de ideias, atividades e práticas construtivas tradicionais, por meio da cooperação mútua entre amigos e familiares, quando vinculadas ao saber fazer vernacular, que são incorporadas e reinventadas na cultura local, a qual são introjetadas por meio da miscigenação de culturas, constituindo seus pressupostos genealógicos, motivados pelas tradições e processos.

²¹⁶ LOPES; ,Flávio;CORREIA,Miguel.B. **Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção**. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, p. 341.

Por último, o processo da sintetização dos princípios ecológicos e a atuação humana, resultantes de um conjunto de pressupostos vernaculares que traduzem um padrão arquitetônico como referência cultural, ao contribuir e influenciar no desenvolvimento de paisagens a partir da escolha de modelos e ou “tipos” de arquitetura, e que configuram o caráter do lugar.

Portanto, entende-se que a territorialidade arquitetônica construtiva deve ser analisada em dois níveis distintos, um que pertence a ação humana sobre os suportes materiais e o outro relacionado às referências culturais e ambientais do lugar. Por essa perspectiva, a arquitetura vernacular, enquanto elemento indissociável do seu contexto cultural, ambiental e territorial, não pode ser analisada sem uma visão inter-relacional, entre o concreto e o subjetivo, natural e cultural.

Expor como a arquitetura vernacular pode se tornar referência cultural e ambiental na paisagem, ultrapassando valores além da sua materialidade, é uma das necessidades que deve ser imposta para o estudo do lugar. É certo que essa noção pode extrapolar vastos campos de pensamento, que vão desde uma definição técnica até filosófica ou sociológica.

No campo da arquitetura, pode-se dizer que desde o processo de construção de uma edificação, até a sua consolidação na paisagem, há recursos suficientes que caracterizam o lugar. Para que a arquitetura seja reconhecida como referência cultural e ambiental, é necessário ter um tecido construído, no qual as edificações mantenham um certo grau de similaridade, e que estão vinculadas às práticas culturais construtivas específicas do lugar, e que faz a distinção do território.

As semelhanças e as diferenças na arquitetura, podem estar nas bases fundamentais para a identificação da referência cultural e ambiental do lugar, no qual se avalia a semelhança entre as edificações pertencentes ao determinado conjunto arquitetônico, e a diferença com as edificações que estão fora do conjunto identificado.

Entre os elementos que contribuem para a compreensão e reconhecimento da arquitetura como referência cultural na paisagem, pode-se considerar os ambientais (ecológicos), culturais (vernaculares) e os humanos, associados ao tempo. Na arquitetura, esses elementos são reconhecíveis a partir da técnica construtiva empregada, a tipologia escolhida, que em certa medida, está relacionada ao modo de vida de uma população e no uso dos materiais, que definem uma

territorialidade arquitetônica construtiva, por meio das práticas construtivas tradicionais.

Para determinados grupos sociais, práticas culturais construtivas, relacionadas à técnica vernacular e ao processo de construção da edificação, se solidificam com o tempo e na memória, se dinamizam com a contemporaneidade, sendo reinventadas por novos valores ou reincorporadas, com outros propósitos. Nesse sentido, significa evidente a necessidade de buscar compreender as territorialidades construtivas arquitetônicas na paisagem, tirá-la de uma zona marginal e colocá-la em um pedestal.

Para tanto, as análises do desenvolvimento da arquitetura vernacular, como referência cultural e ambiental na paisagem, a partir das territorialidades arquitetônicas construtivas, devem ser efetuadas por meio de casos de estudo. Através de uma perspectiva histórica, das experienciais vividas pelos detentores culturais com e sobre o lugar, a partir das referências culturais e ambientais formadas no inconsciente coletivo, com o intuito de compreender os valores atribuídos à arquitetura vernacular e sua importância para a paisagem.

I.4 SÍNTESE E ALGUNS ASPECTOS CONCLUSIVOS

I.4.1 PAISAGEM: RETORNO ÀS ORIGENS

Numa primeira abordagem e ao longo do primeiro capítulo, no âmbito histórico, a paisagem surge como elo fincado pela relação intersubjetiva entre o ser humano e a natureza. A partir do século XVI, a paisagem é entendida como representação, sem configurar-se como conceito científico. Posteriormente, tal cientificação veio a partir das preocupações ecológicas e climáticas da materialidade, porém reconhecendo a intervenção do ser humano na paisagem, onde a cultura faria parte do processo de construção, como resultado dessa intervenção e o que viria a ser uma das bases do conceito de paisagem cultural. Na segunda metade do século XX, o valor imaterial é incorporado ao estudo, se tornando uma das bases científicas para o entendimento da paisagem.

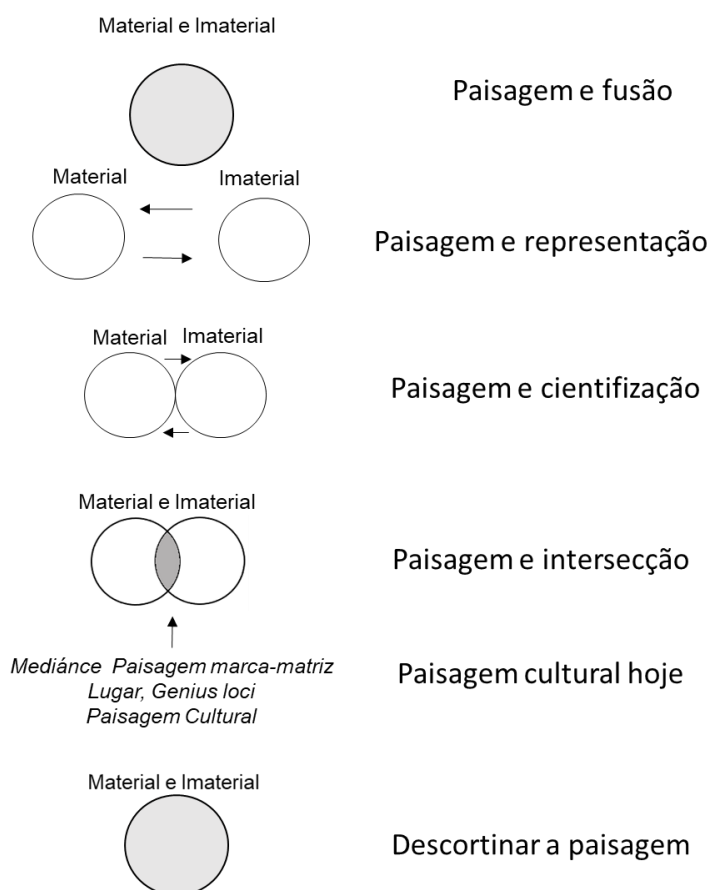
No âmbito contemporâneo, viu-se que esse conceito de paisagem é complexo por envolver questões subjetivas, incluindo uma relação intrínseca com o ser humano, em particular as que foram objeto de transformação deste. No entanto, num quadro temporal, a utilização do termo “paisagem cultural” se tornou redundante, pois evidentemente todas são culturais.

É bom destacar que abordou-se, de uma forma mais geral o conceito de paisagem, e não apenas as paisagens de excepcional valor estético ou excepcional beleza. Isso se dá pelo excesso de discurso das paisagens culturais voltadas a centros históricos e a paisagens extraordinárias. Tais narrativas, voltadas ao discurso hegemônico sobre paisagens culturais, anulam completamente a leitura de paisagens ordinárias do cotidiano, bem como anulam o entendimento da paisagem cultural, enquanto lugar onde houve intervenção do ser humano a nível de suporte físico e subjetivo do território, bem como aquelas representadas pelas pessoas que possuem um sentido do lugar e detém valores identitários, logo conduzem e fazem sentido a paisagem.

Dessa maneira, finalizou-se o capítulo ao entender que a paisagem cultural, toma proporções muito mais amplas e complexas, pelo fato de constituir não apenas integração entre os materiais e imateriais. Os valores da paisagem são provenientes de uma fusão entre os aspectos naturais e os humanos, materiais e imateriais,

traduzidos e compreendidos como corpo e alma, dependentes entre si para a existência do todo (figura 12).

Figura 12 - Síntese das contribuições teóricas até o contributo da tese.



Fonte: Autoria própria (2020).

Volta-se a paisagem, referenciando às águas e a montanha a partir das relações intersubjetivas entre o sujeito e a natureza, onde ambos dependem entre si para sobrevivência. Talvez seja momento de entender a arquitetura como expressão material e imaterial na construção da paisagem, diante do afloramento de perda do sentido dos lugares.

I.4.2 APREENSÃO DA PAISAGEM PELA TERRITORIALIDADE ARQUITETÔNICA CONSTRUTIVA

A partir desse pressuposto relacionados à fusão entre os elementos naturais e humanos, no sentido de restituir as bases ecológicas do conceito de paisagem,

sobretudo considerando a relação intersubjetiva do ser humano com a natureza, a apreensão da paisagem pode ser conduzida de várias maneiras. A percepção da paisagem é formada a partir de um filtro que, posteriormente, é moldurado conforme um sistema de valores constituídos por meio de uma gênese e de acordo com o tempo. Todavia, entende-se que a percepção daquilo que é paisagem para a sociedade, a forma como ela se territorializa e as questões que decorrem do sentido do coletivo, ou ao contrário, do não sentido, parecem ser assuntos ainda não vencidos, e que devem ser bastante explorados.

A representação, configura-se como consequência da percepção a partir de uma síntese da identidade da paisagem, traduzidas através de narrativas, sejam elas, orais, escritas ou artísticas. Essas narrativas, permitem apreender as relações das pessoas com e sobre a paisagem, bem como sua singularidade e demais aspectos que elucidam o contexto de uma comunidade. Logo, a representação, permite apreender o caráter e a identidade dos lugares.

Mas talvez esses elementos não sejam suficientes para o entendimento da paisagem, principalmente quando se considera a fusão. É preciso entender a composição do todo, onde o material é justificado pelo imaterial e vice-versa.

Ao longo do segundo capítulo, percebeu-se que se a identidade pode ser encontrada a partir dos seus rastros materiais ou vestígios arquitetônicos, a frase de Sauer sobre a “marca da ação do homem sobre a paisagem”, diz muito sobre as características peculiares da paisagem em seus suportes materiais, no que se refere às características dos elementos constituintes do lugar, como nos aspectos morfológicos, volume/forma, limites, relevo/topografia, orientação, escala, proporções, bem como suas marcas no tempo.

Ao passo que, pelo viés fenomenológico, a paisagem é marcada pela interrelação entre o sujeito e o objeto, sobre o ser com o mundo vivido, logo é preciso apreender a paisagem a partir do lugar, pela experiência vivida, pelas manifestações e atividades com e sobre o espaço, apreensões e absorções da luz, cor e demais qualidades sensitivas.

A apreensão do lugar, a partir da investigação do seu passado, pelas tradições, memórias, histórias, lembranças e experiências vividas com, e sobre o espaço conforme o tempo, por meio da resistência de práticas culturais, permitem elucidar as referências culturais na paisagem para determinados grupos sociais.

Além disso, permitem compreender a dimensão mais complexa dos seus conteúdos materiais, que constituem um território a partir do reconhecimento de suas qualidades e que o distingue de outras paisagens.

Todas essas qualidades do lugar, apreendidas tanto pelo suporte material e imaterial, podem ser entendidas não apenas pela integração, mas sobretudo pela fusão, e que pode ser representada através da **territorialidade arquitetônica construtiva**, tanto simbólica e fisicamente, ao permitir que arquitetura seja o caminho para compreensão da paisagem cultural, a partir dos seus pressupostos ecológicos, vernaculares e humanos, constituídos num só corpo, como patrimônio cultural de uma determinada comunidade.

I.4.3 ARQUITETURA VERNACULAR COMO SÍNTESE DO VALOR MATERIAL E IMATERIAL NA PAISAGEM.

Dentro dos pressupostos ecológicos, vernaculares e humanos, de acordo com o terceiro capítulo, percebeu-se que a arquitetura vernacular pode sintetizar esses valores ao permitir a compreensão tanto do suporte físico e climático do lugar, como também sua dimensão existencial a partir dos valores imateriais incorporados e que constituem a paisagem cultural. Neste contexto, as características da arquitetura vernacular como o uso do solo, a cor do adobe ou telha de barro, bem como o uso de determinada fibra vegetal ou madeira no sistema construtivo, dentro outros, denunciam a vegetação, o tipo de solo, as tradições, as características ambientais do lugar, assim como o próprio lugar e sua localização regional.

E como propõe-se aqui, a fusão entre a materialidade e imaterialidade do ambiente construído por meio da arquitetura e o reconhecimento do significado da paisagem, através das práticas culturais coletivas relacionadas às técnicas construtivas tradicionais, visto que a paisagem cultural é o resultado da forma como as sociedades se organizam a partir do universo dos elementos naturais que compõem a paisagem, se faz necessário entender a paisagem no âmbito da arquitetura, a partir dos seus pressupostos ambientais, vernaculares e humanos.

Para tanto, a segunda parte dessa tese, tratada a seguir sobre o caso de Taquaruçu, identificada a princípio por uma territorialidade arquitetônica construtiva, representada pelo recorte na paisagem, apresenta o desafio de perceber em que circunstâncias, a arquitetura vernacular contribuiu para a preservação da paisagem

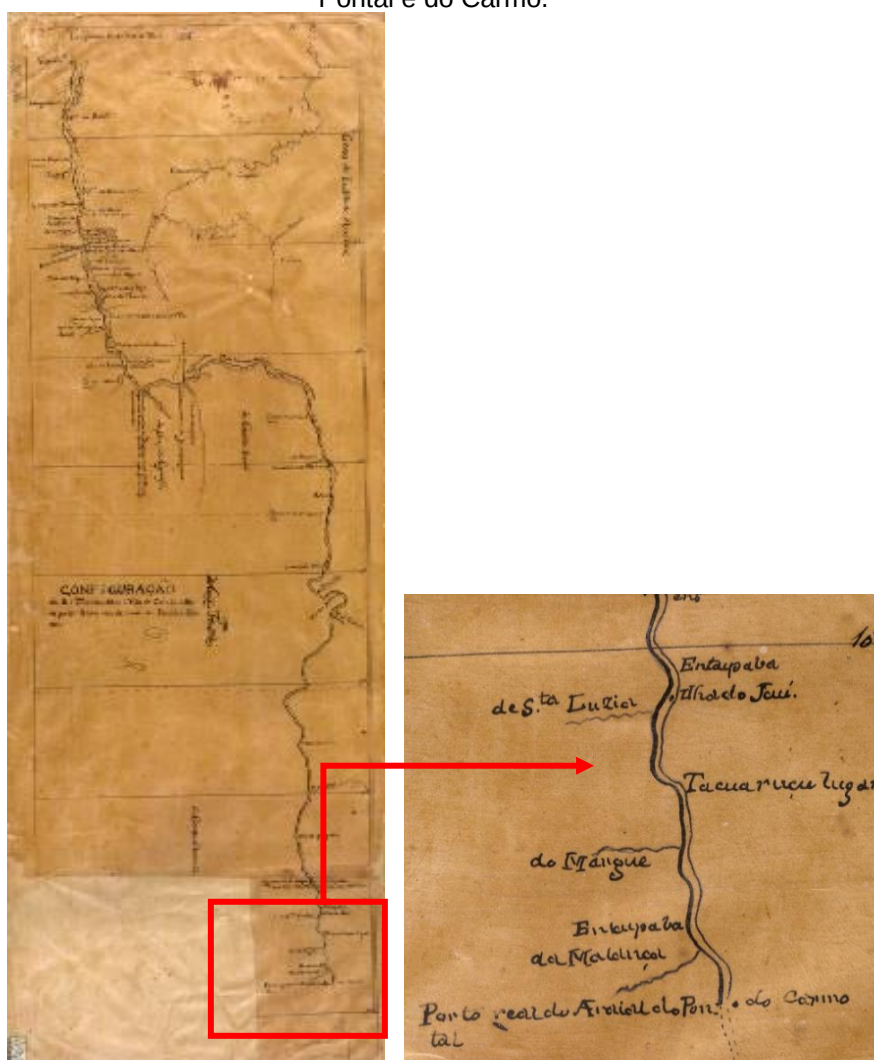
cultural, bem como instituiu uma fusão entre os valores materiais e imateriais, a partir dos pressupostos ecológicos, vernaculares e humanos.

Esses componentes, são fundamentais para identificação das relações estabelecidas na paisagem, através dos elementos materiais e imateriais simultaneamente, tanto pelas fontes e narrativas orais, literárias, artísticas, cartográficas, fotográficas, documentais, quanto pela observação e pelos próprios testemunhos vernaculares, que denunciam a ambientação climática, a história e a cultura do lugar, em sua dimensão física e existencial. A análise conjunta desses elementos é fundamental para a compreensão da identidade da paisagem e seus atributos, bem como constituem a base para nortear as propostas projetuais de intervenção na paisagem.

PARTE II - APREENSÃO DO LUGAR TAQUARUÇU

Através da narrativa cartográfica abaixo (figura 13), Taquaruçu revela-se com o sobrenome *lugar* literalmente pelos viajantes estrangeiros, em sua passagem pelo Estado do Tocantins, entre os séculos XVIII e XIX. De certo, havia algo que chamava a atenção dos ocupantes das embarcações que navegavam pelo rio Tocantins no interior do Brasil, e que os faziam diferenciar a paisagem de outras regiões que passaram.

Figura 13 - Configuração do rio Tocantins desde a Vila de Cameté até o Porto Real e os Arraiaes do Pontal e do Carmo.²¹⁷



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil (século XIX).
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514928/cart514928.jpg. Acesso em: 21 nov. 2019.

²¹⁷ CONFIGURAÇÃO do rio Tocantins desde a Villa de ametá até os portos reaes dos arraiaes de Pontal e Carmo. [180-?]. 1 mapa ms, 72 x 23cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514928/cart514928.jpg. Acesso em: 21 nov. 2019.

No século XX, com a paisagem ainda pouco habitada, perceber-se que o *lugar* continua a chamar a atenção dos viajantes, e que alguns se aventuraram a escolher o vale como morada permanente. Por esse viés, pode-se considerar que a territorialidade arquitetônica construtiva, revela -se a partir do processo histórico de ocupação na paisagem, onde o ser humano tem a capacidade de possuir uma sensibilidade do meio em que vive, ao eleger determinados elementos naturais, como marcos para o processo de ocupação do território.

Associada a essa vertente, tem-se a racionalidade e a experiência adquirida genética e coletivamente na arquitetura vernacular, resultantes de um processo cultural, ancoradas através do entendimento da paisagem pelas comunidades, que adaptam-se, conforme as necessidades e condições naturais do território, resultando na concretização do povoamento, através dos marcos arquitetônicos e urbanos.

A partir desse pressuposto, é evidente a sincronia e relação intrínseca entre o ser humano e o ambiente natural, sobretudo ao considerar o relevo e o caminho das águas. No Brasil, notavelmente, essa característica foi marcada no processo formação do território, desde os indígenas e europeus, até a atualidade.

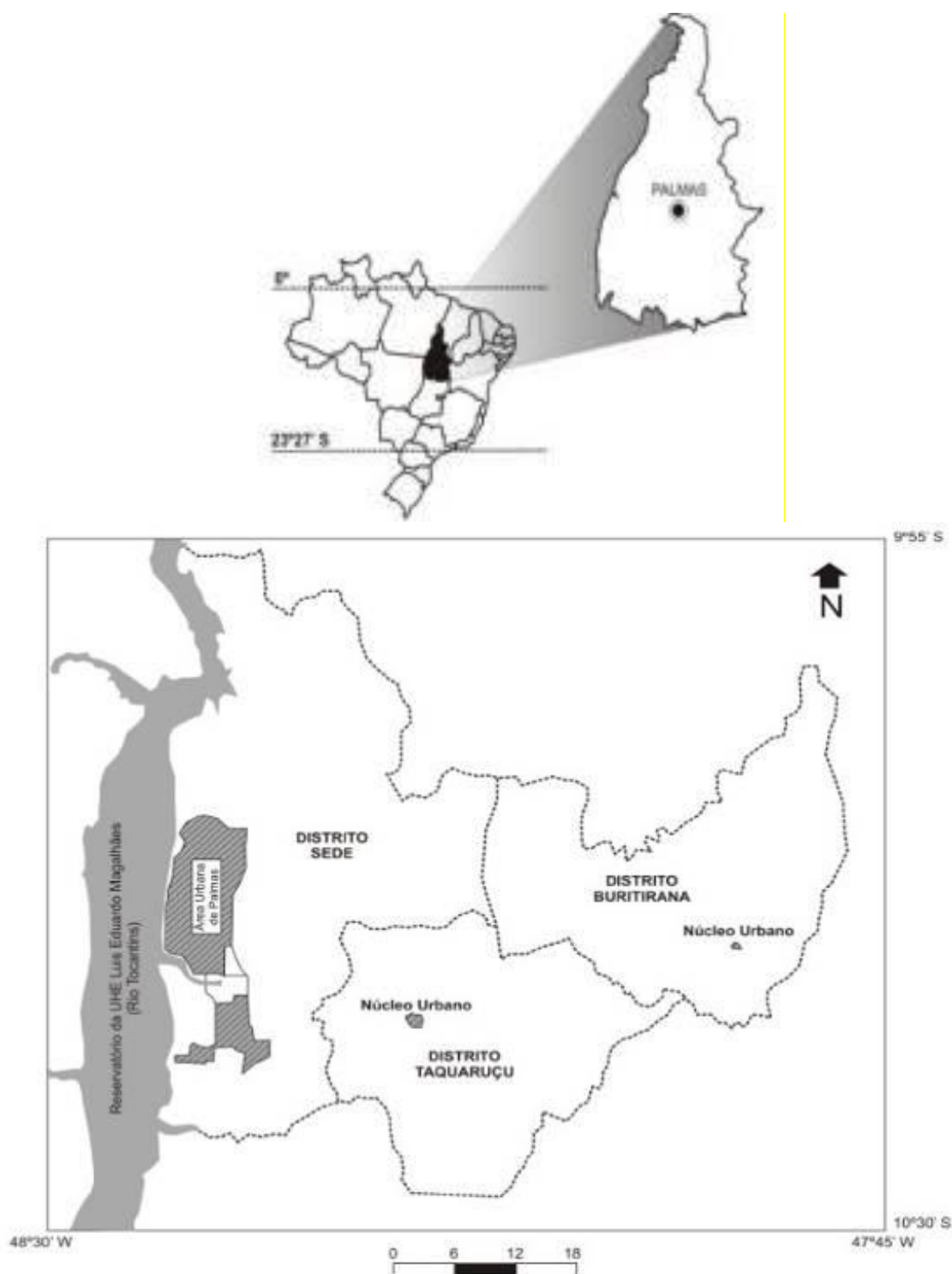
Nesse sentido, ao considerar o caminhos das águas como elemento substancial para o entendimento do processo de organização territorial e formação da paisagem, associada ao caminho humano pelas ribeiras, procurar-se-á demonstrar como o vale Taquaruçu, localizado no Município de Palmas, entre os paralelos 9° 55'33" e 10° 30'10" de Latitude sul e os meridianos 48° 30' 57" e 47° 45' 03" de longitude oeste, no Estado do Tocantins (figura 14), se configurou num *lugar* marcado pelo seu caráter ecológico e vernacular, reportado a fusão entre os elementos natural/cultural, material/imaterial, constituindo a base da organização territorial e estruturação da paisagem no vale.

Para tanto, apresentar-se-á os elementos ambientais, relacionados ao lugar e a envolvente por meio da geomorfologia e do caminho das águas, à vegetação, ao solo, à ambientação climática, assim como os elementos vernaculares e humanos relacionados aos processos históricos de ocupação territorial, ao edificado, às tradições e aos detentores culturais da paisagem.

Dessa maneira, pretendeu-se desvelar o caráter do lugar a partir de seus rastros materiais e imateriais, concretizados por meio de uma rede estabelecida através da arquitetura de terra, que deflagram uma territorialidade arquitetônica

construtiva, comprometida pelo seu elo ecológico e vernacular e que constituem valores materiais e imateriais na formação da paisagem.

Figura 14 - Mapa de localização do Distrito de Taquaruçu no Estado do Tocantins.



Fonte: Imagem editada pela autora e obtida através da Prefeitura Municipal de Palmas (2002).

II.1. OS ELEMENTOS ECOLÓGICOS

Norberg-Schulz defende que o entendimento do espaço existencial, deve dirigir-se para a compreensão simultânea dos aspectos concretos – relacionados à paisagem e seus respectivos elementos edificados; e os abstratos, que incluem os esquemas topológicos e geométricos. Para tanto, as qualidades topológicas do lugar, estão baseadas nas relações de proximidade com o ambiente natural em relação ao percurso da água; na vegetação; no sentido de continuidade no que se refere às direções e caminhos; na sucessão, relacionada aos espaços de transição/aberturas; e na clausura, relacionada ao limite entre interior e exterior.²¹⁸

Por isso, é fundamental identificar os esquemas topológicos para apreensão do lugar, cujo reconhecimento se desnuda a partir dos elementos físico-perceptíveis, captados na natureza e na sua relação com o ser humano.

II.1.1 O LUGAR E A ENVOLVENTE

II.1.1.1 A geomorfologia e o caminho da água

A comarca de Goyaz é pela maior parte montuosa; tem serras mui elevadas e da primeira ordem do Brasil [...]

Ao lado do caminho da planície está o ribeirão do Carmo. N'este distrito, meia légua distante do Tocantins, sobre a estrada do Pontal, esteve antigamente uma guarnição para obstar aos insultos dos índios: ainda chamam Presidio a este lugar. Adiante do presidio, à direita da estrada, indo para o arraial, fica o morro de S. João, que tem uma grande lagoa no seu cume, e em outra [entre a Serra do Carmo e lajeado]²¹⁹ montanha há uma cachoeira de que se precipita uma immensa quantidade de água, que vem da chapada da serra. É o lugar mais atenuado da província.²²⁰

Através da narrativa literária e cartografias antigas, deixadas pelos viajantes e naturalistas que percorriam o rio Tocantins no século XVIII, revelaram-se algumas características topográficas da região, dentre as quais a descrição, por meio de desenhos, da paisagem serrana flagrada a partir da subida do ribeirão Taquaruçu, e que poderia ser evidenciada desde a sua foz no rio Tocantins.

²¹⁸ NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existencia, espacio y arquitectura**. Barcelona, Espanha: Blume, 1975.

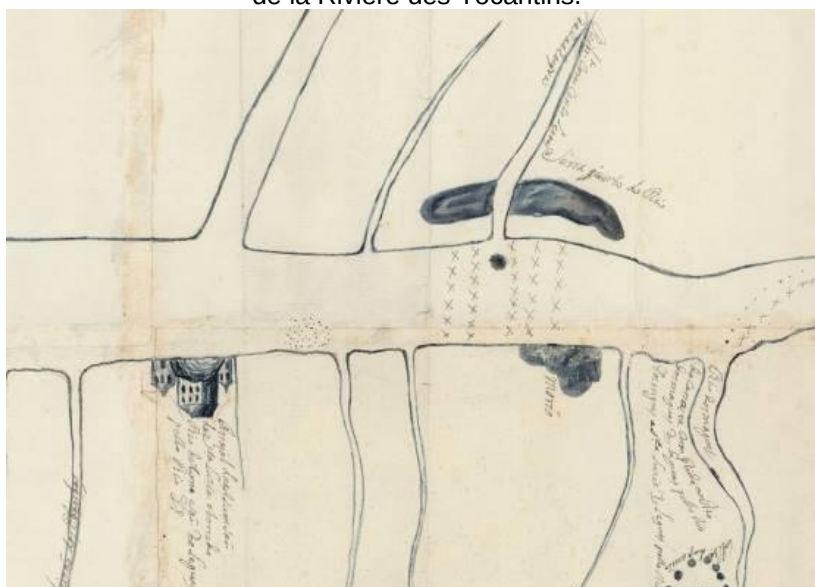
²¹⁹ Para Raymundo Cunha Mattos, este lugar foi descoberto em 1738 por António Sanches. CUNHA MATTOS, Raymundo José da., *Chorographia Histórica da Província de Goiás*, **Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethographico do Brasil**, v. 1, n. Tomo XXXVII, p. 5-398, 1874.

²²⁰ Ibid., p. 135.

Na narrativa documental do século XIX, a partir da *Chorografia* ²²¹de José Raymundo Cunha Mattos em sua viagem pela *Província de Goyaz* em 1834, através do rio Tocantins, se desvela a presença marcante do relevo contornando o vale médio do rio Tocantins. Em um dos trechos do documento, sobre o antigo *Norte de Goyaz*²²², o autor menciona a característica peculiar da região, ora denominando os acidentes geográficos de serra, ora denominando de montanha.

Ao analisar a narrativa cartográfica manuscrita denominada *Carte Manuscrite de la Navigation de la Rivière des Tocantins* ²²³(figura 15 e 16), reproduzida em 1697-1782, por Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, e contrastá-la com a *Chorografia da Província de Goyaz* (figura 17), publicada em 1874, é possível identificar que o trecho mencionado pelo português, se refere a região central do Estado do Tocantins, entre os Municípios de Palmas e Porto Nacional e Monte do Carmo, compreendendo o vale Taquaruçu, ambiente caracterizado por serras e cachoeiras.

Figura 15 - Trecho da foz do ribeirão Taquaruçu no rio Tocantins, demonstrando a serra e o local onde posteriormente seria batizado de Aldeamento Graciosa. Carte manuscrite de la Navigation de la Rivière des Tocantins.



Fonte: Biblioteca Nacional da França, (1700). [CARTE MANUSCRITE DE LA NAVIGATION DE LA RIVIÈRE DES TOCANTINS], 1700).

²²¹ A *Chorografia Histórica da Província de Goiás* foi escrita pelo português Raimundo José da Cunha Mattos entre 1824 e 1825, e publicada posteriormente na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB em entre 1874 e 1875.

²²² Denominação para o Estado do Tocantins antes da separação do Estado de Goiás em 1988.

²²³ Carta manuscrita em aquarela colorida, com dimensões 65X333 cm, produzida no século XVIII e pertence a coleção Anville, localizada na Biblioteca Nacional da França. MAPA MANUSCRITO da navegação fluvial do Tocantins. Gallica, BNF/fr.

Figura 16 - Trecho entre o Morro do Chapéu e o Rio Sono, demonstrando a deságua do ribeirão Taquaruçu no rio Tocantins, local onde o manuscrito revela o percurso de 5 léguas de cachoeiras na versão de D'Anville em 1730.



Fonte: Biblioteca Nacional da França (1730)²²⁴.

Tanto a cartografia como o documento textual, narram as características onde atualmente é o Distrito Taquaruçu, demonstrando nuances em relação às serras e às cachoeiras. No percurso do ribeirão, essa característica peculiar do relevo que contorna a margem direita do rio Tocantins, também foi representada em outro documento intitulado *Carta Chorográfica Plana* (figura 17), reproduzida por Raimundo José da Cunha Mattos entre 1834-1835, que seguiu anexada à *Chorografia da Província de Goyaz*.

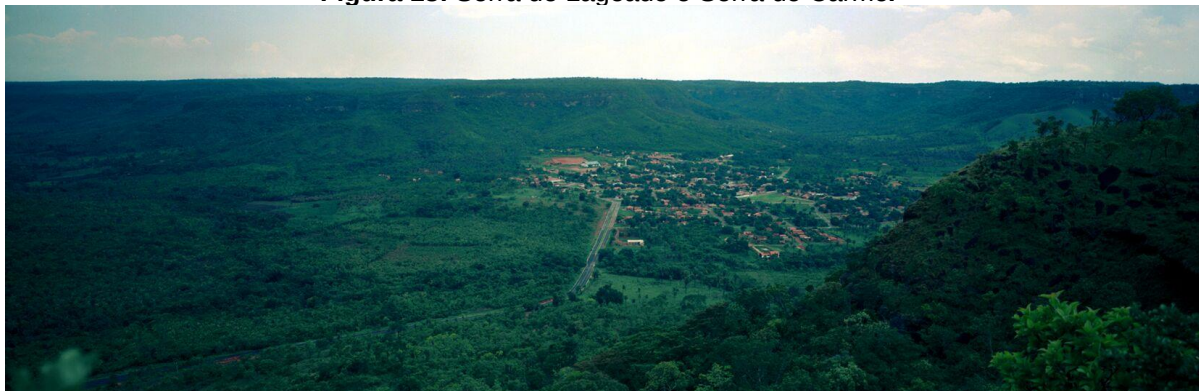
²²⁴ ANVILLE, Jean-Baptiste Bourguignon d' (1697-1782). Cartographe du document reproduit. **Amérique. Rivière des Tocantins**, Gallica. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53009173x>>. Acesso em: 12 set. 2019.

Figura 17 - Carta Chorográfica Plana da Província de Goyás produzida por Raymundo Cunha Mattos, 1834-1835.



Fonte: Biblioteca Nacional, Brasil.

Figura 18: Serra de Lajeado e Serra do Carmo.



Fonte: Fundação Cultural de Palmas, 2016.

É possível observar, a representação consciente da paisagem apreendida, ao tentar demonstrar a presença marcante da Serra dos Crixás (Serra do Lajeado e Serra do Carmo, figura 18), como característica topográfica retirada da impressão da natureza que acompanha o rio Tocantins. No mapa, é notório que o caminho das águas e das serras, configuram-se como protagonistas da paisagem natural no médio Tocantins. Em outro trecho da *Chorografia* literária, Cunha Mattos enfatiza a característica peculiar deste relevo, localizado na região.

Em outros lugares há montículos, que tem a mais perfeita semelhança de grandes mausoléus, o mais bello dos quaes é chamado morro do Cabeça de Boi, uma légua distante da fazenda do Buriti do districto do Carmo visto aos rumos de oesnoroeste, e lessueste; é mui admirável [...] desde Registro até a serra é sertão inculto e infestado por numerosas tribos de Chavantes e Cherentes.²²⁵

Essas narrativas históricas, permitem apreender a peculiaridade geomorfológica da paisagem que compreende a região do vale Taquaruçu, e que permitem também obter apreensões singulares que os viajantes estrangeiros tiveram dessa paisagem, ao denominá-la em seus registros como “*lugar mais atenuado* (tranquilo, calmo) *da província*, ou literalmente como *lugar*, conforme demonstrado na figura 13, dando pistas sobre o seu caráter.

Esse refúgio atualmente faz parte da Área de Proteção Ambiental da Serra do Lajeado – APA Serra do Lajeado (figura 19) – localizada no encontro entre as Serras

²²⁵ CUNHA MATTOS, Raymundo José da., *Chorographia Histórica da Província de Goiás*, **Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethographico do Brasil**, v. 1, n. Tomo XXXVII, p. 5-398, 1874., p. 396.

do Carmo e de Lajeado, compreendida dentro da bacia hidrográfica do ribeirão Taquaruçu.

A estrutura de drenagem dessa bacia é composta por ravinas, canais tributários, alguns córregos e o ribeirão, classificado como perene e com o principal curso d'água do vale. A nascente principal, localiza-se na Serra do Lajeado, e outras nascentes localizam-se, em menor quantidade, nos limites das chapadas, apresentando cotas com altitudes elevadas. A foz do ribeirão deságua no lago formado pela Usina Hidrelétrica de Lajeado (rio Tocantins), após percorrer aproximadamente 40 km.²²⁶

No período chuvoso, as nascentes da chapada e dos vales, fornecem água aos mananciais. Todavia, no período de estiagem esta vazão é reduzida, porém não compromete o abastecimento pelas nascentes.

Figura 19 - Macrozoneamento do Município de Palmas com a área urbana de Taquaruçu e a APA Serra de Lajeado.



Fonte: Instituto de Planejamento Urbano de Palmas – IPUP, Palmas (2019).

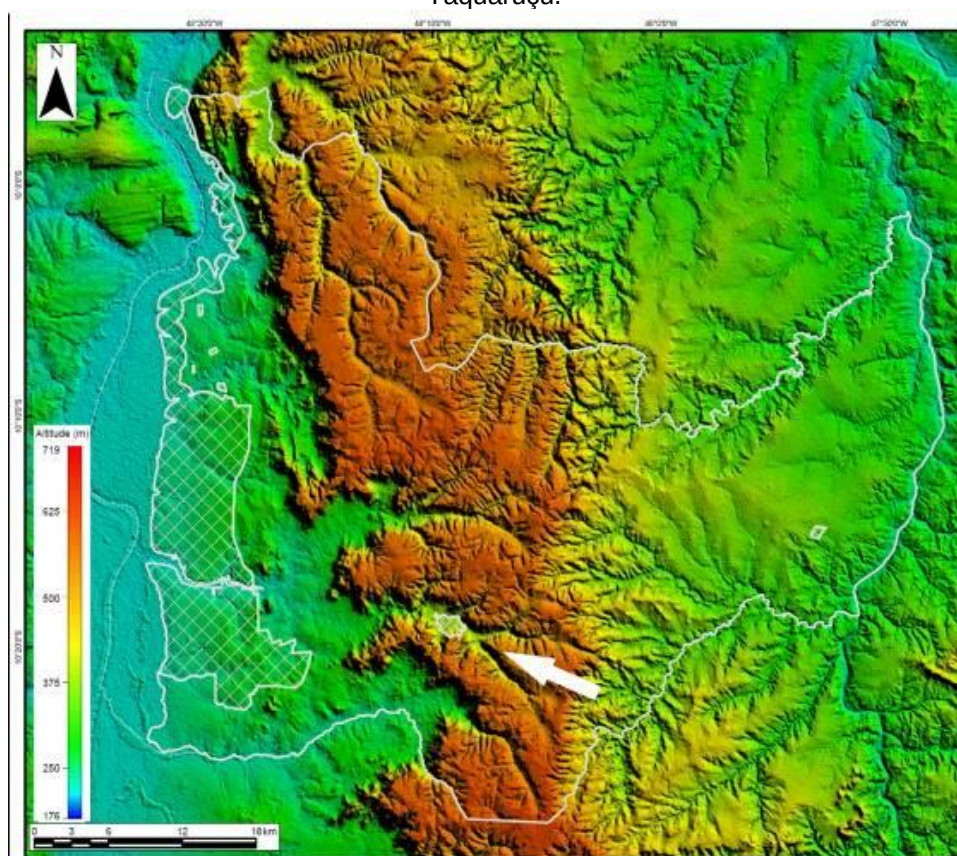
O ribeirão como afluente direto do rio Tocantins – integrado à bacia hidrográfica do Araguaia, desempenhou (e desempenha) um papel fundamental no

²²⁶ SEPLAN, **Relatório Final- Plano de Entorno do lago da UHE Luís Eduardo Magalhães**, Palmas: [s.n.], 2004.

processo de ocupação do Município de Palmas desde séculos anteriores, enfoque este, pouco explorado sobre esse elemento ambiental na área de urbanismo, de história e de recursos hídricos do Município.

O percurso da água, associado ao relevo, apresentam-se como elementos principais que compõem o patrimônio ambiental geomorfológico da região. Essa paisagem, representada em cartas e manuscritos históricos, é constituída basicamente por duas unidades geomorfológicas que compreendem a Depressão do Tocantins²²⁷, situada paralelamente ao rio Tocantins, com cotas de altitude entre 200 e 300 metros, e o Planalto Residual do Tocantins²²⁸, apresentando colinas e morrotes com cotas entre 300 e 700 metros (figuras 20 e 24).²²⁹

Figura 20 - Carta do relevo do Município de Palmas com indicação hachurada da área urbana de Taquaruçu.



Fonte: IPUP, Palmas (2019), editado pela autora.

²²⁷ Compreende a superfície formada entre o sopé da serra do Carmo, de Taquaruçu e de Lajeado. No sentido norte-sul, corresponde ao corredor deprimido do vale do rio Tocantins. CESARO, Monnalisa Valadares Marinho de, **Análise do potencial de expansão urbana e das ocupações irregulares na microbacia hidrográfica do ribeirão Taquaruçu**. 2018. 116p. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas. p. 68.

²²⁸ Ibid., p. 64..

²²⁹ SEPLAN, **Relatório Final- Plano de Entorno do lago da UHE Luís Eduardo Magalhães**, Palmas: [s.n.], 2004.

A geomorfologia dessa junção é caracterizada por três formas dominantes: o primeiro é caracterizado por uma extensa chapada de topo, levemente ondulado, pertencente à alongada faixa orográfica que se prolonga desde a altura da Serra de Monte do Carmo até as margens do rio Tocantins, próximo a cidade de Tocantínia. Contrastando com a superfície do topo, o segundo formato é a zona entalhada e dissecada a partir da superfície que apresenta-se acidentada, declivosa e escarpada (figura 21 e 23). E o terceiro tipo, se estende pelo piemonte ocidental do Lajeado, que corresponde à calha do rio Tocantins, composta pelo sopé da serra do Lajeado, do Carmo e do próprio rio Tocantins (figura 25).²³⁰

As superfícies de topo, associadas aos espaços deprimidos, delineiam a estrutura física da paisagem, modelam o relevo e orientam os caminhos das águas (figura 24 e 25). Nesse ambiente, que se descortina desde a foz no rio Tocantins até a encosta da serra que envolve o Distrito, é possível observar as superfícies escarpadas, tipo paredão de rochas, onde há ocorrências de várias nascentes que compõem a rede de drenagem da bacia, assim como superfície de topo, articulado com a superfície baixa.

²³⁰ SEPLAN, **Relatório Final- Plano de Entorno do lago da UHE Luís Eduardo Magalhães**, Palmas: [s.n.], 2004.

Figura 21 - Vista das escarpas da serra em Taquaruçu.



Fonte: Igor Pessoa (2007).

Nas superfícies escarpadas é possível detectar um dos sítios arqueológicos (figura 22) mais conhecidos do vale e denominado de *Abrigo do Jon*.²³¹ Ele está localizado nas proximidades das cabeceiras do ribeirão Taquaruçu, situado na área mais meridional da Serra do Lajeado.²³²

Esse sítio arqueológico é considerado um dos maiores e conhecidos abrigos, ao apresentar intensas pinturas e melhores condições de ocupação. Com 78 metros de extensão, a área abrigada mede 11 metros de profundidade em terreno plano e desimpedido de blocos abatidos.²³³

²³¹ BUENO, Lucas; BRAGA, Ariane Silva; BETARELLO, Juliana, Abrigo do Jon e a dinâmica de ocupação do médio Tocantins ao longo do Holoceno, **Especiarias- Cadernos de Ciencias Humanas**, v. 17, n. 30, p. 115-149, 2017.

²³² Ibid.

²³³ BERRA, Julia Cristina de Almeida, **As pinturas rupestres pré-históricas de contorno aberto na Serra do Lajeado-TO: similaridades e diversidades com as pinturas de contorno aberto no Parque Nacional Serra da Capivara**. 2015. 156f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco - Programa de Pós Graduação em Arqueologia, Recife.

Figura 22 - Arte rupestre do Abrigo do Jon. Serra de Lajeado.



Fonte: Amatur (2016).

O período cronológico regional desse sítio arqueológico, tem início na transição entre o Pleistoceno e o Holoceno²³⁴, que se desenvolve ao longo de todo o Holoceno, embora não de forma constante e homogênea. De acordo com o Laboratório Beta Analytics (Miami, EUA), os registros apontam que ao menos momentos de ocupação do abrigo que vão desde o Holoceno, entre 8200-8.900 anos AP até o Holoceno recente, com data de 350 AP, cerca de 1550 AD.²³⁵

As superfícies escarpadas do relevo, além de apresentarem as marcas dos primeiros seres humanos do planeta, assumem um protagonismo enquanto plano vertical de fundo no vale. Esses elementos expõem a notoriedade da envolvente (figura 23) e seus volumes, ao determinar naturalmente, que outros elementos devam ser submetidos ou adaptados a eles na paisagem.

²³⁴ Holoceno é nome dado aos últimos 11.000 anos da história da Terra. Esse período começa no fim da última era glacial principal, ou idade do gelo. Desde esse período houve pequenas mudanças do clima. O Holoceno pode ser caracterizado como testemunho de toda a história da humanidade e ascensão e queda de todas as civilizações. Fonte: <http://www.avph.com.br/holoceno.htm>. Acesso.03/09/2019

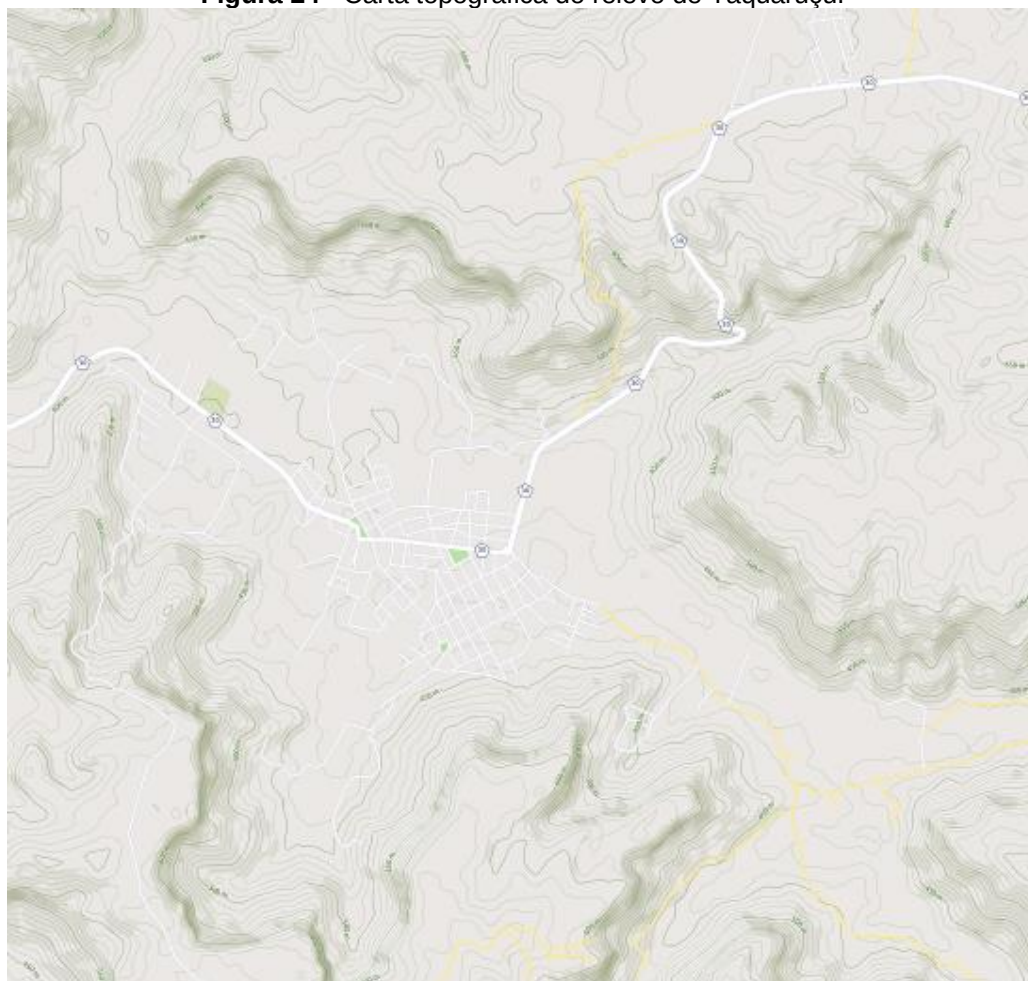
²³⁵ BUENO; Lucas; BRAGA, Ariane Silva; BETARELLO, Juliana, Abrigo do Jon e a dinâmica de ocupação do médio Tocantins ao longo do Holoceno, **Especiarias- Cadernos de Ciencias Humanas**, v. 17, n. 30, p. 115-149, 2017.

Figura 23 - Topo de serra, Taquaruçu.



Fonte: Autoria própria (2019).

Figura 24 - Carta topográfica do relevo de Taquaruçu.



Fonte: IPUP, Palmas (2019).

Figura 25 - Reconstituição da paisagem natural do vale até o rio Tocantins.



Fonte: Autoria própria a partir do software 3D map Generator (2019).

Esse relevo desenhado por limites verticais e horizontais, direciona o percurso da água do ribeirão, desde as nascentes na serra do Lajeado até o rio Tocantins. Na figura 25, é possível identificar como esse percurso demonstra a potente calha de água com alta densidade de drenagem. Já na figura 26, por meio do software Earth, é possível complementar a apreensão geomorfológica por meio do perfil topográfico, que margeia ao longo do ribeirão Taquaruçu, compreendendo desde o Distrito de Taquaruçu, até a sua foz no rio Tocantins.

Figura 26 - Perfil topográfico desde o vale Taquaruçu até o lago de Palmas.



Fonte: Autoria própria com base no software disponibilizado pelo google Earth (2019).

Desde 1908, já haviam constantes referências do ribeirão Taquaruçu, como um dos principais afluentes do Tocantins, em virtude da abundância de água despejada no grande rio. Conforme relata o redator do periódico, Jornal Norte do

Goiáz de 1908²³⁶, há um desmerecimento do respectivo ribeirão, que poderia se denominar de rio, assim como foi nomeado pelos viajantes do século XVIII, registrados nos manuscritos.

De princípio, notará o viajador que ambular pelo longo trecho que vai do Porto à Piabanha, e que orça por trinta léguas, uma estrada muito fraca, o assaz trilhada, no verão ao menos, é cortada, de longe em longe, por um crescido número de caudalosos córregos, que por outras partes seriam considerados verdadeiros rios, porém no Norte de Goyáz, nem ao menos teem as honras, alguns de figurar nas cartas geográficas do Estado. Água suja, São João, Taquary, Taquarussú, Água fria, Ascensão, Lageado, são os principais e mais volumosos afluentes do Tocantins nesse trecho, e que no correr da estação invernos constituem verdadeiras e quase invencíveis escolhas a quem tentar transpor à distância que vae de Piabanha a Porto Nacional.²³⁷

As apreensões das topologias, relacionadas ao percurso da água e a estrutura geomorfológica, tanto pelos aspectos concretos baseados em dados técnicos sofisticados, como também pelas fontes não convencionais relacionadas às narrativas literárias e cartográficas, dão conta sobre a importância de ambas direções para identificação do caráter do lugar.

II.1.1.2 Os limites verticais (As cachoeiras)

Em todas as partes do mundo é costume os obstáculos geográficos ou junção das linhas naturais de circulação constituírem os germes duma aglomeração humana. Se no curso de um rio houver uma cachoeira, uma corredeira que dificulte a navegação, o homem interrompe seu caminho, fixa-se na margem e nasce um povoado.²³⁸

As cachoeiras presentes em Taquaruçu além da incontestável importância que tiveram no processo de ocupação do território, como fonte de recursos hídricos e de abastecimento para o distrito, também conferem atributos paisagísticos, para contemplação, de qualidade ambiental ao vale, e atualmente, são consideradas potencializadoras do turismo da região.

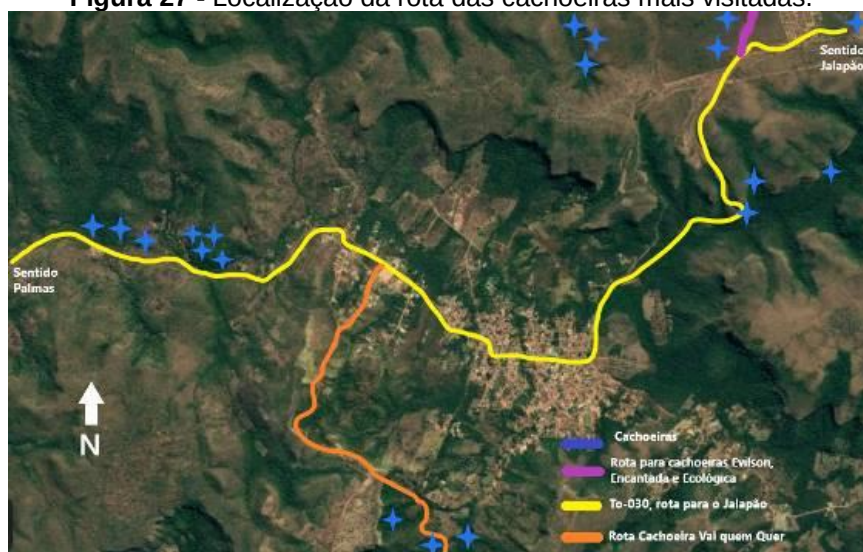
²³⁶ JORNAL NORTE DO GOIÁZ. Porto Nacional, 31 de julho de 1908, Periódico Bimensal n. 69. Fonte Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital.

NORTE DE GOYAZ. **Periodico Mensal (GO) - 1906 a 1912 - DocReader Web**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120685&PagFis=25&Pesq=taquarussu>>.

Acesso em: 23 set. 2019

²³⁷ Ibid.

²³⁸ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 253.

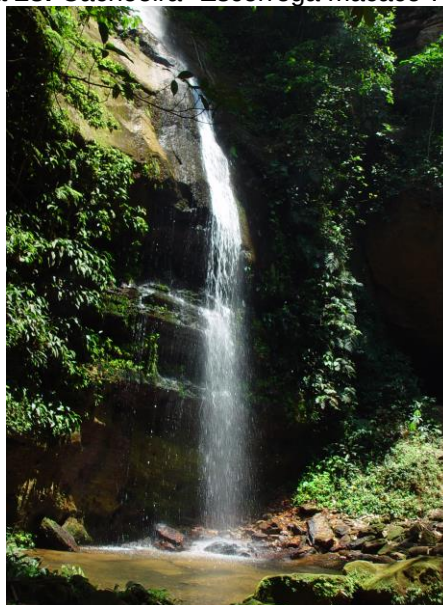
Figura 27 - Localização da rota das cachoeiras mais visitadas.

Fonte: Imagem aérea obtida através do Google Earth, editada pela autora. Data: (2019).

São mais de oitenta cachoeiras catalogadas e distribuídas pelo vale (figura 27), porém apenas algumas são acessíveis e estão disponíveis para uso, dentre elas as mais visitadas: “Cachoeira da Roncadeira” (TO-030), “Cachoeira Escorrega Macaco” (TO-030), “Cachoeira do Evilson”, “Cachoeira das Araras”(Fazenda ecológica), Cachoeira da “Cachoeira da Sambaíba” (Fazenda Vai quem quer), Cachoeira de Taquaruçu (TO-030) e Cachoeira do Vai-Quem-Quer (figura 34).

A Cachoeira da Roncadeira (figura 29) fica localizada no perímetro urbano, com aproximadamente 2,2 km do centro do Distrito. A rota para a cachoeira é por meio da rodovia TO-030, sentido Distrito de Buritirana. A trilha de acesso é considerada de média dificuldade, pois se inicia com uma descida por meio de uma escadaria de 145 degraus (figura 31), e em seguida uma caminhada até a “Cachoeira Escorrega Macaco” (figura 28) que possui uma queda de aproximadamente 50 metros, e posteriormente até a Roncadeira, totalizando um percurso de 1,5 Km. Nesse ambiente envolvido por uma densa vegetação, são disponibilizados alguns espaços como lanchonete, guarita, banheiro e um estacionamento localizados na entrada da trilha, cujo recinto é conhecido como “Mirante da Rocandeira”.

Figura 28: Cachoeira "Escorrega macaco".



Fonte: Igor Pessoa (2016).

O lugar é constituído por grandes blocos de pedra que direccionam as águas numa altura de aproximadamente de 77 metros, formando uma piscina natural de 4 metros de profundidade. Juntamente com a Cachoeira Escorrega Macaco, configuram-se como as principais fontes de abastecimento de água do Distrito, por situarem-se nas proximidades do centro urbano.

Figura 29 - Cachoeira da Roncadeira ou Roncador, Taquaruçu.



Fonte: Igor Pessoa (2016).

Essas feições geomorfológicas, associadas aos outros elementos do ambiental natural, dão corpo à paisagem simplista e diversificada na intersecção entre dois blocos de serras, como também conferem atributos pelo valor, enquanto referência ambiental do lugar.

II.1.1.3 Os limites horizontais (Os Mirantes)

Entre os limites horizontais que constituem sua unidade geomorfológica, pode-se destacar os mirantes. Esses elementos, apesar de bloquearem horizontalmente a passagem do transeunte, são destituídos de barreiras visuais, e permitem ampliar a dimensão da paisagem serrana do Distrito de Taquaruçu. Também permitem, observar a transformação contínua do núcleo urbano, contemplar a paisagem, experienciar vistas privilegiadas do vale e suas diversas nuances naturais, a partir de pontos estratégicos definidos pela natureza e distribuídos pelo território.

O mirante do “Roncador” e “Pedra de Pedro Paulo” são os mirantes mais conhecidos, e proporcionam percepções diferentes da paisagem por situarem-se em lados opostos do vale.

Figura 30 - Mirante da Roncadeira, Taquaruçu.



Fonte: A autoria própria (2019).

O Roncador (figura 30) está localizado no ponto de acesso à rota que leva às cachoeiras Escorrega Macaco (figura 28) e à Roncadeira (figura 29), cujo acesso é também por meio da rodovia TO-030, sentido ao Distrito Buritirana. O lugar oferece visuais na direção leste e sudeste, atravessando o vale perpendicularmente ao território, como também permite obter vistas panorâmicas em direção ao núcleo central do Distrito. A função do espaço, primeiramente seria de estacionamento para os frequentadores das cachoeiras, contudo, com o grande fluxo de moradores e turistas, ganhou outra finalidade, e que poderia ser considerada a principal, visto que muitos agora vão a Roncadeira para usufruir das belas vistas panorâmicas do território (figura 32).

Figura 31 - Acesso à cachoeira Escorrega macaco e à Roncadeira, Taquaruçu.



Autor: Autoria Própria (2019).

Figura 32 - Vista do mirante da cachoeira roncadeira.



Fonte: Igor Pessoa (2016).

O mirante “Pedra de Pedro Paulo” (figura 33) está localizado a aproximadamente 600 metros de altitude. O lugar permite obter visuais em direção à oeste e norte do vale, como também permite usufruir de uma vista que abrange todo o núcleo central do Distrito. Seu acesso é definido por um caminho sinuoso, que se conecta à rota que dá acesso a maior tirolesa da região, caracterizado por um percurso de média dificuldade. Quanto à infraestrutura, o espaço não disponibiliza de qualquer equipamento ou serviço para os frequentadores.

Figura 33 - Mirante Pedra de Pedro Paulo.



Fonte: Igor Pessoa (2016).

Os mirantes permitem qualificar os espaços por se tornarem lugares contemplativos, por serem entendidos, como potentes elementos de relação entre o

ser humano e a natureza e por serem referenciados culturalmente na paisagem, assumindo um papel fundamental na relação das pessoas com o lugar.

No vale existem vários ambientes, trilhas e caminhos (figura 35) que fluem para a formação de uma rede, conectados por pontos acentuados, que oferecem diferentes vistas panorâmicas do vale, bem como diferentes possibilidades de permanência. Todavia, a maioria dos mirantes, não detém infraestrutura mínima, necessária e adequada à altura que esses elementos naturais merecem, diante da importância que esses elementos exercem na paisagem.

Figura 34 - Vista do relevo do vale com a área urbana de Taquaruçu.



Fonte: Igor Pessoa (2016).

Em outro ponto da serra, com a visão panorâmica obtida através da narrativa fotográfica (figura 34), o edificado quase que desaparece completamente na paisagem, bem como não permite compreender as tradições inerentes ao lugar, mas revela intensamente a força do seu relevo, entrecortado pelos caminhos das águas e envolvido por paredões rochosos. Esses elementos naturais contribuíram significativamente para a ocupação do território, oferecendo um sentido lógico de apropriação, relacionado à riqueza de recursos hídricos e à forma do lugar, assim como descortina a sensação de acolhimento e segurança.

Esse lugar se mostra dependente da sua topografia, ao se caracterizar por um grande espaço deprimido, envolvido por uma complexa muralha natural que revela contextos pré-históricos e um grande arcabouço geológico. Essa característica define sua identidade ambiental, enquanto símbolo do lugar, onde os acidentes geográficos (figura 33) se configuram não como obstáculos, mas como

símbolos para população local, assim como marcos referenciais retratado por viajantes e naturalistas, desde o século XVII.

Figura 35 - Acesso à cachoeira Vai quem quer, Taquaruçu.



Fonte: Igor Pessoa (2016).

Com presença marcante e historicamente retratada, na literatura e cartografia antiga, a geomorfologia do vale, constitui um elemento dominante na paisagem. A serra que acompanha o rio Tocantins, permitindo, por meio do caminho das águas, adentrar para o leste através do ribeirão Taquaruçu, rumo às nascentes, é caracterizado não somente pela sua função como recurso hídrico e manutenção da qualidade de vida, mas sobretudo, como elemento simbólico e referência ambiental para a paisagem da região.

II.1.1.4 Os caminhos (a rota das cachoeiras)

O ato do ser humano, em percorrer o caminho da água, está fundamentado num modelo de ocupação e exploração do território desde os tempos primitivos, ao seguir os fluxos hídricos. No Tocantins esse processo é reconhecível ao analisar a documentação referente à *Chorografia* literária de Raimundo José da Cunha Mattos em sua viagem pela *Província de Goyaz* em 1834, a *Carta Chorográfica Plana* (figura 17) anexada ao mesmo documento e a *Carte Manuscrite de la Navigation de la Rivière des Tocantins* (figuras 15 e 16), reproduzida em 1697-1782, por Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, ambas já citadas anteriormente, onde é possível verificar as várias referências ao ribeirão Taquaruçu na foz do rio Tocantins, a serra, as cachoeiras e sua paisagem, sendo perceptível a importância que esses elementos naturais exerceram na estruturação da paisagem do Distrito.

Nesse ambiente composto por formações geológicas areníticas, as rotas que levam as principais cachoeiras, constituem caminhos desenhados pelos moradores, que ao longo dos anos, foram apropriados por outros visitantes e turistas com o intuito de experienciar as famosas cachoeiras.

Esses caminhos apresentam algumas dificuldades no seu percurso, devido aos vários acidentes topográficos, aos obstáculos, como pequenos córregos, pontes estreitas e pequenas, construídas a partir de troncos de madeira, trechos com estreitamento entre as rochas e penhascos, assim como falta de infraestrutura para seguir ao local de destino.

Contudo, todas as dificuldades fazem parte do arcabouço das experiências ecológicas e de aventura, que são oferecidas nessas rotas que levam às cachoeiras

e aos mirantes. E, apesar das barreiras apresentadas durante o percurso, há muita demanda para visitação por turistas, cujo resultado dessa constante procura, levou o poder local a fomentar e incentivar projetos vinculados ao ecoturismo em Taquaruçu, como parada obrigatória para aqueles que seguem a rota, com destino final ao Parque Estadual do Jalapão²³⁹.

Diante dessa singularidade natural, que chamou a atenção dos primeiros viajantes, dos primeiros moradores e agora dos turistas, esses elementos – a serra, cachoeiras, mirantes e os caminhos (pela terra e pela água) destacam o lugar e são elementos fundamentais da sua constituição geomorfológica.

II.1.2 O SOLO E AS CORES

Os tipos de solos encontrados no vale (figura 36), compreendem os aluviais indiscriminados, os concrecionários lateríticos, os litólicos indiscriminados e os latossolos, que variam em tons de vermelho-amarelado, apresentando-se como texturas argilosas.²⁴⁰

O solo do vale é composto predominantemente, pelos latossolos e os concrecionários. Esse último, apresenta tonalidades marrom-avermelhada e amarelada, visíveis em áreas dissecadas ou nas áreas resultantes de processos erosivos, revelando uma crosta ferruginosa, formada a partir da decomposição das rochas, com precipitação dos óxidos e hidróxidos de alumínio e de ferro.

A presença desses elementos químicos no solo de Taquaruçu, define os tons da coloração da arquitetura de terra e das pinturas rupestres nos abrigos dos paredões rochosos no vale, cujo solo, foi apropriado como matéria prima para produção de tintas no período Pleistoceno²⁴¹ e produção de blocos de adobe, desde o século XVIII até os dias atuais.

²³⁹ Localizado na região centro-leste do Estado do Tocantins, constituição como área de Preservação ambiental, com temperaturas médias de 30°C, contendo dunas, rios, riachos, cachoeiras e nascentes, estas últimas caracterizadas como fervedouros, devido aos borbulhos constantes que impedem os banhistas afundarem.

²⁴⁰ CAMARGO, Márcia da Costa Rodrigues. **Aplicação de indicadores perceptivos para análise das paisagens cênicas do trajeto entre o distrito de Taquaruçu e Palmas/To.** 2005. 196p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas. p. 49.

²⁴¹ Pleistoceno foi o período quaternário que ocorreu entre 1,8 milhão a 11.000 anos atrás. A biologia pleistocênica era moderna, pois muitos gêneros e espécies de coníferas pleistocênica, musgos, plantas flores, insetos, moluscos, pássaros, mamíferos e de outros seres vivos sobreviveram até hoje.

Figura 36 - As cores do solo de Taquaruçu.



Fonte: Autoria própria (2019).

A identificação da constituição desse solo e como foi adaptado para o uso humano, é de fundamental importância num contexto atmosférico em que os elementos naturais – água, terra e vegetação, estão relacionados ao lugar e formaram a base de qualquer intervenção na paisagem pelo ser humano.

II.1.3 A VEGETAÇÃO

[no antigo norte de Goiás] predominam os nordestinos que, trocaram o mandacaru, o xique-xique, os terrenos áridos, pelas matas de babaçu e o pastoreio no cerrado.²⁴²

Contudo o pleistoceno foi caracterizado também pela presença de mamíferos e pássaros gigantes. Fonte: <http://www.avph.com.br/holoceno.htm>. Acesso.03/09/2019.

²⁴² PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 61.

A cobertura vegetal do Distrito está inserida numa região de domínio do Bioma do Cerrado, oferecendo uma grande diversidade de tipologias vegetais (figuras 37 e 38), que compreende desde os campos (sujo e limpo), cerrado sensu stricto ou cerrado sentido restrito²⁴³ (ralo, rupestre, típico e denso), Cerradão²⁴⁴ até a Mata de Galeria²⁴⁵ e Floresta Estacional (Decidual e Semidecidual).

Figura 37 - Perfil esquemático da vegetação e relevo desde a serra até o rio Tocantins.



Fonte: Autoria própria produzido com base nos estudos científicos em Montavini et ali, s.d. (2013).

Na superfície de topo a vegetação é basicamente o campo do cerrado. Nas depressões e vales predominam o cerrado sentido restrito. Nas Florestas de Galerias que margeiam os cursos d'água, pode-se encontrar uma variedade de espécies vegetais de porte alto e denso, que contribuem significativamente para a

²⁴³ O cerrado sentido restrito caracteriza-se pela presença dos extratos arbóreos e arbustivo-herbáceos definidos, com árvores distribuídas aleatoriamente sobre o terreno em diferentes densidades, sem que se forme um dossel contínuo. Esse tipo se divide em quatro subtipos: cerrado denso, cerrado típico e cerrado ralo e cerrado rupestre. Fonte Embrapa. Acesso 21/08/2019 <https://www.embrapa.br/ceceados/colecao-entomologica/bioma-ceceado>.

²⁴⁴ É a formação florestal do bioma do cerrado com características esclerófilas, motivo pelo qual é incluído no limite mais alto do conceito de cerrado sentido amplo. Do ponto de vista fisionômico é uma floresta, mas floristicamente assemelha-se mais ao cerrado sentido restrito. <https://www.embrapa.br/ceceados/colecao-entomologica/bioma-ceceado/ceceadao>. Acesso 01/09/2019.

²⁴⁵ Entende-se a vegetação que acompanha os rios do Brasil Central, formando corredores fechados (galerias) sobre o curso de água. Geralmente localiza-se nos fundos de vale ou nas cabeceiras de drenagem onde os cursos de água ainda não escavaram um canal definitivo. <https://www.embrapa.br/ceceados/colecao-entomologica/bioma-ceceado/mata-de-galeria>. Acesso 01/09/2019

proteção dos mananciais.²⁴⁶ Dentre as espécies palmáceas presentes nesse subtipo, destaca-se o buriti²⁴⁷ (*Maurutia sp*) e o babaçu (*Orbygnia sp*).

Figura 38 - Paisagem do cerrado, Taquaruçu.



Fonte: Igor Pessoa (2016).

Nas narrativas literárias, cartográficas (figura 17) e artísticas (figuras 39 e 40) dos viajantes e naturalistas que percorreram o vale médio do Tocantins e ribeiras adentro, foi possível observar a presença marcante e a importância que a vegetação, sobretudo, as palmeiras e algumas espécies do cerrado, exercem no modo de vida das populações que habitam o antigo *Norte de Goiás*. A vegetação está presente nos utensílios domésticos como balaies até na construção dos assentamentos humanos, numa relação de interdependência que transcende para a dimensão simbólica.

O cerrado predomina em quase toda a extensão do rio e cobre vastos chapadões. Utilizam-no como pastorador.²⁴⁸
[...] Começando do lado do Maranhão e em seguida do lado de Goiás, desfilam aos olhos do viajante do Tocantins ranchos e palhoças feitas de babaçu.²⁴⁹

²⁴⁶ UNITINS. **Plano de manejo do Ribeirão Taquaruçu- Grande (S.O.S) Taquaruçu**. Palmas: Universidade Estadual do Tocantins, 1999.

²⁴⁷ Palmeira presente nos biomas brasileiros como o cerrado, pantanal e Amazônia.

²⁴⁸ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 51.

²⁴⁹ Ibid., p. 61.

Desde a confluência do Araguaia até pouco adiante do Carolina, as paredes, os tetos, as janelas e as cercas vegetais se sucedem nas margens do rio como se fossem variações da flora.²⁵⁰

Figura 39 - Gravura do buritizal no médio Tocantins, 1909.



Fonte: Biblioteca Nacional, Brasil (1909)²⁵¹.

²⁵⁰ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 123.

²⁵¹ VEIGA, Alencastro. **Goyaz: Buritizal (vermelho)**. Nancy, França: Impr. Reunies de Nancy, [1909?]. 1 cartão-postal, colotipia, col., 9 x 14 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1464447/icon1464447.jpg. Acesso em: 27 ago. 2019.

Figura 40 - Gravura de palmeiras do cerrado no médio Tocantins 1840-1857.



Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil, 1840-1857²⁵².

Essa relação de interdependência com o babaçual e as demais vegetações, está presente em áreas de transição entre a floresta amazônica e o cerrado, e representam os modos de vida típicos de determinadas áreas localizadas nos Estados do Tocantins, Piauí, Pará e Maranhão.

Em Taquaruçu, a situação não poderia ser diferente, pois a vegetação além de configurar-se como uma paisagem de transição entre o bioma da região central e do norte do país, ao apresentar as formações florestais de galeria (figura 37,38 e 41), que incluem principalmente o babaçu, buriti e arbustos com troncos tortuosos do cerrado, descendem culturalmente dos nordestinos, que ocuparam o vale vindos do sul do Maranhão, por apresentarem os mesmos costumes e modos de vida, característicos dos povos tradicionais que vivem do universo do babaçu.

O solo desse babaçual era arenoso e seco até a profundidade de 2 metros, como tive oportunidade de verificar numa perfuração que fizeram para uma cacimba. Ladeando os babaçus crescia a flora macrocarpa constituída de favas d'anta e bolota, pequi, cajui, tingui e de palmáceas menores, sabambaias, piassaba, macambira. [...] encontrei homens, mulheres e crianças maranhenses na faina de quebrar cocos a machadinha.

²⁵² BOLLMANN, Friedrich Wilhelm Emil. **Palmetum Mauritiae Viniferae**: Juxta Montes dictos os Paredões, in via inter urbes Goyaz et Cuyabá. Lipsiae [Leipzig, Alemanha]: Apud Frid. Flesher in Comm., 1840-1857. 1 grav, litograv., duas cores, 19 x 31,6cm em papel 30,1 x 46,4. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1323754/icon1323754.jpg. Acesso em: 21 nov. 2019. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1323754/icon1323754.html. Acesso em: 21 nov. 2019.

Acompanhavam as drupas em cachos de duzentos cocos ou aproveitavam as que estavam caídas no solo.²⁵³

O compromisso da palmeira, não se restringe apenas como contributo para a rica biodiversidade do cerrado e pela beleza paisagística, mas sobretudo, pelo valor socioambiental, ao configurar-se como um dos principais elementos para a reprodução cultural, social e ancestral. A palmeira está presente nas escolas, nas habitações, no artesanato, na alimentação, nos produtos de limpeza e como principal fonte de renda de muitas famílias.

Armamos nossa rede numa grande palhoça sombreada por mangueiras. Delicioso retiro, em pleno sertão, é esse recente povoado de 150 ranchos construídos de folhas e troncos de babaçu. Quase todos os habitantes vieram do Maranhão e imprimem ao deserto do Norte de Goiás os costumes nordestinos. La não há a separação dos Estados como existe na mente dos brasileiros do litoral. O solo igual, a unidade de civilização nascidos em Goiás ou no Maranhão não permitem a noção que os brasileiros do Sul têm das divisões político-administrativas do país. As regalias daquela gente sobre a terra pouco diferem das da vegetação que a cerca.

[...] As crianças morenas moveram-se com indizível alegria num palco improvisado no rancho de babaçu, que servia de escola.²⁵⁴

Figura 41 - A presença da palmeira babaçu domina a paisagem.



Fonte: Igor Pessoa (2016).

No século XX, especificamente em 1931, Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues, narra sua viagem sobre o rio Tocantins publicada na obra *Roteiro do Tocantins*. O aviador, no início do século passado, sinalizava as diferentes

²⁵³ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 130.

²⁵⁴ Ibid., p. 16.

paisagens do cerrado e a característica peculiar da área, que continha os babaçuais na região que abrange atualmente o Município de Palmas, desde Tocantínia até Porto Nacional: “Desde Piabanha, em uma e outra margem do Tocantins, estendem-se enormes babaçuais e, ao que informaram, os da margem esquerda alcançam até o rio Araguaia”.²⁵⁵

Em 22 de novembro de 2010, a palmeira babaçu (*Ocotea speciosa*), através da Lei nº 1746, foi instituída oficialmente com árvore símbolo do Distrito de Taquaruçu. O Município de Palmas, decretou que o uso deste símbolo, deveria constar em publicidade impressa ou eletrônica, desenvolvida pelo Município para divulgação do turismo ecológico, cultural e histórico do Distrito, assim como foi autorizado que entidades e empresas poderiam usar esse símbolo para divulgação de eventos, com fins turísticos.

Contudo, apesar da oficialização da palmeira babaçu como árvore símbolo do distrito, sua grandiosidade simbólica não se resume somente a este elemento. A paisagem dominada pela savana do cerrado e pelas veredas em sua plenitude, constitui uma beleza cênica de maneira associada ao afirmar-se a partir de um relevo singular coberto por uma diversidade florística, marcada por uma exposição geográfica voltada para si mesma, revela uma relação simbiótica entre o espaço edificado contido e o ambiente natural.

II.1.4 A AMBIENTAÇÃO CLIMÁTICA

A secura da atmosfera e os dardejantes raios de sol arrancam ou reduzem à pó muita parte da superfície das montanhas e rochas escalvadas, e por maneira tal queimam e tornam compactas a terra argilosa, que a vegetação atenua-se, a humidade extingue-se e os corpos ressentem-se d'esta desordem da natureza. N'esse tempo só os rios pedregosos, que têm origem nas montanhas mais elevadas e cobertas de mato, conservam água; e não pouca gente vê-se obrigada a mudar de morada. Muitos lugares em que antigamente a terra era argilosa acham-se hoje reduzidos a areias; e alguns que estavam cobertos de boa terra foram lavados pelas torrentes de chuva, e nada mais apresentam de que uma massa de calhau ou de pedrinhas crystallizadas.²⁵⁶

²⁵⁵ RODRIGUES, Lysias A. **O Rio dos Tocantins**. 2. ed. Palmas: Ed. Alexandre Acampora, 2001. p. 136.

²⁵⁶ MATTOS, Raymundo José da Cunha Mattos. Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethographico do Brasil. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**, v. 2, n. Tomo XXXVIII, p. 236, 1875.

O Estado do Tocantins, desde o século XIX, conta com documentos históricos que narram as características climáticas da região, ao apresentar tendências a prevalecer temperaturas bastante elevadas.

[Vila de São João da Palma] A situação d'esta villa é mui agradável; mas os calores fortíssimos, a água evaporada de tão grandes rios e das lagoas próximas fazem a atmosfera crassa, e tornam este lugar tão doentio, que todas as pessoas que não habitam na mesma villa consideram o seu clima ou localidade a mais insalubre do universo, tanto assim que, sendo fundada em 1815 pelo desembargador Joaquim Theotônio Segurado, ouvidor-geral d'esta comarca, apesar dos maiores esforços e diligências por ele praticadas para argumentá-la, não conseguiu ter outros moradores além dos parentes de sua mulher (muitos d'elles victimas da insalubridade do lugar), e os empregados da administração da justiça.
[...] Os habitantes d'esta villa defendem a terra em que habitam por um modo além de toda a expressão, e comparam-na em beleza e salubridade ao mesmo paraíso terreal; e o desembargador Segurado não teve dúvida afirmar, que era superior a Paris, Londres e Lisboa, e que devia ser o lugar da residência do soberano do reino unido de Portugal, Brasil e Algarve.²⁵⁷

Essa avaliação negativa do clima da região perdura até os dias atuais, leva muitos moradores de Palmas, a buscarem refúgios na região serrana que delinea o rio Tocantins, a procura de um clima mais ameno. A própria narrativa de Cunha Mattos, revela que desde o século XIX, muitas pessoas buscavam se refugiar em ambientes possuidores de rios e matas conservadas, a procura de uma ambientação climática mais agradável, ao passo que denuncia as características climáticas do lugar, assim como as apreensões descritas por Norberg-Schulz sobre o deserto do Saara.

Face a isso, Taquaruçu, é caracterizado como região serrana do Município de Palmas, protegido por um grande paredão rochoso, inserido na posição latitudinal em torno de 10º, onde as condições climáticas são relativamente homogêneas, pois o vale encontra-se predominantemente em uma zona climática tropical, apresentando variações de temperatura entre 18º C e 32º C nos meses mais quentes, permitindo uma ambiência climática agradável. Esse refúgio climático com duas estações bem definidas, é caracterizado por precipitação com máximas no

²⁵⁷ MATTOS, Raymundo José da Cunha Mattos. Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethographico do Brasil. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**, v. 2, n. Tomo XXXVIII, p. 236, 1875, p. 333.

verão e período seco no inverno, sendo este último, com o índice pluviométrico médio, inferior à 60mm.²⁵⁸

O povoado de Piabanha²⁵⁹ com 77 palhoças e 59 casas de adobe e cobertas de telha fica na margem direita, e, atravessando o Tocantins, encontramos 80 palhoças que constituem a aldeia de Bela-Vista. A média de temperatura durante a semana que passei em Piabanha foi de 26° C.²⁶⁰

Tais características contribuem significativamente para um microclima diferenciado em relação a Palmas, visto que a capital apresenta temperaturas mais elevadas, chegando aos 41 graus entre os meses de julho a setembro, bem como a sensação térmica mais elevada em relação a Taquaruçu.

Contudo, é incontestável que as condições naturais de Taquaruçu, relacionados à riqueza dos recursos hídricos e ao clima ameno, permitiram a organização e exploração gradativa da paisagem pelos colonos vindos da região nordeste, desde o século XIX, principalmente em virtude das características ambientais muito diferentes da região de origem. Esses fatores foram determinantes para o processo de fixação dos migrantes e formação do território. Tais evidências serão expostas mais adiante através dos elementos vernaculares.

²⁵⁸ INMET. Instituto Nacional Meteorologia. **Agritempo - Gráficos - TO:** Agritempo. Disponível em: <<https://www.agritempo.gov.br/agritempo/jsp/Grafico/graficoEstacao.jsp?siglaUF=TO>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

²⁵⁹ Atualmente a região é conhecida como município de Tocantínia, onde se localiza o povo Xerente. Esse município se limita ao norte do município de Palmas, sendo os dois integrantes da Área de Proteção Ambiental da Serra do Lajeado.

²⁶⁰ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945 p. 217.

II.2. OS ELEMENTOS HUMANOS

A comarca de Goyaz foi descoberta por robustos e intrépidos paulista e mineiros, que procuravam ouro e captivaram índios como escravos. A natureza resente-se ainda agora das atrocidades d'aquelles aventureiros, que destruíram inumeráveis tribos de aborígenes, que viviam pacificamente nos densos bosques, nas vastas campinas e ao longo dos dilatados rios, procurando os seus alimentos na pesca e caça. Os conquistadores foram seguidos por inumeráveis portugueses industriaisos [...]. Chegar, trabalhar e enriquecer e regressar a sua pátria era o fito dos aventureiros, e por isso todas as casas, que lhes construíram para sua vivenda nos arraiaes e pelos campos, nem tinham elegância, nem comodidade. Uma barraca de pau-a-pique barreada, ou uma casa de paredes de adobos servia de abrigo a homens e de cofre à imensas riquezas, que eram transportadas para a Europa por aquelles mesmos que as acumulavam.²⁶¹

II.2.1 A GENEALOGIA DA PAISAGEM

II.2.1.1 O tempo do gado no Tocantins

Sabe-se que a história da ocupação e formação do território brasileiro, a partir do século XVI, sempre esteve ligada aos ciclos econômicos da mineração, do açúcar, do gado, do algodão, do café e da borracha. Tais atividades fomentaram o primeiro momento do processo de povoamento do litoral brasileiro, e posteriormente, do interior do país.

Primeiramente, antes da descoberta do ouro em Goiás, o gado foi praticamente a única economia que fomentou o processo de ocupação do território no interior do Brasil, sem ater-se aos incentivos oficiais da coroa portuguesa, pois a única preocupação era tentar colonizar a região. Posteriormente, essa ocupação vai desencadear a descoberta do ouro.

É difícil delimitar e conhecer toda a zona de influência da ocupação portuguesa no interior do Brasil adentro, principalmente ao tratar de áreas que até pouco tempo eram consideradas “despovoadas”. No caso do Estado do Tocantins, antigo Norte de Goiás, - a criação de gado e a extração do ouro tiveram um papel fundamental na formação dos primeiros núcleos populacionais.

²⁶¹ MATTOS, Raymundo José da Cunha Mattos. Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethographico do Brasil. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**, v. 2, n. Tomo XXXVIII, p. 236, 1875, p. 289-299.

No final do século XVII, o Tocantins detinha um extenso corredor de picadas para a rota do gado, entre o nordeste e a sul do país por via terrestre, e principalmente, por via fluvial através do rio Tocantins. Esse emaranhado de caminhos, favoreceu a expansão de fazendas por todo o Estado para a indústria do criatório, como uma economia secundária, formando pequenos povoados rurais, através da circulação dos tropeiros que vinham da região nordeste.

Por via fluvial, o rio Tocantins se tornou um extenso corredor para a expansão do domínio luso-brasileiro, como também se revelou um obstáculo para a colonização, devido aos conflitos com os grupos indígenas e às cachoeiras, que dificultavam a navegação. Entretanto, apesar das dificuldades, esses empecilhos não foram suficientes para esvanecer o processo de ocupação nas margens do rio e seus arredores.

O documento “*Roteiro da Derrota do Rio Tocantins até Belém do Pará*”²⁶² do século XVIII, revela a presença de igrejas, fazendas, as ribeiras adentro e povoações nas margens do rio Tocantins, como também desnuda as dificuldades para navegação, relacionados aos ataques indígenas e às cachoeiras.

Já pela rota terrestre, é possível observar na obra de Otávio Barros²⁶³ e nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, que desde o final do século XVII o “*Caminho Real do Gado*”²⁶⁴, especificamente em 1696, a principal entrada de gado no Estado do Tocantins foi através da picada da Bahia (figura 42), que proporcionou a extensão das fazendas do nordeste.

Segundo Arraes, a família D’Avilla da Casa Torre, que tinha grande domínio na ocupação de terras na capitania da Bahia e em grande parte do nordeste,

²⁶² (ver Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Manuscritos Avulsos de Goiás (MAG) Roteiro da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará. Caixa 1. Doc12 f.1-11)

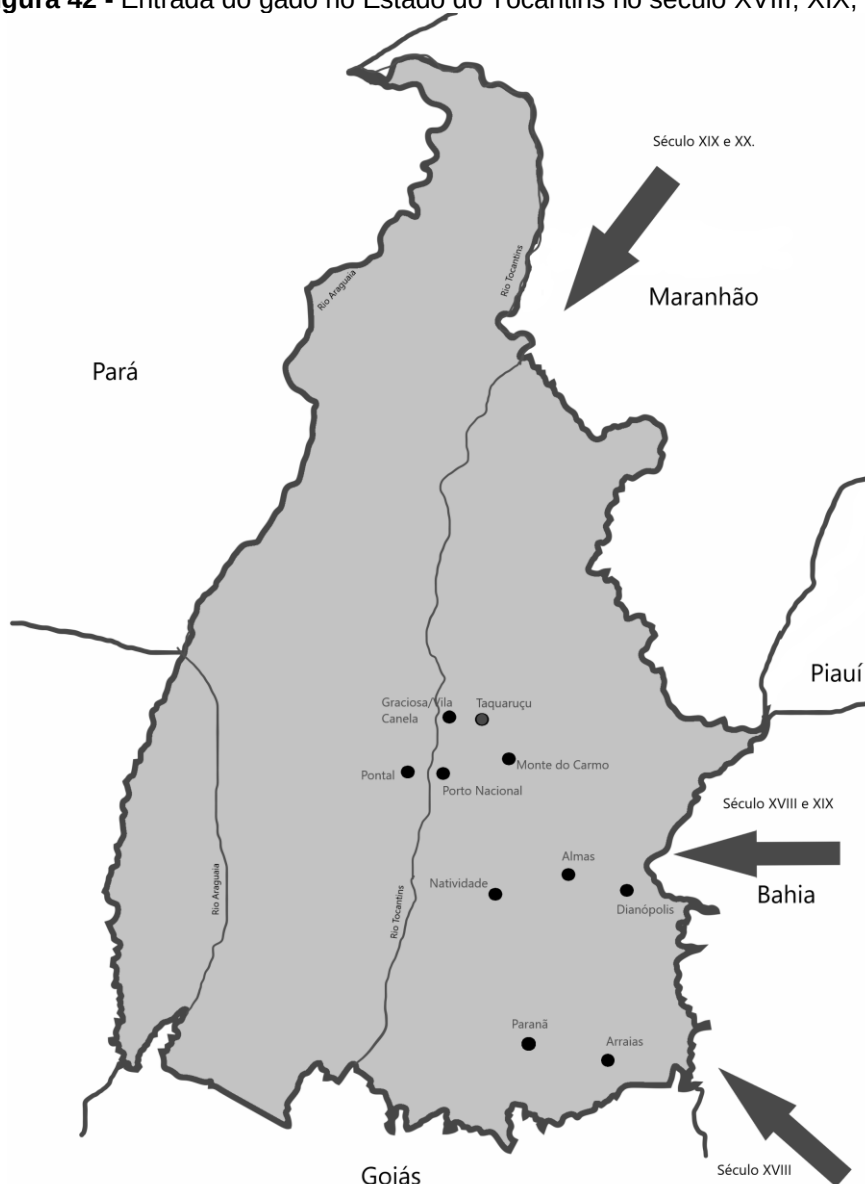
Ver também mapa encontrado por Charles Marie de la Condamine em Belém. Esse documento foi levado para Paris, onde serviu ao cartógrafo Jean Baptiste Bourguignon Anville para que pudesse representar o rio Tocantins em seu mapa *Amérique méridionale*, de 1748. Intitulada *Carte manuscrite de la navigation de la riviere des Tocantins (1735-1742)* abarca praticamente todo o curso do rio e seus tributários do arraial de Meia Ponte, em Goiás, bem próximo de sua nascente, até a vila de Cametá, já na foz no rio Amazonas” (Safier 2008 apud FURTADO 2016).

²⁶³ SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua Gente - Uma Luta Secular**. Brasília: Solo Editores, 1996.

²⁶⁴ Galuci traçou os principais caminhos que conectavam a rota terrestre “Caminho real do gado” rota terrestre de 1696 – Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (1696 Cx. 9 D.906)

expandiu seus currais em direção oeste, até o território do atual Estado de Tocantins.²⁶⁵

Figura 42 - Entrada do gado no Estado do Tocantins no século XVIII, XIX, XX.



Fonte: Desenho autoria própria a partir das informações obtidas no Mapa de Galuci, nos trabalhos de Edras Arraes, Capistrano de Abreu, Otávio Barros e Manuscrito das coleções Alberto Lamago e o manuscrito de Cunha Mattos.

O memorialista João Fernandes da Cunha, também descreveu que a família D'Ávilla, possuidora de fazendas na Bahia e de sesmaria, exerceu grande influência

²⁶⁵ ARRAES, Damião Esdras Araújo, **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. p. 145.

no nordeste, expandindo seus currais desde os sertões do Piauí por Oeiras e alcançando regiões no Brasil Central, como Palma (vila) e Natividade.²⁶⁶

Segundo a publicação de Pedro Calmon²⁶⁷ de 1904, a entrada do gado no Tocantins a partir da Bahia, também pode ser verificado por meio de um documento de 1697, expedido pelos fazendeiros das Terras Novas²⁶⁸ e encaminhado ao capitão-general D.Luís Mascarenhas, em que relatam sobre os fatos acontecidos durante a expansão das fazendas de gado no Tocantins. De acordo com o documento, a entrada de gado na região foi quando fazendeiros recém-chegados nessa região, “tentaram montar fazendas de gado no rio da Palma, afluente do Tocantins, sendo de lá expulsos pelos índios Acoroassu”.²⁶⁹

Em 1705, o coronel Garcia D’Ávilla Pereira, senhor da Casa da Torre de Tatuapara, conhecido como o maior latifundiário da história do Brasil, acompanhado de 400 homens armados, tentou conquistar as novas terras, porém foram expulsos pelos índios Acroá em 1708, deixando o gado para trás. Eles voltaram novamente em 1730, conquistando os Acroá-Açu a partir de um Arraial cercado, num lugar conhecido como Palma.²⁷⁰

Posteriormente seguiram pelo rio da Palma, e mais abaixo assentaram novo acampamento no sítio chamado Salgado, de onde, em 1734, saíram para explorar os sertões até o rio Paranatinga, no baixo curso do Paranã, onde se estabeleceram e povoaram fazendas. A partir de 1735, avançaram sobre o sul do Tocantins até as minas de São Felix, que teriam descoberto e, depois, pelo mesmo rio, seguiram pelo Norte até o Arraial de Natividade²⁷¹, onde povoaram com fazendas de gado.²⁷²

Notadamente, a coroa portuguesa procurou levar o criatório para o sertão, com intuito de promover o povoamento do interior da colônia e defender o território. Nesse sentido, coube à Capitania da Bahia, o papel de disseminar a pecuária no

²⁶⁶ CUNHA, João Fernandes da. **Mémoria Histórica de Juazeiro**. Salvador, Bahia: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Instituto Genealógico da Bahia, 2012. p. 50.

²⁶⁷ CALMON, Pedro. **História da Casa da Ponte**: Edição Comemorativa do IV Centenário de São Paulo. Livraria José Olympio. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro RIHGB, 1904. p. 34.

²⁶⁸ Região dos rios da Palma e baixo Paranã, afluentes do rio Tocantins, onde atualmente compreende o Estado do Tocantins.

²⁶⁹ CALMON, 1904, apud BERTRAN, Paulo, **História da terra e do homem no Planalto Central**, Brasília: Solo Editores, 1994. p. 62.

²⁷⁰ Ibid.

²⁷¹ Antigamente era chamado de Arraial de São Luiz.

²⁷² CALMON, 1904 apud BERTRAN, Paulo, **História da terra e do homem no Planalto Central**, Brasília: Solo Editores, 1994., p. 64.

interior da colônia, principalmente no Tocantins, que levou a formação dos primeiros assentamentos rurais na conquista do território.²⁷³

II.2.1.2 O tempo do ouro no Tocantins

Essa movimentação oriunda do gado, se estende até a metade do século XVIII quando veio a descoberta de ouro no Estado do Tocantins. No sul, em Natividade e Arraias, e posteriormente na região central, Arraial do Pontal (ao lado de Porto Real²⁷⁴) e Arraial do Carmo, formaram-se núcleos urbanos de mineração que representaram, mesmo de maneira modesta comparada a outras regiões, amostras significativas de ocupação do território, dentro dos objetivos pretendidos por Portugal em relação ao sertão inculto. Tais atividades – pecuária e mineração – foram suficientes para que se formassem aglomerados urbanos, principalmente na região sul do Estado, onde detinha a maior parte de extração do ouro.

Sobre o povoamento do Tocantins, Otávio Barros da Silva explica que praticamente, até o final do século XVIII, somente o sul do Estado concentrava população urbana. Somente após a abertura da navegação e o incentivo à colonização nas ribeiras do Tocantins por parte da Coroa, é que o Norte do Tocantins e a região central, consolidaram o núcleo urbano de São Pedro de Alcântara²⁷⁵ e de Porto Real.²⁷⁶

O auge da extração de ouro no Tocantins foi entre as décadas de 1730 e 1750, quando foi descoberto as minas de ouro de aluvião. Durante esse período, fundaram o Arraial de Natividade em 1734, “construído em terreno montanhoso, meia légua a oeste da alta montanha dos Olhos d’água, banhado pelo córrego da Praia ou Santo Antônio”; o Arraial de Porto Real situado à margem direita do rio

²⁷³ BICCA, Briane Elisabeth Panitz et al. **Arquitetura na Formação do Brasil**. Brasília: Iphan/Copedoc, 2008.

²⁷⁴ Durante o período colonial e na descoberta do ouro no Tocantins, o arraial era chamado de Porto Real. Quando o Brasil passa a ser Império, altera-se para Porto Imperial. Após a república e atualmente a cidade é denominada Porto Nacional.

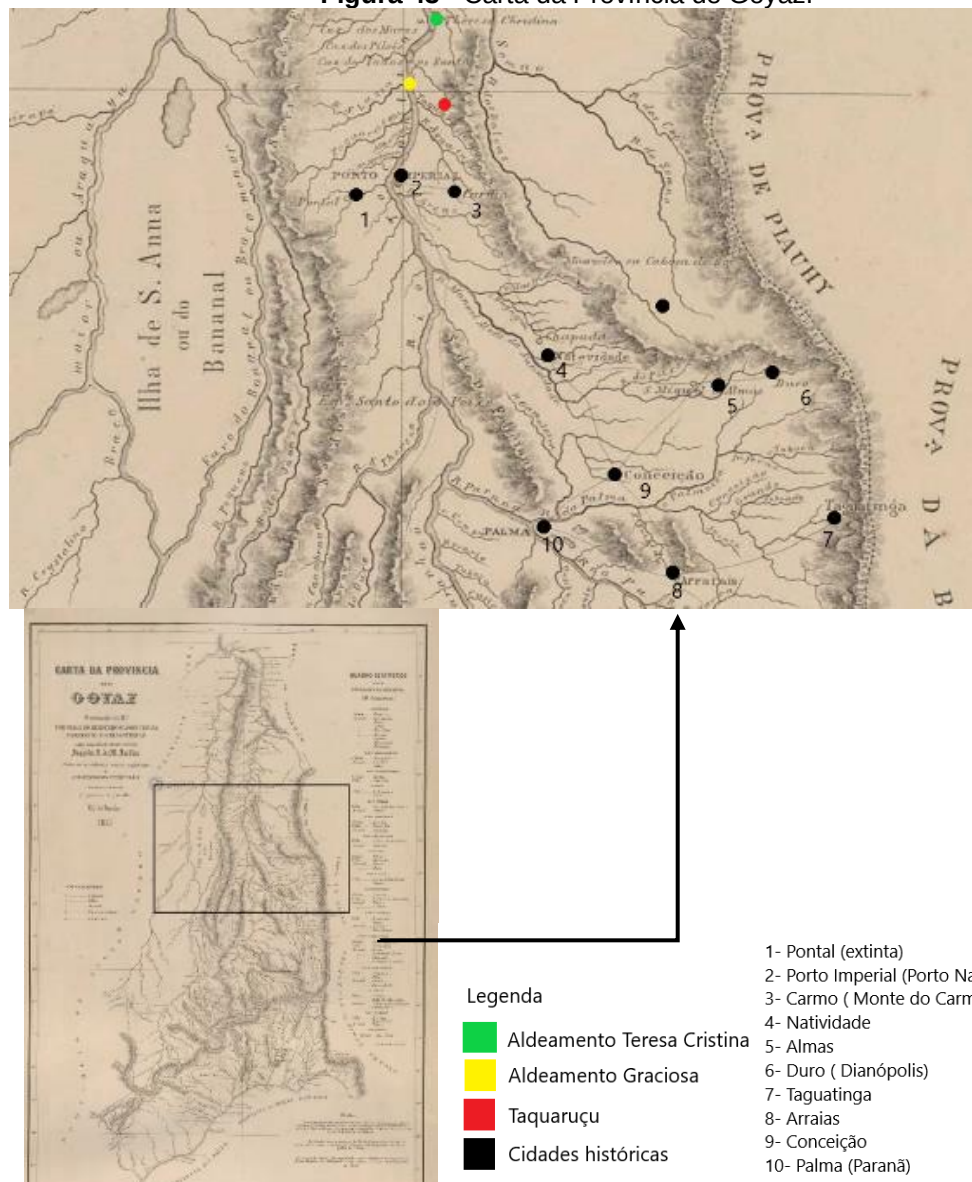
“ [...] No regime colonial chamava-se arraial de Porto Real; durante o Império, vila Porto Imperial e, com o advento da República, transformou-se em cidade de Porto Nacional. Foi fundada em 1810 por Joaquim Teotônio Segurado, desembargador e corregedor da Câmara de São José das Duas Barras. A cidade, situada na latitude Sul 10°39', tem uma altitude de 203 m. Como em outras povoações marginais, suas ruas correm para o rio, cuja largura em Porto Nacional é de 480m. Em 1825, a vila possuía 48 habitações e uma capela dedicada à Nossa Senhora das Mercês” [...] PATERNOSTRO, **Viagem ao Tocantins**, p. 223–224..

²⁷⁵ Atualmente a cidade é denominada Carolina.

²⁷⁶ SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua Gente - Uma Luta Secular**. Brasília: Solo Editores, 1996. p. 48.

Tocantins em 1738; o Arraial do Pontal, fundado também em 1738, e localizado à margem esquerda do rio Tocantins, em um sítio conhecido como “córrego lava-pés”, numa distância de “três e méis léguas a oeste de Porto Real”; o Arraial de Arraías em 1740 “no meio de ásperas montanhas, em uma cova junto ao córrego Rico”; e o Arraial do Carmo em 1746.²⁷⁷ Esses Arraiais e vilas históricas podem ser identificadas na figura abaixo (figura 43).

Figura 43 - Carta da Província de Goyáz.²⁷⁸



Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil, século XIX.

²⁷⁷ MATTOS, MATTOS, Raymundo José da Cunha Mattos. Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethographico do Brasil. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**, v. 2, n. Tomo XXXVIII, 1875 p. 110–132.

²⁷⁸ JARDIM, Joaquim R. de M. **Carta da provincia de Goyaz**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. a Vapor P. Robin, 1875. 1 mapa, 70 x 50. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart176010.html. Acesso em: 9 dez. 2019. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart176010.jpg. Acesso em: 9 dez. 2019.

A extração do ouro foi a principal motivação de povoamento e formação de Arraiais no século XVIII, no sul do Tocantins, apesar da pecuária existir anterior a essa fase no alto do rio Tocantins pois “quando Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, descobridor do ouro goiano, adentrou a região, já encontrou sinais de gado”.²⁷⁹

O restante do Estado, onde não se manifestou extração de ouro, se margeou em áreas rurais, por meio da disseminação de fazendas de criatório de gado, sob o regime de pecuária extensiva, com intuito de promover o domínio de terras pelos fazendeiros. A criação de gado veio a exercer uma característica fundamental na formação de pequenos povoados no Tocantins, cujo resultado foi uma população predominantemente rural, com lugarejos bem distantes uns dos outros.

Em 1770, começa o declínio da mineração no Brasil Central devido à escassez do ouro. A partir de 1809, houve um colapso na economia²⁸⁰ que conduziu à atividade agropastorial dependente, e que resultou no abandono dos núcleos de mineração pela população, conseqüentemente, os arraiais tornaram-se ruínas. Saint-Hilaire afirma, que durante esse cenário de decadência, a região assiste um momento de extrema pobreza.²⁸¹

Temis Parente afirma que a partir da decadência da mineração na região, há uma estagnação econômica devido à inexistência de mercado, à falta de mão-de-obra e à capacidade de competitividade com outras regiões do país.²⁸²

II.2.1.3 O tempo do gado novamente

Nesse contexto, apesar da comercialização de gado ser considerada uma atividade secundária no Brasil desde o século XVII, o Conselho Ultramarino na

²⁷⁹ SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua Gente - Uma Luta Secular**. Brasília: Solo Editores, 1996, p. 35.

²⁸⁰ As moedas do Reino tinham pouca circulação no antigo Norte de Goiás. A moeda corrente nos negócios era o ouro em pó, na época da mineração, apareceu depois o espichado (couro de boi ou de animais silvestres, para exportação, via Belém), as boiadas transportadas em estradas tropeiras e, com pouca circulação, os cruzados ou mil réis. Vários historiadores confirmam a falta de dinheiro em circulação no Tocantins, predominando o mercado de trocas entre matérias-primas locais com produtos do Reino, com o capucho (cápsula do algodoeiro) tendo alta cotação nos negócios” (SILVA, 1996, p. 51).

²⁸¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de, **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e à Província de Goiás**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937. p. 238.

²⁸² PARENTE, Temis Gomes. Ouro como fonte de atraso. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia, GO: Palmas, TO: UFG: Unitins, 2002. p. 180.

segunda metade do século XVIII, procurou incentivar a criação de gado e lavoura no interior da colônia brasileira, como alternativa econômica após a decadência das minas de ouro. Entretanto, é somente no final do século XVIII e início do século XIX que a Coroa Portuguesa toma ações efetivas de incentivo à pecuária no Tocantins - antigo norte de Goiás -, através da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão²⁸³, com objetivo de atrair o colono para reerguer a economia e gerar riquezas na região do Baixo Tocantins. Para isso, a Coroa autoriza o envio de boiadas dos currais de Pastos Bons²⁸⁴, Piauí e Médio São Francisco para “reorganizar os currais do Tocantins, então abandonados no período da mineração”.²⁸⁵

No final do século XVIII, o interesse pelo rio Tocantins fora despertado como canal de comunicação, pois em “[...] em 1798 uma carta régia ordenava ao governador do Maranhão que ‘mandasse descobrir o Tocantins pelo lado desta capitania, e aos do Pará e de Goiás que mandassem explorar o dito rio’”.²⁸⁶

A partir dessa medida, o Tocantins no século XIX se debruça em um emaranhado de caminhos que atrairiam tropeiros vindos da Bahia, dos currais de Pastos Bons no Maranhão, do Piauí e do médio São Francisco, para a formação de novas fazendas, e onde posteriormente instalariam suas famílias.

Outra medida de incentivo ao povoamento do Brasil Central, e consequentemente do Tocantins, foi a anulação do Instituto da Sesmarias em 1822-1823 pelo novo governo imperial, em que tornou-se livre o apossamento de novas terras até 1850, quando se institui a Lei nº 601 de 18/08/1850. Nesse momento, se assiste um intenso fluxo migratório vindo do nordeste até o Tocantins. Famílias inteiras se aventuram no interior do Brasil em busca de terras férteis com objetivo de apossamento para constituir fazendas, impulsionando a formação da extensão de propriedades rurais.²⁸⁷

²⁸³ Empresa da importação e exportação responsável pela colonização e produção do extenso território que se alongava do Baixo Tocantins ao Amazonas.

²⁸⁴ Região sul do Estado do Maranhão.

²⁸⁵ SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua Gente - Uma Luta Secular**. Brasília: Solo Editores, 1996, p. 51.

²⁸⁶ VELHO, Otávio G., A frente pastoril. **Frente de Expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 17-28. p. 20.

²⁸⁷ SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **O Povoamento de Goiás**. Goiânia, Go: Revista do ICHL, 1981. p. 83.

Segundo Cabral²⁸⁸, fazendeiros baianos requereram e receberam terras para criação de gado nos Sertões Gerais (Tocantins), Pastos Bons (sul do Maranhão) e no Parnaíba (Piauí). Para a autora, o devassamento do Rio Parnaíba foi um trampolim para a penetração de gado nos sertões sul-maranhenses e tocaninenses, visto que representavam a expansão da pecuária extensiva e itinerante.

Nesse período, o Tocantins assiste a uma formidável multiplicação de fazendas para o desenvolvimento da pecuária, assim a criação de gado tornou-se “o novo instrumento econômico” que sedimentou a sociedade tocaninense desde o século XIX.²⁸⁹

Mas durante esse período, não foi fácil instalar fazendas de gado no Tocantins, devido a várias dificuldades, sendo a principal delas, a resistência dos indígenas contra a expansão de áreas para criação de gado pelos colonos. Os constantes ataques dos indígenas às fazendas se intensificaram e foram violentos entre 1830 a 1840, principalmente após a abolição do Instituto de Sesmarias, o que provocará o abandono de várias de fazendas.

De acordo com Cunha Matos, Governador das Armas e ex-deputado da Província de Goiás, durante esse período havia constantes conflitos entre indígenas e fazendeiros, na região que compreendia entre o rio Santa Teresa e o rio Tocantins, cujo resultado foi o abandono de inúmeras fazendas.²⁹⁰

Os conflitos por terras para criação de gado ainda continuaram, visto que muitos fazendeiros se diziam donos de terras baseados na Sesmarias²⁹¹ do período colonial, ou na simples ocupação. De acordo McCreery “Muitos títulos eram baseados somente na posse, seja através da compra ou da herança de propriedade originadas como posse ou por sesmarias não confirmada”.²⁹²

Acredita-se que os conflitos por terras existentes entre indígenas e não indígenas no Tocantins, a partir do século XVIII, também contribuíram para a

²⁸⁸ CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.

²⁸⁹ SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua Gente - Uma Luta Secular**. Brasília: Solo Editores, 1996, p. 49.

²⁹⁰ MATTOS, Raymundo José da Cunha Mattos. Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethographico do Brasil. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**, v. 2, n. Tomo XXXVIII, 1875 p. 379.

²⁹¹ Arquivo Histórico do Estado de Goiás - AHEG, doc. Avulso, cx224. Relação de terras de posses sujeito a legitimação Sta. Maria Taguatinga.

²⁹² MCCREERY JR, David Jameson. A economia de Goiás. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia, Go: Universidade Federal de Goiás; Palmas Unitins, 2002. p. 219.

decadência das regiões de extração de ouro, como também podem ter se intensificado após o processo de organização de novas fazendas e currais no século XIX, visto que a indústria do criatório, necessitava de grandes áreas para sua reprodução. Esse argumento é justificado pelas várias tentativas oficiais no final do século XVIII e início do século XIX, em delimitar as terras indígenas por meio da formação de aldeamentos (figura 44).²⁹³

²⁹³ GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia, Go: Universidade Federal de Goiás, 2002.

Figura 44 - Localização dos aldeamentos indígenas oficiais criados no Estado do Tocantins entre os séculos XVIII e XIX.²⁹⁴



Fonte: Autoria própria baseado nos manuscritos de Raymundo Cunha Mattos de 1874²⁹⁵.

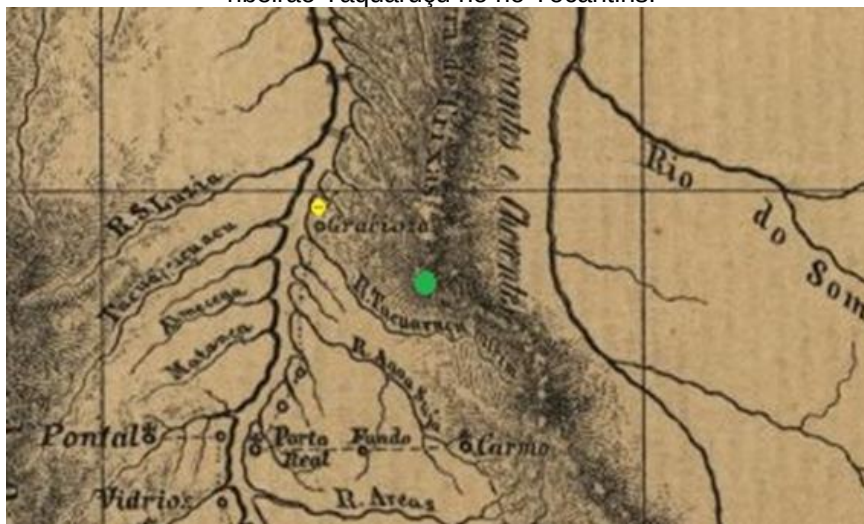
Entre as tentativas de aldeamentos durante o século XIX, com objetivo de controlar os conflitos existentes entre os indígenas e os colonos, no Tocantins pode-se destacar a aldeia Graciosa, fundada em 1824 para a etnia Xerente, pelo então

²⁹⁴ Ver também PATERNOSTRO, Viagem ao Tocantins.

²⁹⁵ CUNHA MATTOS, Raymundo José da Cunha Mattos. Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethographico do Brasil. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**, v. 2, n. Tomo XXXVIII, 1875.

Governador-Geral de Armas da Capitania de Goiás, Raymundo José da Cunha Mattos. Esse aldeamento situava-se na foz do ribeirão Taquaruçu com o rio Tocantins, área que compreendia a região do Distrito de Taquaruçu, atualmente pertencente ao município de Palmas (figura 45).

Figura 45 - Trecho da Carta Corográfica da Província de Goiás e dos julgados de Araxá e desemboque da Província de Minas Gerais, demonstrando a localização da Aldeia Graciosa na foz do ribeirão Taquaruçu no rio Tocantins.



Fonte: editado sobre o arquivo do AHU de 1875.²⁹⁶

A Aldeia Graciosa foi mandada edificar por ordem minha no dia 28 de junho de 1824 na margem direita do Tocantins junto ao ribeirão Taquaruçu, 12 léguas ao norte de Porto Real; para habitação dos índios xerentes que vieram pedir; dei-lhe o nome de Graciosa em memória da minha filha Graciana Hermelinda, e nomeei para ela um diretor, furriel de infantaria de linhas, Estevão Joaquim Pires, que foi acompanhado por quatro soldados, e com efeito chegou a reunir 800 selvagens.

[...] É esta a primeira, e talvez a única aldeia cuja ereção não custou dinheiro do Estado. Os 107 índios xerentes que se aldearam, foram alimentados e presenteados à minha custa, pelo povo e tropa que comigo se achava em Porto Real, no dia 29 de junho de 1824 em que cheguei àquele lugar.²⁹⁷

Entretanto, tal aldeamento não prosperou devido às dificuldades de manutenção, aos constantes conflitos com os não-indígenas, e até mesmo com outros povos indígenas. Em muitos desses conflitos, os indígenas se refugiavam na

²⁹⁶ Organizado pelo brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos. - Escala [ca 1:3000000], 18 Léguas de 18 em um grão = [3,75 cm]. - [S.l.]: Lith. do Archivo Militar, 1875. - 1 mapa: litografia, p&b; 80,50x38,90 cm, em folha de 82,60x52,90 Cota do exemplar digitalizado: cc-217-a Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Arquivo Histórico Ultramarino Acesso. <http://purl.pt/3432/3/>.

²⁹⁷ CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorographia Histórica da Província de Goiás. **Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethographico do Brasil**, v.1, n.Tomo XXXVIII, 1874.

serra, próxima à aldeia devido ao ataque dos “praças”²⁹⁸. Essa tensão no território de domínio Xerente, permaneceu intensa até o século XX, quando fizeram a demarcação das terras indígenas na região próxima ao Lajeado em 1991, incorporando à área do Funil, região caracterizada pelo domínio dos Xerentes desde 1838.²⁹⁹

Outra dificuldade encontrada em Goiás para a expansão das fazendas, foi a insuficiência de depósitos de sal na Província. Todavia, é no Tocantins, antigo norte de Goiás, que haverá a primazia na indústria do criatório no início do século XIX, em virtude do melhor acesso ao mercado da Bahia e ao sal que vinham do norte através do rio Tocantins, e do nordeste por meio das picadas da Bahia e do Maranhão.^{300, 301}

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas em relação à resistência dos indígenas e à insuficiência de depósitos de sal, o Tocantins no século XIX foi o canal de articulação e solução para a indústria do criatório de Goiás com o Pará. No decorrer do percurso, várias fazendas foram se estabelecendo e tornando pousada para aqueles tropeiros que comercializavam gado e sal, transformando-se posteriormente em pequenos povoados ou vilas(figura 46).³⁰²

²⁹⁸ soldados.

²⁹⁹ GIRALDIN, Odair. **A (Trans)Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia, Go: Universidade Federal de Goiás, 2002.

³⁰⁰ Ver também Saint- Hilaire (1937) e Cunha Mattos (1875).

³⁰¹ BERTRAN, Paulo, **História da terra e do homem no Planalto Central**, Brasília: Solo Editores, 1994..

³⁰² VELHO, Otávio G., **A frente pastoril. Frente de Expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009 p. 22.

Figura 46 - Ocupação portuguesa na calha amazônica nas margens do rio Tocantins.



Fonte: Fundação Brasil Central, década de 1950.

A pecuária extensiva se desenvolve e o gado atravessou o sertão adentro, e adaptou-se em diversas áreas e climas, ocupando praticamente todo o território, e continua atualmente como a principal base da economia do atual Estado do Tocantins.

II.2.1.4 O tempo do gado na região do vale Taquaruçu

No sertão, muitas povoações se originaram do desânimo que os pioneiros tiveram ao tentarem transpor cachoeiras ou montanhas. Tais núcleos cresceram pela dificuldade de transposição ou desapareceram quando o obstáculo se removeu.³⁰³

A partir dessas fontes e narrativas, que confirmam o processo de ocupação do território no vale médio do Tocantins, que incluem a região de Taquaruçu, permite-se apreender o processo de ocupação do território predominantemente pela pecuária, porém com reflexos do tempo do ouro.

Mesmo diante desses pressupostos, a história de ocupação e formação do Município de Palmas, ainda está muito vinculada ao final do século XX e início do século XXI, com a instalação da capital do novo Estado do Brasil, o Tocantins. A maioria das publicações sobre a história do Estado, abordam o movimento de

³⁰³ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 42.

separação do Estado de Goiás, iniciado por Joaquim Theotônio Segurado no Brasil Império, e efetivado em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, após muitas lutas e derrotas.

Ao analisar os documentos antigos, publicados no início do século XIX, é possível perceber que o fio condutor da história de ocupação dessa região antecede séculos anteriores. No entanto, o realce do movimento separatista, obscurece outros períodos da gênese de ocupação na região, onde se configura atualmente o Município de Palmas, que contempla o Distrito de Taquaruçu, foco dessa tese.

Para alguns autores, até o século XX essa região era considerada “despovoada”³⁰⁴ do antigo norte de Goiás. No entanto, a área onde se configura o Município de Palmas, especificamente no vale do Ribeirão Taquaruçu até o rio Tocantins, os primeiros colonos já estavam estabelecidos na região, ainda no século XIX, a partir da formação de aldeamentos indígenas e fazendas de gado por meio de medidas oficiais, conforme demonstrado anteriormente sobre o processo de ocupação no Estado do Tocantins.

O Governador-Geral de Armas da Capitania de Goiás, Raymundo José da Cunha Mattos, em 1824 descreve a região que abrange o Arraial do Pontal e Porto Real/Imperial (hoje Porto Nacional) até onde atualmente é o Município de Palmas.

Abaixo da matança fica o córrego da Almecega em cuja foz na margem esquerda esteve antigamente o registro do Tocantins. Este córrego está sobre o gorgulho, e defronte d'elle na margem direita está o córrego do Corredor, que recebe este nome por passarem as embarcações por um lugar estreito a que chamam de Corredor. Abaixo d'este fica o ribeirão da Água Suja que vem do Arraial do Carmo junto com o Sucurihú e outros. Abaixo da Água Suja fica outro gorgulho com um córrego pequeno no seu extremo septentrional e margem direita do Tocantins. Segue-se abaixo pela direita o córrego São João e na margem esquerda defronte d'este, entra o rio dos Mangues, que é extenso e vem de oeste. Próximo a estes rios fica um gorgulho, depois do qual está na margem esquerda o rio Tacoaruçu Grande, e fronteiro a ele na margem direita o rio Tacoaruçu Pequeno, junto ao qual da parte norte foi edificada por ordem minha a aldêa Graciosa, para os índios Cherentes nos primeiros dias de Julho d'este ano de 1824.³⁰⁵

Outro depoimento é do médico e naturalista Júlio Paternostro em sua viagem de 1935, em que descreve a área de influência dos Xerentes (figura 47), abarcando

³⁰⁴ SANTOS, Joana Euda Barbosa dos. **O Cotidiano e o trabalho em Taquaruçu 1940-1960**. 1998. 90f. Dissertação (Mestrado em História, Filosofia e Ciências Humanas da UFPE) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

³⁰⁵ CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorographia Histórica da Província de Goiás. **Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethographico do Brasil**, v.1, n.Tomo XXXVIII, 1874, p. 382.

grande parte do Estado, onde abrange o Município de Palmas. O viajante, relata que os [...] “Cherentes eram uma grande nação que ocupava a área que vai desde o rio Manoel Alves até o rio do Sono, afluentes da margem direita do Tocantins”.³⁰⁶

Conforme o historiador Odair Giralдин³⁰⁷, com base em fontes documentais primárias, desde o século XIX os indígenas da etnia Xerente ocupavam terras nas duas margens do rio Tocantins, desde o arraial do Pontal, atualmente o Município de Porto Nacional, até a região de Pedro Afonso, ao norte de Palmas.

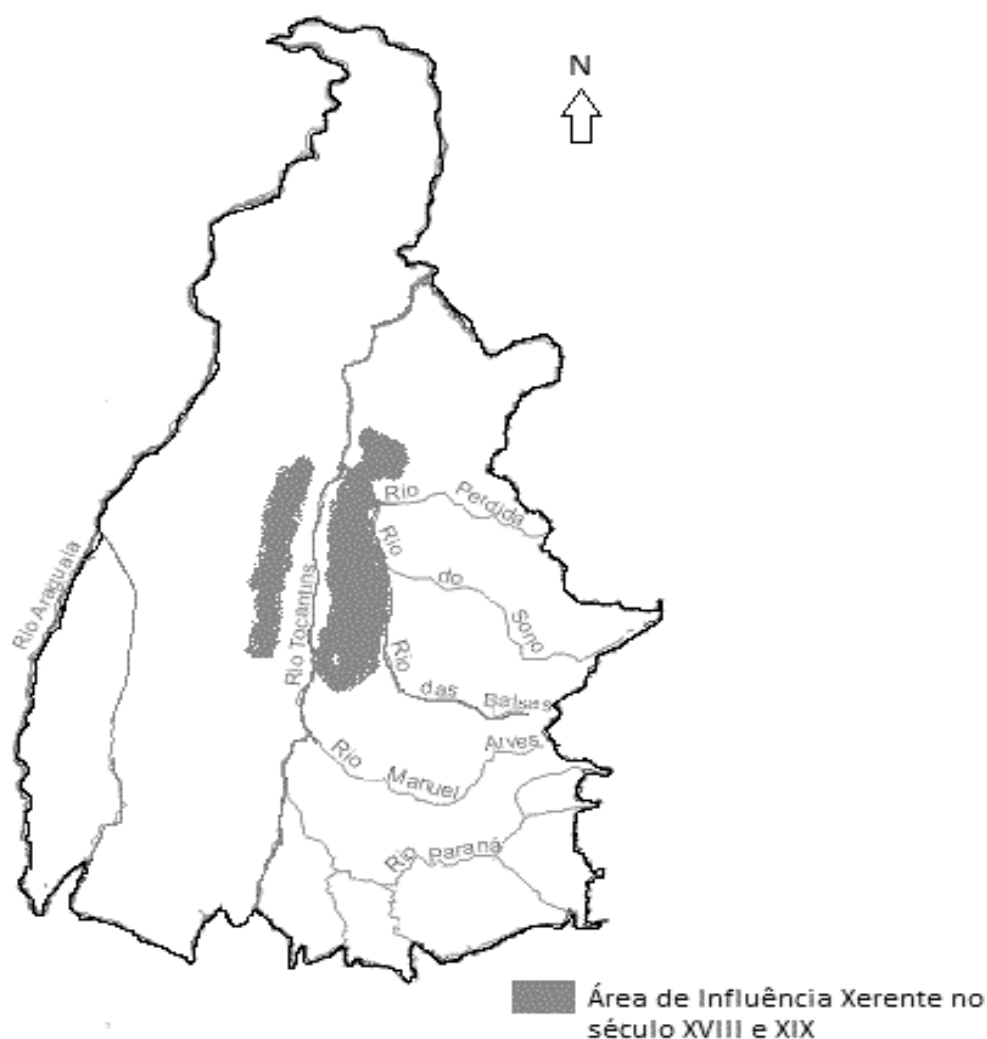
A existência de grupos indígenas nas duas margens do rio Tocantins, na região que abarca o Município de Palmas, pode ser confirmada também na *Carte Manuscrite de la Navigation de la Rivière des Tocantins*, onde há a representação de algumas aldeias denominadas pelo autor como “Aldea do Pânico” na margem esquerda e “Aldea Curuâ ûasû ou Ayaroucua” (figura 48) na margem direita.³⁰⁸

³⁰⁶ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 149.

³⁰⁷ GIRALDIN, Odair. Povos Indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia, Go: Universidade Federal de Goiás, 2002.

³⁰⁸ [Carte manuscrite de la navigation de la rivière des Tocantins]. **Gallica**. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530119779>>. Acesso em: 12 set. 2019.

Figura 47 - Área de influência da etnia Xerente no século XVIII e XIX.



Fonte: Autoria própria baseado nos manuscritos de Raymundo José Cunha Mattos, 1874 e Júlio Paternostro, 1945.³⁰⁹

Segundo Cunha Mattos, existiam fazendas e grupos indígenas convivendo simultaneamente, desde às margens do rio Tocantins até a serra, e que para ele, o lugar era um “sertão inculto e infestado por numerosas tribos de Chavantes e Cherentes”.³¹⁰

O aldeamento Graciosa (figura 49), criado por Cunha Mattos em 1824 na área que compreende o Município de Palmas, foi erguido para tentar resolver o problema de resistência da etnia Xerente contra à expansão de fazendas de gado no norte da

³⁰⁹ CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorographia Histórica da Província de Goiás. **Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethographico do Brasil**, v.1, n.Tomo XXXVIII, 1874.

³¹⁰ Ibid., p. 393.

Segundo Júlio Paternostro, no começo do século XIX, os Xerentes “[...] foram atacados pelos Caraús, que estavam em boa paz com os portugueses e missionários de Carolina. A superioridade dos agressores, provavelmente instigados e orientados pelos brancos, quase os liquidou”.³¹²

Outros aldeamentos foram criados no decorrer do século XIX nas margens do rio Tocantins, com intuito de impedir tais conflitos por terras para expansão das fazendas, favorecer o povoamento da região, como também transformar os indígenas em mão-de-obra, para abastecimento dos barcos que circulavam na calha amazônica do rio Tocantins.

Figura 49 - Localização da Vila Canela e antigo aldeamento Graciosa na década de 1980.



Fonte: Imagem editada sobre o Google Earth (1987).

Cunha Mattos descreve a existência de soldados na região para combater a rebeldia de alguns indígenas. De acordo com o Ex. Governador da Província, existiam 174 praças divididas nas comarcas do sul e do norte. No norte seriam os seguintes postos: “registro de Santa Maria, dito de S. Domingos, dito de Tagoatinga, dito do Douro, dito do Porto Real, aldeã Graciosa, presídio da Paranatinga, dito de S. Felix, passagem de Tocantins. O resto das praças das companhias existem nas cidades”.³¹³

Apesar das tentativas de pacificação, a resistência dos Xerentes e os conflitos continuaram, e até mesmo se intensificaram após a abolição da Sesmarias, tornando-se livre o apossamento de novas terras. As correspondências oficiais de Porto Imperial ao Império, do começo do século XIX, relatam os constantes conflitos

³¹² PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 149.

³¹³ CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorographia Histórica da Província de Goiás. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil**, v.1, n.Tomo XXXVIII, 1874. p. 50.

na região que compreendem os arraiais de Porto Imperial, Carmo e Pontal, demonstrados em correspondências oficiais.

O Exm^o Conselho do Governo resolveu, que se a Câmara Municipal da Vila de Porto Imperial com a quantia de hum conto de réis...decretada para a civilização e catequese dos indígenas pela Lei de 24 de outubro de 1832, [...] que ano passado se depara uma Expedição em defesa dos habitantes de seu município, que dentro deste ano tem sido por três vezes acometidos pelos índios Cherentes, com notável prejuízo de suas vidas e bens". [...] Estragos feitos pelos índios Chavantes e Cherentes nas vilas e fazendas dos habitantes da província que V^aEx^a sobre o que entender melhor a fim de precaver a continuação de tais maldades [...]. Deus Guarde a V^a.Ex^a Palácio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de setembro de mil oitocentos e trinta e um (24/09/1831).³¹⁴

Entretanto, mesmo com as dificuldades de relação entre os indígenas e os não-indígenas, o povoamento predominante rural às margens do rio Tocantins se concretizou, e conseqüentemente, as fazendas de gado se expandiram para o sertão adentro, alterando a paisagem, preenchendo o vazio deixado pela decadência do ouro e ruralizando um novo povoamento, diferente do destinado à mineração nos arredores do arraial do Pontal, Carmo e Porto Imperial.

No aldeamento Graciosa, alguns Xerentes conseguiram conviver harmoniosamente com os colonos luso-brasileiros. Os que ficaram, se dedicaram à lavoura e à navegação. Todavia aos poucos, o Graciosa foi progressivamente abandonado pelos indígenas devido a diversos fatores, dentre eles, o constante ataque de outras etnias indígenas, o próprio abandono da guarnição militar e a imposição de um modelo disciplinar, oposto ao modo de vida indígena.³¹⁵

Apesar desse abandono contínuo, tanto por parte dos indígenas, como pelos militares, o Graciosa transformou-se em ponto de apoio para contagem de mercadorias, principalmente as boiadas conduzidas pelas ribeiras do rio Tocantins durante o século XIX. Tal confirmação, se baseia nos relatos de Júlio Paternostro, em sua rota fluvial em 1925 pelo rio Tocantins. O viajante e naturalista, cita apenas dois pontos de contagem, um deles era o Graciosa, na margem direita do rio Tocantins, que existiu em 1825 fundado por Cunha Matos, mas que estava desativado, e o outro no Estreito. É interessante notar que o viajante destaca apenas

³¹⁴ COUTINHO, José Lino, Diretoria Geral dos Índios, Ordens e Deliberações. Disponível no Livro Catequese: Arquivo Histórico do Exército – AHE. Câmara Municipal da Vila de Porto Imperial. **Correspondências Diversas do Palácio do Rio de Janeiro ao Governo de Goiás**. 1831.

³¹⁵ GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia, Go: Universidade Federal de Goiás, 2002

esses pontos no decorrer do rio Tocantins³¹⁶, e assinala, que o Estreito era o único ainda em funcionamento.

[...] o gado que atravessava de Goiás era todo para o corte; [...] 30% de todo aquele rebanho do Norte de Goiás se perdia com o mau trato e doenças que o dizimavam e no conduzir as boiadas.
[...] o “Estreito” foi o único ponto fiscal que encontramos em função. Em 1825 existia um outro, a contagem “Graciosa”, fundado por Cunha Mattos[...].³¹⁷

A contagem Graciosa, veio a exercer o seu papel dentro da rede de aldeamentos, como articulador entre os caminhos terrestres com a rede fluvial, permitindo a comunicação com os núcleos de povoamento, escoamento de mercadorias, e se tornando ponto de apoio para a atividade pastoril, e principalmente, para os tropeiros que se aventuravam pelo rio Tocantins, transportando gado e sal.

De acordo com Otávio Barros Silva, os aldeamentos criados em 1824 – Carolina e Graciosa, tinham como objetivo promover o povoamento, principalmente devido à deserção existente nas margens do rio Tocantins. Posteriormente, abandonado pelos índios e militares, o Graciosa veio a ocupar o papel apenas de ponto de apoio para os vaqueiros que conduziam as boiadas pelas ribeiras do Tocantins.³¹⁸

Silva relata que o gado chegou ao Tocantins, através das numerosas picadas abertas para animais de carga e boiadas, em direção à Pernambuco, Piauí e Bahia. Por esse viés, há indicações que o gado chegou no vale Taquaruçu por meio dos caminhos dos tropeiros vindo do Maranhão e da Bahia, tanto pela calha do rio Tocantins, como por via terrestre, pois no percurso, “muitos vaqueiros e suas crias dispersavam pelas ribeiras do rio Tocantins, rio Paranaíba e Pastos Bons”.³¹⁹

Nesse sentido, a contagem Graciosa viria a se tornar a porta de entrada dos novos ocupantes do vale Taquaruçu, pela rota das águas nas ribeiras do Taquaruçu.

³¹⁶ Ver também *Carte manuscrite de la navigation de la riviere des Tocantins* de 1735-1742 (ver BNF.DCP. *carte manuscrite de la navigation de la riviere des Tocantins*. GE DD 2987 (9554). Manuscrita em tinta e aquarela colorida entre 1735 e 1742, 65X333cm) e ver “A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos” de Oswaldo Martins Ravagnani

³¹⁷ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 154.

³¹⁸ SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua Gente - Uma Luta Secular**. Brasília: Solo Editores, 1996. p.45.

³¹⁹ Ibid., p. 46.

O gado viria a ocupar o vale, formando os novos currais no século XIX, na região que compreende atualmente o Município de Palmas (figura 50).

Notavelmente, o interesse em desbravar os obstáculos geomorfológicos da serra e ocupar cotas mais elevadas, num percurso de “cinco léguas de cachoeiras”, até o vale escondido, entre as serras do Carmo e de Lajeado, se justifica também por questões de segurança em meio ao histórico de constantes conflitos com os indígenas nas margens do rio Tocantins. Outro fator é a permanência de alguns fazendeiros no vale, em virtude da singularidade ambiental como demonstrada anteriormente.

Através dessa dispersão, muitas fazendas se constituíram a partir dos novos currais, formados em um território dominado pelos Xerentes. Segundo fontes locais, as primeiras fazendas do vale foram a Fazenda Palmeira, Água Boa e Sumidouro. Entretanto, de acordo com relatos de fontes primárias do século XIX, associado aos relatos de Cunha Mattos³²⁰, acredita-se também que uma das primeiras fazendas instituídas na região foi a denominada Água Suja, provavelmente próxima ao ribeirão de mesmo nome.

Em dezembro de 1824 Raymundo Cunha Mattos ordenou a guarnição da aldeia graciosa para que repelisse os insultos dos bárbaros Noraguages, e dos Inhajuruprés que pretendiam atacar os novos colonos da aldeia. A deserção de 4 soldados de infantaria de linha, que ali se achavam destacados, obrigou ao comandante e diretor da aldeia, Estevão Joaquim a retirar-se para a fazenda da Água Suja, e depois disso para Porto Real no dia 16 de novembro.³²¹

No final do século XIX, é possível identificar as primeiras fazendas no vale e nas suas proximidades, a partir dos relatos dos viajantes pelo rio Tocantins, onde traçavam-se rotas que interligavam pontos de apoio nos aldeamentos e nas fazendas. Todavia, não possuíam sedes monumentais, pois eram apenas currais com instalações provisórias e com grandes distâncias entre elas. Os pecuaristas luso-brasileiros não tinham interesse em construir sedes de fazendas, vilas ou fundar povoamentos, pois a intenção era ocupar o máximo de terras, por meio da criação extensiva de gado.

³²⁰ CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorographia Histórica da Província de Goiás. **Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethographico do Brasil**, v.1, n.Tomo XXXVIII, 1874.

³²¹ Ibid., p. 357.

O caráter do povoamento da economia do gado, resultou em paisagens com raras marcas de ocupação humana pelo território, cuja consequência levou muitas pessoas a considerar essas áreas “despovoadas”. Os assentamentos humanos, ao longo da rota do gado pelo Tocantins e suas ribeiras, se ergueram a base do adobe, construídos pelos tropeiros que vinham do norte e do nordeste sob às ordens dos fazendeiros, em busca de novas terras para formação de novas fazendas ou currais.

O desenho do território na área de Taquaruçu, e em tantas outras ribeiras do Tocantins que se formaram os currais, configurou-se como resultado do processo de disputa entre colonizadores e indígenas, onde as fronteiras não foram definidas, e os limites se moviam conforme a penetração do gado, num jogo conflituoso de domínio do território.

Por meio do axioma histórico, pode-se perceber que a fazenda de gado no Tocantins, definiu o caráter do povoamento e foi determinante para a forma de ocupação do solo, pois a criação extensiva de gado exigia grandes áreas para pastagens, o que resultou em uma tendência latifundiarista na região. Entretanto, a fazenda não dispunha de grandes instalações, já que necessitava apenas dos “currais para o gado e a casa coberta de palha para residência do vaqueiro”.³²²

Consequentemente, esse modelo de ocupação predominou pelo isolamento, visto que as casas dos vaqueiros eram muito distantes umas das outras e dispersas pelo território. A forma de comunicação e a existência de sociabilidade para romper as barreiras do isolamento, era através de Porto Nacional, onde se poderia encontrar mantimentos, bem como outros utensílios e ferramentas que vinham de Belém do Pará, através do rio Tocantins.

Em 1897, Antônio Benedito Borges, ao referir-se às cachoeiras e outros obstáculos que se apresentavam à navegação do rio Tocantins, numa região que abrange desde Porto Imperial até Piabanhas³²³, relacionou alguns moradores sitiantes e suas margens que se dedicavam ao criatório do gado, à lavoura e à caça. Segundo seu relato, entre as propriedades, o viajante destaca o sítio de Raimundo Guimarães localizado no Funil abaixo; no Funil de cima, o de Gregório Pereira; no lajeado, o de Lourenço; no Pilões, o de Dona Clementina; em Todos os Santos, o de

³²²SILVA, Otávio Barros. **Breve História do Tocantins e de sua Gente - Uma Luta Secular**. Brasília: Solo Editores, 1996. p. 98.

³²³ Denominado atualmente como Tocantínia, localizado na divisa ao norte do Município de Palmas.

Dona Pereira; no Jaú, o de Cláudio Rocha Valle; na Água Fria, o de Timóteo Ferreira; na Graciosa, o de Pedro da Silva Brasil; na Água Suja, o de Mizael Pereira da Silva; na Matança, o de Pacífico Inácio de Macedo; no Corredor, o de Vicente de Souza e Silva; no Gorgulho, o de Balthazar Ferreira Lima.³²⁴

A rota comercial de sal e gado e a formação de novas fazendas pela calha do rio Tocantins, numa região de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, perdurou até o século XX. Segundo Otávio Velho³²⁵, a ocupação do norte goiano nos anos do início do século XX, fomentou a circulação de migrantes vindos do Piauí e Maranhão que se instalaram em áreas sem similaridade com as de origem, com intuito de explorar terras produtivas, em direção à floresta amazônica.

No início do século XX, a região onde compreende o aldeamento Graciosa viria a adquirir uma extensão mais acima, com a denominação de Vila Canela. Júlio Paternostro, em seu relato de 1925, destaca o povoado do Canela, com suas casas sertanejas, onde possivelmente, avistou os vestígios do aldeamento Graciosa do século anterior.

[...] Além de casas espaçadas por léguas, encontrei um grupo de 18 palhoças a oito léguas de Porto Nacional, com o nome de povoado Canela. Passando por essas habitações reparei que estavam vazias, mas, ao voltar-me na sela, depois da última palhoça, lobriguei três mulheres saindo do esconderijo no mato e arrastando crianças.³²⁶

De acordo com os relatos dos antigos moradores da Vila Canela, e comprovadas na obra de Júlio Paternostro, houve um deslocamento dos habitantes da Vila Graciosa para 5 km do rio mais acima (figura 49), que desencadeou o progressivo abandono do antigo aldeamento.³²⁷

³²⁴ FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil**. Goiânia: Ed.da UCG, 2009.(Antônio Benedito, Ligeiras informações sobre as Cachoeiras).

³²⁵ VELHO, Otávio. G.A frente pastoril. **Frente de Expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

³²⁶ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 222.

³²⁷ OLIVEIRA, Frederico Salomé de. **“Aquele vida vieja dali num é a vida daqui”**: as influências da igreja católica e as consequências da modernidade e urbanização na religiosidade dos antigos moradores do povoado Canela, em Palmas-To. 2017. 342f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, São Paulo.

II.2.1.5 O tempo do babaçu, da agricultura familiar e dos problemas fundiários

A região da Graciosa passou a exercer o papel de entroncamento e canal de entrada para as ribeiras do Tocantins adentro. Muitos colonos nordestinos, oriundos principalmente do Maranhão e Piauí, chegaram em Taquaruçu no século XX, através do entroncamento fluvial formado pela Vila Canela e Graciosa.

Quando cheguei aqui havia o povoado do Canela e a praia da Graciosa perto da foz do ribeirão Taquaruçu. Subimos ribeirão acima até chegar aqui. Naquele tempo tudo era mais difícil, pois subir a serra com carga no animal não era fácil. Não tínhamos carro e a estrada era muito ruim. Tempos difíceis.³²⁸

Em outra entrevista, o antigo morador do vale, o Sr. Milton, ao deparar-se com a região na década de 1960, declara que havia uma admiração pela abundância das riquezas naturais do vale Santa Fé (vale Taquaruçu) e pelo clima mais ameno.

Essas características eram muito diferentes das regiões onde ele, e os outros viajantes, estavam habituados a frequentar no sertão nordestino. Ao chegarem de volta a origem, os relatos dos tropeiros sobre a região contribuíram para que muitas pessoas viessem acompanhá-los nas viagens, com intuito de fixarem suas moradias.

[...] Quando eu atravessa esse grande vale, em minhas andanças (viagens) pelo interior dos sertões tocantinenses e maranhenses, para comercializar o sal, muita gente veio comigo e meus companheiros, para fincar raízes aqui em Taquaruçu".³²⁹

Nos depoimentos dos moradores, fica a indagação sobre o motivo dos migrantes escolherem Taquaruçu, um local de difícil acesso e não o povoado do Canela, nas redondezas do antigo aldeamento Graciosa. As justificativas para a escolha, foram ditadas por um conjunto de circunstâncias relacionadas à vulnerabilidade que os migrantes do nordeste poderiam ter nas margens do rio Tocantins, diante do histórico de conflitos na foz do ribeirão, somadas à sensação de segurança, à riqueza hídrica e paisagística do vale, determinantes, para sua ocupação.

³²⁸ REGO, Milton Nascimento, Entrevista com os moradores de Taquaruçu. Apreensão do lugar através de narrativa oral.

³²⁹ TEIXEIRA, Anísio, Entrevista com os moradores de Taquaruçu concedida à Francisquinha Carvalho em 2003.

Não fiquei na vila Canela porque lá já tinha dono e era uma área muito vulnerável e eu já tinha parentes aqui (Taquaruçu) que me cedeu um pedaço de chão. Meu tio (Vitor) e os outros vieram antes e se instalaram aqui porque é mais bonito e o clima bem melhor. Os primeiros moradores tiveram o apoio do Sr. Joaquim Maia para se instalarem aqui. No início ele ficou um pouco desconfiado e não queria, mas depois que viu que o pessoal era do bem, ele facilitou e deixou o pessoal ficar. Foi depois que meu tio já estava instalado aqui, que eu resolvi vim para cá.³³⁰

De acordo com Silva³³¹, os moradores afirmam que chegaram em Taquaruçu, por haverem boatos que existiam terras devolutas no norte de Goiás. No entanto, a região estava ocupada por fazendeiros que se diziam possuidores das terras.

Para Murillo Marx,³³² uma das Ordenações do Reino no século XIX, era orientar os fazendeiros, possuidores de Sesmarias, a se desfazerem de parte de suas terras para atender à população não possuidora de terras, bem como para valer de sua instalação gregária e consumidora, com intuito de promover o povoamento de áreas isoladas.

Evidentemente, esse entendimento por parte dos fazendeiros se estendeu parcialmente até o século XX no Tocantins, visto que haviam dúvidas sobre a existência de terras devolutas no Estado, bem como a real disponibilização de um “pedaço de chão” para os colonos, por parte dos fazendeiros locais em seus grandes latifúndios, afinal, as crises fundiárias no Distrito, perduraram até o final do século XX, que são confirmadas pelo antigo *Jornal do Tocantins*³³³ (figura 51), da década de 1980.

Segundo dados do recenseamento do Ministério da Agricultura, em 1920 o Estado de Goiás detinha vários estabelecimentos rurais, que excediam mil hectares, formando grandes extensões latifundiárias sobre o território, num total de 16.634 estabelecimentos, sendo 2,5 % o número de estabelecimentos por 100 Km² de superfície, índice muito inferior a Minas Gerais por exemplo, que detinha 19,5%. Esses dados demonstram as grandes extensões de terras, concentradas nas mãos de um número reduzido de proprietários, no início do século, em Goiás.³³⁴

³³⁰ REGO, Entrevista com os moradores de Taquaruçu. Apreensão do lugar através de narrativa oral.

³³¹ SILVA, Otávio Barros. **Breve História do Tocantins e de sua Gente - Uma Luta Secular**. Brasília: Solo Editores, 1996.

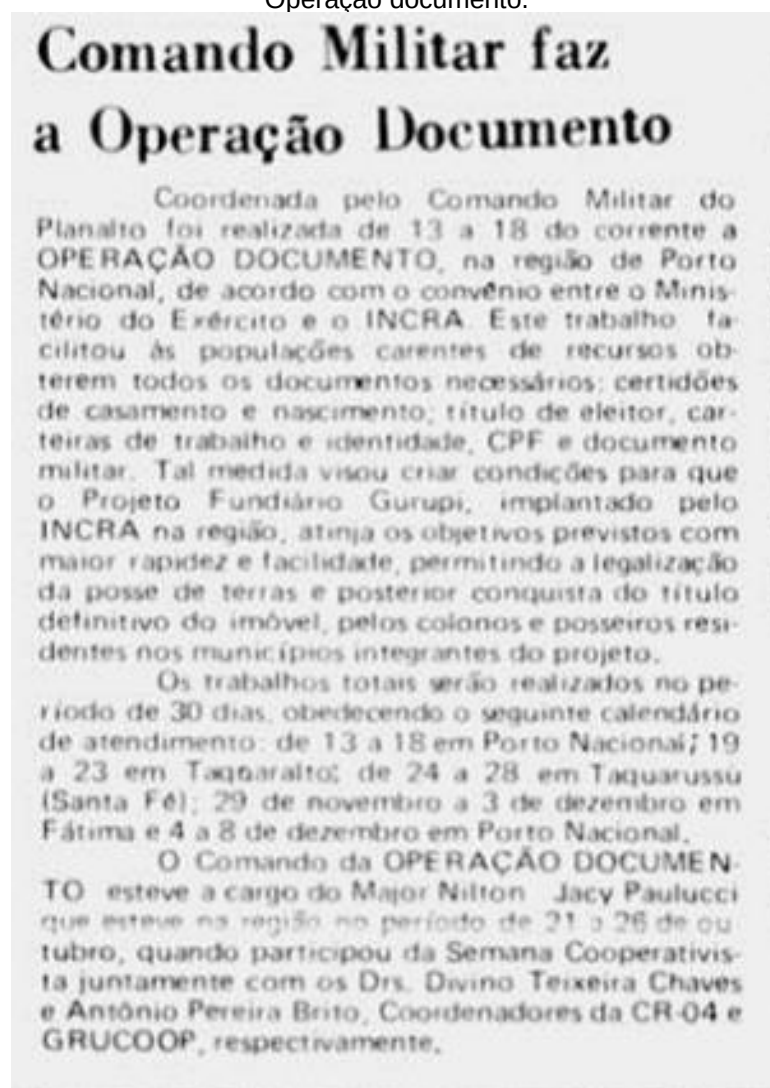
³³² MARX, Murillo. **Cidade do Brasil, terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

³³³ JORNAL DO TOCANTINS. Comando Militar faz a Operação Documento, 1980.

³³⁴ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO. **Recenseamento do Brasil: Agricultura Superfície territorial, área e valor dos imóveis recenseados. Categoria e nacionalidade dos proprietários. Sistema de exploração rural. Recenseamento do gado, 1923.**

A aceitação de novos colonos nas terras dos fazendeiros, justifica-se pela conveniência, visto que estava relacionada à garantia de mão-de-obra barata, diante de uma região em que havia dificuldades para conseguir trabalhadores para a lavoura, bem como para garantir uma certa segurança contra às invasões indígenas. Todavia, apesar dos ocupantes do vale trazerem consigo o ofício de vaqueiro ou tropeiro, devido à predominância da economia do gado, o babaçu e a agricultura familiar, foram as principais fontes de renda para a manutenção das famílias no vale, principalmente, a atividade extrativista com o babaçu, que constituiu o elemento natural de fundamental importância para os colonos.

Figura 51 - Notícia de jornal sobre o projeto de regularização fundiária no Estado do Tocantins - Operação documento.



Fonte: Jornal do Tocantins (Araguaína – GO), 21 a 27 de Novembro de 1980 Geral-7.³³⁵

³³⁵ JORNAL DO TOCANTINS. Comando Militar faz a Operação Documento, 1980.

É bom lembrar que a partir da década de 1930, o governo federal passou a incentivar o povoamento da região centro oeste e norte do país. No governo Getúlio Vargas (1930-1950), foi criada a Fundação Brasil Central, que tinha o objetivo de expandir a gestão governamental para estas regiões, bem como a responsabilidade de apoiar projetos e expedições que visavam a implantação de núcleos populacionais em áreas previamente demarcadas.³³⁶

Um desses projetos foi a “Marcha para Oeste”, fundado em 1941 que tinha como objetivo descongestionar os grandes centros que aglomeravam milhares de desempregados, causando sérios problemas para economia e para as cidades, visto que viviam em condições sub-humanas e era necessário direcioná-los às áreas desabitadas, com intuito de torná-las produtivas.

A Expedição Roncador-Xingu³³⁷ (figura 52) realizada entre os anos de 1943 e 1948, foi “encarregada de contatar pessoas interessadas em participar na expedição, profissionais de várias áreas e mão-de-obra diversificada para conjuntamente, desbravarem os sertões;” com o objetivo de mudar a capital federal para o interior do país, além de e resolver a questão da explosão demográfica nos grandes centros das zonas litorâneas.³³⁸

³³⁶ CPDOC/FGV, Revista do DIP nº159/1941. **Arquivo Getúlio Vargas**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1941.

³³⁷ VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio. **A Marcha para Oeste. A Epopéia da Expedição Roncador - Xingu**. São Paulo: Globo, 1994.

³³⁸ CPDOC/FGV, Revista do DIP nº159/1941. **Arquivo Getúlio Vargas**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1941.

Figura 52 - Roteiro da expedição Roncador - Xingu.

Fonte: Arquivos da CPDOC/FGV (1941) e Cabral (2013).

No governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, além da construção de Brasília, abriu-se inúmeras estradas que buscou integrar o território brasileiro. Os governos militares entre 1964 e 1984, continuaram com a abertura de novas estradas, em locais mais distantes, associados a projetos de mineração e implantação de núcleos de colonização.³³⁹

Nos anos de 1970, o governo federal fomentou intensamente a ocupação da Amazônia, por meio da distribuição de terras e disponibilização de crédito rurais para as atividades agropecuárias. Nesse período, os governos militares tinham o objetivo de transformar a realidade agrária brasileira, por meio do desenvolvimento de um latifúndio capitalista moderno, e que seria mais rentável. Essa campanha abarcou nas áreas em processo de povoamento, com início nas rodovias que partiam de São

³³⁹ CABRAL, Ligia Maria Martins. **O rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica.** Rio de Janeiro: Centro da memória da Eletricidade no Brasil, 2013.

Paulo e Brasília em direção ao cerrado e à Amazônia -Tocantins, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima.³⁴⁰

Apesar de todos os incentivos para povoar o centro e norte do país, os problemas relacionados à posse de terras penduravam no Tocantins, inclusive em Taquaruçu, onde muitas pessoas se aventuraram a desbravar uma região que transita entre a floresta amazônica e o cerrado, com grande disponibilidade de água, com intuito de adquirir para si (*“um pedaço de chão”*) e ocupar as tais “terras vazias”, para formarem suas propriedades.

Conforme o periódico de novembro de 1980, o governo federal ainda tentava regularizar os títulos de terras de posseiros e dos colonos, em Taquaruçu e demais áreas de abrangência de Porto Nacional. O “Projeto Fundiário Gurupi”, desenvolvido pelo INCRA, tinha como objetivo a legalização da posse de terra e posterior conquista do título definitivo do imóvel, pelos colonos e posseiros residentes nos municípios integrantes do projeto.³⁴¹

Contudo, mesmo diante das dificuldades e após a cessão dos terrenos por parte dos fazendeiros para os recém-chegados, progressivamente a partir da década de 1950, o núcleo do povoado ganhou seus primeiros contornos, seguindo a escala do lugar. O desenho do território, (figura 53) na área central do povoado em Taquaruçu, se concretizou no século XX. A configuração da paisagem do núcleo urbano se enviesou pelo cumprimento da tradição colonial e imperial luso-brasileira, em que fazendeiros cediam parte de suas “Sesmarias”, para atender à população não possuidora de terras.

A forma de ocupação inicial do solo, seguiu a lógica do traçado luso-brasileiro inconscientemente, a partir dos referenciais mais próximos como o antigo aldeamento Graciosa, da Vila Canela, e aqueles relacionados às áreas mineradoras do século XVIII, como Porto Nacional, Monte do Carmo e Natividade, onde verifica-se as seguintes semelhanças a partir dos seguintes critérios:

- A escolha do sítio: a implantação do núcleo urbano do povoado se deu às margens dos cursos d’água, no pequeno vale após a subida da serra, em uma área de difícil acesso, assim como as áreas mineradoras do século XVIII no Estado de Goiás e Tocantins, em relação à ocupação dos pequenos vales. Tal característica,

³⁴⁰ MOUTINHO, Flávio Fernando Batista. **Na trilha do boi**: a ocupação do território brasileiro pela pecuária, São Paulo: Gramma, 2018. p. 92.

³⁴¹ JORNAL DO TOCANTINS. Comando Militar faz a Operação Documento, 1980.

também é reproduzida nas áreas mais afastadas do núcleo do povoado, onde predomina a ruralidade. A abundância dos cursos d'água e o microclima foram determinantes para a fixação dos antigos tropeiros no vale.

- A topografia do lugar: as curvas de nível orientam e direcionam o sentido das vias por se tratar de terreno levemente acidentado, onde a implantação das edificações se concretizou em meia a encosta, assim como no urbanismo medieval-português.

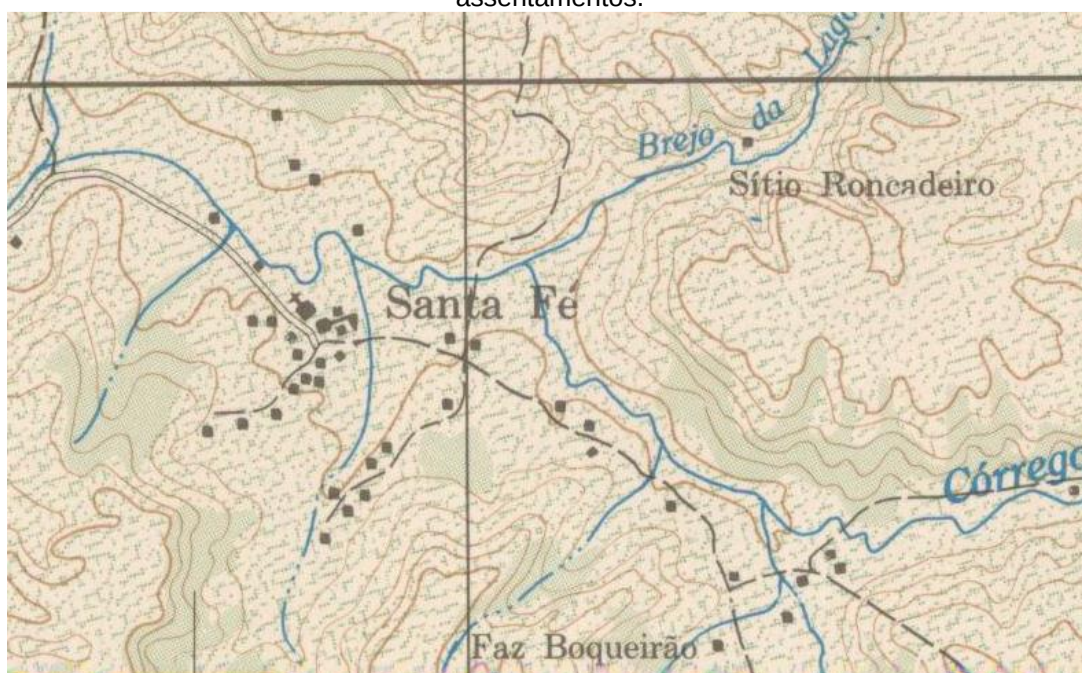
- A rua do núcleo do povoado: composta pelo alinhamento do edificado, este que delimita o espaço público do privado, por meio dos seus planos marginais.

- O espaço aberto: elemento a ser estabelecido após a construção das primeiras edificações, com desenho irregular, cuja sua centralidade se dá por meio da construção da capela. Tal elemento, tem tendência a definição de *largo*, em virtude de sua conformação inicial ser triangular (referência do largo da cidade colonial brasileira).

Essas relações de semelhanças, com os núcleos históricos do Tocantins, podem ser verificadas nos manuscritos relacionados ao aldeamento Graciosa, por Raymundo José da Cunha Mattos, publicado em 1875 na Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil³⁴². Apresentadas nas imagens áreas do Canela no século XX (figura 56), no seu esboço (figura 55), e no desenho urbano da cidade de Natividade (figura 54).

³⁴² PROJETO RESGATE AHU_ ACL_ CU_ 014, Cx. 5, D.426. BNDigital. Disponível em: bndigital.bn.gov.br.

Figura 53 - Desenho urbano inicial do largo em Taquaruçu, com o percurso do ribeirão e os primeiros assentamentos.



Fonte: Ministério do Exército Brasileiro, Diretoria de Serviços Geográficos (1968).

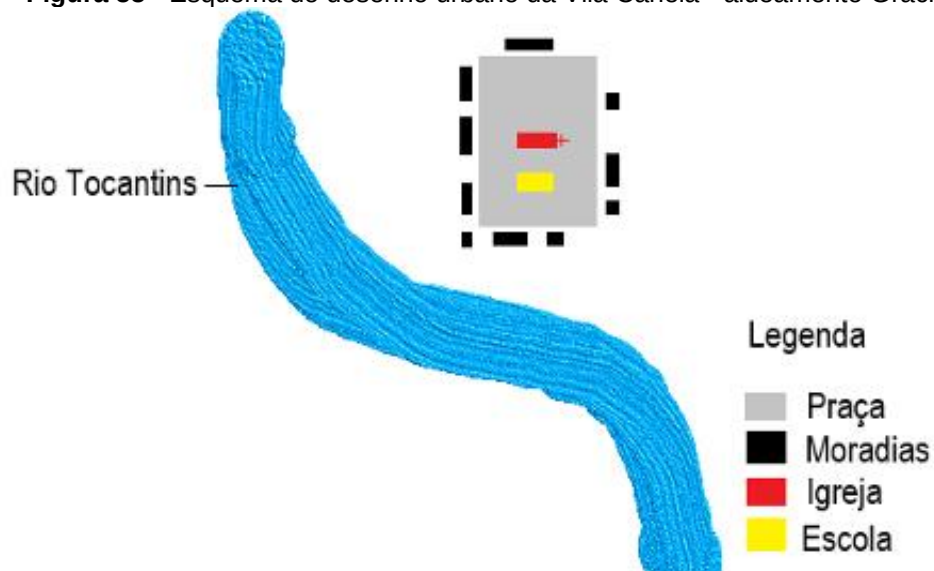
Figura 54 - Esquema do desenho urbano do largo São Benedito em Natividade, Tocantins, século XVIII.



Fonte: Autoria própria baseado nos arquivos do IPHAN (2009).

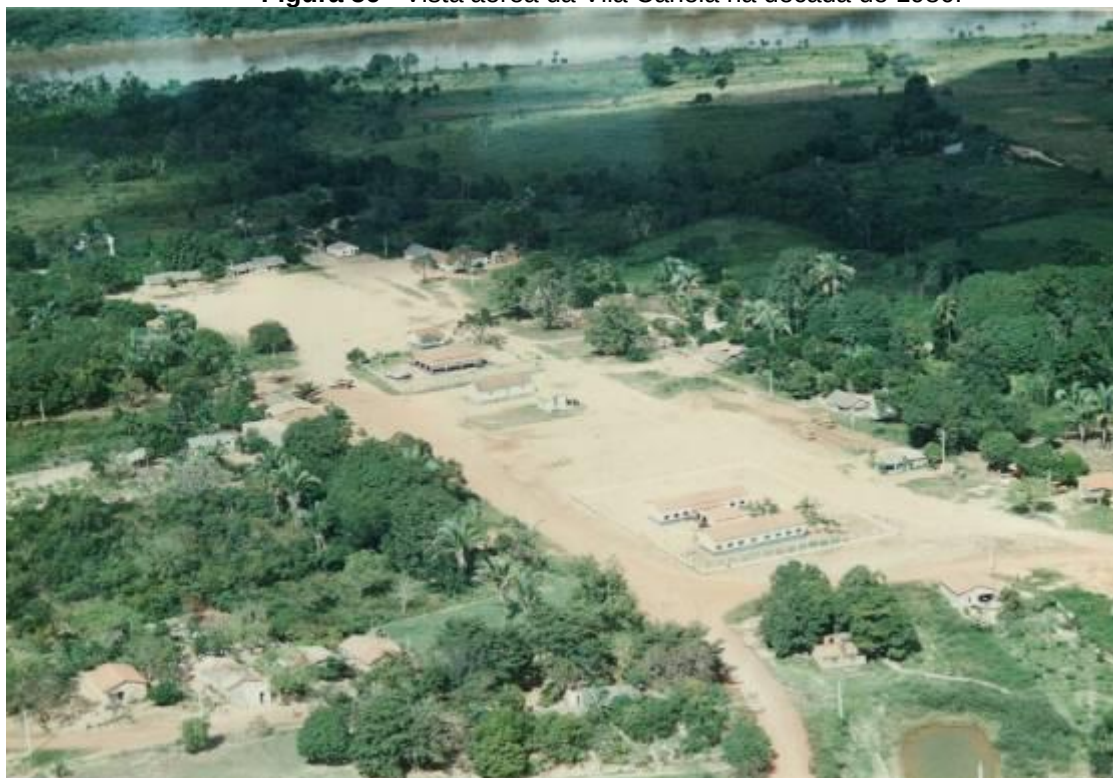


Figura 55 - Esquema do desenho urbano da Vila Canela - aldeamento Graciosa, século XX.



Fonte: Autoria própria baseado nos arquivos do AHE, AHU, viajantes do século XIX no rio Tocantins e arquivos da Fundação Cultural de Palmas (2019).

Figura 56 - Vista aérea da Vila Canela na década de 1980.



Fonte: Fundação Cultural de Palmas.

O desenho do Distrito de Taquaruçu (figura 57), obedeceu a uma certa regularidade, mesmo dentro da irregularidade topográfica do sítio, a partir da delimitação de um largo, considerado o elemento central, onde a implantação da Capela do Rosário se deu em local de destaque.

Segundo a memorialista Francisquinha Carvalho, os moradores escolheram o centro do povoado para a construção da capela em 1943. Erguida em adobe com cobertura de palha, por meio no processo de mutirão, a capela localizava-se em um grande espaço aberto e cercada por casas térreas com cobertura de duas águas, onde, posteriormente, seria denominada praça Joaquim Maracaípe.³⁴³

Figura 57 - Desenho inicial do largo em Taquaruçu com a capela e a escola no centro do povoado.



Fonte: Elaboração com base na restituição fotogramétrica da Diretoria de Serviço Geográfico do Ministério do Exército Brasileiro em 1977, nos depoimentos dos moradores e no arquivo histórico da Fundação Cultural de Palmas.

A capela (figura 58) além da função religiosa, possuía a função de cunho comunitário. O local era o único espaço público aberto, onde os poucos moradores do distrito poderiam fazer atividades relacionadas às decisões cotidianas do povoado. Ao redor dela, também ergueram-se, por meio do barro e da palha, as primeiras edificações, desenhando a urbanização imediata que expandiu-se por todo o território, marcando a paisagem predominante rural do vale.

Por meio do desenho expresso pelo entrevistador, sobre as primeiras casas dos moradores, tudo parece reportar-se ao centro do povoado, denominado tecnicamente de largo, onde a comunidade se abraça e marca o começo do

³⁴³ CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. **Taquaruçu**, Goiânia, Go: Kelps, 2010. p. 33.

povoado, elegendo a igreja como elemento de centralidade, tanto para o contorno fechado pelo edificado vernacular, como pelas casas de terra dispersas pelo território que orientam o caminho para as cachoeiras.

De acordo Nestor Goulart, nas povoações humildes como aldeamentos indígenas ou paróquias, a praça geralmente era acompanhada de modestas igrejas isoladas no centro, onde possuía vários atributos, dentre eles, determinava a origem do povoamento.³⁴⁴

A composição do desenho inicial de Taquaruçu, se mostra muito próxima ao desenho do território do povoado do Canela, que por sinal, apesar da estrutura simples, tem semelhanças com o projeto e desenho dos aldeamentos indígenas, (figuras 59 e 60) formados em Goiás no século XVIII e XIX. Nos aldeamentos indígenas, configurava-se uma praça retangular, fechada, onde no centro se erguia uma construção, em que geralmente era uma igreja.

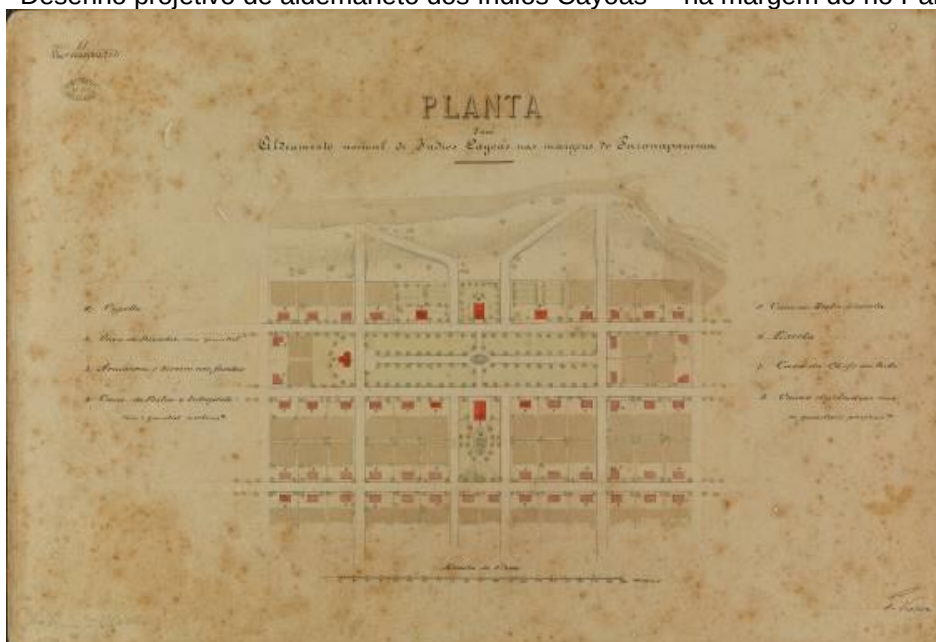
Figura 58 - Primeira igreja de Taquaruçu.



Fonte: Luís Bala (1996).

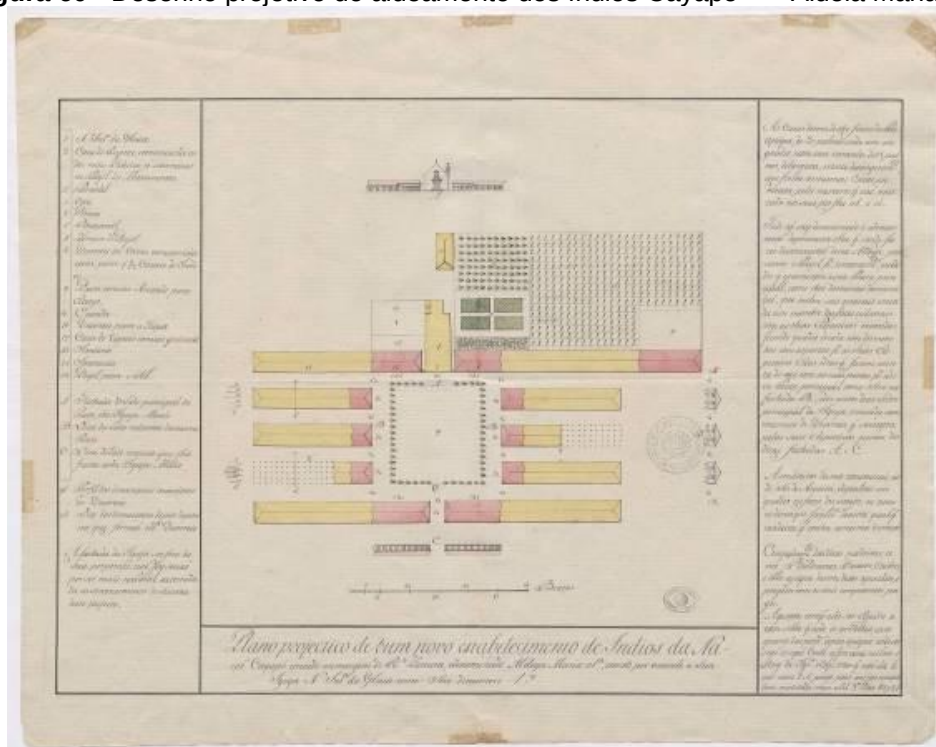
³⁴⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500-1720**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2000. p. 135.

Figura 59 - Desenho projetivo de aldeamento dos índios Cayoás³⁴⁵ na margem do rio Paranapanema.



Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil, século XVIII. KELLER, Franz. Planta d'um Aldeamento normal de Índios Cayoás nas margens do Paranapanema. [S.l.: s.n.], [18--]. 1 desenho, grafite, aquarela, col., 22,7 x 33,4. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=35596. Acesso em: 29 nov.

Figura 60 - Desenho projetivo do aldeamento dos índios Cayapó³⁴⁶ - Aldeia Maria 1ª.



Fonte: Biblioteca Nacional, século XVIII.³⁴⁷

³⁴⁵ KELLER, Franz. **Planta d'um Aldeamento normal de Índios Cayoás nas margens do Paranapanema**. [S.l.: s.n.], [18--]. 1 desen.

³⁴⁶ BNDigital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2019.

Ao observar a forma como os moradores escolheram o local para a implantação da praça e da Igreja, comparado aos desenhos projetivos oficiais dos séculos XVIII e XIX, pode-se dizer o quão fluiu extensamente o modelo referencial da praça luso-brasileira, e que se consolidou até o século XX, estruturando muitas povoações do centro- norte brasileiro, oriundas da pecuária, a exemplo desse Distrito.

Outra característica que merece destaque é a relação morfológica entre o edificado e a serra, onde predomina a relação de figura-fundo. No tecido urbano, a envolvente composta pelo paredão de serras que contornam o Distrito, se manifesta como fundo, organizando a percepção da paisagem pelo observador, e a arquitetura se comporta como figura inserida nesse contexto, cuja composição referencia o caráter da paisagem.

II.2.1.6 O tempo de Palmas em Taquaruçu

No final do século XX e início do século XXI, a paisagem na rota das cachoeiras teve outros contornos e foi submetida a uma drástica transformação na foz do ribeirão Taquaruçu, junto ao rio Tocantins. Tais mudanças foram advindas devido à construção da capital Palmas e a implantação da barragem da Usina Hidrelétrica do Lajeado (figuras 61 e 62). Devido a tais mudanças, a Vila Canela e a Graciosa foram submersas pelo lago formado pela represa, que resultou em impactos significativos, no âmbito ambiental, cultural, social e econômico, bem como na alteração morfológica, desde a foz do ribeirão até o Distrito.

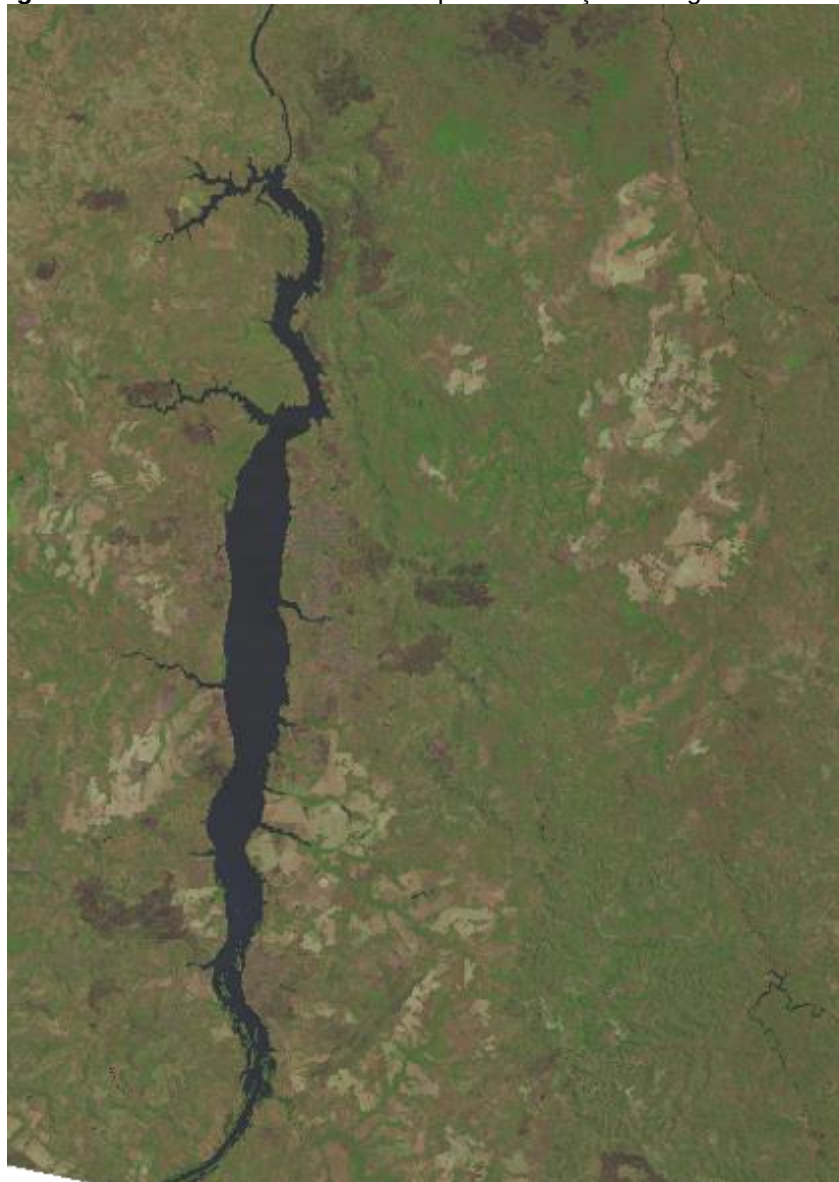
³⁴⁷ DE HOLLANDA, Cecília Jucá et al. **Biblioteca Digital Curt Nimuendajú**. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/suma>>. Acesso em: 23 out. 2019. p. 37.

Figura 61 - Trecho do rio Tocantins antes da formação do lago em Palmas.



Fonte: Imagem aérea obtida através do satélite Landsat, INPE (1984).

Figura 62 - Trecho do rio Tocantins após a formação do lago em Palmas.



Fonte: Imagem aérea obtida através do satélite Landsat, INPE (2001).

Entre as diversas mudanças, uma foi o direcionamento de muitas famílias para o serviço público em Palmas, que resultou no abandono progressivo do babaçu como uma das principais fontes de renda do vale. Entretanto, esse elemento ainda permanece presente no cotidiano das famílias, seja no mobiliário, na construção, na alimentação ou na higienização.

Outra alteração significativa, está na forma de organização territorial, que culminou na desapropriação e regularização de terras no Distrito, redesenhando o território a partir da subdivisão das fazendas em pequenas chácaras. Posteriormente, essas chácaras foram subdivididas, o que resultou em vários loteamentos irregulares (figura 65), muitos com a destinação a condomínios

fechados, impulsionados pela especulação imobiliária, alterando consideravelmente o desenho do território e promovendo uma grande perda das referências ambientais do lugar.

Essas mudanças desencadearam uma ruptura do desenho original do núcleo do povoado. Os elementos iniciais de organização espacial espontânea, antes referenciados pela tradição dos primeiros moradores, foram substituídos pelo desenho imposto pelo poder local, carregado pelo discurso de modernização. Dentre as alterações, a principal foi a destruição da primeira igreja do povoado, como também, a alteração do desenho inicial do largo (figuras 63 e 64).

Figura 63 - Vista aérea da atual praça do núcleo central de Taquaruçu após modificações do desenho urbano.



Fonte: Fundação Cultural de Palmas (2003).

Essa intervenção no núcleo histórico do povoado, não correspondeu ao interesse em demonstrar as referências históricas e culturais do lugar. Pelo contrário, esse interesse em “modernizar” gerou a perda significativa de um dos principais elementos primários que documentavam a formação histórica do povoado, testemunhados a partir da composição do desenho urbano e na arquitetura.

Figura 64: Praça do núcleo central de Taquaruçu antes e depois.



Fonte: da esquerda para direita - Luís Bala (1996) e autoria própria (2019) respectivamente.

Outras alterações com impactos significativos no desenho e na morfologia urbana, são as provocadas pelas inadequações de legislação específica para o uso e ocupação do solo, de acordo com o contexto local desde 1990 (figura 66), associada à inexistência de um perímetro do núcleo histórico com parâmetros mais restritos para intervenção. Essa condição submissa do Distrito ao município de Palmas, resultou em uma desfragmentação do desenho urbano original, com intervenções descabidas que não consideraram a paisagem, bem como provocaram uma expansão urbana desregrada e desconexa com os elementos estruturantes da paisagem.

Figura 65 - Loteamentos que desconsideram os elementos essenciais da paisagem.



Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 66 - Recuos diferentes.



Autoria própria, 2017.

Os instrumentos de regulação urbanística aplicados ao Distrito, são incoerentes com as especificidades do lugar, pois não abrangem os valores e os tempos de apropriação, bem como seus elementos singulares relacionados à morfologia, ao desenho urbano e à apropriação dos elementos naturais que se diferem substancialmente da capital Palmas.

Com a disseminação das características do desenho urbano de Palmas (figura 67 e 68), Taquaruçu perdeu a oportunidade de acolher intervenções que valorizassem os seus elementos primários e estruturantes do território, e que pudessem demonstrar sua diferenciação no desenho e na morfologia urbana e arquitetônica, realçando as características distintas em relação à última capital planejada do século XXI no Brasil.

Figura 67 - Ribeirão Taquaruçu ao fundo no Projeto de Palmas numa projeção para 2010.



Fonte: Grupo 4, Fernando Cruvinel (2003).

Figura 68 - Expansão sul depois do Ribeirão Taquaruçu.



Fonte: imagem área obtida através do Google Earth (2019).

Pouco se tem referências históricas documentadas sobre o ribeirão e sua foz antes da formação do lago, nos arquivos históricos do Município. Muitos dos documentos se perderam no final do século XX, com a submersão da Vila Canela e

da Graciosa. De fato, foi o momento em que o município perdeu a oportunidade de retratar toda a história da ocupação da região, abordando suas referências culturais e ambientais na formação de Palmas. Todavia, conseguiu-se recolher nesse estudo, alguns documentos que permitiram desvelar as referências, no que se refere ao desenho do território e a formação do núcleo urbano de Taquaruçu.

II.2.2 OS DETENTORES CULTURAIS DA PAISAGEM

A fotografia abaixo (figura 69) aponta muito além de uma simples amendôa nas mãos da moradora local de Taquaruçu. Ela sinaliza um mundo circundante que envolve a relação entre a paisagem e um dos seus detentores culturais, revelando o código da matriz cultural de um dos seus primeiros moradores. Reconhecido como um dos principais protagonistas responsáveis pela ocupação da região norte e central do Brasil, desde o século XVIII, o migrante sertanejo nordestino surge, no Estado Tocantins, tendo sua origem a partir da mistura genética entre indígenas e portugueses.

Figura 69 - Moradora de Taquaruçu com amêndoas de babaçu.



Fonte: VivaTaquaruçu (2020).

Em Taquaruçu, essa miscigenação, predominantemente originária do Maranhão, encontrou um ambiente que muito se diferenciava do sertão nordestino,

cujo resultado foi a diluição dos hábitos e modos de vida no ambiente caracterizado pela transição entre a Amazônia Legal e o cerrado, adquirindo outras feições no modo de habitar e na relação com a paisagem.

A paisagem das cachoeiras torna-se então um deleite para o nordestino, cuja origem é envolvida pela caatinga³⁴⁸, o que implica num olhar sertanejo que projeta sobre esse lugar a dimensão de uma paisagem exuberante, fazendo o contraste entre o sertão bravio e a mata de galeria serena, suscitando uma descrição de encanto, associado à paisagem de belezas naturais.

Quando eu cheguei aqui, vindo de Pastos Bons no Maranhão, me encantei pelo lugar. Aqui tem muita água e muita palmeira bonita e farta. De onde eu vim, a água era raridade e não era tão bonito assim.³⁴⁹

Figura 70 - Sr. Milton morador de Taquaruçu.



Fonte: Autoria própria (2017).

³⁴⁸ Bioma do cerrado.

³⁴⁹ REGO, Entrevista com os moradores de Taquaruçu. Aprecensão do lugar por meio da narrativa oral.

Essa paisagem que compõem esse universo do migrante (figura 71) parece ter sido construída através do encantamento pelas belezas naturais, o que levou a formação de uma atmosfera acolhedora para os futuros ocupantes, provenientes de uma região bem distinta.

O percurso da água através do ribeirão Taquaruçu, envolvido pelas serras do Carmo e de Lajeado, sinalizava o caminho livre para terras devolutas, consideradas como um nicho de oportunidade para aqueles que se aventuraram a conquistar um *pedaço de chão*, com desejos de melhores condições de vida.

Apesar da rota apresentar vários obstáculos, com *6 léguas de cachoeiras*³⁵⁰ desde a foz do ribeirão no rio Tocantins, esse empecilho significou experienciar com profundidade as diversas sensações transmitidas pelos sons das águas, o frescor das gotas de água sobre o ar, o cheiro da terra molhada e folhas secas umidificadas sob o caminho, que permitiram a transformação das barreiras, em sinais de prosperidade diante da abundância de água.

A maioria provenientes de Pastos Bons, no Estado do Maranhão, os primeiros moradores de Taquaruçu, tinham a criação de gado para consumo, a agricultura de subsistência e o extrativismo como principais fontes de renda para sobrevivência, e compatíveis com a sensibilidade e a fragilidade do lugar.

O babaçu, como principal elemento extrativista, conduziu o modo de vida dos moradores nos primeiros anos de ocupação do vale, e era muito difundido em virtude de suas origens geográficas (sul do Maranhão, sul do Piauí, Pará e norte do Tocantins). Essa palmeira, encontra-se predominantemente nas vazantes e nas matas de galeria, local onde a sua exuberância se condensa. Esse elemento vegetal, se tornou um importante aliado nos primeiros anos de formação do povoado, pois se utilizava da palmeira para tudo no cotidiano, desde a alimentação, até a construção das casas. Ainda hoje é possível encontrar marcas desse elemento vegetal nas habitações (figuras 72, 73 e 74).

³⁵⁰ [Mapa manuscrito da navegação fluvial do Tocantins] | Gallica. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530119779/f1.item.zoom>>. Acesso em: 12 set. 2019.

Figura 71 - D. Maria na colheita do babaçu.



Fonte: Fundação Cultural de Palmas (2002).

Figura 72 - Casa de adobe com cestarias de babaçu.



Fonte; autoria própria (2016).

Figura 73 - Edificado vernacular com cobertura de palha de babaçu.



Fonte: Autoria própria (2016).

O telhado de palha de babaçu, (figura 73) denuncia as bases culturais genealógicas indígenas e confere a mediação entre o elemento natural e o elemento construído, ao fazer alusão de habitar sob as copas dos babaçuais. A casa vernacular transita entre o “estar fora” e o “estar dentro”, isto é, traz a paisagem para dentro, delegando a casa, como a representação dos elementos simbólicos que compõem o universo dos seus moradores.

A palha utiliza para fazer cesto, a casca do coco serve para fazer carvão para colocar no fogão à lenha. Antes vendia a amêndoa para comprar alimentos em Porto Nacional, mas também servia para fazer o azeite para cozinhar e para vender também. A amêndoa também serve para fazer sabão para lavar roupa, tomar banho. Também tira o leite dela para colocar no feijão, no peixe. Antigamente utilizava a palha cobrir a casa, para envarejar uma parede ou uma cerca. Utilizava a palmeira para tudo aqui. Depois que chegou a estrada e construiu Palmas, as coisas mudaram, mas ainda fazemos os balaies e utilizamos o babaçu para cozinhar.³⁵¹

Não era muito coisa, mas **[o babaçu]** era importante para eles. De acordo com a vida deles, aquilo era importante.³⁵²

[...]Tirando aquele o óleo levando pra Porto Nacional pra vender, pra de lá eu trazer o sal, o querosene... eu despachava em Porto Nacional, naquele tempo a gente vendia era de mil reis, dez tostão. Pra Tocantínia (Piabão) eu vendia o caroço, levava quatro a cinco cargas de coco daqui [...].³⁵³

³⁵¹ SOCORRO, Dona, Entrevista com os moradores de Taquaruçu: Apreensão do lugar por meio de narrativa oral.

³⁵² FARIAS, Jaime, Entrevista com os moradores de Taquaruçu: Apreensão do lugar por meio de narrativas orais.

³⁵³ SILVA, Dona Maroca, Entrevista concedida à Joana Euda em 1998, publicada na dissertação de mestrado " Cotidiano e trabalho em Taquaruçu 1940-1960".

Atualmente poucos moradores ainda mantêm a atividade extrativista com a palmeira para consumo próprio, através da produção de azeite, de sabão e de outros produtos. Essa tradição foi aos poucos se perdendo devido à implantação da capital Palmas, pois muitos dos familiares dos primeiros moradores foram direcionados para o serviço público. Outro fator que também contribuiu para o abandono da atividade, foi a construção da rodovia Belém Brasília - BR 153 na década de 1960, e as rodovias estaduais TO-050 e TO-030, na década de 1990, ligando Palmas a Porto Nacional e Taquaruçu a Santa Tereza, respectivamente.

As novas estradas facilitaram a aquisição de produtos industrializados como o óleo de soja e produtos para higienização domiciliar, o que levou muitas famílias a abandonarem o antigo ofício, que se desenvolvia sob as copas dos babaçuais.

[...] A melhoria, o padrão de vida das pessoas que foi deixando de extrair o óleo do babaçu, ocorreu justamente pelo desenvolvimento da estrada [...].³⁵⁴

[...] As mulheres viviam só de quebrar o babaçu e hoje não, arranjaram emprego na cidade e não querem mais quebrar o coco [...].³⁵⁵

A perda progressiva dessa tradição, associada a melhores condições de vida, refletiram no processo de construção das casas, pois passaram a utilizar a telha de barro para cobertura, porém, mantendo a terra, com principal matéria-prima para erguer as paredes, e o seu processo de construção, a partir da cooperação de familiares e amigos.

Quando cheguei comecei a construir minha casa com a ajuda do meu tio Vitor que me cedeu o terreno e outras coisas. O outro irmão [amigo] Benísio também ajudou. Ele já tinha construído a dele e depois fomos construindo as outras. Não somos irmãos de sangue, mas é como se fosse. Juntamos e fomos construindo. Eu sei construir de adobe e taipa porque no Maranhão se construía assim. Eu vou falar para você como a gente fez a construção aqui: pegamos o barro próxima a casa do tio Vitor, e as pedras perto de lá também e a madeira no terreno da Paixão [antiga moradora]. Misturamos um pouco de água de água no barro e deixamos de molho por vinte e quatro horas. No outro dia misturamos até ficar no ponto da massa boa. Depois colocamos na forma de madeira de 19cm X 38cm X 8 cm. Não colocamos esterco e nada, somente água no barro. Deixamos secar por uns dias, virando os blocos. Fizemos a vala com enxadão, colocamos as pedras e fizemos o baldrame. Depois fomos erguendo as paredes com os adobes sobre a fundação e com a mesma massa do tijolo, deixando as aberturas para as portas e janelas. E por último a cobertura com a madeira roliça “cega machado” daqui mesmo. As ripas e caibros fizemos de pati (palmeira

³⁵⁴ ALVES, João, Entrevista com os moradores concedida à Joana Euda em 1996.

³⁵⁵ MOURA, Anísio, Entrevista com os moradores concedida à Joana Euda em 1996.

local) e as telhas do barro daqui, ou às vezes colocava logo a palha de babaçu mesmo porque era mais fácil e rápido. Também porque sabemos usar a palmeira aqui para tudo. A telha de barro demorava para fazer. Com o passar dos anos todo mundo foi substituindo pelo barro depois da construção da estrada. A madeira das portas e janelas fizemos de peroba, sassafrás e ipê roxo. Pegávamos a madeira nos terrenos dos irmãos. Quem tinha família formada [esposa e filhos] todos ajudavam, mas quem não tinha família formada, contava com a ajuda dos irmãos [amigos]. Até hoje tem gente que usa o babaçu para cobrir barracão e tem gente também que constrói com adobe por aqui, mesmo aqueles que tem condições e são bem formados.³⁵⁶

Figura 74 - Casa de adobe em construção.



Fonte: FCP, s/data.

[...] nós nos instalamos dentro da mata e começamos a trabalhar dentro da mata para fazer roça. Quando limpamos o terreno nós mudamos para dentro da mata pra um lugar. Nós fizemos a barraca num lugarzinho da chapada pra poder minha mulher que estava nos dias de ganhar bebê. Nós reunimos e fizemos meu barracão e depois foi que nós fizemos dos outros... No ano seguinte nós colhemos as roças. Então eu fui tirar lugar.³⁵⁷

Através do depoimento dos primeiros moradores, é possível clarificar o entendimento dos primeiros assentamentos, e a relação que se consolidou entre os moradores, através da ajuda mútua para construção dos primeiros assentamentos do povoado (figuras 74 e 75). Um aspecto a observar é a função exercida pela

³⁵⁶ REGO, Entrevista com os moradores de Taquaruçu. Apreensão do lugar através de narrativa oral.

³⁵⁷ MOURA, Entrevista com os moradores concedida à Joana Euda em 1996.

técnica de fabricação do adobe e o cobrimento com palhas de babaçu. O processo construtivo aqui não é entendido apenas como uma técnica, com objetivo estrito para produção de blocos de adobe, isto é, não pode ser reduzido apenas a sua perspectiva de racionalidade construtiva.

A atividade de fazer blocos de adobe toma dimensões muito mais amplas. Na paisagem das cachoeiras, o processo coletivo de construir com adobe pertence à paisagem. É um componente intrínseco à arquitetura vernacular e não pode ser considerado dissociado à paisagem. Essa cultura construtiva faz parte do lugar, onde o ato de construir com adobe se manifesta como uma prática cultural, atrelada à experiência cotidiana do modo de habitar do morador do vale.

Figura 75 - Processo de produção de blocos de adobe.



Fonte: Autoria Própria (2017).

A arquitetura vernacular de Taquaruçu se comporta como testemunho dos modos de vida e das práticas culturais do lugar. Externamente, a casa do migrante nordestino do núcleo central do povoado, se mostra numa escala singela, diante da imensidão de sua envolvente, ao passo que tem o poder de definir o espaço público a partir dos seus planos marginais. Já a casa vernacular, dispersa pelo território, orienta o caminho para as cachoeiras e se mostra camuflada na paisagem. Tanto a primeira como a última, denunciam a maneira de acomodar no terreno, associando sempre a serra e a palmeira como elementos de composição na paisagem.

Figura 76 - Desfile 7 setembro - as casas de adobe, as palmeiras e as moradoras.



Fonte Gepac/FCP (1981).

Figura 77 - A serra, a casa de adobe e a palmeira.



Fonte: Autoria própria (2017).

A apreensão fotográfica, registrada nas figuras 76, 77 e 78, indica a serra, as palmeiras, o edificado vernacular e o percurso da água para o olhar sobre esse lugar, trazendo pistas sobre o seu caráter, e permitindo compreender a adequação dos assentamentos vernaculares à paisagem, comprometidos com os elementos que a compõem, ao passo que revela as características que a singulariza. O meio ambiente, mostra-se muito mais do que como recurso, mas sobretudo, como um alicerce que estrutura o universo dos detentores culturais da paisagem.

Figura 78 - A serra, o ribeirão e a palmeira –Cachoeiras do “Vai quem quer”.



Fonte: Autoria própria (2016).

Percebe-se que além das práticas culturais construtivas, a palmeira e a serra sempre estão presentes como elementos naturais associados à arquitetura vernacular. A formação da paisagem cultural, a partir da composição do lugar natural e o lugar construído por meio do edificado, evidencia as marcas visíveis no território, delimitando materialmente a apropriação da paisagem.

Internamente, ao adentrar pelo corredor centralizado na casa, percebe-se quão vasto e profundo é o seu terreno (figura 80 e 81), composto de pomares e fronteiro à cozinha, esta que exerce o papel de protagonista das relações sociais e familiares. Dos utensílios até os móveis (figura 79), a prateleira de madeira guarda a louça, as paredes com pregos, acolhe as vasilhas, os potes de barro, os cestos de palha de babaçu, as peneiras de buriti, as garrafas de azeite do óleo do babaçu, o sabão do coco do babaçu, o fogão a lenha serve de mesa para acolher as panelas com os alimentos, o jirau de sassafras ou ipê roxo, serve de pia para higienização das louças e o guarda-roupa reduzido a uma tora de babaçu ou pati³⁵⁸.

³⁵⁸ Palmeira do bioma do cerrado.

Figura 79 - O fogão à lenha, as panelas de barro e o babaçu.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 80 - Fundos do terreno com árvores do cerrado e frutíferas.



Fonte: autoria própria (2016).

Figura 81 - Acesso aos fundos dos terrenos.

Fonte: Autoria própria (2017).

A casa vernacular de adobe de Taquaruçu, se revela como artefato que decifra intimamente a paisagem das cachoeiras, traduzidas em seus elementos compositivos através da terra, da vegetação e da madeira. Ela representa o modo de habitar no vale e a vida cotidiana do morador tradicional. É nesse ambiente, numa relação com e sob o vale, que o migrante nordestino experiencia a interseção entre o lugar natural e o lugar construído, entre o mundo material e o imaterial, atribuindo significados aos objetos e aos elementos que a compõem.

A paisagem oferece uma relação recíproca com o edificado vernacular, esta que por sua vez, pode ser também apreendida em narrativas literárias que expressam a relação de interdependência entre esses dois componentes pelo olhar do viajante estrangeiro, durante sua passagem pela região do médio Tocantins:

No limite de Goiás com o Maranhão e na Mesopotâmia predominam os nordestinos que trocaram o mandacaru, o xique-xique, os terrenos áridos pelas matas de babaçu e o pastoreio do cerrado³⁵⁹.

[...] recente povoado de 150 ranchos construídos de folhas e troncos de babaçu³⁶⁰.

[...] Começando lado do Maranhão e seguida do lado de Goiás, desfilam aos olhos do viajante do Tocantins ranchos e palhoças feitas de babaçu.³⁶¹

³⁵⁹ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 63.

³⁶⁰ Ibid., p. 118.

³⁶¹ Ibid., p. 126.

[...] Algumas palhoças têm o piso alteado, outras estão no mesmo nível do solo. Geralmente, possuem três cômodos: sala, quarto ou camarinha, e cozinha. Dura até 30 anos uma casa de babaçu e quase sempre é construída pelo morador.³⁶²

Por meio desse trecho literário, clarifica-se a aproximação entre o habitat vernacular e o mundo dos seus moradores envolvido pelo universo do babaçu, em que esse elemento vegetal, traz a sensação da paisagem habitada para o interior da casa.

O edificado vernacular não se restringe apenas ao seu conceito nas bases dos recursos naturais locais, mas sobretudo, na representação por meio de narrativas literárias e fotográficas, que permite apreender a maneira de morar do migrante nordestino no vale Taquaruçu.

A arquitetura vernacular se torna então arquitetura de contexto, que remete ao vale Taquaruçu ao fazer uma conexão evidente com a paisagem das cachoeiras. Esse vínculo estreito entre os elementos naturais, as práticas culturais construtivas e a paisagem, conformam a espacialidade cotidiana do vale.

Fica evidente que a casa de adobe se impõe como elemento construído e dialoga com a paisagem das cachoeiras. A resultante dessa relação é uma conexão entre a tectônica e a envolvente, isto é, entre o elemento construído e o elemento natural, conferindo a casa como portadora dos símbolos do lugar e como responsável pela corporificação da paisagem cultural. A casa de adobe pertence aquele universo e desenha a paisagem das cachoeiras.

Nessa perspectiva, suscita a compreensão que “habitar uma casa significa habitar o mundo”³⁶³, onde a casa projeta a paisagem do vale, e do cerrado para seu interior. Assim, o edificado vernacular passa ser portador dos elementos que simbolizam a paisagem de Taquaruçu, tanto pelos elementos naturais, como pelas práticas culturais construtivas que delimitam o território, portadoras da interseção dos valores materiais/imateriais, naturais/culturais.

³⁶² PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p.63.

³⁶³ NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar (1976). In: NESBITT, Kate (org). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 446.

II.3 OS ELEMENTOS VERNACULARES

II.3.1 A ARQUITETURA VERNACULAR NA PAISAGEM DE TAQUARUÇU

II.3.3.1 Quanto à região e à genealogia

Começando do lado do Maranhão e em seguida do lado de Goiás, desfilam aos olhos do viajante do Tocantins ranchos e palhoças feitas de babaçu. Desde a confluência do Araguaia até pouco adiante do Carolina, as paredes, os tetos, as janelas e as cercas vegetais se sucedem nas margens do rio como se fossem variações da flora. Algumas dessa palhoças tem o piso alteado, outras estão no mesmo nível do solo. Geralmente, possuem 3 cômodos: sala, quarto ou camarinha, e cozinha. Dura até 30 anos uma casa de babaçu e quase sempre é construída pelo morador.³⁶⁴

Após debruçar-se no estudo da gênese e transformação do território, desde a foz do ribeirão no rio Tocantins até a serra, descortina-se a necessidade do entendimento dos rastros materiais relacionados ao edificado vernacular no caminho das águas, enquanto elemento de ligação, que juntamente com água e a serra, definem a passagem do vale Taquaruçu.

Clarifica-se também, a necessidade imediata do estudo tipológico vernacular, diante ao processo progressivo de degradação do ambiente arquitetônico e a perda da essência do lugar, consequência de intervenções equivocadas por parte do setor público e do privado, da disseminação de condomínios fechados e do micro parcelamento de chácaras, oriundas das antigas fazendas, fundamentalmente a partir do século XXI, alterando substancialmente os elementos constitutivos originais, característicos do percurso da água na rota das cachoeiras.

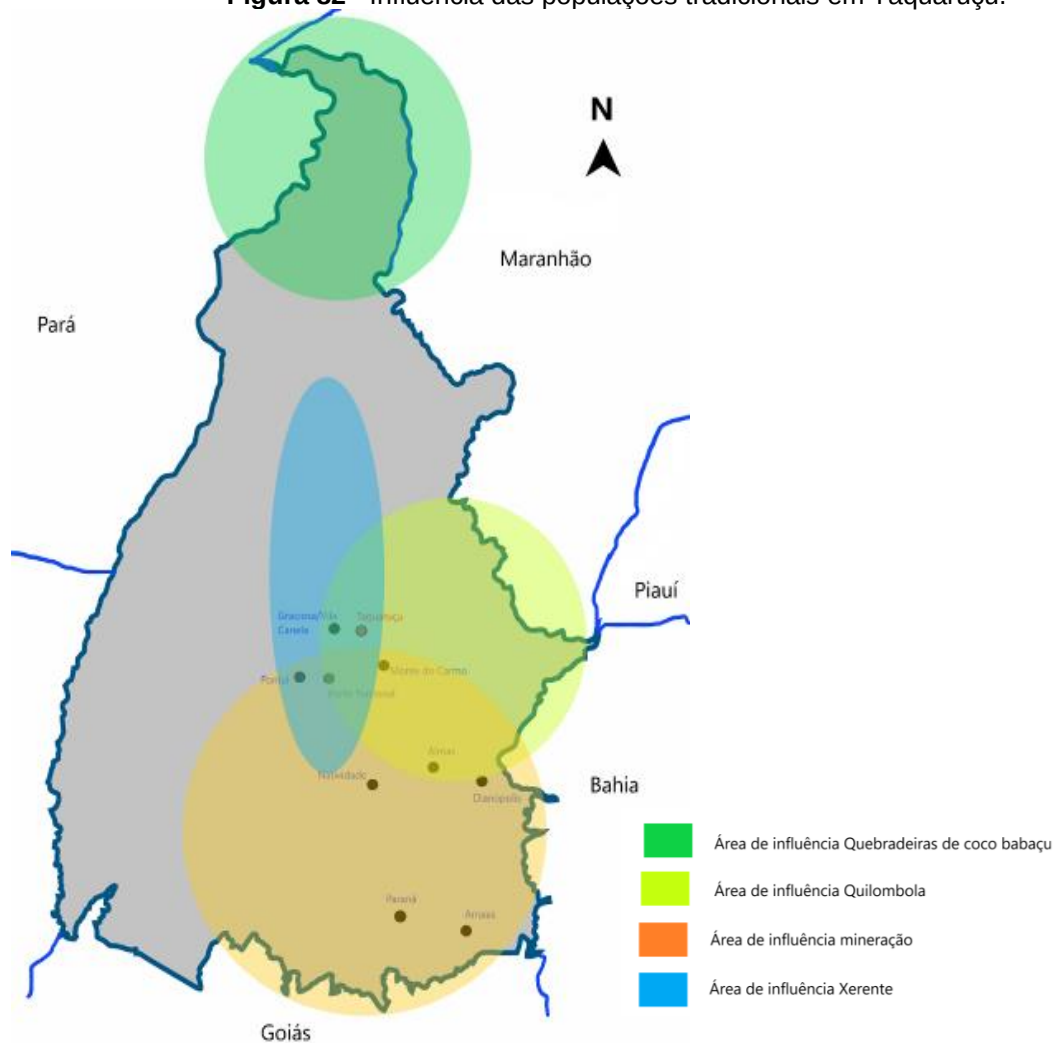
Nesse sentido, procedeu-se a identificação e caracterização do tipo arquitetônico significativo que documenta o processo histórico de formação do povoado e que caracteriza substancialmente o lugar por meio dos materiais e técnicas construtivas. Esses aspectos, incidiram exclusivamente na arquitetura de terra e considerada nesse trabalho, referência cultural do lugar a partir da investigação em fontes documentais e orais, bem como na própria pesquisa de campo.

A partir da observação direta e de um estudo arquitetônico dos tipos significativos em diferentes regiões do Tocantins, a origem tipológica da arquitetura

³⁶⁴ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. p. 123.

vernacular no vale Taquaruçu denuncia suas bases referenciais construtivas no habitat indígena e na arquitetura luso-brasileira, ao apresentar graus de parentesco com a mineração, a pecuária e com o sertão nordestino, oxigenado pelos modos de vida das populações tradicionais que vivem no Tocantins – (quilombolas, quebradeiras de coco do babaçu e indígenas), localizadas nas regiões do mapa abaixo (figura 82).

Figura 82 - Influência das populações tradicionais em Taquaruçu.



Fonte: Autoria própria (2019).

Após a análise dos tipos significativos das três regiões geográficas do Tocantins (Jalapão, sul e extremo norte), foi possível verificar as influências (figura 83) absorvidas para a concepção do habitat em Taquaruçu, relacionadas à técnica construtiva, bem como compreender as diferenças em relação ao uso dos elementos

naturais, sobretudo em função das condições físicas e das práticas culturais, enraizadas na cultura de um povo e que são testemunhadas na arquitetura.

Figura 83 - Genealogia das influências do tipo arquitetônico em Taquaruçu.

	Região geográfica	Principal matéria prima e técnica construtiva predominante.	Modelo
Aldeia Xerente	Médio Tocantins, Serra de Lajeado	Buriti e adobe.	
Quilombos	Jalapão e região sudeste	Buriti e adobe.	
Quebradeiras de Coco de babaçu	Extremo norte – (Bico do Papagaio)	Babaçu e taipa de mão.	
Mineração Século XVIII	Sudeste	Madeira “cega machado” e adobe	
Pecuária Século XIX	Sudeste e central	Madeira “cega machado” e adobe	

Fonte: Elaboração autoria própria com base nas imagens do Iphan (2019).

Essa arquitetura é decifrada, não somente pelas raízes da tradição do Brasil do século XVIII, ao apresentar aparente semelhança nos planos marginais, mas sobretudo, destacando sua conexão com o percurso das águas, pelas características ambientais do vale, pelos materiais disponíveis e pela técnica construtiva que a define e uniformiza, cujo resultado é a territorialidade arquitetônica construtiva na paisagem.

Figura 84 - Exemplares estudados na pesquisa, considerados como referência cultural.



Fonte: autoria própria editado no Google Earth (2019).

Essa arquitetura, apesar de preencher de maneira rarefeita o vale, desenha o território ao traçar uma rede de caminhos que interliga ribeirões e cachoeiras, ao passo que orienta e direciona o percurso na rota das águas.

Apesar de existir algumas variáveis no conjunto das unidades analisadas (figura 84), os elementos ambientais associados à tectônica das edificações, definem as características comuns da arquitetura vernacular produzida em Taquaruçu, bem como determinam a maneira tradicional da construção da paisagem do vale. Tais aspectos, remetem diretamente ao lugar no contexto regional e contribuem de maneira decisiva para o desenho do território, enquanto elemento de ligação, definindo percursos, e formando uma rede pelos seus atributos ambientais e culturais.

Como dito anteriormente, parte das primeiras referências diretas – Graciosa e Canela, que contribuíram para o modelo de ocupação e desenho em Taquaruçu, foram submersas pelo lago de Palmas no final do século XX, e consequentemente, tal fato repercutiu também na arquitetura. Contudo, apesar da submersão de uma parcela dos vestígios físicos arquitetônicos que documentam as referências diretas do vale, ainda é possível registrar as suas matrizes e suas relações, ao apresentar as características similares e que as unem, bem como aquelas que distinguem uma

das outras, através do levantamento documental fotográfico, artístico, iconográfico, cartográfico e textual do acervo vivo edificado e pertencente à área de abrangência local.

II.3.3.2 Quanto à tipologia

Nesse sentido, a partir da seleção de 12 edificações vernaculares (figura 84), que exemplificam aspectos comuns relacionados à técnica construtiva e que estão presentes numa rede coerente que interligam caminhos pelo percurso das águas, apresentar-se-á as tipologias arquitetônicas, a partir dos seguintes critérios de análise:

- Implantação e ocupação do solo, topografia e orientação;
- Plano horizontal (planta baixa);
- Plano vertical (marginal);
- Volumetria

Cabe salientar que os exemplares não constituem a totalidade do edificado vernacular no vale, todavia demonstram aquilo que é referência para pessoas e caracteriza o lugar a partir da arquitetura e sua tectônica. A amostragem tipológica foi analisada por meio de um trabalho exaustivo anterior, com alunos da graduação, onde foram levantados 68 exemplares da arquitetura de terra.

A partir dessa análise e após uma síntese, ainda que haja algumas exceções à regra, o modelo de referência que moldou a arquitetura vernacular em Taquaruçu, foi identificado em 2 tipos significativos da arquitetura de terra no vale – um definido como elemento primário e outro como elemento de evolução, e que serão apresentados a seguir, com base em suas aproximações com a arquitetura colonial, sertaneja e primitiva, confirmadas pelos seus antecedentes históricos – culturais, das quais são:

- Tipo A – Casa Vitor - exemplar do século XX (figura 85), porém com linguagem sertaneja do Brasil colonial “*A casa do tropeiro/vaqueiro/camponês*”, classificada nessa tese como elemento arquitetônico primário.

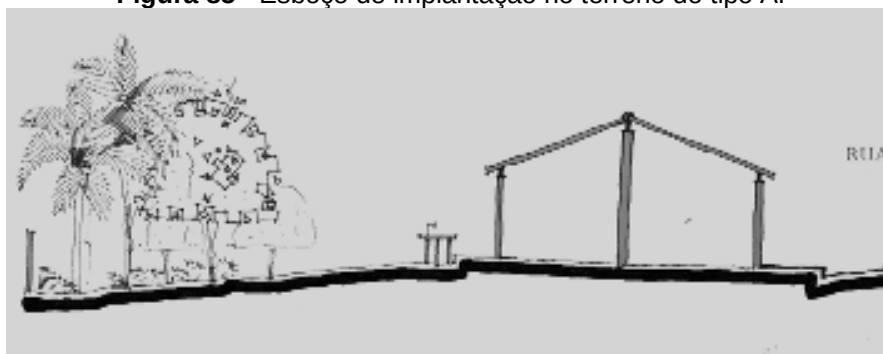
- Tipo B – exemplar do século XXI (figura 86), com adição da varanda, implantação dispersa pelo terreno e classificado nessa tese, como elemento arquitetônico evolutivo.

A primeira tipologia representa a casa do tropeiro e vaqueiro, sendo consideradas as primeiras casas do núcleo urbano do Distrito, construídas no século XX, enquanto a segunda representa sua condição contemporânea do século XXI, com diferenças em alguns aspectos em relação à primeira tipologia. Contudo, as duas apresentam os mesmos atributos, ao confirmarem como testemunhos vivos da permanência das práticas culturais construtivas do lugar. O estudo minucioso dessas tipologias será apresentado a seguir.

- Implantação e Ocupação do solo, topografia e orientação;

A ocupação do edificado assenta-se em terreno levemente irregular e nas proximidades do curso d'águas, porém em meia encosta sem avançar nos limites naturais, nos patamares planos, e sem a necessidade de cortes ou aterros (costume do colonizador português), com formatos predominantemente retangulares, apresentando dimensões que variam de 9 a 15 metros de testada, e de 15 a 38 metros de profundidade, para aqueles terrenos referentes às primeiras ocupações. Já os tipos mais recentes, apresentam uma diversidade de dimensões devido ao micro-parcelamento de chácaras após 1990.

Figura 85 - Esboço de implantação no terreno do tipo A.



Fonte: Autoria própria (2019).

Figura 86 - Esboço de implantação no terreno do tipo B.



Fonte: Autoria própria (2019).

Na tipologia A (figura 85), as áreas verdes dos terrenos destinadas a pomares, hortas e cultivos rurais, correspondem a uma área de aproximadamente 180 m² e se localizam nos fundos dos lotes. Já na tipologia B (figura 86), essa área não segue uma padronização em virtude da diversidade dos formatos dos lotes. Todavia as áreas plantadas deste último, se dividem em pequenas hortas, pomares e jardins distribuídos nas áreas frontais, laterais e posteriores, próximas ao edificado.

Figura 87 - Palmeiras no fundo do terreno.



Fonte: Autoria própria (2016).

Figura 88 - Massa arbórea densa aos fundos.



Fonte: Autoria própria (2017).

As espécies mais presentes são as palmeiras pati, buriti e babaçu (figura 87 e 88). Essas áreas permeáveis associadas à manutenção da cobertura vegetal, além de funções alimentares, contribuem significativamente para o microclima do edificado, oferecendo sombreamento às fachadas expostas à insolação, principalmente aquelas voltadas para oeste, além de controlar a erosão em áreas com declives acentuados.

A importância desses elementos naturais nos terrenos, garante qualidade ambiental do lugar, desde que o processo de uso e ocupação do solo através da interferência humana, estiver compatível com as dinâmicas naturais do ambiente. Qualquer alteração que desconsidere tais aspectos, pode acarretar em sérios danos ao meio ambiente, bem como comprometer a qualidade ambiental do lugar, e esse meio enviará respostas a cada alteração incompatível com o processo dinâmico da natureza.

É importante destacar que existe uma variação em relação ao posicionamento da edificação no lote. Os primeiros exemplares referentes à tipologia A, são desprovidos de afastamento frontal (figura 89), e os fundos dos lotes são constituídos de pomares e hortas (desenho medieval-português), cujos terrenos foram oriundos das grandes propriedades latifundiaristas, desmembradas no século XX. Já os exemplares do século XXI, referentes à tipologia B, são centralizados no

terreno, e possuem conotações do desenho urbano atual, seguindo a legislação estabelecida pelo Município sede, Palmas (figura 90).

Figura 89 - Ocupação do tipo A sem recuo frontal.



Fonte: Autoria própria (2016).

Figura 90 - Ocupação do Tipo B com recuo frontal e varanda.



Fonte: Autoria própria (2016).

A tipologia A detém ausência de recuos laterais, todavia, à medida que novas construções foram inseridas no Distrito após 1990, os recuos foram introduzidos sem padronização (figura 91) até a aprovação da primeira legislação urbanística de Palmas em 1994, sendo aplicados os mesmos parâmetros urbanísticos para Taquaruçu.

A ausência de uma normatização coerente com o Distrito, desde a sua emancipação, resultou em diferentes dimensões mínimas de recuos entre as edificações, que confere um determinado grau de perda de unidade, em relação aos exemplares que representam os elementos arquitetônicos primários do sítio.

O edificado construído após 1990, com recuos maiores em relação ao edificado das décadas anteriores e sem uma padronização urbanística coerente com o lugar, trouxe sérios problemas ao entendimento e à legibilidade do conjunto vernacular mais antigo do Distrito, que acarretou em uma descaracterização e uma diversidade de usos e ocupações do solo, ou até mesmo, em optar pela demolição, para dar lugar a uma construção desconexa com as características do lugar.

Figura 91 - Recuos diferentes Tipo A.



Fonte: Autoria própria (2016).

A envolvente se caracteriza basicamente pela predominância das vistas compostas pela serra do Carmo e de Lajeado. No entanto, diante do crescimento desordenado e a ausência de uma normatização específica, desde à década de 1990, e da inserção de estabelecimentos comerciais, é possível verificar interferências na visibilidade da envolvente que individualiza o lugar, o que pode acarretar na perda da relação intrínseca desse elemento natural com a unidade do conjunto que está comprometido, porém ainda detém capacidade de ser recomposto.

- Plano Horizontal (Planta-baixa)

A planta baixa segue quase sempre retangular, contendo sala, dormitórios, cozinha e dependência de serviços. A varanda e os corredores nem sempre estão presentes. Segundo historiadores locais:

Na parte interna da casa se dividia em sala ampla, à qual se ligavam os quartos e a cozinha bem arejada, onde estavam o fogão caipira, o pote d'água, coberto com um prato no qual ficavam os copos de alumínio bem polidos ou um pano de algodão bem alvo. Completando o ambiente, um mobiliário simples, alguns bancos rústicos e o armário com prateleiras, forradas com panos alvos de bordados onde abrigavam os utensílios de alumínio polido. O jirau, estrado de varas sobre forquilhas para se lavar utensílios domésticos e o banheiro erguido do lado de fora.³⁶⁵

A circulação entre os ambientes dava-se através da sala frontal ligada à cozinha por um corredor central, com a função de distribuir os ambientes, sendo

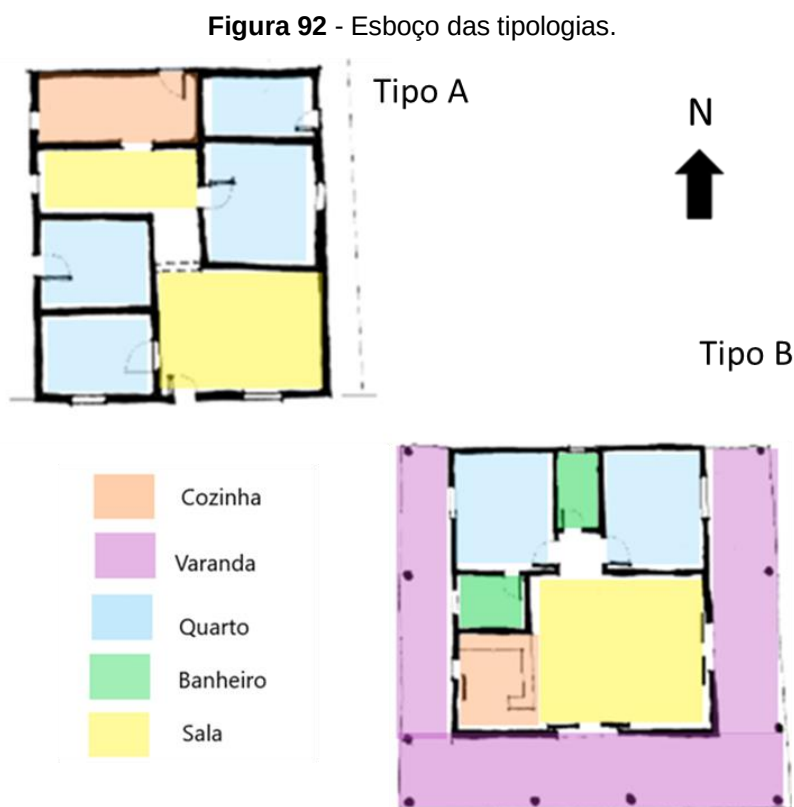
³⁶⁵ SANTOS, Joana Euda Barbosa dos. **O Cotidiano e o trabalho em Taquaruçu 1940-1960**. 1998. Dissertação (Mestrado em História, Filosofia e Ciências Humanas da UFPE) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife., p. 114.

ladeado pelos dormitórios. Aparece a (variável) varanda nos exemplares mais recentes – tipologia B (figura 92).

A justificativa para a ausência de varanda no tipo A (figura 92), é em virtude da influência e aproximação do modelo da casa sertaneja desenvolvido durante o século XVIII e XIX, através da mineração e pecuária na região centro-oeste e nordeste. Esse modelo não detinha varanda e estava introjetado inconscientemente na memória dos primeiros moradores do Distrito, afinal a maioria da população do Distrito tem descendência nordestina.

É interessante destacar que os dormitórios principais e a sala situam-se na parte que antecede o corredor. Existem dormitórios secundários nos fundos ou próximos à cozinha, que, às vezes, são utilizados como depósitos.

Apesar de favorecerem a ventilação, as divisórias no modelo “meia altura” entre os ambientes foram optadas por questões econômicas. Tal recurso foi muito utilizado nas casas sertanejas do nordeste no século XIX.



Fonte: Autoria própria (2016).

- Plano vertical – marginal

Ao analisar os desenhos artísticos da arquitetura sertaneja e colonial do século XVIII das cidades do Estado do Tocantins – antigo norte de Goiás –, produzidas por William John Burchell (figuras 93 e 94), durante sua expedição em 1828 pelo rio Tocantins, é possível perceber as semelhanças com a arquitetura vernacular do século XX no Distrito. A partir do plano marginal, é absolutamente identificável o padrão arquitetônico colonial e sertanejo presente no tipo A.

Figura 93 - Arraial de Porto Real (Porto Nacional) século XVIII.



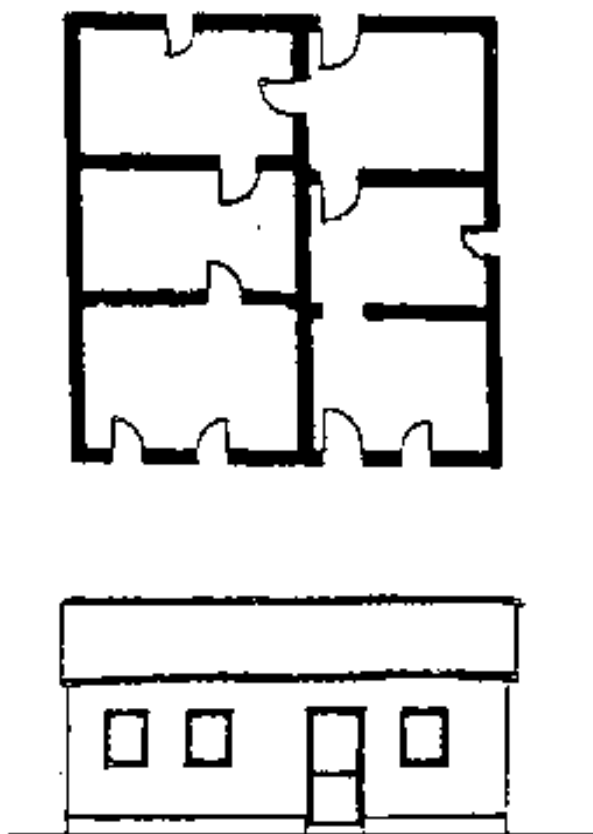
Fonte: Desenho de William John Burchell (1828), BN do Brasil.

Figura 94 - Arraial de Natividade, século XVIII.



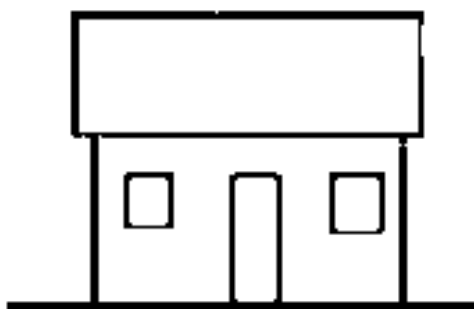
Fonte: Desenho de William John Burchell (1828), BN do Brasil.

Figura 95 - Esboço da planta- baixa e plano marginal em Natividade.



Fonte: Iphan³⁶⁶, Praça da Bandeira, nº 10, Natividade, Tocantins, século XVIII.

Figura 96 - Esboço do plano marginal Tipo A em Taquaruçu.



Fonte: Autoria própria (2016).

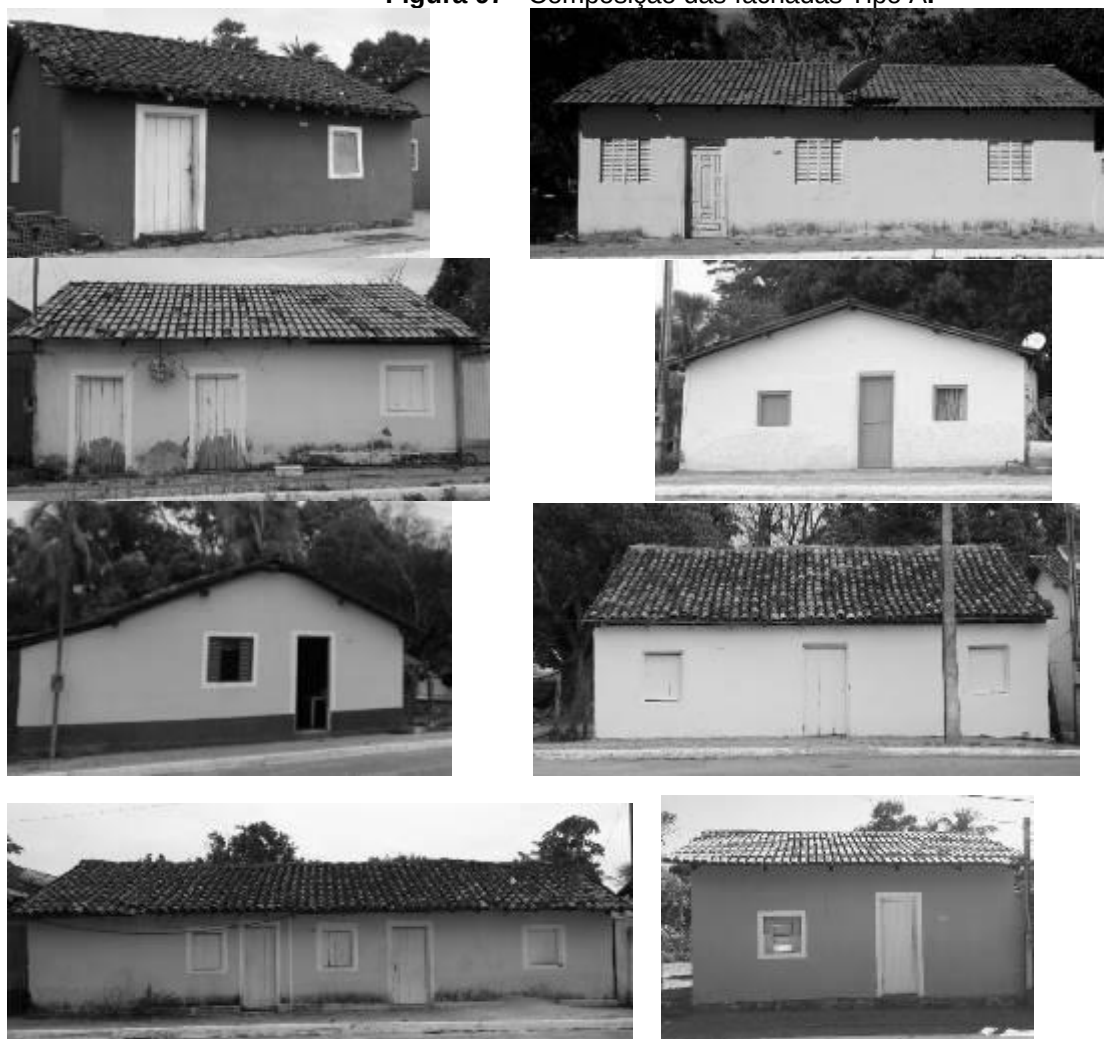
Na fachada existe a configuração *porta e janela* (figura 96), seguindo o ritmo regular dessa sequência ou por vezes alternando, com contornos retangulares. Essa característica é verificada no modelo típico do nordeste e das cidades históricas do século XVIII no Estado do Tocantins, como Natividade (figura 95) e Porto Nacional. Outra semelhança com o casario histórico do século XVIII, está presente no sentido

³⁶⁶ Cadernos de documentos Nº 2, Estudos de Tombamento, Ministério da Cultura, IPHAN, Departamento de Promoção, Rio de Janeiro, IPHAN, 1995. 140 p.

de caimento do telhado, com duas águas voltadas uma para o espaço público e outra para os fundos do lote.

Há exemplares onde a vedação da porta frontal é composta por tabuado corrido dividido horizontalmente por duas folhas. Quanto às molduras das portas e janelas, o enquadramento das aberturas é carecido desse elemento, conferindo a sua particularidade em relação ao edificado das cidades históricas e demonstra a sua verdade original.

Figura 97 - Composição das fachadas Tipo A.



Fonte: Autoria própria (2018).

O plano marginal (figura 97) singelo, demonstra harmonia e regularidade, porém desprovido de qualquer pretensão erudita e sem elementos decorativos, apresentando dimensões simétricas entre a fachada frontal e a posterior, ressaltado pela predominância dos cheios sobre os vazios.

Com parede rebocada com a mesma argamassa de assentamento e pintura a base de cal e água, as cores que predominavam nas primeiras edificações tinham os tons pastéis e claros, desde o azul ao bege, contrastando com os tons castanhos das aberturas e da cobertura em telha cerâmica e/ou a fibra do babaçu. A partir dos anos 2000, as antigas edificações do núcleo do povoado ganharam as cores vibrantes da pintura industrializada, através de projetos de desenvolvimento turístico promovido pelo poder público local (figura 98).

Figura 98 - Antes e depois - cores vibrantes utilizadas no casario vernacular após intervenção pelo poder público local.



Fonte: Fundação Cultural de Palmas, fotos do ano 2000 e 2003 da esquerda para direita.

Já a varanda frontal do tipo B (figura 99), apresenta conotações da casa rural sertaneja, típica do nordeste no século XIX, sustentada por pilares de madeira, sem adornos decorativos.

Figura 99 - Prolongamento do telhado principal para inclusão da varanda do Tipo B.



Fonte: Autoria própria (2016).

A predominância dos tons castanhos na fachada é acentuada em virtude do uso da madeira, da telha cerâmica e a exposição nítida do adobe (figura 99 e 100).

Essa intenção de evidenciar o material em seu estado cru é uma das prerrogativas das novas construções que detém essa tipologia no vale, imbricadas nos pressupostos ecológicos, com intuito de demonstrar a verdade da construção e sua relação com os preceitos ambientais do lugar.

Figura 100 - Novas construções sem reboco com intenção do adobe a vista

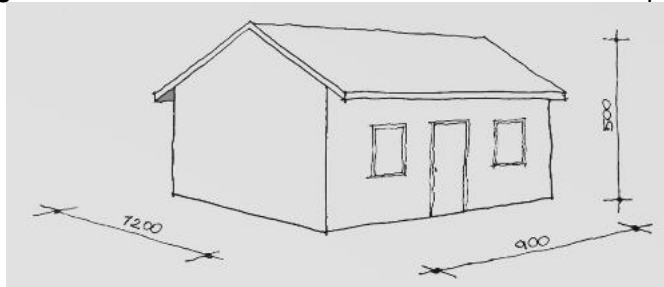


Fonte: Aatoria própria (2016).

- Volumetria

Todos os exemplares estudados são exclusivamente térreos, conferindo equilíbrio ao todo, dentro da escala do lugar. A predominância pela simplicidade formal cúbica e pela horizontalidade, confere a casa típica de adobe em Taquaruçu sua vocação de diálogo com a paisagem local associado à tectônica. Tanto o tipo A como o tipo B, a partir das dimensões médias das suas proporções conforme a figura 101, predominantemente, afirmam-se, como elementos de ligação na rede estabelecida no território, fornecendo coerência ao todo e ao enquadramento da paisagem.

Figura 101 - Volumetria com as dimensões médias do Tipo A.



Fonte: Aatoria própria (2019).

Quanto a estrutura e a forma da cobertura, há predominância do tipo duas águas, com exceções em alguns exemplares que foram demolidos que apresentavam 4 águas e que situavam-se em lotes de esquina no antigo largo, hoje

Praça Joaquim Maracaípe. Não havia interesse em forrar edificações devido às questões econômicas. As características formais da cobertura do tipo A apresenta semelhança com a típica cobertura da arquitetura colonial brasileira. Entretanto, nas coberturas do Tipo B apresentam adição de uma cobertura inferior, anexada ao corpo principal da casa (figura 102), com funções de garagem, depósitos ou mesmo varandas, bem como é possível encontrar exemplos de extensão da cobertura principal, destinada às funções de varanda ou alpendre.

Figura 102 - Cobertura do Tipo B com telhado inferior anexado à construção principal.



Fonte: Autoria própria (2016).

Contudo, as características formais da cobertura dessas tipologias, associadas às proporções dos planos verticais, contribuem para o comprometimento da escala do lugar e a não obstrução da envolvente, cujo resultado é a coerência e continuidade paisagística do todo.

II.3.3.3 Quanto aos materiais e à técnica

Num contexto climático muito diferente do contexto de origem, os primeiros habitantes do povoado estavam acostumados a utilizar outros tipos de madeira encontradas na terra natal, além do barro e da pedra, para estruturar a edificação. Ao chegarem no vale, permitiram-se usufruir do cerrado a partir da utilização de troncos da palmeira babaçu e madeira *physocalymma sacaberrium*, conhecida popularmente como “cega machado” ou “quebra-facão”, como principal matéria-prima para execução das habitações.

A madeira cega-machado³⁶⁷ (figura 103) foi muito utilizada durante o século XVIII, nas coberturas do casario histórico de Natividade e Porto Nacional. Essa árvore encontra-se predominantemente na mata semidecidual e no cerrado sentido restrito. Além da sua vocação para coberturas das habitações, ela tem um grande potencial para uso ornamental em arborização urbana.

Santos relata, que as primeiras construções provisórias tinham estrutura de madeira e fechamento e cobertura com palha de babaçu. Aos poucos a estrutura dessas edificações foram substituídas por adobe e telha cerâmica artesanal “produzidas com matéria-prima local”.³⁶⁸

O uso da madeira e da palha de babaçu nas primeiras construções, expõe a influência da cultura indígena do povo Xerente e da relação das construções com a ambiência local. Esse modelo era facilmente encontrado na bacia do ribeirão Taquaruçu a partir do aldeamento Graciosa (Vila Canela), ainda no século XX (figura 104). Essa aproximação e alteração dos materiais, demonstra o processo influenciável das relações sociais existentes entre os povos indígenas e os migrantes nordestinos, sobretudo em virtude da dinâmica cultural orquestrada pelas pessoas que atuam efetivamente nas tradições e nas diferentes temporalidades. Ou seja, cada sujeito, a partir das práticas culturais enraizadas na comunidade, encontra caminhos para afirmar sua identidade, bem como apropriar-se da cultura que mantém contato.

Ao analisar a paisagem de Taquaruçu a partir da decomposição da envolvente com as cores e suas nuances, verifica-se que há predominância das cores dos elementos naturais nos tons de verde da vegetação e dos castanhos presentes no solo, na madeira, nas coberturas e nos vegetais secos. Tais elementos estão presentes tanto nos primeiros assentamentos, como nas edificações atuais, a partir dos materiais utilizados nas construções. Todavia, ao contrastar com as cores dos materiais, a vegetação mais densa não se apresenta como a paisagem mais próxima das habitações, em virtude da implantação das construções em locais mais abertos e desobstruídos. Contudo, esses aspectos afirmam a relação originária dos

³⁶⁷ Madeira típica do bioma do cerrado.

³⁶⁸ SANTOS, Joana Euda Barbosa dos. **O Cotidiano e o trabalho em Taquaruçu 1940-1960**. 1998. Dissertação (Mestrado em História, Filosofia e Ciências Humanas da UFPE) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 113.

primeiros assentamentos com o lugar e a singularidade para a não ocultação de vistas da paisagem.

Figura 103 - Árvore "cega machado" .



Fonte: Aldeia Taboka Grande (2019).

Figura 104 - Primeiros assentamentos na Vila Canela.



Fonte: Fundação Cultural de Palmas (1990).

A introdução posterior dos materiais que estruturam os exemplares – o barro e a pedra, foram obtidos no próprio terreno ou em áreas próximas. Na tipologia A, a madeira foi obtida no próprio local, porém na tipologia B, a madeira foi adquirida através do processo de reflorestamento.

Nas duas tipologias observa-se o emprego da mesma técnica construtiva utilizada desde o período colonial, o adobe. O embasamento do edificado é através da pedra que percorre subterraneamente todas as paredes das edificações.

Na tipologia A, as paredes são revestidas com a mesma argamassa de assentamento do adobe, a base de barro, e posteriormente, eram caiadas. Entretanto, atualmente a caiação foi sobreposta com tinta industrializada. Já nos exemplares de tipologia B, não há pretensão de revestir o adobe, pelo contrário, há

visivelmente o interesse dos proprietários em demonstrar a técnica construtiva como principal elemento singular na habitação.

Figura 105 - Corredor Tipo A.



Fonte: Autoria própria (2016).

As vergas das portas e janelas são predominantemente retas, porém no exemplar da Casa Vitor, aparece o arco como elemento de divisão entre o corredor e a cozinha (figura 105). Em geral, a madeira ipê-roxo, peroba e sassafrás³⁶⁹ são os materiais mais utilizados em soleiras, peitoris e vergas e, nas folhas das vedações é utilizada a madeira peroba, composta de tabuado comprido. O piso apresenta-se em cimento queimado, tendo algumas variações com lajota de barro cozido.

II.3.3.4 Quanto às práticas culturais coletivas

Tanto a tipologia A como a tipologia B, tem o caráter do processo construtivo da arquitetura de terra em Taquaruçu a partir do adobe, pautado na importância das práticas culturais coletivas e do sentido da permanência desse processo para a materialização do *genius loci*, por meio da experiência coletiva e participativa no espaço construído pelos moradores (figura 106).

É evidente que a produção de adobe proporciona muito além do produto “casa”, conhecimentos dos materiais, da mão -de-obra e dos pequenos custos para a construção da habitação, mas sobretudo, significa um processo de resistência cultural e troca de saberes, construídos a partir do compartilhamento de experiências entre os antigos e novos moradores.

Figura 106 - Produção coletiva de bloco de adobe.



³⁶⁹ Mdeiras do bioma do cerrado.

Fonte: Autoria própria (2017).

A manutenção do caráter coletivo e da técnica de construção de terra no Distrito, reveladas nos tipos analisados, contribui para a atribuição de valor à habitação, assim como o fortalecimento da capacidade de apropriação e do sentimento de pertencimento às tradições construtivas do lugar, testemunhadas em sua arquitetura de contexto.

Figura 107 - Construção em adobe Tipo B do século XXI.



Fonte: Autoria própria (2016).

Nesse ambiente caracterizado pelo compartilhamento de crenças, práticas cotidianas e valores, o sentido de comunidade ainda perdura até século XXI através da prática cultural construtiva com terra, conduzida espontaneamente e geneticamente e/ou fundamentada nos pressupostos ecológicos, tendo as primeiras edificações como orquestradoras do enredo. Contudo, tal prática foi apropriada pelos novos moradores, dado um sentido de continuidade na expressão cultural do lugar, porém adicionado o foco ambiental, este último, evidenciado na tipologia B, (figura 107) como demonstrado anteriormente.

II.3.3.5 Quanto à imagem

Pelo estudo, é possível perceber que ambas as tipologias estabelecem um diálogo com a envolvente, ao se posicionar como figuras dos fundos, exercendo seu caráter contextual mantendo a escala local, onde a relação do edificado e paisagem natural estabelecem uma conduta de ambientação do lugar, permitindo a integração visual a partir do plano de fechamento, composto pelas serras do Lajeado e do Carmo.

Nesse contexto, a imagem de Taquaruçu foi e está a construir gradativamente a expressão da arquitetura do contexto, com base nos referenciais construtivos do passado, e incorporando os pressupostos ecológicos, dando o sentido de existência do lugar.

Concomitante a esse processo, percebe-se de maneira inevitável a tentativa de reproduzir a arquitetura colonial, dentro dos moldes específicos dos centros históricos tombados no Tocantins – Porto Nacional e Natividade -, relacionados ao ciclo da mineração no século XVIII. Tal motivação é perceptível no plano marginal do edificado já existente, em muitos descaracterizados, ao tentar reproduzir elementos decorativos da arquitetura colonial (figuras 108), até então inexistentes no casario do século XX, no núcleo central do povoado, assim como a apropriação da feição colonial, pelas novas construções de uso comercial (figura 109), em atendimento a nova demanda do Distrito.

Figura 108 - Elementos decorativos falsos incorporados à fachada - descaracterização no século XXI do casario do século XX.



Fonte: Autoria própria (2016).

Evidentemente, não há dúvidas que há uma tentativa de transformação da imagem do Distrito, dissimulada, orquestrada por uma lógica capitalista e orientada para o mercado turístico de Taquaruçu, na tentativa de aproximação cenográfica do tradicional sítio histórico tombado brasileiro, a partir de intervenções deliberadas no casario vernacular.

Figura 109 - Novas construções comerciais - alvenaria comum imitando as casas vernaculares do século XX em adobe.



Fonte: Autoria própria (2016).

Concomitante a esse lapso arquitetônico na paisagem, existem outras intervenções recentes que desconsideram o valor cultural do lugar e afrontam as características arquitetônicas da paisagem ao impactar na volumetria, com edificações de mais de um pavimento no núcleo do povoado, adição de marquises e elementos associados a tipologia de Palmas (figura 110). Também, a introdução de elementos de proteção contra o sol, desconexos e sem padronização ou normativas para inserção (figura 111 e 112), além da diferenciação na ocupação do solo, com afastamentos e recuos incoerentes com o padrão do todo no núcleo do povoado.

Figura 110 - Edificação que provoca descontinuidade da linearidade e obstrução do plano de fundo.



Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 111 - Elementos industrializados anexados à fachada para proteção do sol.



Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 112 - Elementos industrializados anexados à fachada para proteção do sol.



Fonte: Autoria própria (2017).

Os principais efeitos desses elementos (figura 113) inseridos aleatoriamente, é a desintegração e descaracterização do ambiente, que confere características destoantes do conjunto do núcleo principal do povoado. A ausência de estudos para inserção desses elementos no conjunto, gera impactos visíveis na paisagem a partir da alteração morfológica, constituindo drasticamente na perda do sentido de unidade, e que define a singularidade da paisagem.

Figura 113 - Novas construções desconexas com as características singulares do Distrito.



Fonte: Autoria própria (2016).

Nesse ambiente em plena transformação, com base na observação direta e levantamento *in locu*, por meio dos croquis dos imóveis, fotografias e entrevistas com a ficha de coleta de dados, sob o ponto de vista físico, a incontestável tentativa de similaridade com sítios históricos tradicionais, oriundos do processo de ocupação do território brasileiro por meio do ciclo da mineração e do gado no Tocantins.

É perceptível as diferenças existentes entre a aproximação espontânea, com os referências coloniais do século XVIII existentes nas tipologias A, bem como sua continuidade em relação à técnica construtiva na tipologia B, e a aproximação forçada com as novas construções e reformas, com material industrializado, sem os preceitos das práticas construtivas culturais coletivas, apresentadas no núcleo central do Distrito. Tal fenômeno evidencia o processo equivocado e distorcido que conduz a imagem do lugar, sobretudo expresso no tratamento dos planos marginais do edificado da área central, corrompendo aquilo que é singular na paisagem de Taquaruçu.

A identidade ambiental e cultural de Taquaruçu está declarada e afirmada em seu contexto, na sua história e nas práticas culturais construtivas, traduzidas na arquitetura vernacular, no desenho do território e na paisagem. Todavia, o casario vernacular de Taquaruçu, não necessita afirmar-se como centro histórico colonial, afinal a sua verdade original arquitetônica e urbanística já apresenta suas referências culturais na tradição construtiva da história da arquitetura luso-brasileira.

Ela não necessita de adições deliberadas de ornamentos para que seja assegurada sua aparência colonial, mas necessita sobretudo, de diretrizes projetuais para conduzir seu valor, imbricado nas tradições dos detentores culturais da construção da paisagem, miscigenada pelas referências indígenas e lusitanas.

II.4 SÍNTESE DOS ELEMENTOS ECOLÓGICOS, HUMANOS E VERNACULARES

Desde os séculos XVIII e XIX, os primeiros viajantes que percorreram o rio Tocantins e avistaram a grande serra, deslumbravam os mistérios e ameaças que poderiam ser revelados numa paisagem marcada pelo desconhecido, após a subida da serra pelas ribeiras adentro. Pode-se perceber que o imaginário da paisagem é revelado nos manuscritos, mapas e demais documentos antigos.

A região que compreende o vale do ribeirão Taquaruçu – área de ligação e incisão entre a Serra do Lajeado e a Serra do Carmo, com conexão direta ao rio Tocantins, possui um patrimônio diversificado, valorizado como bem ambiental e cultural pela população local, porém não reconhecido como bem inerente ao processo de ocupação histórica.

Esse patrimônio ambiental não se resume apenas em serviços ecossistêmicos. Esses elementos tomam proporções de valores muito mais abrangentes, ao penetrar e constituir o universo que desenha a comunidade local do vale, principalmente para aqueles que fizeram parte da história de ocupação e formação do território.

Nesse sentido, e diante das características fisiográficas (figura 114) de Taquaruçu, relacionados à geomorfologia, à ambientação climática, ao percurso da água e à vegetação, pode-se compreender algumas ocorrências com reflexos significativos, que justificam ambientalmente e culturalmente a ocupação do território, principalmente nas áreas mais urbanizadas, das quais pode-se mencionar:

1) O desenho e a forma como obstáculo físico: o próprio obstáculo físico da serra, num desenho sinuoso que segue até o distrito de Taquaruçu, e depois o envolve em um paredão rochoso pela orientação oeste, contribui para o sombreamento do lugar, oferecendo uma ambientação climática diferenciada em relação à capital Palmas, por permitir a amenização dos efeitos da exposição solar provenientes do oeste;

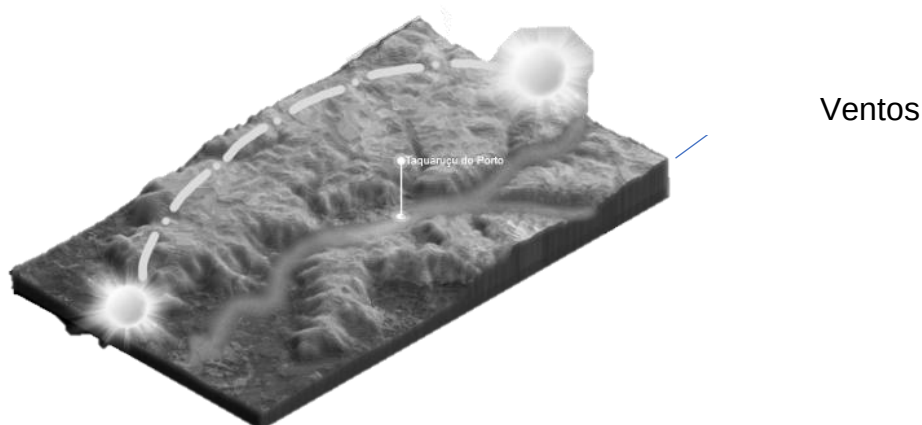
2) Localização no corredor dos ventos dominantes: a localização de Taquaruçu no corredor dos ventos dominantes que veem da direção leste, rumo ao oeste da serra do Lajeado, viabilizando melhores condições ambientais, e refletindo no microclima do Distrito;

3) Conforme a análise do relevo, o Distrito tem a área urbana com maior altitude dentro do município de Palmas, o que permite se diferenciar com temperaturas mais baixas em relação à capital;

4) Maior concentração de vegetação em relação à capital Palmas.

5) Maior predominância de cursos hídricos em comparação às demais áreas da região do médio Tocantins, em virtude da alta densidade de drenagem.

Figura 114 - Síntese fisiográfica do vale Taquaruçu.



Fonte: Autoria própria (2019).

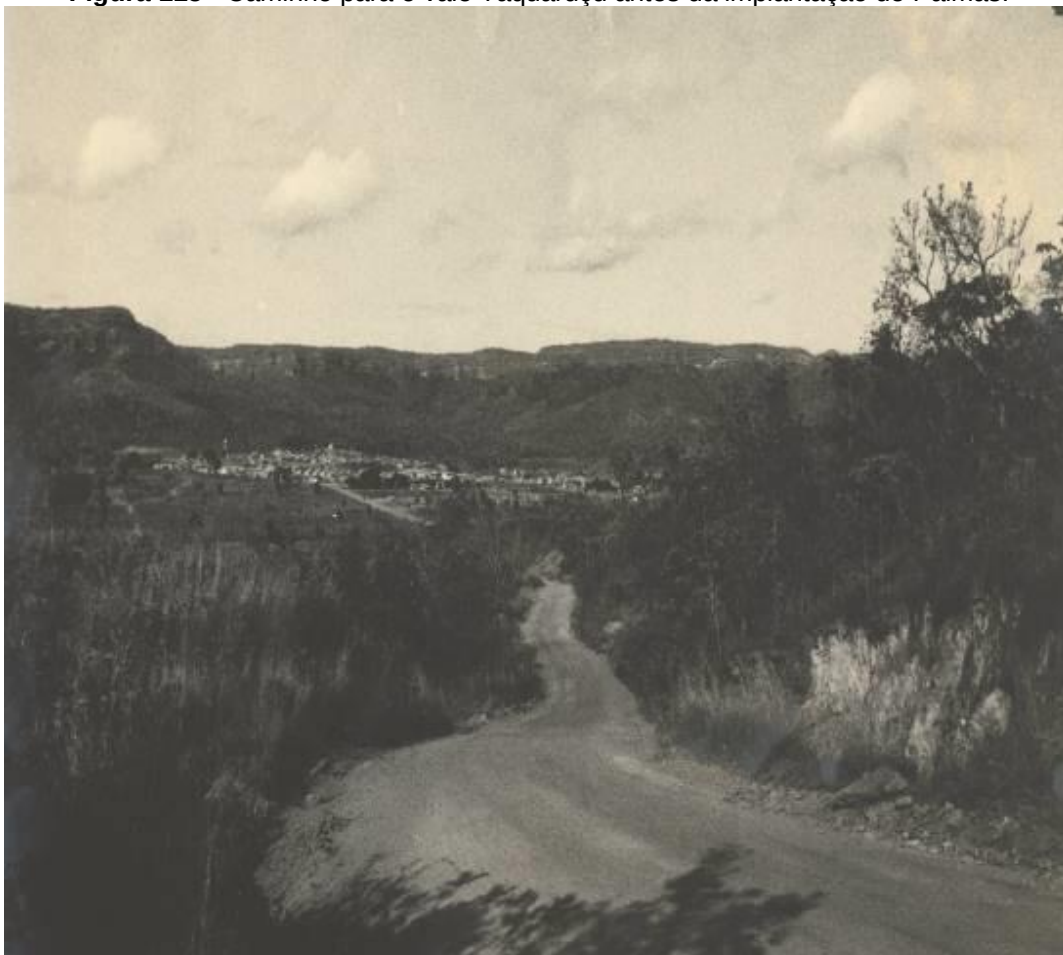
Essa análise dos elementos naturais da paisagem, é o primeiro passo para a compreensão do processo de ocupação e estruturação da paisagem de uma determinada região. A partir da descrição e caracterização desses elementos naturais, pode-se perceber que a ambientação climática, a serra, os percursos d'água, as cachoeiras e demais elementos, foram determinantes para ocupação do território até os dias atuais.

É por meio também desse ambiente que se obtém a compreensão da dimensão participativa da casa vernacular no processo de caracterização do lugar. A descrição ambiental da paisagem, permite identificar a conectividade existente entre os elementos naturais e culturais, ao considerar as características morfológicas da bacia hídrica e a estrutura edificada vernacular. Esses elementos deflagram uma organização espacial, vinculada aos primórdios do processo de ocupação territorial e formação da paisagem do vale (figura 114), confluído entre a região serrana e o rio Tocantins.

Tais elementos são reconhecíveis no Distrito a partir da rota (figuras 114 e 115) definida pela água, desenhado em um espaço delimitado naturalmente pelo

paredão rochoso, tendo a arquitetura vernacular como elemento de conexão que embasa uma trama, estabelecida em rede, que subjaz a paisagem.

Figura 115 - Caminho para o vale Taquaruçu antes da implantação de Palmas.



Fonte: Luís Bala (1996).

Notavelmente essa rota, assume um protagonismo incontestável ao revelar-se como um eixo de conexão cultural e física no território. Assim, o Ribeirão Taquaruçu, configura-se como elemento de ligação, norteador da construção da paisagem, cuja concretização se dá por meio da arquitetura vernacular. Esta afirma-se como instrumento do elemento natural, para ordenamento do território ao se submeter ao todo, ao passo que não é invisível.

Esse edificado é desprovido de qualquer obstáculo físico e visual, cuja função é ladear a rota do transeunte, mantendo aberturas, num jogo de volumes modestos, orquestrados pela escala humana, permitindo de maneira despretensiosa, a usufruição de perspectivas amplas.

Esse modelo de ocupação, tendo o percurso da água como elemento linear de ligação e, fundamental importância, entre a foz do ribeirão no rio Tocantins e o vale, é testemunho do processo gradativo de ocupação territorial da bacia, desenvolvida a partir da adaptação humana às características naturais da paisagem, bem como à evolução dos valores humanos ao longo das gerações.

Nesse sentido, é inconcebível não estudar o processo histórico de formação do território, bem como as marcas humanas na paisagem para entender o seu significado e sua construção. Para tanto, a cartografia e a pesquisa de campo permitiram traçar o modelo de ocupação incorporado à paisagem de Taquaruçu, que corresponde a uma rede contínua de percursos pelo rio Tocantins e suas ribeiras adentro, com estreita relação com os ciclos econômicos desenvolvidos no Brasil desde o século XVIII.

Nesse parte, permitiu-se a identificação dos marcos materiais na paisagem de natureza objetiva, a partir do processo de ocupação do território, com base nas fontes documentais, fotográficas, cartográficas, iconográficas, artísticas e nos levantamentos de campo. Esses dados permitiram elucidar dúvidas sobre o povoamento do Distrito, pois se o aldeamento Graciosa ficava na foz do ribeirão Taquaruçu, no rio Tocantins, por qual razão houve ocupação próxima às nascentes do ribeirão?

Esse questionamento foi clarificado, ao demonstrar com base nas fontes primárias, que essa ocupação, mais distante da margem do rio Tocantins, está associada possivelmente em razão dos constantes conflitos que aconteciam no aldeamento Graciosa, assim como o processo de ocupação na rota das cachoeiras, em virtude de suas condições ambientais e microclimáticas. Tais fatores foram determinantes para a formação do povoado.

A partir dessas fontes, foi possível perceber que o processo inicial do povoamento no vale a partir da foz do ribeirão, no aldeamento Graciosa, até a serra de Lajeado, na rota paralela ao ribeirão, através daquilo que os portugueses denominam de “ribeiras”, se deu graças à pecuária e à movimentação indígena, trazendo fronteiras movediças por todo o território nas margens do rio Tocantins e suas ribeiras, uma nuance até então pouco estudada pela historiografia, na região do aldeamento Graciosa. Desmitifica-se a ideia de povoamento do vale, somente a

partir dos anos de 1940, afinal, o Tocantins sempre se deleitou em uma população marcada pela ruralização.

Desmitifica também, uma história ainda vinculada estritamente ao ciclo econômico da mineração no sul do Estado, e conseqüentemente, vinculada à história de Goiás. O discurso hegemônico do processo de ocupação do território do Tocantins, sempre esteve ligado à mineração, que por sinal, veio a ser efetivamente tido como contributo no processo de ocupação no Estado, já final do século XVIII, desprezando a indústria do gado como fomentador e antecedente da ocupação do território.

Sobre as marcas materiais, a partir do axioma histórico e por meio do “o que se vê”, podê-se compreender o sentido cultural atual das práticas construtivas, nas bases do passado. O modelo de referência da ocupação nas margens do rio Tocantins e pelas ribeiras adentro, detém ecos dos marcos materiais do colonizador luso-brasileiro. O vale Taquaruçu, além de apropriar-se dessas referências culturais, foi oxigenado pelo domínio territorial indígena ao longo do curso das águas. Não tem como separar as duas referências, para a confirmação da matriz cultural, inserida no vale da foz do ribeirão Taquaruçu ao pé de suas nascentes, consideradas aqui como tangentes e dependentes entre si.

A herança cultural da técnica construtiva oriunda dos primeiros assentamentos referente ao tipo A, caracterizada como arquitetura vernacular, exerce um papel significativo referente à apreensão da prática construtiva com o adobe na atualidade, visto que o tipo B, caracterizado aqui como arquitetura popular, tende a recuperar o *espírito do lugar* por meio da continuidade dessas práticas culturais.

Entretanto, apesar dessa singularidade presente tão próxima e ao mesmo tempo tão distante da capital Palmas, o plano diretor do município não indica uma normativa específica para o distrito de Taquaruçu, associado ao ordenamento paisagístico, bem como não estabelece parâmetros específicos para intervenção e proteção do desenho do urbano, reforma e ampliação das edificações referentes ao processo de ocupação no vale, anteriores a 1960, e que são referência para os detentores culturais da formação do território, bem como para as edificações contemporâneas concebidas a partir das práticas culturais construtivas, cujos referenciais estão no modelo primário de ocupação.

Diante desse contexto, é incontestável a existência do princípio genético e ambiental em resposta à continuidade da tectônica da arquitetura, marcada pelo processo construtivo com terra, ao envolver um caráter extremamente coletivo na produção do edificado, definindo sua territorialidade no vale.

Nesse sentido, o espírito do lugar, conceito abordado por Norberg-Schulz, elucida as respostas sobre a essência da paisagem de Taquaruçu, sobre aquilo que define a escolha do lugar pelos nordestinos para a fundação do povoado, e o que esse imaginário e a percepção do ambiente físico se consolidou até nos tempos atuais.

Por meio das narrativas fotográficas e orais, foi possível decifrar a relação que os moradores têm com os elementos naturais – serra, cachoeiras, palmeiras e a essência do lugar, onde a arquitetura compõem o ambiente construído, atribuindo-lhe um caráter distintivo, desvelando o seu significado e sua essência.

A compreensão do lugar pela perspectiva dos moradores e pela apreensão do mundo vivido não elucida apenas o universo subjetivo atrelado à paisagem das cachoeiras, mas sobretudo, indica caminhos para aprofundar o entendimento sobre o sentido de existência desse lugar e seus valores associados aos elementos concretos do cotidiano.

Esses elementos (casario vernacular, serra, cachoeiras, palmeiras, a rota do ribeirão e das cachoeiras – arquitetura na rota das cachoeiras) explicam e evidenciam a estrutura do lugar, cujo edificado vernacular é resultado da fusão entre os valores materiais e imateriais da paisagem do vale, lançando ecos dos símbolos que caracterizam a paisagem e sinalizam os eixos orientadores determinados pela relação entre as pessoas e o lugar, a partir das suas referências ambientais e culturais.

PARTE III - O VALOR DA PAISAGEM DE TAQUARUÇU – MATERIAL E IMATERIAL

III.1. CLASSIFICAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE VALOR

Procurou-se demonstrar até aqui, os processos históricos que levaram a formação da paisagem no vale Taquaruçu no âmbito do território do Estado do Tocantins, por meio da identificação e caracterização dos seus componentes. Os rastros materiais e imateriais, a partir de práticas tradicionais de construção vernacular e sua relação com os elementos naturais, ainda estão presentes na paisagem de Taquaruçu e compõem como testemunhos da identidade ambiental e cultural do lugar.

A partir desse pressuposto, a paisagem detém características únicas que a diferencia da capital Palmas, o que leva a ser digna de atribuição de valor e de ações que possam protegê-la.

Por meio da articulação entre os componentes naturais e os componentes culturais a partir da sobreposição, associando aquilo referenciado pelos detentores culturais, foi possível compreender a dimensão física e simbólica da paisagem, constituídas basicamente pelo momento histórico de ocupação nordestina no vale, associada aos elementos da natureza, traduzidos pelo seu modo de construir e habitar a partir do seu universo vernacular, e despretensiosamente ecológico, cujos aspectos caracterizam o espírito do lugar.

A partir desses pressupostos – *vernacular* e *ecológico*, pretende-se categorizar os valores atribuídos à paisagem, representado pelas suas referências ambientais e culturais, constituindo os valores básicos para direcionar as diretrizes de planejamento e ordenamento do território, que devem ser conduzidas pelos processos de ocupação primária que revelam a memória e a identidade do lugar.

Nesse sentido, a paisagem cultural associada aos elementos da natureza - serra, percurso da água (cachoeiras e o ribeirão) e as palmeiras, principalmente o babaçu, além de conter o valor ambiental, são referenciados como símbolos do lugar.

A microbacia do ribeirão Taquaruçu já se configura como uma unidade de análise para planejamento e ordenamento do território sob o viés ecológico. Entretanto, esse território contém valores mais amplos que se estendem aos

simbólicos, em virtude de conter determinados elementos naturais que constituem-se como referências da paisagem e garantem a sobrevivência cultural dos seus detentores.

Os primeiros moradores do vale têm estreitas relações socioculturais com a paisagem de Taquaruçu, a partir da aquisição de uma apropriação sensível da paisagem, construída por meio de valores incorporados aos elementos da natureza, e que pode-se denominá-la como eco cultural. A valorização dos recursos ambientais, constituem-se como ponto de partida para o desenvolvimento sustentável do vale e permite maior proteção, por meio da proposição de mais restrições, ao envolver simultaneamente instituições ambientais e culturais. Qualquer medida ou intervenção que impacta a paisagem do vale, afetará simultaneamente a dimensão ambiental e simbólica.

A arquitetura vernacular de Taquaruçu é um exemplo de assentamento humano tradicional a partir do uso da terra, representativo da cultura local e da relação harmoniosa com o meio ambiente, diante da sensibilidade e fragilidade do lugar. Os nordestinos que ocuparam o vale, apesar de escolheram a paisagem do ribeirão Taquaruçu para viverem, em virtude das suas riquezas e dos recursos naturais, souberam adaptar suas necessidades conforme os limites impostos pela própria natureza, através de uma agricultura de subsistência e extrativista, contribuindo significativamente para a preservação da paisagem. Prova disso são as constantes descobertas de sítios arqueológicos pré-históricos preservados.

Essa apropriação sensível dos nordestinos, resultou em uma territorialidade arquitetônica construtiva, se tornando referência cultural no vale, denunciada a partir da continuidade de práticas culturais coletivas na atualidade, relacionadas à produção de blocos de adobe para construção de habitação popular, distinguindo substancialmente o lugar diante da proximidade da modernidade, debruçada na capital Palmas.

Certamente os elementos mais significativos e comuns que unem a arquitetura vernacular e popular em Taquaruçu, ao utilizarem a terra como principal matéria-prima para construção, estão representados pela tectônica.

É necessário o reconhecimento dessa arquitetura no vale, como a expressão do valor ecológico, humano e vernacular a partir da interseção entre os valores materiais e imateriais revelados em sua tectônica, este último relacionado às

práticas culturais coletivas. Ao passo que a arquitetura vernacular revela-se como um símbolo referencial para a continuidade de tais práticas, que fazem tanto o bem para qualidade do ambiente construído, assim como para a natureza, que se sente agradecida por ela.

Nesse sentido, a arquitetura vernacular é entendida como artefato, ao se mostrar como elemento edificado principal no processo de construção da paisagem, determinando uma ordem no território, a partir da definição do caráter ecológico e cultural da paisagem, bem como garantindo a sobrevivência da comunidade local, por meio da manutenção da qualidade ambiental no território.

Ela é referência para que tais práticas sustentáveis de construção, sejam mantidas na paisagem e garantam a qualidade ambiental do lugar na contemporaneidade, principalmente por estar em um lugar que detém uma rica e frágil biodiversidade e por fazer parte da Amazônia Legal.

Por esse motivo, classifica-se aqui os seguintes elementos a serem protegidos, preservados e que possam direcionar as medidas de intervenção na paisagem cultural do Distrito de Taquaruçu, distribuídos como:

i) **Elementos materiais estruturantes da paisagem:** são aqueles que detém valor como patrimônio cultural e ecológico, e constituem-se como referência na paisagem, portanto devem ser protegidos, não podem ser alterados e estão relacionados ao patrimônio edificado vernacular (Tipo A) e ao patrimônio natural, compreendidos pela serra, pelas cachoeiras, pelo ribeirão Taquaruçu e pelas palmeiras.

ii) **Elementos imateriais estruturantes da paisagem:** são aqueles que detém valor de referência cultural na paisagem, ao conter um papel significativo para o ordenamento do território, por estarem relacionados às práticas culturais coletivas, no caso em questão, a técnica construtiva tradicional de construção com adobe, contribuindo significativamente para a manutenção da qualidade ambiental do lugar, devendo portanto, tal técnica, ser registrada pelo seu valor ecológico e cultural.

iii) **Elementos não estruturantes da paisagem:** são aqueles que são compatíveis com o valor da paisagem, porém podem ser alterados desde que respeitem o desenho urbano e obedeçam às diretrizes essenciais da paisagem. Tais elementos estão representados pela arquitetura popular (Tipo B), ou quaisquer

intervenções arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas que respeitem os valores do lugar.

iv) **Elementos materiais incompatíveis com a paisagem:** estes devem ser alterados e/ou destituídos, com intuito de permitir a reposição das características essenciais do ambiente, bem como permitir a retirada de elementos desconexos que dilaceram o valor do lugar.

III.2. MEDIDAS DE SALVAGUARDA

A política de preservação deve ser pautada na própria dinâmica da paisagem em virtude da sua característica mutável, no sentido de direcioná-la para uma perspectiva que reforce a identidade do lugar, através dos valores fundamentados a partir de suas referências culturais, deflagradas pelos elementos estruturantes do território, sem prejudicar a viabilização do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, as medidas de salvaguarda para a paisagem cultural devem dialogar com os instrumentos do planejamento urbano e ambiental, principalmente por envolver uma área inserida em uma APA. Por essa perspectiva, definir um perímetro onde possa condensar e exemplificar os elementos que são referência cultural e ambiental para a comunidade, é o primeiro passo para aplicação de uma série de medidas direcionadas a preservação da paisagem cultural de Taquaruçu.

III.2.1 DELIMITAÇÃO DOS ELEMENTOS ESTRUTURANTES - ecológicos e vernaculares (na paisagem)

Para que haja parâmetros restritivos para intervenção, a partir da aplicação de diretrizes com base nos valores de cada bem e articulados com os instrumentos do planejamento urbano e ambiental, é necessário definir uma zona de proteção de interesse do patrimônio ambiental e cultural de Taquaruçu, que propõe-se aqui que seja inserida dentro da Região de Planejamento de Taquaruçu, no âmbito do Plano Diretor do Município de Palmas, com o objetivo de articular às ações do planejamento urbano, às ações de preservação e gerenciamento da paisagem cultural do vale.

Nesse sentido, o perímetro de proteção baseou-se em um dos pressupostos ditados pela Unesco, em que um recorte pode representar o todo, ou seja, não é obrigatório incluir um vasto território. Assim, um perímetro definido a partir de critérios estabelecidos por meio das análises dos componentes ecológicos e vernaculares, pode ilustrar a apropriação da paisagem pela comunidade e representar os elementos que conectam os lugares no território, e que detém simultaneamente, valores culturais e ambientais, expressos no patrimônio material e imaterial, bem como permitir compreender um sentido de coerência e o caráter do lugar.

Para tanto, os critérios para classificação e delimitação da zona especial de interesse de proteção, onde contém os elementos estruturantes da paisagem, são definidos a partir dos seguintes parâmetros:

I) por conter predominantemente as estruturas tipológicas arquitetônicas vernaculares que contribuíram para a formação do povoado;

II) por deter a feição do desenho urbano original;

III) por apresentar composição predominantemente homogênea;

IV) pela atmosfera; constituir as características primárias das ruas que testemunharam o processo de ocupação do território, expressos na forma e sentido do telhado, alinhamento de casas, delimitação do espaço público privado por meio de seus planos marginais;

V) por constituir a rota das cachoeiras como um corredor ecológico, cultural e histórico, contendo mirantes, abrigos arqueológicos e trilhas que testemunham o processo motivacional de ocupação do território, bem como deflagram a vocação ecológica do lugar e constituem-se como principal elemento de conexão do território, considerados como referência para a comunidade.

Dentro desse perímetro, eleger os imóveis que representam as referências culturais da paisagem de Taquaruçu enquanto valor documental, e que, portanto, não podem ser alterados, considerados como elementos estruturantes no arcabouço do edificado. Tal medida, viabiliza que outros imóveis presentes nesse perímetro, possam ser submetidos a intervenções e adaptações, desde que tais alterações sejam compatíveis com o desenho urbano e com as diretrizes propostas por este estudo.

Especificamente, em relação a estes elementos arquitetônicos vernaculares estruturantes que expõem as tradições construtivas do lugar, os critérios para classificação do patrimônio edificado, seguiram os seguintes parâmetros:

I) por ser uma edificação que testemunha o processo de formação do povoado e a forma de ocupação primária;

II) por conter valor como indicativo de qualidade ambiental do lugar;

III) por conter valor histórico, cultural, e social da comunidade relacionada a acontecimentos e/ou personagens ligados à história do lugar;

IV) por deter técnicas construtivas motivadas pelos saberes tradicionais, a partir do princípio geracional, ecológico e relacionada às práticas culturais tradicionais;

V) por constituir como referência tipológica que orquestrou o processo de formação da paisagem do lugar.

A partir desses parâmetros, foi possível estabelecer os elementos estruturantes do território que devem ser protegidos, conforme demonstrados na figura 117. Essa delimitação permite nortear os caminhos para que sejam determinadas diretrizes projetuais em casos de intervenção arquitetônica, urbanística ou paisagística na paisagem.

Figura 116 - Área de interesse histórico-cultural com os referenciais arquitetônicos.



Fonte: Autoria própria, editado no Google Earth (2019).

Vale lembrar que as estruturas vernaculares existentes, revelam mau estado de conservação ou estão descaracterizadas em seus elementos essenciais. Todavia, a feição primária que foi destituída e que deu lugar a adornos e demais elementos pictóricos, pode ser reposta, sendo reversíveis as características originais e verdadeiras, favorecendo um sentido de unidade e melhor compreensão do caráter da paisagem a partir de diretrizes de intervenção no edificado.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que, apesar do Distrito estar inserido dentro da Área de Preservação Permanente Serra do Lajeado - APA, e este ser um importante instrumento de gestão do patrimônio natural, principalmente por envolver a proteção dos recursos naturais pelas leis ambientais, é preciso estar associado a outros instrumentos de proteção.

A salvaguarda pelo viés do patrimônio cultural - enquanto tais elementos naturais são referência para a comunidade, se mostra também como um instrumento

de proteção quando se tem enfoques específicos a determinados bens, e onde há necessidade de impor medidas restritivas específicas para intervenção, tanto no edificado, como nos elementos naturais.

Mesmo que haja sobreposição de atuação de diferentes órgãos – ambiental e cultural, um não invalida a atuação do outro, pelo contrário, se tem uma convergência para a proteção de determinados bens em comum, que detém valor ambiental, social, econômico, cultural e simbólico, e sobretudo, constituem elementos essenciais para a sobrevivência da comunidade que vive no Distrito.

Taquaruçu, lugar onde a formação do território está fundamentada nos vínculos com os elementos naturais, com a arquitetura vernacular e com a agricultura de subsistência, a degradação e descaracterização da paisagem se torna cada vez mais visível, ao revelar a destituição do seu patrimônio diante da ausência de medidas restritivas de proteção. A definição de um perímetro, que possa ter atenção maior em relação à paisagem cultural que dialoga com os instrumentos do planejamento urbano e ambiental, poderá garantir a preservação do patrimônio, bem como garantir a qualidade de vida da comunidade e viabilizar um desenvolvimento sustentável.

Na paisagem do vale é evidente a urgência em estabelecer um perímetro de proteção para que se possa conduzir a transformação do território de maneira menos abrupta, com intuito de evitar o desaparecimento das qualidades peculiares dessa paisagem, que tanto a diferencia da capital Palmas. Sem a preservação dessa singularidade, não haverá sentido e nem elementos que caracterizem o lugar, o que poderá resultar na perda irreversível do seu patrimônio cultural e ambiental, enquanto referência ecológica e vernacular do lugar.

III.2.2 LEGISLAÇÃO EXISTENTE E AS AMEAÇAS AMBIENTAIS

A natureza do terreno da comarca de Goyaz é em extremo variável; em umas partes é riquíssimo, e mui criador; em outras árido, e pouco próprio para a agricultura. Às margens dos rios tem grandes mattas[...]

A falta de polícia a respeito das derrubadas das mattas, e ainda mais a respeito das queimadas dos campos, tem de tal forma estragado as terras da comarca, que antigamente eram um continuo bosque, que dentro de poucos anos será necessário lançar mão (já se devera há muito ter lançado) d' um novo systema de agricultura.³⁷⁰

³⁷⁰ CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorographia Histórica da Província de Goiás. **Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethographico do Brasil**, v. 1, n. Tomo XXXVII, p. 5-398, 1874, p. 271.

Através da narrativa de Cunha Mattos, é possível apreender as preocupações ambientais com a região desde o século XIX. Esta denominação evidencia a fragilidade e a diversidade ambiental do Estado, bem como os desdobramentos das percepções históricas-ambientais sobre a região.

Inserido nesse contexto, e diante das preocupações ambientais, o Distrito de Taquaruçu está integralmente inserido na Área de Preservação Ambiental Serra de Lajeado, criada pela Lei Estadual nº 906, de 20 de maio de 1997. Esta área inclui o Parque Estadual do Lajeado, criado pela Lei nº 1224 em 2001, bem como o Parque Municipal Serra de Lajeado, regido pelo Plano de Manejo da APA, e instituído em 2004. No entanto, até o presente momento não foram implementadas efetivamente as medidas de proteção definidas pelos documentos.

Em 2018, o Plano Diretor Participativo do Município de Palmas, instituiu as diretrizes para o desenvolvimento urbano do Município, através de instrumentos básicos de acordo com o Estatuto das Cidades. Para tanto, o território do município de Palmas foi dividido em 4 macrozonas³⁷¹, sendo elas: Macrozona de Ordenamento Controlado (MOCont), Macrozona de Ordenamento Condicionado (MOCond), Macrozona de Ordenamento Rural (MOR) e Macrozona de Conservação Ambiental (MCA).

No que se refere especificamente às áreas de interesse ambiental do Município, apesar de haver algumas lacunas conceituais e de gestão, esta lei representa um primeiro passo para a consolidação da política ambiental. Por meio de uma única lei, o Plano Diretor – PD, estabeleceu um conjunto de diretrizes e instrumentos para nortear a gestão ambiental do Município. Dentre as demandas diagnosticadas durante as discussões com a sociedade sobre o PD, viu-se a necessidade de se criar a Macrozona de Conservação Ambiental.

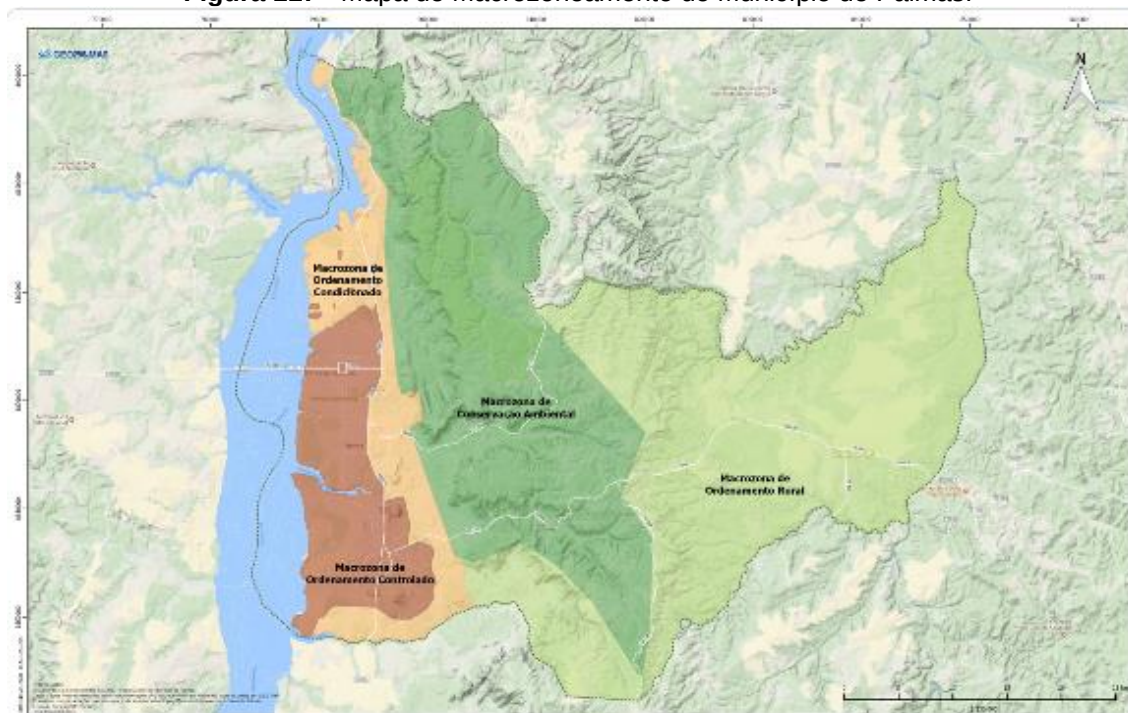
De acordo com o Art. 75, da Lei nº 400/2018, a MCA corresponde à Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Lajeado, que inclui o vale Taquaruçu. O PD em seu Art. nº 77, aborda o aspecto funcional da MCA como área prestadora de “serviços ambientais essenciais para sustentação das gerações presentes e futuras”. A única definição existente no documento sobre essa área é por conter:

³⁷¹ Essas macrozonas caracterizam-se como territórios homogêneos, “tendo o uso e ocupação subordinados às restrições ambientais, locais e funcionais presentes no território do Município”. Lei-complementar-400-2018-Palmas-TO.pdf.

Remanescentes florestais significativos em diversos estágios sucessivos e área de produção agrícola que contribuem para a manutenção da biodiversidade, conservação do solo e manutenção dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, bem como para a produção de alimentos e serviços essenciais à segurança alimentar e à conservação dos serviços ambientais.³⁷²

Apesar de eleger uma área que detém restrições ambientais sobre a possibilidade de instalação de “atividade potencialmente causadora de impacto”, o documento não explicita conceitualmente a MCA no âmbito local. Todavia, em virtude da singularidade da paisagem e seus elementos ambientais, o Distrito de Taquaruçu e seu entorno estão contidos na MCA (figura 118).

Figura 117 - Mapa de Macrozoneamento do Município de Palmas.



Fonte: Plano Diretor de Palmas, IPUP (2018).

Para facilitar a gestão da MCA, o Município dividiu essa área em 3 regiões de planejamento (RP), que compreende Taquaruçu, Taquaruçu Grande e a Serra de Lajeado. Apesar da RP Taquaruçu está inserida na APA Serra de Lajeado e

³⁷² PALMAS, TO. Prefeitura de. **Lei Complementar 400 2018 de Palmas TO**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/to/p/palmas/lei-complementar/2018/40/400/lei-complementar-n-400-2018-plano-diretor-participativo-do-municipio-de-palmas-to>>. Acesso em: 6 set. 2019. (art .77).

obedecer aos critérios impostos pelo Zoneamento e Plano de Manejo Estadual³⁷³, o poder municipal subdividiu a RP Taquaruçu em três zonas, com intuito de gerir a área de urbanização específica do Distrito, a partir da configuração de uso “preferencialmente residencial complementando por pequenos estabelecimentos comerciais, além de serviços de apoio à produção e criação de subsistência”. Tais zonas são de consolidação urbana, de serviços e de conservação.

O PD também não estabelece uma definição conceitual sobre a Zona de Conservação, bem como critérios específicos para intervenção, sendo permitidos loteamentos, exceto quanto à densidade, com as mesmas diretrizes adotadas para a Zona de Consolidação, não sendo possível distinguir essas áreas no documento.

Outros instrumentos relacionados aos elementos ambientais criados pelo PD foram: Sistema Municipal de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Rural e o Sistema Municipal de Infraestrutura Verde – SisMIV (figura 119). O PD cria esses instrumentos para gestão ambiental, em atendimento aos anseios da população sobre o patrimônio ambiental do Município, como também devido à vulnerabilidade de determinadas áreas que detém especial interesse ambiental, com intuito “de manter ou restabelecer os processos naturais e serviços ecossistêmicos que asseguram a qualidade vida nas cidades diante as mudanças climáticas”.³⁷⁴

Art.95. Fica criado o Sistema Municipal de Infraestrutura Verde – SisMIV, que visa identificar, classificar, preservar, recuperar, implementar e conectar as áreas de interesse ambiental do Município, buscando uma melhor gestão do patrimônio ambiental por elas constituídas, respeitadas as vocações e as características físicas, ambientais, sociais, econômicas, históricas e culturais de cada uma das áreas contempladas pelo Sistema e de seus respectivos entornos.³⁷⁵

Em virtude da singularidade da paisagem no vale Taquaruçu, o SisMIV estabeleceu algumas áreas do Distrito, categorizados como “Faixa Verde”, adjacentes às Áreas de Preservação Permanente ³⁷⁶(APP) de cursos d’água e

³⁷³ Parágrafo 1º o uso a ocupação do solo da APA Estadual Serra do Lajeado, bem como a RPTaquaruçu e a RPTaquaruçu grande, obedecem ao estabelecido no respectivo Zoneamento e Plano de Manejo.

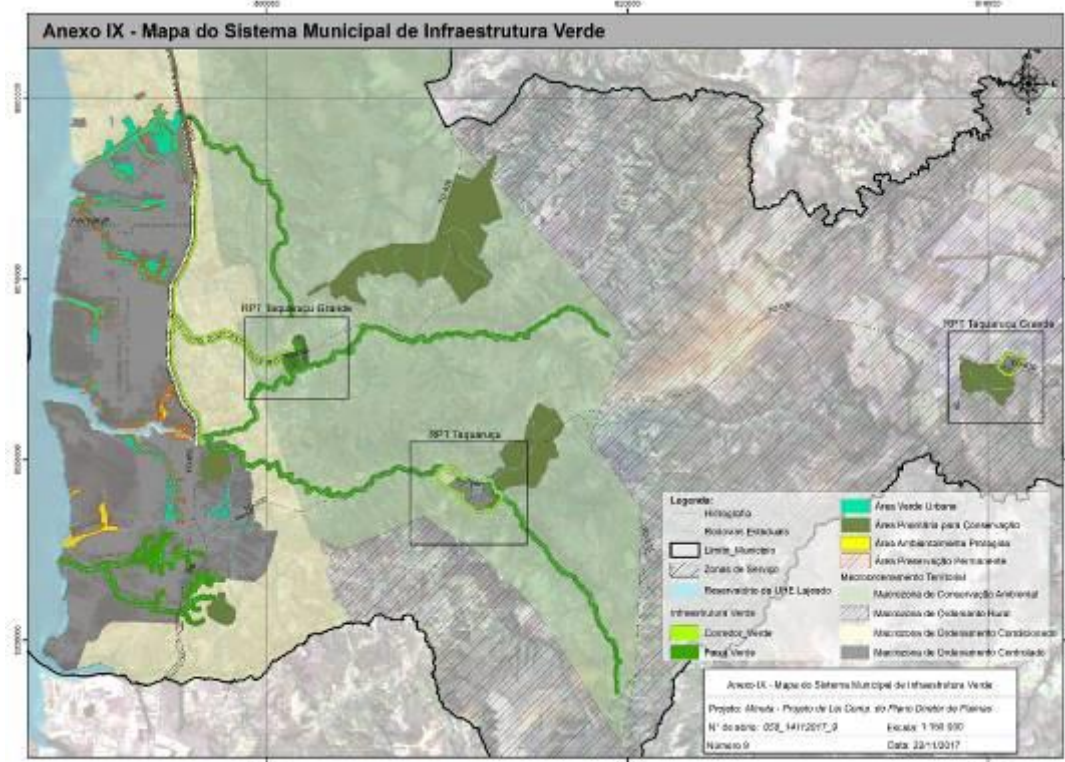
³⁷⁴ PALMAS, TO. Prefeitura de. **Lei Complementar 400 2018 de Palmas TO**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/to/p/palmas/lei-complementar/2018/40/400/lei-complementar-n-400-2018-plano-diretor-participativo-do-municipio-de-palmas-to>>. Acesso em: 6 set. 2019. (Art. 94).

³⁷⁵ PALMAS, Plano Diretor do Município de Palmas.

³⁷⁶ As Áreas de Preservação Permanente relacionadas aos cursos hídricos de Taquaruçu já são protegidas pela Lei Federal Nº 12.651/2012.

“Áreas Especiais de Relevante Interesse Ambiental” – AERIA³⁷⁷, este último que contempla o parque linear urbano, considerada Área Verde Urbana (AVU), o Corredor Verde (CV) e as Áreas prioritárias para conservação (APC).

Figura 118 - Mapa do Sistema de Infraestrutura verde do Município de Palmas.



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2019).

PALMAS (TO). Prefeitura Municipal de Palmas. Disponível em:

<<http://planodiretor.palmas.to.gov.br/media/arquivos/bc69bac83e5d40ce97b0150364ef4a6a.jpg>>.

Acesso em: out.2019.

Dentro da RP Taquaruçu, a APC abarca a área do Roncador, a Unidade de Conservação de Taquaruzinho, o Parque Municipal Serra de Lajeado e a área do Morro Alto. Esses são os únicos elementos explicitados no âmbito dos componentes ambientais dentro do Distrito de Taquaruçu, contidos no PD de 2018.

O vale do Ribeirão Taquaruçu, é caracterizado não apenas por oferecer recursos naturais básicos para a sobrevivência da população, mas também pelo seu elevado valor relacionado aos fragmentos históricos, desde as marcas da ocupação do planeta, constituindo o patrimônio geológico e geomorfológico, bem como

³⁷⁷ Art. 103 São espaços territoriais na área urbana e rural do Município de Palmas e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, de propriedade pública ou privada, instituída pelo Poder Público, destinadas à conservação e à preservação da natureza, à melhoria da qualidade de vida e à mitigação dos efeitos de fragmentação dos ecossistemas, com limites definidos e sob condições especiais de administração e uso, buscando a formação de mosaico verde (PD,2018).

referência ambiental e cultural, detectado desde o século o século XIX até os dias atuais.

Essas referências compreendem mirantes espetaculares que proporcionam vistas surpreendentes; cachoeiras que possibilitam frescor em dias quentes e o percurso da água que mantém viva a identidade do Distrito; as trilhas que interligam caminhos e pontos e permitem diversas experiências e sensações com a natureza; as palmeiras, principalmente o babaçu, e a vegetação do bioma do cerrado que detém uma interdependência com a população local; e a forma do relevo que permite vislumbrar as paisagens ordinariamente fabulosas, juntos constituem os elementos fundamentais da paisagem, e que devem ser entendidos como patrimônio de relevância a serem preservados.

Contudo, esses elementos ainda não estão claramente definidos e delimitados como referência ambiental e cultural na paisagem. No Artigo nº 78, em seu parágrafo único, o Plano Diretor reconhece as características peculiares da paisagem, afirmando que deve ser garantida essa condição a partir de parâmetros de uso e ocupação do solo, porém não especifica quais são os elementos da paisagem que merecem destaque, e que caracteriza a identidade ambiental, cultural, e nem espacial. Não há por exemplo, menção específica às cachoeiras, aos cursos d'água, aos mirantes, às trilhas, ou à geomorfologia, considerados elementos de alta vulnerabilidade, diante das funções que exercem na paisagem, no suporte físico e simbólico, e das ameaças constantes à própria existência.

Como não explicita esses elementos, também não determina os critérios para intervenção na paisagem, ao não estabelecer parâmetros concretos para nortear futuras intervenções na zona de conservação, deixando em aberto possíveis interpretações, ou até mesmo se igualar ao caráter urbanizado da zona de consolidação, não especificando as diferenças entre essas áreas.

Contudo, o Plano Diretor em seu Art. nº 183, reconhece os atributos da Serra de Lajeado, as cachoeiras e o Distrito de Taquaruçu, e confirma a necessidade de “adotar políticas públicas de salvaguarda dos principais os atributos naturais e marcos construídos do patrimônio urbano” para a efetiva proteção”.

Nesse sentido, até o momento da presente tese, não existem documentos que esclareçam os elementos naturais que são referências ambientais na paisagem,

bem como os instrumentos de proteção e os critérios para intervenção para cada um deles, assim como ainda não há consolidação e detalhamento do SisMIV.

A falta de definição e critérios sobre a Zona de Conservação, somadas à falta de fiscalização, fragiliza as referências ambientais e culturais da paisagem, principalmente em observância às alterações significativas da cobertura vegetal e ameaças ao patrimônio geológico e arqueológico, mesmo após a publicação do PD 2018, em razão das queimadas e do desmatamento que visam a pecuária extensiva e expansão urbana do Distrito, o que pode comprometer, substancialmente, aquilo que singulariza o lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese defende que a arquitetura vernacular consegue abarcar o valor material e imaterial simultaneamente compreendidos pela fusão natural/cultural, como partes indissociáveis de um sistema, onde um não faz sentido sem o outro.

Essa hipótese foi analisada primeiramente a partir da clarificação da transformação do conceito de paisagem, desde a sua origem no mundo oriental “os montes e a água” até a atualidade, cuja apreensão permitiu revelar a tendência ao retorno às origens da ideia de paisagem, onde as relações *intersubjetivas* entre o Ser humano e a paisagem estariam presentes. Tal constatação foi exemplificada através do reconhecimento pela UNESCO de paisagens culturais inscritas a partir dos anos 2000 como patrimônio mundial motivadas pelo valor imaterial estabelecido entre as comunidades tradicionais e a paisagem.

Apesar de considerar a integração dos elementos naturais e humanos como parte do espectro das paisagens culturais na atualidade, a tese procurou demonstrar que as relações humanas construídas com os elementos naturais tem características muito mais complexas e intersubjetivas, principalmente quando se trata da complexidade existente nas relações entre as paisagens e as comunidades tradicionais, elucidando a necessidade de considerar a fusão entre esses dois elementos representados como um único elemento.

Face a isso, a contribuição desse entendimento para aplicação na arquitetura revela a necessidade de reconhecer a sua outra face, caracterizada não pela matéria, mas pelos processos e marcas invisíveis a qual ela é submetida. Essa constatação é evidente ao identificar o poder da arquitetura de criar lugares e alterar a ordem do território, cuja apropriação construtiva mostra-se como reflexo da simbiose de valores, definida por fronteira físicas e simbólicas através da territorialidade arquitetônica construtiva, motivada pelas tradições culturais.

Para apreensão dessa territorialidade, alguns teóricos deram pistas sobre em quais elementos na paisagem poderiam ser considerados como visíveis e invisíveis, com intuito de permitir um diagnóstico sobre os valores incorporados na paisagem.

Nesse sentido, a territorialidade no âmbito da arquitetura foi analisada a partir de três pressupostos fundamentais inseridos no conceito de paisagem cultural: ambientais (ecológicos), culturais (vernaculares) e humanos. Tais aspectos orientam os caminhos necessários para a identificação e compreensão do universo que

envolve comunidades locais e que caracterizam os lugares, representados através da arquitetura.

A partir desses pressupostos conclui-se que a relação dos detentores culturais com a paisagem, a partir da fusão de valores – natural/cultural, material/imaterial, toma dimensões muito mais amplas, que podem ser perceptíveis em territórios onde a arquitetura vernacular se faz presente, representados a partir de um único elemento, constituído de corpo e alma.

A confirmação dessa hipótese foi possível ao verificar o poder de síntese da arquitetura vernacular na estruturação das paisagens e reconhecimento dos lugares, pois ao alterar a ordem do território, ela consegue dar visibilidade e manipular os elementos naturais que caracterizam a paisagem, bem como as tradições constituídas das práticas culturais construtivas que, juntamente com os detentores culturais da paisagem, desenham o território a partir dos seus atributos materiais e imateriais, desvelando as circunstâncias para atribuição de valor.

Nesse sentido, permitiu-se aqui sintetizar a interrelação entre atributos existentes na territorialidade arquitetônica vernacular, por meio de uma matriz constituída dos princípios ecológicos, vernaculares e humanos, da qual é possível destacar as principais circunstâncias em que a arquitetura traduz o universo dos detentores culturais (ou pelo menos parte dele) da paisagem, compreendidos pelos seguintes elementos estruturantes:

Os elementos ecológicos:

- Os que garantem a sobrevivência da comunidade local, logo garantem a sobrevivência do sistema;
- Os que estão representados e estão presentes no cotidiano dos moradores;
- Os que garantem a qualidade ambiental e ecológica fundamentais para a manutenção de sua singularidade, ou seja, ao caráter singular da paisagem;
- Os que denunciam o princípio ecológico da arquitetura vernacular; e,
- À ambiência climática que influencia na concepção da arquitetura vernacular.

Os elementos vernaculares:

- Os que utilizam os elementos naturais locais como recurso construtivo;
- Os que contribuem para a sustentabilidade da paisagem e a proteção e manutenção da qualidade ambiental do lugar;

- Os que estruturam espacialmente a paisagem e se fundem nela, respeitando a relação com a envolvente;

- Quando há impossibilidade da arquitetura ser transportada sem sofrer alterações;

- Quando sua concepção é influenciada pelo clima;

- Os que compreendem as cores do lugar;

- Os que detém a imagem do lugar;

- Quando a implantação/ocupação detém uma lógica orquestrada pela organização social, pelos elementos naturais e pelos culturais;

- Quando apresentam regularidade tipológica quanto à ocupação do solo, planos horizontais, plano vertical-marginal, volumetria, proporções, escala e materiais construtivos;

- Quando envolve técnicas construtivas tradicionais e autênticas;

- Quando é portadora de uma mensagem cultural sobre o universo da comunidade local;

- Quando envolve práticas culturais coletivas;

- Quando envolve conhecimento genético das técnicas construtivas, herança cultural e influências;

- Quando permite identificar uma territorialidade arquitetônica construtiva, tanto pela materialidade quanto pela imaterialidade;

- E, por fim, quando as casas continuam habitadas pelos moradores locais, considerados detentores culturais da paisagem.

E os elementos humanos compreendem aqueles que:

- Mantém as tradições;

- Mantém os modos de morar;

- Detém uma organização social tradicional (a maneira como organizaram o território e suas posses e as relações estabelecidas);

- Contribuem para a manutenção e preservação da qualidade dos recursos naturais; e,

- São compreendidos como detentores culturais da paisagem e associados àquela paisagem.

Esses princípios são passíveis de serem diagnosticados em lugares onde os elementos naturais e as tradições culturais estão fortemente imbricadas na

arquitetura vernacular como, por exemplo, em comunidades ribeirinhas, extrativistas, ou em povos da montanha, com o intuito de verificar a dimensão da importância que a arquitetura vernacular exerce na paisagem.

Nesse sentido, na segunda parte da tese pôde-se aplicar os pressupostos da territorialidade arquitetônica construtiva e apreender o lugar Taquaruçu, onde a arquitetura tradicional conseguiu elucidar os valores que simbolizam o lugar, a partir dos seus atributos ecológicos e vernaculares.

Os elementos constituintes desses dois pressupostos expressam o fio condutor das referenciais ambientais e culturais e devem ser considerados para a manutenção da coerência e identidade do lugar.

Nesse sentido, após clarificar os elementos estruturantes do território que constituem as bases referenciais do lugar, se torna necessário definir ações e diretrizes projetuais para a arquitetura contemporânea em Taquaruçu, bem como para intervenção no ambiente construído, com intuito de reconhecer, respeitar e impulsionar a imagem do lugar, constituída de elementos identificáveis que nos remete às características e às peculiaridades da paisagem, debruçadas na arquitetura vernacular e no desenho urbano.

Em relação às **ações para fortalecimento do caráter do lugar**, fica claro a necessidade de desenvolver políticas públicas para a preservação das referências culturais e ambientais expressas na paisagem, bem como a manutenção de atividades culturais que envolvem a construção do edificado vernacular, com objetivo de impulsionar a imagem e a vocação do lugar. Nesse sentido, a partir de políticas públicas com ênfase na participação social e com direcionamento para a construção de um ambiente sustentável, propõe-se as seguintes ações:

- Criação de uma Rede de Cooperação para o fortalecimento da identidade ambiental e cultural da paisagem de Taquaruçu, composta por representantes dos moradores, das universidades e instituições públicas a fim de fomentar o desenvolvimento de projetos que garantam a proteção dos elementos ambientais e culturais, a partir de ações de gestão, pesquisa, socialização e fiscalização, ao passo que poderá permitir o empoderamento e viabilização da autonomia da comunidade local, a partir de oficinas e reuniões com as instituições públicas e as universidades.

- Difusão do conhecimento das referências culturais do lugar, associado a projetos de educação patrimonial com apelo às questões ecológicas e de preservação ambiental e cultural, a partir de catálogos com os símbolos do lugar, exposições, oficinas, eventos em escolas, publicações e no próprio calendário turístico do local (Feira Gastronômica e Festival Pierre de Freitas). A preservação desses elementos significa não somente a preservação do patrimônio cultural local, mas sobretudo, a sobrevivência da qualidade ambiental do lugar e dos seus detentores culturais.

- Inventário detalhado dos elementos naturais e culturais que são referência cultural para o lugar, em parceria com o curso de história, geografia, engenharia ambiental, engenharia civil e arquitetura da Universidade Federal do Tocantins, com intuito de direcionar e fortalecer a importância desses elementos para a comunidade, bem como, tornando-se um importante instrumento de apoio à proteção do patrimônio cultural e ambiental do lugar.

- Projetos de incentivo à retirada dos elementos pictóricos e anexos irregulares que confrontam os parâmetros urbanísticos por meio de acordo com os moradores, a partir de reduções de impostos municipais para aqueles que se adequarem às diretrizes, associados aos projetos de educação patrimonial, com objetivo de reverter o processo de degradação da paisagem.

Essas ações podem fortalecer a importância da preservação do patrimônio cultural e ambiental de Taquaruçu, bem como funcionará como alavanca para direcionar intervenções que possam repor as características peculiares do lugar que simbolizam a paisagem, quer no edificado, quer em seus elementos naturais

No mais, cabe o poder público desenvolver demais políticas públicas com planos de ação e gestão que abrangem a paisagem cultural, o turismo, o meio ambiente, os recursos hídricos e o ordenamento do território no contexto local, que muito se diferencia da capital Palmas.

No âmbito da proposição arquitetônica e urbanística, propõe-se **parâmetros orientadores** para direcionar as intervenções e ações de planejamento do território e do edificado a partir dos seguintes princípios:

- Figura fundo: a serra é elemento dominante na paisagem e deve prevalecer como plano vertical posterior a edificação, oferecendo visuais, pois qualquer alteração na envolvente (fundo) e/ou no padrão da tipologia arquitetônica pode

alterar a percepção do contexto, resultando até mesmo na inversão de funções da figura-fundo;

- Policromia: Aplicação do estudo policromático da paisagem que enfatize as cores do lugar, presentes nos elementos naturais representados pelas rochas, pelos tipos de solo, pelos vegetais e pelos demais elementos compositivos predominantes na paisagem;

- Harmonização: impedir a utilização de elementos e/ou anexos que possam trazer conflitos visuais que rompem com a regra do todo e interferem na legibilidade/leitura da paisagem, principalmente aqueles inseridos nos planos marginais do edificado;

- Usufruição: permitir a contemplação da paisagem a partir de mirantes, e demais equipamentos que possam oferecer a abertura de vistas para a envolvente sem bloquear a zona de usufruição visual. Qualquer instalação de equipamento ou construção não deve negligenciar essa diretriz;

- Tectônica: dar preferência ao uso de materiais, locais e tecnologias alternativas e ecológicas nas construções. O realce da tectônica exposta como testemunho dos aspectos culturais, elucida as práticas culturais construtivas do lugar e permite que os materiais naturais revelem a identidade da paisagem e as origens do edificado.

- Veracidade e autenticidade: Realce a veracidade histórica e material do edificado vernacular a partir das práticas culturais construtivas/tradições construtivas, com intuito de frear práticas interventivas que objetivam a falsificação dos elementos constitutivos dos planos marginais do edificado vernacular e que testemunham os processos pelos quais são valorados. Sem a observância desses aspectos, resulta na perda do valor histórico e cultural da paisagem.

- Linearidade (linhas dominantes na paisagem): Respeito às regras morfológicas da fusão arquitetura e paisagem, assim como aqueles referentes à relação entre o espaço fechado e o espaço aberto;

- Continuidade: respeito às regras de transição entre o espaço público e espaço privado no que se refere aos recuos e afastamentos pré-existentes e que estão relacionados aos elementos primários do desenho urbano, bem como possa permitir a manutenção do equilíbrio morfológico entre o espaço fechado e o espaço aberto, constituído pelos elementos construídos e naturais;

- Proporcionalidade: respeito às regras ditadas pela volumetria, pelas alturas e pelo jogo de cheios e vazios, determinados pela pré-existência e que estão relacionados aos planos marginais do edificado vernacular.

Esses princípios podem proporcionar uma reposição gradual e compatível com a dinâmica e o conceito de paisagem cultural, ao passo que pode contribuir para a reparação das características que a singulariza.

Reforça-se ainda que tais diretrizes constituem como contributos para orientar intervenções nos bens culturais em Taquaruçu, sem arriscar em medidas projetuais particularizadas, assim como em análises pelos órgãos competentes de maneira discricionária. A autonomia deliberada de edificar, em lugares onde detém relações estreitas entre o edificado vernacular e os elementos naturais, sem considerar os contextos culturais e ambientais imbricados na arquitetura e na paisagem, constituem um “mar aberto” para aplicação de intervenções errôneas que afrontam e desrespeitam o patrimônio cultural e ambiental do lugar.

Nota-se que a compreensão da paisagem e de sua arquitetura vernacular, é capaz de dar respostas e criar parâmetros sobre a base de qualquer intervenção arquitetônica e urbanística na paisagem, bem como permitir que haja fortalecimento, reposição ou reparação do caráter do lugar através da tectônica e tradições construtivas.

Para além da perspectiva sobre Taquaruçu, este estudo permitiu trazer questionamentos sobre a sobrevivência do caráter dos lugares e dos seus detentores culturais a partir da manutenção das tradições locais, revelados pelas relações de simbiose/fusão estabelecidas entre os humanos e a natureza na paisagem, no que se refere aos valores materiais e imateriais, e que garantem o suporte de sua condição existencial em todos os aspectos.

A partir dos requisitos ecológicos, vernaculares e humanos, foi possível confirmar a hipótese através do reconhecimento da territorialidade arquitetônica construtiva a partir do universo (material/imaterial, natural/cultural) que compõem os detentores culturais na paisagem cultural, passível de ser representada pela arquitetura vernacular. Face a isso, se à arquitetura vernacular for atribuída valor material e imaterial, cabe utilizar simultaneamente os instrumentos de proteção referentes ao patrimônio material e imaterial com o objetivo de fazer sentido ao contexto pelo qual se encontra.

É claro que se pode apreender o lugar somente através dos seus aspectos materiais e atribuir valor a partir das suas marcas visíveis, assim como a partir dos seus aspectos subjetivos, e atribuir valor por meio das tradições do lugar.

Acredita-se que esta tese possa contribuir para o desenho de uma terceira direção, composta pela unificação de ambos valores, fundamentada nos primórdios do conceito de paisagem, onde a esta não se configura apenas na forma material mas, sobretudo, também pelo seu espírito, delegando a arquitetura vernacular o poder de absorver valores, ao inserir os detentores culturais e os elementos naturais do lugar como protagonistas do processo de estruturação das paisagens e fusão de valores.

Desafios futuros:

Algumas questões relacionadas à arquitetura vernacular neste estudo poderão ser aprofundadas futuramente, e que poderão constituir o arcabouço para medidas protetivas da singularidade dos lugares, no âmbito do tema dessa tese, dos quais incluem-se:

- A articulação entre as instituições – universidades, poder público local e principalmente a participação da comunidade local, deve direcionar-se no tripé – ecológico, vernacular e detentores culturais, que desenharam e desenharam a singularidade do lugar.

- O caráter multidisciplinar e interrelacionado exigido de uma equipe para conduzir as ações de salvaguarda da arquitetura vernacular, enquanto um dos elementos estruturantes do território, nas diversas áreas das quais incluem-se: engenharias ambiental e civil, arquitetura e urbanismo, direito, pedagogia, antropologia, história, geografia e demais campos, envolvidos pelo grande campo temático do patrimônio cultural e ambiental, com o intuito de manter, fortalecer e reparar os elementos estruturantes do território.

- A educação patrimonial (cultural e ambiental) tem um papel determinante nesse processo, principalmente em relação ao empoderamento dos detentores culturais da paisagem. A condução das ações deve ser orquestrada pela própria comunidade local, com apoio do poder público e da universidade. Esse papel exercido pelos detentores culturais é fundamental para direcionar as ações em seu suporte material e imaterial, pois a arquitetura vernacular e as tradições construtivas coletivas são elementos indivisíveis.

- Nesse sentido, é importante pensar na restauração e na preservação da técnica construtiva tradicional, pois o processo construtivo e a arquitetura vernacular se complementam. Um não existe integralmente sem o outro. Será interessante avaliar em que circunstâncias a preservação ou a transformação da técnica construtiva, bem como as práticas culturais coletivas, podem interferir e/ou contribuir para a manutenção dos valores atribuídos à arquitetura vernacular, dando sentido ao lugar.

- Por outro lado, será viável uma avaliação sobre situações em que a destituição e/ou desaparecimento das técnicas construtivas vernaculares e das tradições comprometeram a imagem e o caráter do lugar, visto que a arquitetura vernacular é portadora de uma mensagem cultural.

No entanto, essa tese pretende apenas abrir alguns caminhos para a ampla dimensão que envolve a arquitetura vernacular, com o intuito de despertar outros temas sobre a possibilidade de atribuir valor material e imaterial simultaneamente, diante da morte e vida de alguns lugares.

REFERÊNCIAS

ANVILLE, Jean-Baptiste Bourguignon d' (1697-1782). Cartographe du document reproduit. **Amérique. Rivière des Tocantins**. Gallica. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53009173x>>. Acesso em: 12 set. 2019.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL. In: PEREIRA, Nuno Teotónio. **Arquitectura Popular em Portugal**. 3. ed. Lisboa: Lisboa: AAP-CDN, 1988.

ASSUNTO, Rosario. Paisagem, Ambiente, Território. In: SERRÃO, Adriana Verissimo (org.). **Filosofia e Arquitectura da Paisagem: uma antologia**. 2. ed. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 1106-1117.

BAXHANDALL, Michael. **O Olhar Renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença**. Tradução de: Maria Cecília Prezo da Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BERQUE, Augustin. Das águas da montanha à paisagem. In: SERRÃO, Adriana Verissimo (org.). **Filosofia e Arquitectura da Paisagem: um manual**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2008.

BERQUE, Augustin. La Transition Paysagère ou sociétés à pays, à paysagee, à shanshui, à paysagement. **L'Éspace Géographique**, v. 1, p. 18-20, 1989.

BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. **Espace géographique**, v. 13, n. 1, p. 33-34, 1984.

BERQUE, Augustin. **Médiance de Milieux em Paysages**. Montpellier: Gip Reclus, 1990.

BERQUE, Augustin. Paysage, milieu, histoire. In: BERQUE, A. (ed.). **Cinq. Propositions pour une Théorie du Paysage**. Seyssel: Champ Vallon, 1994. p.13-30.

BERRA, Julia Cristina de Almeida. **As pinturas rupestres pré-históricas de contorno aberto na Serra do Lajeado-TO: similaridades e diversidades com as pinturas de contorno aberto no Parque Nacional Serra da Capivara**. 2015. 156p. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco - Programa de Pós Graduação em Arqueologia, Recife..

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**. Brasília: Solo Editores, 1994.

BICCA, Briane Elisabeth Panitz et al. **Arquitetura na Formação do Brasil**. Brasília: Iphan/Copedoc, 2008.

BNDigital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

BOLLMANN, Friedrich Wilhelm Emil. **Palmetum Mauritiae Viniferae**: Juxta Montes dictos os Paredões, in via inter urbes Goyaz et Cuyabá. Lipsiae [Leipzig, Alemanha]: Apud Frid. Flesher in Comm., 1840-1857. 1 grav, litograv., duas cores, 19 x 31,6cm em papel 30,1 x 46,4. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1323754/icon1323754.jpg>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BONNEMAISON, Joel. Voyage autour du territoire. **L'espace géographique**, v. 10, n. 4, p. 249-262, 1981.

BUENO, Lucas; BRAGA, Ariane Silva; BETARELLO, Juliana. Abrigo do Jon e a dinâmica de ocupação do médio Tocantins ao longo do Holoceno. **Especiarias-Cadernos de Ciencias Humanas**, v. 17, n. 30, p.115-149, 2017.

CABRAL, Ligia Maria Martins. **O rio Tocantins no olhar dos viajantes**: paisagem, território, energia elétrica. Rio de Janeiro: Centro da memória da Eletricidade no Brasil, 2013.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: Sioge, 1992.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Ponte**. Edição Comemorativa do IV Centenário de São Paulo. Livraria José Olimpio, São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro RIHGB, 1904. (Coleção Documentos Brasileiros).

CAMARGO, Márcia da Costa Rodrigues. **Aplicação de indicadores perceptivos para análise das paisagens cênicas do trajeto entre o distrito de Taquaruçu e Palmas/To**. 2005. 196p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2005.

CARTE MANUSCRITE de la navigation de la rivière des Tocantins. Gallica. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530119779>>. Acesso em: 12 set. 2019.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. **Taquaruçu**. Goiânia, Go: Kelps, 2010.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2014.

CESARO, Monnalisa Valadares Marinho de. **Análise do potencial de expansão urbana e das ocupações irregulares na microbacia hidrográfica do ribeirão Taquaruçu**. 2018. 116p. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas.

CONFIGURAÇÃO do rio Tocantins desde a Villa de ametá até os portos reaes dos arraiaes de Pontal e Carmo. [180-?]. 1 mapa ms, 72 x 23cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514928/cart514928.jpg>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. Convenção Europeia da Paisagem em Florença, 20 outubro, 2000. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso: 17/05/2018.

COSGROVE, Denis. Ptolemy and Vitruvius: spatial representation in the sixteenth-century texts and commentaries. **Architecture and the sciences: Exchanging metaphors**, p. 20-51, 2003.

COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 1, n. 1937, p. 204, 1937.

CPDOC/FGV. Revista do DIP nº159/1941. **Arquivo Getúlio Vargas**, n. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1941.

CUNHA, João Fernandes da. **Mémoria Histórica de Juazeiro**. Salvador, Bahia: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Instituto Genealógico da Bahia, 2012. (Crônicas da época da elavação a cidade).

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorographia Histórica da Província de Goiás. **Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethographico do Brasil**, v. 1, n. Tomo XXXVII, p. 5-398, 1874.

DARDEL, Eric. **O homem e a erra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de: Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DE HOLLANDA, Cecília Jucá et al. **Biblioteca Digital Curt Nimuendajú**. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/suma>>. Acesso em: 23 out. 2019.

DEL RIO, Vicente. Paisagens, realidade e imaginário: a percepção do cotidiano. **Paisagem Ambiente Ensaios**, v. n.7, p. 93-101, 1995.

DOMINGUES, Álvaro. A paisagem revisitada. **Revista Finisterra**, v. XXXVI, n. 72, p. 55–66, 2001.

DONSI, Andrea. **Il rapporto fisico dell'uomo com il território – Ipotesi sull'anamnesi e sulla fenomenologia dell' universo físico nella riformulazione dela teoria dello spazio-tempo**. Roma: Gangemi Editore, 1991

DUCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto L. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 132.

FADIGAS, Leonel. **Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem**. 2. ed. Lisboa: Sílabo, 2011.

FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil**. Goiânia: Ed.da UCG,2009.

FURTADO, Júnia Ferreira. Metamorfoses da colonização: o rito Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII). **Tempo**[online].2016, vol.22,n.40,pp.367-399F.Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v22n40/1413-7704-tem-22-40-00367.pdf>. Acesso abril,2019.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRIEDRICH, Ratzel. O solo, a sociedade e o estado. **Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - Brasil**, v. 2, n. Departamento de Geografia-FFLCH-USP, 1983. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081/50802>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia, Go: Universidade Federal de Goiás, 2002.

GIRALDIN, Odair. Povos Indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interéticas no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A (Trans)Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia, Go: Universidade Federal de Goiás, 2002. p. 109-135.

GIRARDI, Franco. **Morfologia territoriale e urbana**. Roma: Casa del Libro,1983. p.129.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Perpectiva, 1975. (Debates).

GREGOTTI, Vittorio. Território e Arquitetura (1985). In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma Nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. Tradução de: Vera Pereira. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p.371-376.

HOLZER, Werther. A geografia cultural e a história: uma leitura a partir da obra de David Lowenthal. **Espaço e Cultura**, v. 19–20, n. UERJ, RJ, p. 23–32, 2005.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: sua trajetória 1950-1990**. Londrina: Eduel, 2016.

HOLZER, Werther. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura**, n. UERJ, p. 55–63, 2004. (Espaço e Cultura). Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7853/5681>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, a. IV, n. 7, p. 67-78, 1999.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário, Identidade: Alternativas para o Estudo Geográfico. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1988. p. 149-168.

HOLZER, Werther. Ser-na-Cidade: Por uma Arquitetura e Urbanismo como lugar. **Pensando - Revista de Filosofia**, v. 8, n. 16, p. 20–32, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/pensando/article/view/5659>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, p. 18-29, 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3232>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

ICOMOS. **Richtersveld (South Africa)**, n. 1265. 2007. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/1265>>. Acesso em: 23 out. 2019.

ICOMOS. **Uluru-Kata Tjuta National Park - UNESCO World Heritage Centre**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/447>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

INMET, Instituto Nacional Meteorologia. **Agritempo - Gráficos - TO**. Agritempo. Disponível em: <<https://www.agritempo.gov.br/agritempo/jsp/Grafico/graficoEstacao.jsp?siglaUF=TO>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

INFOPÉDIA DICIONÁRIOS. Porto: Porto Editora, 2003. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/PAISAGEM>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN. **Paisagem Cultural**. Brasília: Iphan/Depam, 2009.

JARDIM, Joaquim R. de M. **Carta da provincia de Goyaz**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. a Vapor P. Robin, 1875. 1 mapa, 70 x 50. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart176010.html. Acesso em: 9 dez. 2019.

JORNAL DO TOCANTINS. **Comando Militar faz a Operação Documento**, 1980

KELLER, Franz. **Planta d'um Aldeamento normal de Indios Cayoás nas margens do Paranapanema**. [S.l.: s.n.], [18--].

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

LEMO, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996. (Repensando a história).

LEWIS, Peirce F. Axioms for reading the landscape: Some Guides to the American Scene. **The interpretation of ordinary landscapes: Geographical Essays**, New York: Oxford University Press, 1979, p. 11–32. Disponível em: <http://www.friendsofthegreatwesterntrails.com/images/Axioms_for_Reading_the_Landscape.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel. B. **Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção**. Lisboa: Caleidoscópio, 2014.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. 7. ed. Cambridge, Inglaterra: Cambridge, University Press, 1995.

LYNCH, Kevin. **De que tiempo es este lugar?** Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 1975.

LYNCH, Kevin. **Managing the Sense of a region**. Massachussets: The MIT Press, Cambridge., 1978.

MACHADO, Jurema. Feito em casa: o Iphan e a cooperação internacional para o patrimônio. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Iphan 1937-2017**. Brasília: Iphan/Depam, 2017. p. 245-284.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. **Arquitectura Paisagística: Morfologia e Complexidade**. Lisboa: Estampa, 2001.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. Paisagem - perspectiva da arquitectura paisagista. **Philosophica**, v. 29, n. Instituto Superior de Agronomia e Instituto Superior Técnico, Lisboa, p. 103–113, 2007.

Manual_do_INRC.pdf. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

MARX, Murillo. **Cidade do Brasil, terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

MAPA MANUSCRITO da navegação fluvial do Tocantins. Gallica. Disponível em:
 <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530119779/f1.item.zoom>>. Acesso em: 12 set. 2019.
 mss1461097.pdf. Disponível em:
 <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1461097/mss1461097.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

MATOS, Maria João Pereira de. **Paisagens urbanas contemporâneas de montanha:** metodologia para uma abordagem conceptual em arquitectura na covilhã. 2010. 117f. Tese (Doutorado Europeu na Área Científica de Arquitectura) - Universidade da Beira Interior e Université Paris 8 – École Doctorale Sciences Sociales, Covilhã, Portugal.

MATTOS, Raymundo José da Cunha Mattos. Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethographico do Brasil. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**, v. 2, n. Tomo XXXVIII, 1875.

MCCREERY JR, David Jameson. A economia de Goiás. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia, Go: Universidade Federal de Goiás; Palmas Unitins, 2002, p. 203-233.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO. **Recenseamento do Brazil:** Agricultura Superfície territorial, área e valor dos immoveis recenseados. Categoria e nacionalidade dos proprietários. Systema de exploração rural. Recenseamento do gado. 1923.

MORAIS, João G. V. S. **Metodologia de Projecto em Arquitectura:** Organização Espacial na Costa Vicentina. Lisboa: Estampa, 1995.

MOUTINHO, Flávio fernando Batista. **Na trilha do boi:** a ocupação do território brasileiro pela pecuária. São Paulo: Gramma, 2018.

NORBERG-SCHULZ, Christian. A paisagem e a obra do homem. **Revista Arquitectura**, Lisboa, v. 102, n. Sindicato Nacional dos Arquitectos, p. 52–58, mar./abr. 1968.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existencia, espacio y arquitectura**. Barcelona, Espanha: Blume, 1975. (Colecion Novos Caminos de la Arqitettura).

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli Edinburggh College of Art Library, 1984. Disponível em: <https://www.academia.edu/11348842/Genius_Loci_Towards_a_Phenomenology_of_Architecture_-_Christian_Norberg-Schultz?auto=download>. Acesso em: 12 nov. 2019.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar (1976). In: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p.443 -460.

NORTE DE GOYAZ. Periodico Mensal (GO) - 1906 a 1912 - DocReader Web. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120685&PagFis=25&Pesq=t+aquarussu>>. Acesso em: 23 set. 2019.

OLIVEIRA, Frederico Salomé de. **“Aquele vida véia dali num é a vida daqui”: as influências da igreja católica e as consequencias da modernidade e urbanização na religiosidade dos antigos moradores do povoado Canela, em Palmas-To**. 2012. 343f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, São Paulo.

OLIVER, Paul. **Encyclopedia of vernacular architecture of the world**. Cambrigde, Inglaterra: Cambrigde, University Press, 1997.

PALMAS, Prefeitura de. **Lei Complementar 400 2018 de Palmas TO**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/to/p/palmas/lei-complementar/2018/40/400/lei-complementar-n-400-2018-plano-diretor-participativo-do-municipio-de-palmas-to>>. Acesso em: 6 set. 2019.

PALMAS (TO). Lei-complementar-400-2018-Palmas-TO.pdf. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-complementar-400-2018-Palmas-TO.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

PALMAS (TO). **Prefeitura Municipal de Palmas**. Disponível em: <<http://planodiretor.palmas.to.gov.br/media/arquivos/bc69bac83e5d40ce97b0150364ef4a6a.jpg>>. Acesso em: out.2019

PARENTE, Temis Gomes. Ouro como fonte de atraso. In: GIRALDIN, Odair (Org.). **A (trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia, GO: Palmas, TO.: UFG: Unitins, 2002, p. 171–182.

PATERNOSTRO, Julio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Editora Nacional, 1945. (Coleção Brasileira RIHGB).

PEREIRA, Marielle. Porto Nacional: entre o lugar como referência cultural e as intervenções no espaço urbano. **Habitus: América Indígena: processos de**

mediação e ressignificação I, v. 13, n. 1, p. 63–88, 2015. (América Indígena: processos de mediação e ressignificação I). Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4243>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. (Temas). Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf)>. Acesso em: 14 set. 2016.

RAMOS, Tânia Beisl. O Inquérito: 50 anos de registo de uma arquitetura hoje inexistente. In: RAMOS, Tânia Beisl (Org.). **Entre Brasil e Portugal: Desafios, Discursos e Práticas da Arquitetura Moderna e Contemporânea**. Lisboa: Caleidoscópio, 2016. p. 15 a 42.

RAPOPORT, Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1972.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500-1720**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2000.

RIBEIRO, Orlando. **Geografia e Civilização: Temas portugueses**. 3. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

RIBEIRO, Orlando. **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico**. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007.

RODRIGUES. **O Rio Tocantins**. 2. ed. Palmas: Ed. Alexandre Acampora, 2001.

RONAI, Maurice. Paisagens II. **GEOgraphia**, v. 17, n. 34, p. 247–261, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13720>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUDOVSKY, Bernard. **Architecture without architects: a short introduction to non-pedigree architecture**. Nova Iorque, EUA: Museu de Arte Moderna (MOMA), 1965.

QUITO, Marcus. **Comunidade Mumbuca, Jalapão-To**. Flickr, 2006. Acesso: Acesso: <https://www.flickr.com/photos/marcusquito>.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e à Província de Goiás**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937. (Coleção Brasilina, 68).

SALLES, Gilka vasconcelos Ferreira de. **O Povoamento de Goiás**. Goiânia, Go: Revista do ICHL, 1981.

SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio imaterial do conceito ao problema da proteção. **Tempo Brasileiro**, n. 147, p. 151-161, out./dez. 2001

SANTOS, Joana Euda Barbosa dos. **O Cotidiano e o trabalho em Taquaruçu 1940-1960**. 1998. 90f. Dissertação (Mestrado em História, Filosofia e Ciências Humanas da UFPE) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 13-73.

SEEMANN, Jorn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schluter: marcas visíveis da geografia? **Espaço e Cultura**, v. 17-18, n. UERJ, p. 65-76, 2004.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1997.

SEPLAN. **Relatório Final- Plano de Entorno do lago da UHE Luís Eduardo Magalhães**. Palmas: [s.n.], 2004.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua Gente - Uma Luta Secular**. Brasília: Solo Editores, 1996.

SMITH, Robert. Arquitetura Civil do Período Colonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 17, p. 27-126, 1969.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1398>>. Acesso em: 27 set. 2016.

TELLES, Augusto da Silva. Arquitetura Vernacular no Brasil: necessidade de inventário e estudo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO IBERTO **Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano**. Belo Horizonte: Fernando Pedro da Silva. C/Artes, 2008, v. 4, p. 5-8.

TROLL, Carl. Paisagem geográfica e sua investigação. **Espaço e Cultura**, v. 2, n. UERJ, NEPEC, p. 7, 1997.

TUAN. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of World Heritage Convention. 2017.

UNITINS. **Plano de manejo do Ribeirão Taquaruçu- Grande (S.O.S) Taquaruçu.** Palmas: Universidade Estadual do Tocantins, 1999.

VEIGA, Alencastro. **Goyaz:** Buritysal (vermelho). Nancy, França: Impr. Reunies de Nancy, [1909?]. 1 cartão-postal, colotipia, col., 9 x 14 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1464447/icon1464447.jpg>. Acesso em: 27 ago. 2019.

VEILLON, Richard. **África do Sul.** Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/thumbs/site_1265_0009-500-375-20140616143452.jpg>. Acesso: 09 jul. 2019.

VELHO, Otávio G. A frente pastoril. **Frente de Expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica,** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 17–28, 2009.

VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio. **A Marcha para Oeste. A Epopéia da Expedição Roncador -Xingu.** São Paulo: Globo, 1994.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura Popular Brasileira.** São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Raízes, 1).

ENTREVISTAS

ALVES, João. Entrevista com os moradores concedida à Joana Euda em 1996.

FARIAS, Jaime. Entrevista com os moradores de Taquaruçu: Apreensão fenomenológica por meio de narrativas orais.

MOURA, Anísio. Entrevista com os moradores de Taquaruçu concedida à Francisquinha Carvalho em 2003.

MOURA, Anísio. Entrevista com os moradores concedida à Joana Euda em 1996.

REGO, Milton Nascimento. Entrevista com os moradores de Taquaruçu. Apreensão através de narrativa oral.

SOCORRO, Dona. Entrevista com os moradores de Taquaruçu: Apreensão por meio de narrativa oral.

SILVA, Dona Maroca. Entrevista com os moradores concedida à Joana Euda.

APÊNDICE

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº. JOÃO SOUSA MORAIS E DRº. WERTHER HOLZER

FICHA DE COLETA DE DADOS - TAQUARUÇU

DATA: 28/10/ FICHA Nº 01

PARTE 1: O TIPO EDIFICADO

1. DADOS GERAIS DA EDIFICAÇÃO:

Proprietário: MILTON NASCIMENTO MELO / PASTORS BONS NATURALIDADE

Endereço: AV. DAS NAÇÕES / ANTIGA RUA VITOR BOATO

Telefone (DDD): 992821145 e-mail:

Responsável pela construção e/ou projeto:

Endereço: PRÓPRIO PROPRIETÁRIO

Telefone (DDD): e-mail:

Fotografia Artística: Morador e sua Casa de adobe

Foto nº anexo/arquivo autoria: data:

Foto: FILHO DO BENTO COSTA.

2. DADOS DO PROJETO:

Função: RESIDENCIAL

Data da construção: 1963

Área de Construção total (m²): 112

Dimensões proporções da planta - baixa: 15 m X 12 m

Nº de pavimentos (unid): 01

Nº de cômodos (unid): 6

Banheiro: () dentro (X) fora

Tem varanda para a rua? N

Tem varanda nos fundos? SIM

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº. JOÃO SOUSA MORAIS E DRº. WERTHER HOLZER

Se não tem, justificar por quê?

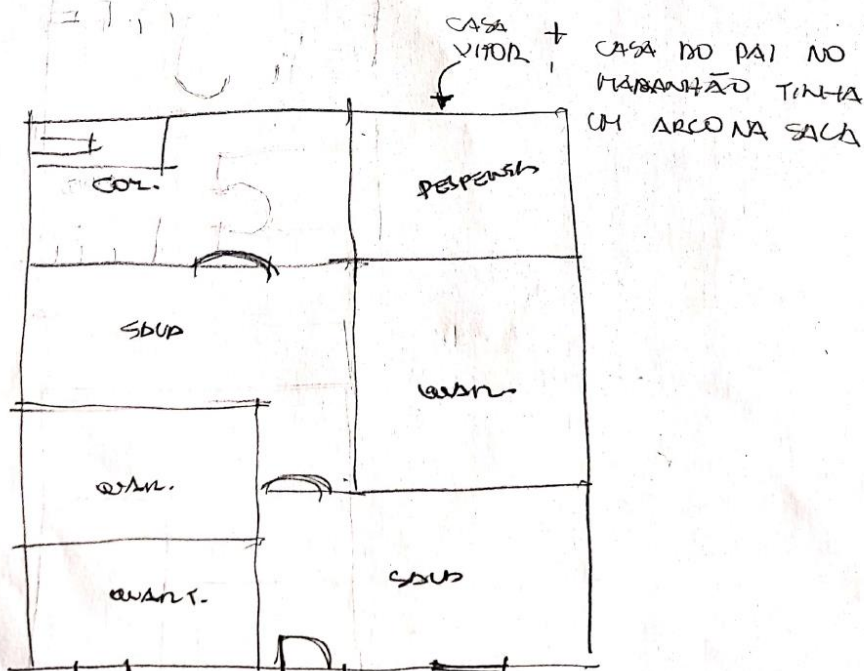
POR QUE IMITEU A CASA VITOR

Qual modelo de casa de referência para o projeto: PASSOS PONS - MAMANTÃO

Relato de como era esse modelo de referência:

CORREDOR COM AS QUARTOS NAS LATERAIS, COZINHA
NO FUNDO C/ A DESPESA, VARANDA NO FUNDO

Desenho do modelo de referência (planta-baixa e fachada)



FAU LISBOA

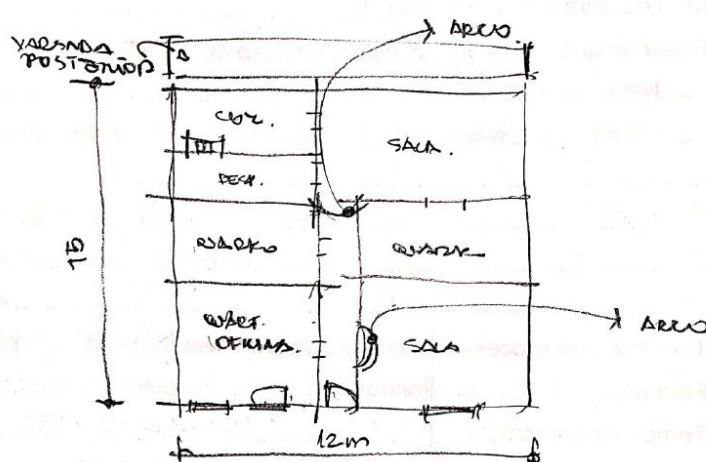
DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO
LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

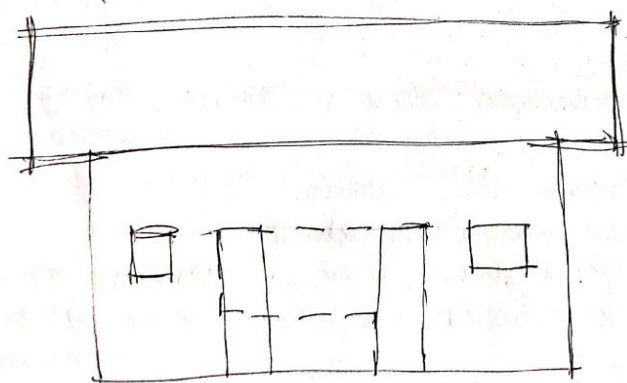
TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA
EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº..JOÃO SOUSA MORAIS E DRº.WERTHER HOLZER

Desenho da planta-baixa da casa do proprietário/morador com proporções e medidas



Desenho da Fachada da casa do proprietário/morador com proporções e medidas



FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA**ALUNA:** MARIELLE RODRIGUES PEREIRA**TÍTULO DA TESE:** ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU**ORIENTADORES:** DRº JOÃO SOUSA MORAIS E DRº WERTHER HOLZER

Processo construtivo:

() Mutirão familiar, amigos etc ☒ Autoconstrução () Empreiteira () Outra

Mão de obra (nº.de pessoas):

Pessoas que ajudarão a construir no caso de mutirão:

..... BENÍCIO E FORTUNATO

..... VITOR E FORTUNATO

Tem fotos do processo de construção: () sim ☒ não () interna () externa

Foto nº.....anexo/arquivo..... autoria:..... data:.....

Tempo de construção: 1 ANO APROXIMADAMENTE

Custo total da obra: CUSTO SOMENTE DA TELHA

3. DADOS DA ESTRUTURA, COBERTURA, FUNDAÇÃO E ACABAMENTO:**3.1 Fundação**

Impermeabilização? : N

Qual a pedra utilizada para fundação? PEDRA DE BRITA, TIPO PRÓXIMO A CASA VITOR

Foto da fundação

nº.....anexo/arquivo..... autoria:..... data:.....

Descrever procedimento para execução da fundação:

CAVA DE ENXADRO, DEPOIS FAZIA O BAUDANTE COM AS PEDRAS, E DEPOIS COLOCAVA OS TITULOS SOBRE A FUNDAÇÃO

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº. JOÃO SOUSA MORAIS E DRº. WERTHER HOLZER

3.2 Estrutura /paredes

Qual a técnica construtiva utilizada?

☐ taipa de mão☐ taipa de pilão☐ Outros☒ adobe

Dimensão da forma: 19 x 38 x 8 cm

Descrição da técnica:

Motivo do uso: JA CONHECIA A TÉCNICA DE TAIPA E ADOBE NO MARANHÃO

Onde apreendeu a técnica e com quem: TATIANA

Espessura final das paredes: 24 cm

Utilização de fibra, esterco etc? NÃO

A terra foi retirada do próprio terreno? ☒ sim ☐ não, onde?

Acabamento Externo:

☒ sem acabamento irregular☐ Argamassa e traço☐ Pintura e composição

Cor predominante

☐ Outro MARANHÃO ACIZENTADO

Acabamento interno:

☐ sem acabamento☒ Argamassa e traço NUNCA E APENAS EM TERÇO (INTRODUÇÃO)☐ Pintura e composição

Cor predominante BRANCO E AZUL

☐ Outro

Acabamento áreas molhadas:

☐ sem acabamento☐ Argamassa e traço☐ Revestimento cerâmico☒ Outro NÃO POSSUI ÁREAS MOLHADAS NO CORPO PRINCIPAL

Foto do bloco/adobe/parede/taipa

nº 142

anexo/arquivo

autoria: MARIELLE

data: 2019

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA**ALUNA:** MARIELLE RODRIGUES PEREIRA**TÍTULO DA TESE:** ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU**ORIENTADORES:** DRº JOÃO SOUSA MORAIS E DRº WERTHER HOLZER

Descrição do processo de produção dos blocos de adobe/taipa pelo proprietário:

no processo de assentamento é o próprio barro que faz o tijolo, no bloco posterior faz com cimento e areia 1:6:1
 6 cunhos de areia p/ 1 saco de cimento
 P/ o tijolo barro e água, não sabe a quantidade, é por alheamento
 depois o barro de molha na água 24 horas
 no outro dia amassa e deita no posto de lipeira

3.3 Piso: chão batido – cimento queimado

Foto da fundação

nº 5/ anexo/arquivo..... autoria:..... data:.....

Descrição do processo de execução do piso

O PRIMO QUE FEZ O PISO FAZEU**3.4 Calçada de contorno da casa:** ☒ () sim, composição Cimento () não

Foto da calçada

nº..... anexo/arquivo..... autoria:..... data:.....

OBS: antes era de barro batido.

3.5 CoberturaMadeira utilizada: madeira serrada, ripa e couros pati (PACME/PA)Encontrada no próprio local: ☒ () sim, onde temo a paução () não (comprada)

Caso foi comprada, é madeira reflorestada () sim () não

Quem executou a cobertura? próprio proprietárioCaso seja o proprietário, como e com quem aprendeu a técnica de carpintaria? s/ a família

Como foi executada a cobertura (descrever)

primeiro colocou as travessas, depois os couros, depois as ripas e telha por último

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº. JOÃO SOUSA MORAIS E DRº. WERTHER HOLZER

Largura do beiral: 50 cm / 50 cm

Telha ou cobertura: (X) telha de barro artesanal () fibra () outra

Se caso já utilizaram fibra para cobrir o telhado? (X) não () sim, qual

Aprendeu a técnica de aplicar a fibra como, com quem e onde? —

Quando trocou a fibra por telha de barro? —

Altura da cumeeira: entre 5 m e 6 m

Tipo de telhado: duas

Foto da fundação

nº — anexo/arquivo — autoria: — data: —

Desenho do telhado:

4. SOLO

4.1 Solo

A) Procedência:

(X) do próprio local

() local próximo

() outro

4.2 Cor: amarela

4.3 Agregado: — Proporção: 1:1:1

Tamanho do agregado (cm): —

Motivo de uso:

() Empregado na região

() Conhecimento através da literatura

() Experimentação de novos materiais

(X) Outro: FAMILIAR CONHECIMENTO

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA**ALUNA:** MARIELLE RODRIGUES PEREIRA**TÍTULO DA TESE:** ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU**ORIENTADORES:** DRº. JOÃO SOUSA MORAIS E DRº. WERTHER HOLZER

4.4 Estabilizante: Proporção:

Motivo de uso:

() Empregado na região

() Conhecimento através da literatura

() Experimentação de novos materiais

(X) Outro : FAMILIAR, CONHECIMENTO GENÉTICO

Foto do solo - Pegar amostra

nº anexo/arquivo autoria:

5. DADOS PORTAS E JANELAS**5.1 Aberturas**

Qual material: (X) Madeira, qual utilizada: PERÓIA () outro, qual

Caso madeira, encontrada no próprio local: (X) sim, onde: PRÓPRIO A CASA () não
XITDI

Caso foi comprada, é madeira reflorestada () sim (X) não

Quem executou as portas e janelas? PRÓPRIO PROPRIETÁRIO

Dimensões:

Portas: 80 X 190 Tipo: abria

Janelas: 70 X 90 Tipo: abria

Foto da fundação

nº anexo/arquivo autoria: data:

Desenho das portas e janelas (dimensões)

5.2 Soleira e peitoril

Qual material: (X) Madeira, qual utilizada: PERÓIA E SASSAPARÍLIS, IPÊ ROXO () outro, qual

Caso madeira, encontrada no próprio local: (X) sim, onde: PRÓPRIO A CASA () não
CASA

Caso foi comprada, é madeira reflorestada () sim (X) não

Quem executou as soleiras e peitoris? PRÓPRIO PROPRIETÁRIO

Dimensões:

Soleira: 800 X 25

Peitoril: 70 X 25

Foto das soleiras e peitoris

nº anexo/arquivo autoria: data:

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº JOÃO SOUSA MORAIS E DRº WERTHER HOLZER

6. CERCAS E DEMAIS EQUIPAMENTOSQual material: ☒ Madeira, qual utilizada: HOJE É MURADO SASSOFRAS IPÊ DO RIO CANDEIA () outro, qual.....

Caso madeira, encontrada no próprio local: () sim, onde..... () não

Caso foi comprada, é madeira reflorestada () sim () não

Quem executou?.....

Dimensões:

Cercas: 1,60 (altura) Tipo de técnica: AMORTE FALPADO 1,5 A 2,0 DE DISTANCIA

..... (altura)X..... Tipo de técnica:..... matéria.....

..... (altura)X..... Tipo de técnica:..... matéria.....

..... (altura)X..... Tipo de técnica:..... matéria.....

Foto das cercas e demais equipamentos:

nº..... anexo/arquivo..... autoria:..... data:.....

7. MOBILIÁRIO

Quais os móveis indispensáveis na casa:

HOJE É CENHA, CADEIRA E MESA DE MADEIRA,JIRAU, HOJE É PIA, TRUQUE DE PAUTEMIN - GUARDA-ROUPA,ATUALMENTE MÓVEIS CONTEMPORÂNEOS,

Foto das cercas e demais equipamentos:

nº..... anexo/arquivo..... autoria:..... data:.....

8. CERCAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS

Instalações elétricas:

☒ embutidas () aparente

Instalações Hidráulicas:

☒ embutidas () aparente

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº..JOÃO SOUSA MORAIS E DRº.WERTHER HOLZER

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA - TAQUARUÇU

DATA: ____/____/____ FICHA Nº ____

PARTE 2 : O COTIDIANO, A HISTÓRIA E FORMAÇÃO DO LUGAR e RELAÇÕES COM O LUGAR

1. DADOS DO ENTREVISTADO:

Morador:.....HILTON.....

Endereço:.....

Telefone (DDD): e-mail:

Ocupação:

Idade:.....naturalidade:.....

2.PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

2.1 Desde quando chegou em Taquaruçu? Qual o ano?

.....1960.....

2.2 O Srº/ Srª. veio de qual região, estado?

.....MARANHÃO, PASTORS, PONS,.....

.....AGRICULTOR.....

2.3 Quando chegou aqui o Senhor teve dificuldade para se instalar em relação à disponibilização de terras?

.....NÃO, POIS O TIO VITOR CEDEU PARTE DO TERRENO.....

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA**ALUNA:** MARIELLE RODRIGUES PEREIRA**TÍTULO DA TESE:** ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU**ORIENTADORES:** DRº. JOÃO SOUSA MORAIS E DRº. WERTHER HOLZER

2.4 Como o Srº./Srª. soube da existência de Taquaruçu? A intenção era morar aqui mesmo ou seguir para outro lugar? E o motivo que os trouxeram para cá?

ARRIVÉS DO TIO VITOR... JÁ FEIZ COM A INTENÇÃO DE MORAR NO MARANHÃO ERA O TEMPO DOS CORONEIS E NO MARANHÃO ERA INSEGURO.

2.5 Por que escolheram morar em Taquaruçu, subir a serra e não ficar mais próximo ao rio Tocantins?

POR QUE NAS DO RIO TOCANTINS JÁ TINHA PONO E TAQUARUÇU ERA TERRA PEQUITA.

3. DESENHO URBANO

3.1 O senhor tem alguma foto antiga que mostra o percurso de Palmas/rio Tocantins até aqui antes do asfaltamento? O senhor lembra do caminho ou do percurso?

SIM, QUE TEM ^{MEMÓRIA} É O DEPTINHO, E FICAVA NO CHÁS.

3.2 Como era esse lugar? Vcs passaram pelo povoado Canela e Graciosa na foz do ribeirão Taquaruçu? Como era esses espaços?

TINHA MUITA MATA, GRACIOSA FICAVA NUMA ILHA E O CANEVA FICAVA NA FOZ. ERA SO UM ESPAÇO ABERTO DOS 2 LADOS

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

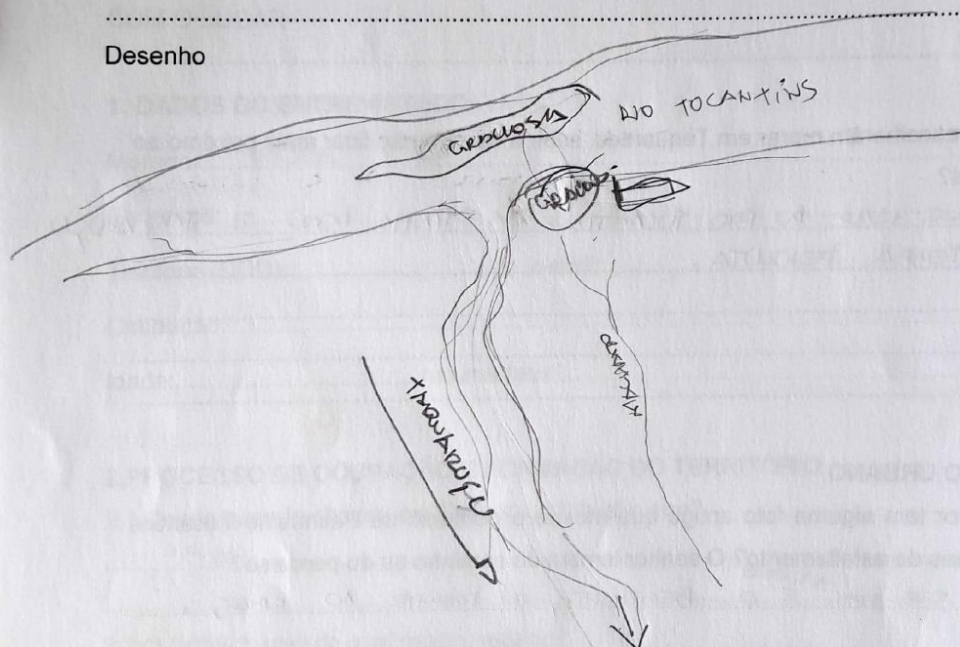
LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº..JOÃO SOUSA MORAIS E DRº.WERTHER HOLZER

Desenho



3.3 Como foi o processo de ocupação, a escolha dos terrenos, a construção das primeiras casas e o formato do povoado?

Tinha casa de palha, barro.
Quando cheguei aqui, um rio de pedra, bons do mar, marão,
me encantava, pouco lugar. Aqui tem muita água e
muita palmeira, muita e forte de onde eu vim,
a água era barulhosa e não era tão poluída assim.
Construí uma casa com ajuda do meu tio Vitor,
que me cedeu terreno e outras coisas.

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº JOÃO SOUSA MORAIS E DRº WERTHER HOLZER

O OUTRO IRMÃO PRECISAVA TAMBÉM. ALGUNS ELE JÁ TINHA
CONSTRUÍDO A CASA E DEPOIS FORAM CONSTRUÍDO AS
OUTRAS. NÃO SÓTOS IRMÃOS DE SANGUE, MAS É COMO
SE FOSSE. JUNTAMOS E FORAM CONSTRUÍDO. EU SEI
CONSTRUÍDO DE MADEIRA E TÁPIA PORQUE NO MEU PAÍS
SE CONSTRUI BEM. EU VI TUDO POR MIM COMO
O GENTE FEZ A CONSTRUÇÃO AQUI: []
DEPOIS, QUANDO TINHAMOS ALGUMAS COISAS, CONSTRUÍDO
A IGREJA DE MADEIRA NO CENTRO DO Povoado,
LÁ FUMAMOS MAS PARA REUNIR. QUASE
NÃO TINHA MAIS TEMPO OS DIAS.

Desenho

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA**ALUNA:** MARIELLE RODRIGUES PEREIRA**TÍTULO DA TESE:** ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU**ORIENTADORES:** DRº..JOÃO SOUSA MORAIS E DRº.WERTHER HOLZER

3.4 Onde ficava a igreja católica? Na praça e passava uma rua em frente a ela?

Uma rua do povoado tinha uma rua em
frente e atrás!

3.5 Como era o contorno dessa praça e do local que ficava a igreja?

"Era um terreno aberto, quase um
campo ou luto".

3.6 O Senhor tem fotos antigas da praça ou centro de Taquaruçu: () sim ☒ não

Foto nº.....anexo/arquivo..... autoria:..... data:.....

3.7 O Senhor tem fotos das primeiras construções de Taquaruçu: () sim ☒ não

Foto nº.....anexo/arquivo..... autoria:..... data:.....

4.COMPONENTES AMBIENTAIS E RELAÇÕES COM O EDIFICADO

4.1 Quais as vegetações, árvores e demais plantas presentes no seu quintal?

LARANJA, MANGUEIRA, JACA,

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº. JOÃO SOUSA MORAIS E DRº. WERTHER HOLZER

4.2 Antigamente tinham mais árvores?

.....SIM.....

4.3 Quais as espécies mais frequentes aqui?

.....BURITI.....
BABAÇU.....
IPÊ ROXO.....
DATI.....

4.4 Quais os usos dessas plantas e árvores para vocês?

.....PLANTA MEDICINAL.....
CURA DENTÃO.....
ALGIZATE.....
ARTESANATO.....

4.5 Vocês usam ainda o babaçu?

.....ÓLEO DO BABAÇU.....

4.6 Tem alguém na família que tinha ou tem o dom de extrair e manipular o babaçu, com a quebra coco, fazer azeite, sabão etc?

.....SÓCIMO, (PRIMA DO SRº NUNO).....

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº. JOÃO SOUSA MORAIS E DRº. WERTHER HOLZER

4.7 O que é importante na paisagem de Taquaruçu para você?

SERRA, ÁGUA, FACILITA AGUA ABUNDANCIA DE AGUA

4.8 Algum elemento da natureza influenciou você a se instalar aqui?

TRANQUILIDADE, A MATA

4.9 Quais são os elementos da natureza mais significativos para vcs? O ribeirão e as águas, o clima, as cachoeiras, os mirantes, as trilhas, a serra etc?

A SERRA

4.10 O clima foi um diferencial para se instalarem aqui em Taquaruçu?

Sim. MUITO DIFERENTE DA REGIÃO DE ORGÃO

4.11 Como foi o processo de retirada da terra para fazer os blocos de adobe? O Senhor poderia relatar as dificuldades, os desafios do processo de produção dos tijolos e execução da casa em relação a falta de recursos e sobre o próprio processo?

FAU LISBOA

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PROJETO DE ARQUITETURA

ALUNA: MARIELLE RODRIGUES PEREIRA

TÍTULO DA TESE: ARQUITETURA NA ROTA DAS CACHOEIRAS- CASAS DE TERRA EM TAQUARUÇU

ORIENTADORES: DRº JOÃO SOUSA MORAIS E DRº WERTHER HOLZER

NÃO HÁVIA DIFICULDADES, MAS EM MAIS FÓCU,
PO TERREIRO NA PAISAGEM O BARRO ERÁ MEHOR.

4.12 Se fosse para desenhar a paisagem de Taquaruçu, qual o objeto ou elemento que Senhor colocaria e que não poderia faltar no desenho?

AS PAUMEIJAS - BARRO

Desenho da paisagem

(ENTREVISTADO NÃO QUIS DESENHAR)

9228 - 1223

UFPA
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS

CONSTRUÇÕES DE TERRA EM TAQUARUÇU
FICHA DE COLETAS DE DADOS
INFORMAÇÕES TÉCNICAS

ULBRA
UNIVERSIDADE DE
BARRA DO GARÇAS

DATA: 11 FICHA Nº 0

1. DADOS GERAIS DA OBRA
Proprietário: Adelton dos Reis Terencio
Município: Distrito Taquarucu
Endereço: Fazenda Varal Quem Quer
Instituição/Profissional responsável pela obra
Nome: Autônomo
Endereço: _____

2. DADOS DO PROJETO
Função: Residencial
Data da Construção: começo em 2006 até hoje
Área de Construção Total (m²): _____
Nº de Pavimentos (unid): 1 pavimento
Nº de Cômodos (unid): 5 cômodos
Processo Construtivo
() Mutirão (X) Autoconstrução () Empreiteira () Outra: _____
Mão de obra (nº de pessoas): 1 pessoa
Tempo de Construção: _____
Custo total da obra (R\$): 4 mil

3. DESCRIÇÃO DA OBRA
1. Fundação
(Impermeabilização?): Não e adobe
2. Estrutura: tipo de adobe
3. Piso: cimento queimado
4. Calçada no entorno: não
5. Cobertura: telha cerâmica
6. Largura do Beiral: 0,45 m
7. Esquadrias: madeira
8. Paredes:
- Técnica utilizada:
() Adobe (dimensão da forma= 36 x 10 x 18)
() Taipa se sopapo (material utilizado na trama= _____)
() Taipa de pilão (material utilizado na forma= _____)
() Outros (_____)
Descrição da Técnica:
- Motivo de uso da técnica: custo
- Espessura final da parede (cm): 21
- Sistema estrutural: _____
- Acabamento Externo: _____
(X) Sem acabamento
() Argamassa:

- Pintura: _____
 () Outro: _____
 -Acabamento Interno:
 () Sem acabamento
 (x) Argamassa: reboco
 (x) Pintura: pintura convencional
 () Outro: _____
 - Acabamento de Áreas Molhadas:
 () Sem acabamento
 () Revestimento cerâmico: _____
 () Argamassa: _____
 () Pintura: _____
 (x) Outro: piso queimado .
 9. Instalações Elétricas:
 (x) Embutida () Aparente
 10. Instalações Hidráulicas: () Aparente
 (x) Embutida () Aparente

4.DADOS DO SOLO

- 1.Procedência:
 (x) Do próprio local
 () Local próximo (aproximad. ____ km)
 () Outro _____
 2. Cor: areia - amarelada
 3. Agregante:
 Nome: pedra - argila Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
 (x) Empregado na região
 () Conhecimento através de literatura
 () Experimentação de novos materiais
 () Outro: _____
 4.Estabilizante:
 Nome: _____ Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
 () Empregado na região
 () Conhecimento através de literatura
 () Experimentação de novos materiais
 () Outro: _____



CONSTRUÇÕES DE TERRA EM TAQUARUÇU
FICHA DE COLETAS DE DADOS
INFORMAÇÕES TÉCNICAS



DATA: 24/09/15 FICHA Nº 03

1. DADOS GERAIS DA OBRA

Proprietário: Maria Luiza Paiva de Souza
Município: Distrito Taquarucu
Endereço: 3ª avenida, quadra 96 lote 06

Instituição/Profissional responsável pela obra

Nome: _____

Endereço: _____

2. DADOS DO PROJETO

Função: Residencial

Data da Construção: 50-60 anos

Área de Construção Total (m²): _____

Nº de Pavimentos (unid): 1 pav.

Nº de Cômodos (unid): 5 cômodos

Processo Construtivo

() Mutirão (x) Autoconstrução () Empreiteira () Outra: _____

Mão de obra (nº de pessoas): 3

Tempo de Construção: _____

Custo total da obra (R\$): _____

3. DESCRIÇÃO DA OBRA

1. Fundação

(Impermeabilização?): alvenaria Pedra

2. Estrutura: adobe

3. Piso: cimento

4. Calçada no entorno: calçada frontal

5. Cobertura: telha cerâmica

6. Largura do Beiral: 65 cm

7. Esquadrias: madeiras e metálica

8. Paredes:

-Técnica utilizada:

(x) Adobe (dimensão da forma= 28x18x20)

() Taipa se sopapo (material utilizado na trama= _____)

() Taipa de pilão (material utilizado na forma= _____)

() Outros (_____)

Descrição da Técnica:

-Motivo de uso da técnica: _____

-Espessura final da parede (cm): 22

-Sistema estrutural: _____

-Acabamento Externo:

() Sem acabamento

(x) Argamassa: 0 puxado

☒ Pintura: tinta convencional.
☐ Outro: _____
 -Acabamento Interno:
☐ Sem acabamento
☒ Argamassa: rebocho
☒ Pintura: tinta convencional
☐ Outro: _____
 - Acabamento de Áreas Molhadas:
☐ Sem acabamento
☒ Revestimento cerâmico: cozinha
☐ Argamassa: _____
☐ Pintura: _____
☐ Outro: _____
 9. Instalações Elétricas:
☒ Embutida ☒ Aparente
 10. Instalações Hidráulicas:
☒ Embutida ☐ Aparente

4.DADOS DO SOLO

1.Procedência:
☒ Do próprio local
☐ Local próximo (aproximad. ____ km)
☐ Outro: _____
 2. Cor: _____
 3. Agregante:
 Nome: _____ Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
☐ Empregado na região
☐ Conhecimento através de literatura
☐ Experimentação de novos materiais
☐ Outro: _____
 4. Estabilizante:
 Nome: _____ Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
☐ Empregado na região
☐ Conhecimento através de literatura
☐ Experimentação de novos materiais
☐ Outro: _____



CONSTRUÇÕES DE TERRA EM TAQUARUÇU
FICHA DE COLETAS DE DADOS
INFORMAÇÕES TÉCNICAS



DATA: 22/06/15 FICHA Nº 10

1. DADOS GERAIS DA OBRA

Proprietário: Prefeitura Municipal de Palma
Município: Distrito Taquaruçu
Endereço: Quadra 74, lote 05

Instituição/Profissional responsável pela obra

Nome: Vitor Pereira Brito
Endereço: —

2. DADOS DO PROJETO

Função: Residencial
Data da Construção: 1959
Área de Construção Total (m²): —
Nº de Pavimentos (unid): —
Nº de Cômodos (unid): 7
Processo Construtivo
☒ Mutirão () Autoconstrução () Empreiteira () Outra: —
Mão de obra (nº de pessoas): —
Tempo de Construção: não se sabe
Custo total da obra (R\$): não se sabe

3. DESCRIÇÃO DA OBRA

1. Fundação
(Impermeabilização?): pedra (caliche)
2. Estrutura: tijolo de adobe
3. Piso: cimento queimado
4. Calçada no entorno: 1 m (frontal - Piso intertravado)
5. Cobertura: tijolo telha cerâmica
6. Largura do Beiral: não 30 cm
7. Esquadrias: madeira
8. Paredes:

- Técnica utilizada:

- () Adobe (dimensão da forma= —)
() Taipa se sopapo (material utilizado na trama= —)
() Taipa de pilão (material utilizado na forma= —)
() Outros (—)

Descrição da Técnica:

- Motivo de uso da técnica: facilidade mão de obra
- Espessura final da parede (cm): 21
- Sistema estrutural: tijolo de adobe
- Acabamento Externo:

() Sem acabamento

(x) Argamassa: reboco

(x) Pintura: tinta convencional

() Outro: _____

-Acabamento Interno:

() Sem acabamento

(x) Argamassa: reboco

(x) Pintura: tinta convencional

() Outro: _____

- Acabamento de Áreas Molhadas: sem area molhada

() Sem acabamento

() Revestimento cerâmico: _____

() Argamassa: _____

() Pintura: _____

() Outro: _____

9. Instalações Elétricas:

() Embutida

(x) Aparente

10. Instalações Hidráulicas: sem instalações

() Embutida

() Aparente

4. DADOS DO SOLO

1. Procedência:

(x) Do próprio local

() Local próximo (aproximad. ____ km)

() Outro: _____

2. Cor: _____

3. Agregante:

Nome: Areia (sareta) Proporção: CONTINENTAL GEMER

Tamanho do agregante (cm): _____

Motivo de uso:

() Empregado na região

() Conhecimento através de literatura

() Experimentação de novos materiais

() Outro: _____

4. Estabilizante:

Nome: _____ Proporção: _____

Tamanho do agregante (cm): _____

Motivo de uso:

() Empregado na região

() Conhecimento através de literatura

() Experimentação de novos materiais

() Outro: _____



CONSTRUÇÕES DE TERRA EM TAQUARUÇU FICHA DE COLETAS DE DADOS INFORMAÇÕES TÉCNICAS



ULBRA

DATA: 24/05/2015 FICHA Nº 08

1. DADOS GERAIS DA OBRA

Proprietário: Elgizex Pereira da Rocha Lima (63) 9247 4586
Município: Taquarucu
Endereço: Fazenda Encrua TO-030

Instituição/Profissional responsável pela obra

Nome: _____

Endereço: _____

2. DADOS DO PROJETO

Função: Body Tercão
Data da Construção: Sem dados
Área de Construção Total (m²): Sem dados
Nº de Pavimentos (unid): 1 pav.
Nº de Cômodos (unid): 7 cômodos
Processo Construtivo
() Mutirão (X) Autoconstrução () Empreiteira () Outra: _____
Mão de obra (nº de pessoas): 3 a 4 pessoas
Tempo de Construção: Sem dados
Custo total da obra (R\$): Sem dados

3. DESCRIÇÃO DA OBRA

1. Fundação
(Impermeabilização?): Pedra e alvenaria
2. Estrutura: Tijolo de Adobe
3. Piso: Po de Brita com cimento
4. Calçada no entorno: Sem calçada
5. Cobertura: Telhos de barro
6. Largura do Beiral: 60 cm
7. Esquadrias: _____
8. Paredes:
- Técnica utilizada:
(X) Adobe (dimensão da forma= _____)
() Taipa se sopapo (material utilizado na trama= _____)
() Taipa de pilão (material utilizado na forma= _____)
() Outros (_____)

Descrição da Técnica:

- Motivo de uso da técnica: Necessidade
- Espessura final da parede (cm): 20 cm
- Sistema estrutural: Adobe
- Acabamento Externo:

(X) Sem acabamento

() Argamassa: _____

- () Pintura: _____
 () Outro: _____
 -Acabamento Interno:
 (X) Sem acabamento
 () Argamassa: _____
 () Pintura: _____
 () Outro: _____
 - Acabamento de Áreas Molhadas:
 (X) Sem acabamento
 () Revestimento cerâmico: _____
 () Argamassa: _____
 () Pintura: _____
 () Outro: _____
 9.Instalações Elétricas:
 () Embutida (X) Aparente
 10.Instalações Hidráulicas:
 () Embutida (X) Aparente

4.DADOS DO SOLO

- 1.Procedência:
 (X) Do próprio local
 () Local próximo (aproximad. ____ km)
 () Outro _____
 2. Cor: beige/creme
 3. Agregante:
 Nome: _____ Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
 () Empregado na região
 () Conhecimento através de literatura
 () Experimentação de novos materiais
 () Outro: _____
 4.Estabilizante:
 Nome: _____ Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
 () Empregado na região
 () Conhecimento através de literatura
 () Experimentação de novos materiais
 () Outro: _____



CONSTRUÇÕES DE TERRA EM TAQUARUÇU

FICHA DE COLETAS DE DADOS

INFORMAÇÕES TÉCNICAS



DATA: 24/05/2015 FICHA Nº 07

1. DADOS GERAIS DA OBRA

Proprietário: Gustavo Bonatto (63) 9237-5444
 Município: Taquarucu bonatto82@gmail.com
 Endereço: Rua das Acacias, Chacara 53 D

Instituição/Profissional responsável pela obra

Nome: Pedreira

Endereço: Acima da Serra Km-24 - Saída p/ Aparecida da Rio Negro

2. DADOS DO PROJETO

Função:

Data da Construção: Maio de 2014 - mudança

Área de Construção Total (m²): 144 m²

Nº de Pavimentos (unid): 1 pavimento

Nº de Cômodos (unid): 2 Quartos, 2 banheiros, Sala, Cozinha e lavanderia

Processo Construtivo

() Mutirão () Autoconstrução (X) Empreiteira () Outra: Pedreira

Mão de obra (nº de pessoas): 3 pessoas (2 pedreiros, 1 ajudante)

Tempo de Construção: 10 meses

Custo total da obra (R\$): R\$ 90.000,00

3. DESCRIÇÃO DA OBRA

1. Fundação

(Impermeabilização?): Vigor Baldeante

2. Estrutura:

3. Piso: Cimento Queimado

4. Calçada no entorno: Uma calçada com bita

5. Cobertura: Telha de barro

6. Largura do Beiral: 80 cm

7. Esquadrias:

8. Paredes:

- Técnica utilizada:

(X) Adobe (dimensão da forma= 19 x 15 cm)

() Taipa se sopapo (material utilizado na trama=)

() Taipa de pilão (material utilizado na forma=)

() Outros (

Descrição da Técnica:

- Motivo de uso da técnica: Conforto térmico, Resgate cultural, rusticidade

- Espessura final da parede (cm): 18 cm

- Sistema estrutural: Proprio Adobe

- Acabamento Externo: Reboco

() Sem acabamento

() Argamassa:

☐ Pintura: _____
☒ Outro: Resina (Diluição de solo com água)
 -Acabamento Interno:
☐ Sem acabamento
☒ Argamassa: Reboco de cimento (Cal, Barro, Cimento e areia)
☐ Pintura: _____
☐ Outro: _____
 - Acabamento de Áreas Molhadas:
☐ Sem acabamento
☒ Revestimento cerâmico: Rodapés de cerâmicas, Banheiros também
☐ Argamassa: _____
☐ Pintura: _____
☐ Outro: _____

9. Instalações Elétricas:
☒ Embutida ☐ Aparente
 10. Instalações Hidráulicas:
☒ Embutida ☐ Aparente

4. DADOS DO SOLO

1. Procedência:
☒ Do próprio local
☐ Local próximo (aproximad. ____ km)
☐ Outro: _____

2. Cor: _____

3. Agregante:
 Nome: _____ Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
☐ Empregado na região
☐ Conhecimento através de literatura
☐ Experimentação de novos materiais
☐ Outro: _____

4. Estabilizante:
 Nome: _____ Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
☐ Empregado na região
☐ Conhecimento através de literatura
☐ Experimentação de novos materiais
☐ Outro: _____



CONSTRUÇÕES DE TERRA EM TAQUARUÇU
FICHA DE COLETAS DE DADOS
INFORMAÇÕES TÉCNICAS



DATA: 24/05/15 FICHA Nº 01

1. DADOS GERAIS DA OBRA

Proprietário: Valdean Gomes Oliveira Tel. 9280-5677
Município: Distrito Taquaruçu
Endereço: 3ª avenida chocara 57

Instituição/Profissional responsável pela obra

Nome: Judson Terencio

Endereço: _____

2. DADOS DO PROJETO

Função: Residencial
Data da Construção: 49 - 52 anos
Área de Construção Total (m²): _____
Nº de Pavimentos (unid): 1
Nº de Cômodos (unid): 4
Processo Construtivo
() Mutirão (X) Autoconstrução () Empreiteira () Outra: _____
Mão de obra (nº de pessoas): 3
Tempo de Construção: 2 meses
Custo total da obra (R\$): _____

3. DESCRIÇÃO DA OBRA

1. Fundação

(Impermeabilização?): alicerce de pedra

2. Estrutura: Bloco

3. Piso: cimento / acabamento cerâmico e piso queimado

4. Calçada no entorno: não

5. Cobertura: telha cerâmica

6. Largura do Beiral: 50 cm

7. Esquadrias: madeira

8. Paredes:

-Técnica utilizada:

- (X) Adobe (dimensão da forma= 34 x 9 x 16)
() Taipa se sopapo (material utilizado na trama= _____)
() Taipa de pilão (material utilizado na forma= _____)
() Outros (_____)

Descrição da Técnica:

-Motivo de uso da técnica: _____

-Espessura final da parede (cm): 16 - 19 cm

-Sistema estrutural: _____

-Acabamento Externo:

(X) Sem acabamento

() Argamassa: _____

() Pintura: _____
 () Outro: _____

-Acabamento Interno:

() Sem acabamento
 (x) Argamassa: cimento
 (x) Pintura: interior
 () Outro: _____

- Acabamento de Áreas Molhadas:

() Sem acabamento
 (x) Revestimento cerâmico: ladrilho hidráulico - Cozinha
 (x) Argamassa: Reboco
 (x) Pintura: Paredes - tinta
 () Outro: _____

9. Instalações Elétricas:

() Embutida (x) Aparente

10. Instalações Hidráulicas:

(x) Embutida () Aparente

4. DADOS DO SOLO

1. Procedência:

(x) Do próprio local
 () Local próximo (aproximad. ____ km)
 () Outro: _____

2. Cor: _____

3. Agregante:

Nome: _____ Proporção: _____

Tamanho do agregante (cm): _____

Motivo de uso:

() Empregado na região
 () Conhecimento através de literatura
 () Experimentação de novos materiais
 () Outro: _____

4. Estabilizante:

Nome: _____ Proporção: _____

Tamanho do agregante (cm): _____

Motivo de uso:

() Empregado na região
 () Conhecimento através de literatura
 () Experimentação de novos materiais
 () Outro: _____



Paimundob

CONSTRUÇÕES DE TERRA EM TAQUARUÇU
FICHA DE COLETAS DE DADOS
INFORMAÇÕES TÉCNICAS



ULBRA

DATA: 22/06/15 FICHA Nº 09

1. DADOS GERAIS DA OBRA

Proprietário: Antônio Pereira Neto
Município: Distrito Taquarucu
Endereço: Quadra 03, lote 06, casa 835 (Rua 8)

Instituição/Profissional responsável pela obra

Nome: ---

Endereço: ---

2. DADOS DO PROJETO

Função: maquima de deixar arroz

Data da Construção: + 1986

Área de Construção Total (m²): ---

Nº de Pavimentos (unid): 1

Nº de Cômodos (unid): 6

Processo Construtivo

(x) Mutirão () Autoconstrução () Empreiteira () Outra:

Mão de obra (nº de pessoas): não se sabe

Tempo de Construção: não se sabe

Custo total da obra (R\$): não se sabe

3. DESCRIÇÃO DA OBRA

1. Fundação

(Impermeabilização?): Alcova de pilão

2. Estrutura: tijolo de adobe

3. Piso: cimento / comodo / piso batido nos outros

4. Calçada no entorno: não

5. Cobertura: Telha cerâmica

6. Largura do Beiral: 0,60

7. Esquadrias: madeira

8. Paredes:

-Técnica utilizada:

() Adobe (dimensão da forma= 35 x 10 x 17 Tijolo de adobe)

() Taipa se sopapo (material utilizado na trama=)

() Taipa de pilão (material utilizado na forma=)

() Outros ()

Descrição da Técnica:

-Motivo de uso da técnica: ---

-Espessura final da parede (cm): 17

-Sistema estrutural: ---

-Acabamento Externo: ---

(x) Sem acabamento

() Argamassa: ---

- ☐ Pintura: _____
☐ Outro: _____
 -Acabamento Interno: _____
☒ Sem acabamento
☐ Argamassa: _____
☐ Pintura: _____
☐ Outro: _____
 - Acabamento de Áreas Molhadas: *sem áreas molhadas*
☐ Sem acabamento
☐ Revestimento cerâmico: _____
☐ Argamassa: _____
☐ Pintura: _____
☐ Outro: _____
 9. Instalações Elétricas:
☐ Embutida
☒ Aparente
 10. Instalações Hidráulicas: *sem instalações*
☐ Embutida
☐ Aparente

4. DADOS DO SOLO

1. Procedência:
☒ Do próprio local
☐ Local próximo (aproximad. ____ km)
☐ Outro: _____
 2. Cor: _____
 3. Agregante:
 Nome: _____ Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
☐ Empregado na região
☐ Conhecimento através de literatura
☐ Experimentação de novos materiais
☐ Outro: _____
 4. Estabilizante:
 Nome: _____ Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
☐ Empregado na região
☐ Conhecimento através de literatura
☐ Experimentação de novos materiais
☐ Outro: _____



CONSTRUÇÕES DE TERRA EM TAQUARUÇU
FICHA DE COLETAS DE DADOS
INFORMAÇÕES TÉCNICAS



DATA: 24/05/05 FICHA Nº 07

1. DADOS GERAIS DA OBRA

Proprietário: Berson Siqueira Gouza 92 06 7406
 Município: Município Taquarucu
 Endereço: Av. Sumichôuro Chacara 56

Instituição/Profissional responsável pela obra

Nome: Paula

Endereço: _____

2. DADOS DO PROJETO

Função: Residencial
 Data da Construção: 2001
 Área de Construção Total (m²): _____
 Nº de Pavimentos (unid): 1
 Nº de Cômodos (unid): 3
 Processo Construtivo
 () Mutirão (X) Autoconstrução () Empreiteira () Outra: _____
 Mão de obra (nº de pessoas): 2
 Tempo de Construção: 1 mês
 Custo total da obra (R\$): 3 mil aproximadamente

3. DESCRIÇÃO DA OBRA

1. Fundação
 - (Impermeabilização?): álcool de pedra
 2. Estrutura: Bloco
 3. Piso: terra
 4. Calçada no entorno: não
 5. Cobertura: telha cerâmica
 6. Largura do Beiral: 1.04
 7. Esquadrias: alum
 8. Paredes:
 - Técnica utilizada:
 - (X) Adobe (dimensão da forma= 29 x 9 x 15 com palha de arroz)
 - () Taipa se sopapo (material utilizado na trama= _____)
 - () Taipa de pilão (material utilizado na forma= _____)
 - () Outros (_____)
- Descrição da Técnica:
- Motivo de uso da técnica: _____
 - Espessura final da parede (cm): 15 cm
 - Sistema estrutural: _____
 - Acabamento Externo: _____
- (X) Sem acabamento
 () Argamassa: _____

- () Pintura: _____
 () Outro: _____
 -Acabamento Interno:
 (x) Sem acabamento
 () Argamassa: _____
 () Pintura: _____
 () Outro: _____

- Acabamento de Áreas Molhadas:
 (x) Sem acabamento
 () Revestimento cerâmico: _____
 () Argamassa: _____
 () Pintura: _____
 () Outro: _____

9. Instalações Elétricas: *não tem*

- () Embutida () Aparente

10. Instalações Hidráulicas: *não tem*

- () Embutida () Aparente

4. DADOS DO SOLO

1. Procedência:

- (x) Do próprio local
 () Local próximo (aproximad. ____ km)
 () Outro: _____

2. Cor: _____

3. Agregante:

Nome: _____ Proporção: _____

Tamanho do agregante (cm): _____

Motivo de uso:

- () Empregado na região
 () Conhecimento através de literatura
 () Experimentação de novos materiais
 () Outro: _____

4. Estabilizante:

Nome: _____ Proporção: _____

Tamanho do agregante (cm): _____

Motivo de uso:

- () Empregado na região
 () Conhecimento através de literatura
 () Experimentação de novos materiais
 () Outro: _____



CONSTRUÇÕES DE TERRA EM TAQUARUÇU
FICHA DE COLETAS DE DADOS
INFORMAÇÕES TÉCNICAS



DATA: 24/01/15 FICHA Nº 05

1. DADOS GERAIS DA OBRA

Proprietário: José Luiz Neiva Brito 8491-4161
 Município: Distrito Taquarucu
 Endereço: 3ª Avenida, quadra 39, lote 12

Instituição/Profissional responsável pela obra

Nome: Alidemir

Endereço: _____

2. DADOS DO PROJETO

Função: Residencial / Pousada
 Data da Construção: 2002 / 2003
 Área de Construção Total (m²): 110 m²
 Nº de Pavimentos (unid): 1
 Nº de Cômodos (unid): 5 apartamentos
 Processo Construtivo
 () Mutirão (X) Autoconstrução () Empreiteira () Outra: _____
 Mão de obra (nº de pessoas): 2
 Tempo de Construção: 2 meses
 Custo total da obra (R\$): 24 mil reais

3. DESCRIÇÃO DA OBRA

1. Fundação
 (Impermeabilização?): Pedra, cimento e concreto
 2. Estrutura: Bloco
 3. Piso: cerâmica
 4. Calçada no entorno: sim
 5. Cobertura: telha plan dupla
 6. Largura do Beiral: 3 m (Varanda)
 7. Esquadrias: alumínio
 8. Paredes:

-Técnica utilizada:

- (X) Adobe (dimensão da forma= 32 x 18 x 16)
 () Taipa se sopapo (material utilizado na trama= _____)
 () Taipa de pilão (material utilizado na forma= _____)
 () Outros (_____)

Descrição da Técnica:

-Motivo de uso da técnica: _____
 -Espessura final da parede (cm): _____
 -Sistema estrutural: _____
 -Acabamento Externo:

(X) Sem acabamento

() Argamassa: _____

☐ Pintura: _____
☐ Outro: _____
 -Acabamento Interno:
☐ Sem acabamento
☒ Argamassa: areia, cimento e estercão bovino
☐ Pintura: _____
☐ Outro: _____
 - Acabamento de Áreas Molhadas:
☐ Sem acabamento
☒ Revestimento cerâmico: ardesia com argamassa
☐ Argamassa: _____
☐ Pintura: _____
☐ Outro: _____
 9. Instalações Elétricas:
☒ Embutida ☐ Aparente
 10. Instalações Hidráulicas:
☒ Embutida ☐ Aparente

4. DADOS DO SOLO

1. Procedência:
☒ Do próprio local
☐ Local próximo (aproximad. ____ km)
☐ Outro: _____

2. Cor: amarela acinzentada

3. Agregante:
 Nome: _____ Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
☐ Empregado na região
☐ Conhecimento através de literatura
☐ Experimentação de novos materiais
☐ Outro: _____

4. Estabilizante:
 Nome: _____ Proporção: _____
 Tamanho do agregante (cm): _____
 Motivo de uso:
☐ Empregado na região
☐ Conhecimento através de literatura
☐ Experimentação de novos materiais
☐ Outro: _____